UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LUCIANA RIÇA MOURÃO BORGES

**POLÍTICAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA: O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES EM RONDÔNIA NO INÍCIO DO SÉC. XXI**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2012

LUCIANA RIÇA MOURÃO BORGES

**POLÍTICAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA: O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES EM RONDÔNIA NO INÍCIO DO SÉC. XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração:
Geopolítica, Planejamento e Gestão do Território.

Orientadora:
Profa. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry.

Versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica).

De acordo:

Neli Aparecida de Mello-Théry

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: BORGES, Luciana Riça Mourão.

Título: Políticas Territoriais na Fronteira: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI

Área de Concentração: Geopolítica, Planejamento e Gestão do Território.

Data de aprovação: ____/____/____.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Profa. Dra. (orientadora): _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a).: _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a).: _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

A Célio Borges, Maria Helena e Henrique Borges,
Amor, carinho, força e coragem.
Minha equipe.

A Thiago Araújo Santos,
Amor, admiração e companheirismo.
Tudo do mundo.

AGRADECIMENTOS

De um modo que não poderia ser diferente, este trabalho aqui apresentado em forma de dissertação de mestrado teve início em um momento crucial de minha vida pessoal e acadêmica. Certamente, não foi idealizado, sonhado, construído, executado e finalizado apenas por mim, sozinha. Na realidade, ele significa muito mais a participação de tantas pessoas que somente minha. Direta ou indiretamente, várias pessoas foram responsáveis por pelo menos uma vírgula, pequena que seja, nessa construção. Há três anos eu concluía minha monografia de bacharelado do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, e aqui neste espaço dedicado a essas pessoas eu dei início da mesma forma como darei neste momento.

A maior responsabilidade por tudo o que poderia ser possível, ou que me fizera parecer possível o que para mim não era, são aqueles por quem devo minha infinitamente eterna gratidão, sem os quais eu realmente jamais poderia sequer ter dado início a este projeto, quem dirá finalizá-lo. Trata-se de Célio Borges, Maria Helena e Henrique Borges. Pai, mãe e mano, a vocês eu dedico e agradeço da forma mais sincera que meu coração permitir. Agradeço por cada pedacinho mínimo de absolutamente tudo o que foi feito por mim, e por tudo que pude fazer junto com vocês. Vocês são minha equipe, e sem vocês nada disso teria sido realizado. Obrigada e obrigada!

Agradeço à profa. dra. Neli Mello por cada atenção dada a cada detalhe, em cada situação seja de orientação, aula, reunião ou mesmo encontros informais. Agradeço-lhe pela confiança, desde o primeiro email enviado para um primeiro contato e uma primeira leitura da proposta inicial, até o corrente momento em que consigo perceber o meu amadurecimento diante de suas duras e ao mesmo tempo benevolentes observações e considerações. Creio que o trabalho realizado em conjunto permitiu a criação de um laço que se baseia (de minha parte) em admiração, respeito e um carinho imenso que tenho. Agradeço-lhe imensa e profundamente!

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, ao Departamento de Geografia, bem como à Universidade de São Paulo pelo acolhimento e por proporcionar seu âmbito e suas estruturas físicas e intelectuais, sem as quais eu não conseguiria realizar este trabalho. Agradeço ao Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) da FFLCH, pela concessão das bolsas e pela experiência obtida com a preparação pedagógica e os estágios docentes realizados junto a essa instituição. Também faço meu agradecimento à CAPES pelo financiamento da pesquisa com a concessão de bolsa integral, cujo apoio me permitiu a realização das atividades acadêmicas em São Paulo, participação em eventos e trabalho de campo.

Agradeço ao prof. dr. Luis Bittar Venturi, pela confiança ao me receber como estagiária na disciplina de Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia, no curso de graduação do departamento de Geografia.

Agradeço também à profa. dra. Rita de Cássia Ariza Cruz, primeiramente por ter me oferecido tantos conhecimentos pertinentes ao meu processo de construção do conhecimento, quando da oferta da disciplina Pesquisa em Geografia: Método e Projeto. Suas considerações, incentivos e observações foram de extrema importância para mim. Do mesmo modo importante, também lhe agradeço pela confiança ao ter me recebido como monitora (ou minitora) em seu trabalho de campo relativo ao curso de Geografia Regional IV – Amazônia, momento em que pude aprender muito, experiência certamente única. O campo me proporcionou conhecer uma Amazônia que eu ainda não conhecia, e ampliar ainda mais o meu leque de observações e análises referentes ao meu próprio objeto de estudo. Fora tudo isso, manifesto aqui meu imenso carinho por sua figura tanto docente quanto humana.

Agradeço ao prof. dr. Hervé Théry, por todos os incentivos, todas as atividades realizadas em conjunto, pela troca e por ter me recebido como estagiária em sua disciplina Geografia Regional IV – Amazônia, no curso de graduação do departamento de Geografia. Certamente, sua experiência nessa região é tão rica que eu isoladamente não poderia dar conta de absorver. Porém, cada momento de aprendizado foi especial e de extrema importância para o meu desenvolvimento. Tenho certeza que o meu resultado de hoje conta com tudo isso.

Um agradecimento também é aqui feito aos professores Marcelo Martinelli, Rosa Ester, Andre Martin, Wagner Costa, Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, Ailton Lucchiari, Marta Medeiros, Fabio Betioli Contel e aos demais professores do departamento de Geografia.

Em especial à profa. Maria Mónica Arroyo, que sempre tão atenciosa também me proporcionou um imenso aprendizado, o qual nunca perderei de vista.

Aos funcionários Ana (ex-funcionária), Rosângela, Fermino, Jurema, Cida da secretaria da pós-graduação, bem como à Luciana, o Orlando e os demais da secretaria de graduação, tanto pelo apoio nas questões burocráticas quanto pela agradável companhia nos corredores do departamento de Geografia e pelas conversas informais. Da mesma forma, agradeço aos funcionários do prédio da administração da FFLCH, na famosa sala 118.

Agradeço à Sandra, funcionária da zeladoria responsável pela ala da Geografia, cuja companhia foi de grande alegria. Também agradeço imensamente à Ana e ao André das copiadoras do espaço Aquário do departamento de Geografia.

Faço aqui um agradecimento especial aos amigos do Laboratório de Geografia Política (GEOPO) Clenes Louzeiro, Ramez Maloouf, David Ramirez, Camila Lomba, Fernanda Sant'Anna, Gilberto Cunha, e demais colegas por cada incentivo e momento de troca e de descontração. Aos amigos e também orientandos da professora: Fabiana Cunha, Jodival Maurício, Paulo Roberto, Daniel Stella Castro, Carla Moura, Heloísa Tozato e Marta Penteado, com certeza uma grande equipe ao redor da profa. Neli! Também faço meus agradecimentos aos amigos do LABOPLAN Ana Elisa, Daniel Huertas, Aline Santos, Aline Oliveira, Mateus Sampaio, e aqueles com quem também pude desfrutar da companhia, trocando experiências ou tomando um cafezinho.

Agradeço imensamente à Luciana Sá Teles, cujo incentivo foi fundamental à minha vinda para o mestrado. Seu carinho e amizade são também significativos e de extrema importância para mim. Também agradeço à sua família e a Heloíse Rivas. Muito obrigada!

Aos amigos da pós: Villy Creuz, Virna, Kátia, Julio Toledo, Paul Sutermeister, Fernanda Righi, Fernanda Thomaz, Sandra Helena, Carolina Todesco, Andrei Cornetta, Arnaldo, Márcio Douglas, além de todos os demais com que compartilhei angústias, experiências e momentos de descontração. Em especial à Mayka Danielle e à Clarisse Coutinho, por terem me recebido em sua casa quando da realização da prova de proficiência e da entrevista para ingresso no mestrado, bem como por cada momento prazeroso de diálogos e troca de experiências. Igualmente agradeço aos colegas e amigos da Graduação do departamento de Geografia.

Agradeço pela oportunidade de morar no CRUSP, o que certamente me permitiu de forma extremamente considerável a realização de meu trabalho e permanência em São Paulo. Do mesmo modo, agradeço ao Joilson, a Camila, e os demais da portaria. Também à dona Andreлина, que compartilhou de vários momentos de cafezinho e descontração, durante os intervalos de nossos trabalhos.

Faço agradecimentos especiais para Ivan Rocha, Daniel Marcolino, Michell Tolentino, Fernanda Nogueira, Jane Barbosa, Josy e Suzana. Certamente vocês são amigos que levarei para toda a minha vida. Os considero a minha *hogera*, termo utilizado para designar “família”. Obrigada por me “aturarem”! Aos meus amigos da Paraíba, do Ceará, do Maranhão, do Pará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Alagoas, da Bahia, de Minas Gerais, e mesmo de São Paulo, amigos que foram como uma verdadeira família para mim em SP, sobretudo no CRUSP: Paulo, Cynthia, Maraca, Jordana, Dhiego Medeiros, Gleidson, Samarone, Evandro, Ademar, Gustavo, Lucas, Vitória, Odaleia, Nahim, Silmara, Marcos, Patrícia Alves, Carol Alves, Ana Xico, Gal, Roseane, Mario, John, Estevam, Fábio Oliveira, Esmeralda, Carlos Pinzón, Jäder, Sérgio, Rafael, Ana, André Barbosa, Beth, Chicão, Mateus, Clayton, Lidiane e Pedro, e todos os demais amigos e colegas cruspianos que compartilharam seja de um papo rápido pelo corredor, seja de um cafezinho ou um almoço no bandeirão. Sem vocês esse trabalho teria sido bem mais custoso.

Agradeço aos amigos da Projeto Liberdade Capoeira. Também agradeço à Marcela Budiski, Thelma e Evelien, bem como à dona Neuza, Mirela, Luciana, Cintia e Milena. Embora nossa

convivência tenha sido breve, certamente as experiências compartilhadas foram muito valiosas para mim.

A todos os amigos da RM Butantã e da BSGI. A Célia, Lina, Rick, Bruna, Christina, Marcel, Carol, Joyce, Zé Carlos, Vera, Domênica, dona Beth, Julia, Tereza, e todos da Regional Butantã, muito obrigada! À Marcela Morita, Jéssica Shiozawa e Thais Ohana, e todas as companheiras do grupo Cerejeira da RM Butantã. Também faço aqui mais um agradecimento especial à Elissa e à Mafuane, companheiras e amigas que também levarei por toda a vida. À dona Teresa e ao sr. Cláudio, meu imenso carinho.

À Camila Simões, meu infinito e sincero agradecimento. Sua amizade e carinho são peças fundamentais na engrenagem da vida, e que com toda a absoluta certeza me foram fonte de incentivo para muito de todo esse processo. Minha querida amiga, obrigada por infinitamente tudo!

Agradeço aos amigos de Rondônia que de inúmeras formas me incentivaram a estar aqui. Agradeço de forma mais significativa a Diogo Borges, Natália Molina, Marina Bueno e Diego Paes.

Agradeço aos professores, colegas e amigos da UNIR (campus de Porto Velho e Ji-Paraná), que me auxiliaram seja no processo de ingresso no mestrado, seja no trabalho de campo ou em outros momentos. Agradeço à profa. Maria Madalena Ferreira, pelo seu apoio quando da minha partida rumo ao mestrado. Também agradeço ao Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental, sobretudo os professores Dorisvalder, Antônio Claudio e Madalena pelas grandiosas contribuições. Do campus de Ji-Paraná, agradeço aos professores Alex, Ana, João, Igor e, especialmente, Maria Lúcia. Agradeço aos meus grandes e queridos amigos Michel Watanabe, Diego Alves, Mirtilene, Janielson, Sari e Vinícius. Agradeço também ao amigo Charles Barata. E aos acadêmicos de engenharia ambiental Anderson, Agni e Amaurini da UNIR de Ji-Paraná. Também agradeço aos professores Valdir Aparecido e Ninno Amorim pelos bate-papos e suas grandes contribuições com ideias para meu estudo. Faço um agradecimento específico ao Ricardo Gilson, pelo grande incentivo feito para que eu entrasse no mestrado, pelos diálogos e pelas dicas durante todo esse processo. Obrigada!

Agradeço à Deplan de Ji-Paraná, ao dr. Miguel de Souza, aos funcionários da Fiero, da Sedes-RO, do DNIT, do IBGE, do Idaron, à pastoral dos migrantes, Irmã Carolina e d. Antônio, aos funcionários e à gerência da Eletronorte, em especial o sr. Valdemir e todas as demais instituições visitadas durante o trabalho de campo.

À Vanessa, ao Iremar e à Márcia, e aos amigos que juntos estão construindo um forte movimento de resistência em Rondônia.

Agradeço com todo o carinho aos meus familiares, meus avós, meus tios e meus primos, seja “da parte de lá” ou da “parte de cá”. Vocês todos também são parte igualmente importantíssima na realização dessa pesquisa. São a base na qual me apoiou e me apoiarei sempre, e para quem também dedico essa conquista. Agradeço de forma igualmente carinhosa ao Lélcio, à Laura, ao Tiago, à Mariana e ao Pedrinho, meu sobrinho primogênito, que mesmo com pouco tempo que veio ao mundo, já “se garante” forte e rapidamente crescendo, sendo uma das lindas surpresas e alegrias que pude vivenciar durante essa jornada paulistana.

Ao fim, agradeço a Thiago, sem palavra alguma para descrever tudo o que isso é e representa. Agradeço-lhe pela ilimitada paciência e pelo grandioso saber compartilhado em praticamente todos os momentos, e também por ter em mim confiança e me fazer ter a certeza cada vez mais forte do companheirismo. Ao carinho e ao amor também infinitos. Agradeço por toda vírgula lida, o parágrafo de cada texto discutido, pelas pausas para o descanso, cada segundo vivido durante esse tempo, por todas as críticas e também por cada valiosa sugestão e também todos os carinhosos incentivos. Certamente, sua força, disposição e benevolência me inspiraram e me inspiram muito, e foram o combustível para que eu pudesse prosseguir. Minha conquista é nossa conquista. Juntos... Agradeço-te com todo o amor do mundo. Igualmente agradeço a Genilda e José Geraldo Moraes, pessoas às quais devo grande carinho e amizade.

Aos demais que porventura eu não tenha mencionado, peço perdão pela falha, reconhecendo esse risco ao optar por citar cada um, ao mesmo tempo em que manifesto novamente meu muito obrigada!

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-lo em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

Milton Santos.

RESUMO

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas Territoriais na Fronteira: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

Tendo como base a reflexão sobre como o Estado brasileiro formula sua estratégia política e econômica para a ocupação, exploração, desenvolvimento e incorporação de territórios no país, objetivamos com este estudo compreender qual a nova configuração territorial em Rondônia a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto, pretendemos analisar a importância desse programa na transformação do território desse estado, que recebe atualmente duas das maiores obras de infraestrutura do Governo Federal: as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Partimos do pressuposto de que, a partir da década de 2000 se inicia um novo período de ascensão econômica em Rondônia modificando profundamente as relações entre os diversos agentes, tanto em âmbito local quanto regional. Definimos como recorte temporal do estudo o período entre 1990 (após os projetos de colonização das décadas de 1970 e 1980) e 2010 (PAC-1). Em nossa análise, porém, focalizamos o PAC-1 (2007 a 2010), no eixo Infraestrutura Logística e Energética, que corresponde ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 referente ao segundo mandato do presidente Lula, assim como as transformações territoriais consequentes de seus projetos. Com ênfase no estado de Rondônia, investigamos desde as formas de incorporação da Amazônia ao contexto econômico e político do país, passando pelas políticas ambientais da década de 1990, até chegarmos ao atual cenário de megaempreendimentos e grandes obras. Algumas hipóteses nos nortearam: a) a ideia de que os projetos de infraestrutura até o final da década de 1980 serviram de base para a atual configuração territorial que se forma no estado, b) a política ambiental, após os programas de colonização, teve um efeito de conservação de áreas com floresta, sendo um obstáculo ao grande avanço do capital produtivo, restando hoje apenas as unidades de conservação e demais áreas protegidas, c) o PAC dá continuidade a um novo ciclo de programas governamentais iniciado com Fernando Henrique na segunda metade da década de 1990, repetindo projetos de infraestrutura que não se concretizaram anteriormente, d) as localidades que recebem grandes obras em favor do desenvolvimento econômico nacional sofrem grandes danos devido aos interesses das empresas envolvidas serem a prioridade nesse processo. Os procedimentos metodológicos que adotamos para o estudo foram pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais do PAC, trabalho de campo realizado em Rondônia e sistematização das informações em gabinete. Nossas variáveis analíticas consistiram em população, PIB, dados de energia e atividades econômicas. Ao confrontarmos os dados fornecidos por movimentos sociais com os das secretarias governamentais, identificamos disparidades, o que municiou nossa discussão sobre as implicações desses projetos na atual configuração territorial rondoniense.

Palavras-chave: Rondônia – PAC-1 – Configuração Territorial – Obras – Conflitos

ABSTRACT

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Territorial Politics at the Border: The Program of Accelerated Growth and changes in Rondônia at the beginning of the XXI century.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

Based on the thought of how the Brazilian government formulates its strategy and economic policy for the occupation, exploitation, development and incorporation of territories in the country, this study aimed to understand what the new territorial configuration in Rondônia from the Program for Accelerated Growth (PAC). To this end, we intend to analyze the importance of this program in the transformation of that state's territory, which currently receives two major infrastructure works of the Federal Government: the Santo Antonio and Jirau hydroelectrics. We assume that from the 2000s begins a new period of economic upswing in Rondônia modifying deeply the relationships between various actors, both locally and regionally. We defined as the time frame of the study the period between 1990 (after the colonization projects of the 1970s and 1980s) and 2010 (PAC-1). In our analysis, however, we focused on PAC-1 (2007-2010), in the Logistics and Energy Infrastructure axis, which corresponds to the Multiyear Plan (PPA) from 2008 to 2011 for the second President Lula's term of office, as well as the territorial changes resulting from their projects. With emphasis on the state of Rondônia, we investigated since the ways of incorporating the Amazon to the economic and political country context, through the environmental policies of the 1990s, until we reach the current scenario of megaprojects and great works. Some hypotheses have guided us: a) the idea that the infrastructure projects by the end of the 1980s served as the basis for the current territorial configuration that is formed in the state, b) environmental policy, after the colonization programs, had a effect of conservation areas with forest and a great obstacle to the advancement of productive capital, leaving today only conservation areas and other protected areas, c) the PAC continues a new period of government programs initiated by Fernando Henrique Cardoso in the second half the 1990s, repeating infrastructure projects that did not happen earlier, d) the locations that receive large works in favor of national economic development suffer major damage due to the interests of companies involved in this process are the priority. The methodological procedures adopted for the study were literature, analysis of official documents of the PAC, fieldwork in Rondônia and systematization of information in the office. Our analytical variables consisted of population, GDP, energy data and economic activities. When conflicted data provided by social movements with those of government departments, identify gaps, it equipped our discussion of these projects implications in the Rondônia's current territorial configuration.

Key-words: Rondônia – PAC-1 – Territorial Configuration – Works – Conflicts

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grandes projetos territoriais e obras na Amazônia entre os sécs. XX e XXI	43
Quadro 2: Hierarquização e denominação de redes	69
Quadro 3: Os objetivos do PPG-7 mediante as situações conflituosas na Amazônia	83
Quadro 4: A implantação do Planafloro e suas diretrizes	84
Quadro 5: Diferentes visões acerca da formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia	89
Quadro 6: Principais obras de infraestrutura (logística e energia) em Rondônia no período entre 2007 e 2010	100
Quadro 7: Investimentos em infraestrutura a partir da Fiero	109
Quadro 8: Geração de energia pelos projetos de hidrelétricas em Rondônia	126
Quadro 9: Investimentos do PAC para Rondônia no período de 2007-2010	132
Quadro 10: Características técnicas da usina de Rondon-II	143
Quadro 11: Informações técnicas da usina de Santo Antônio	145
Quadro 12: Dados técnicos da construção da usina de Jirau	150
Quadro 13: “Oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos prioritários”	161
Quadro 14: Principais projetos financiados pelo BASA	163
Quadro 15: Divisão e descrição das regionais da Eletrobras-Eletronorte	170
Quadro 16: Número de estabelecimentos empresariais ativos em Rondônia entre 2001 e 2010	175
Quadro 17: Dados de população, frota de veículos e número de acidentes em Rondônia entre 2003 e 2009	193

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da área de estudo (estado de Rondônia – RO, Brasil)	24
Figura 2: Número de estabelecimentos agropecuários por unidades entre 1970 e 2006 em Rondônia	52
Figura 3: Projeção das futuras e principais linhas de transmissão de energia hidrelétrica no Brasil em 2010	57
Figura 4: Mapa das rodovias projetadas para Rondônia na década de 1980	58
Figura 5: Primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia em 1990	90
Figura 6: Segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia em 2002	91
Figura 7: Taxas de desmatamento anual em Rondônia entre 1988 e 2010	93
Figura 8: Efeitos do Complexo do Madeira na sociedade local	105
Figura 9: Indústrias de construção civil instaladas em Porto Velho-RO	111
Figura 10: Implantação da logística de transportes em Rondônia durante o período entre 1995 e 2002	118
Figura 11: Implantação da malha energética de Rondônia durante o período entre 1995 e 2002	119
Figura 12: Ligações intermodais e previsão de investimento em transportes pelo PAC na região Norte	123
Figura 13: Geração e transmissão de energia elétrica pelo PAC na região Norte	124
Figura 14: Obras das linhas de transmissão Madeira-RO-Araraquara-SP em Rondônia	125
Figura 15: Conjunto de obras do PAC em Rondônia	133
Figura 16: Distribuição dos projetos do PAC 1 e 2 para transportes em Rondônia	134
Figura 17: Placas do Governo das obras na BR-364 em Rondônia	136
Figura 18: Ponte sobre o rio Candeias em Rondônia	136
Figura 19: Construção de viadutos em Porto Velho-RO	137
Figura 20: Transformações espaço-temporais no entorno da BR-364 e da Usina de Santo Antônio	139
Figura 21: Construção da ponte sobre o rio Madeira	140
Figura 22: Transformações espaço-temporais no entorno da BR-319, da cidade de Porto Velho-RO e da Usina de Santo Antônio	142
Figura 23: Vila de Santo Antônio, Porto Velho-RO	144
Figura 24: Obras da usina hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira-RO	146
Figura 25: Complexo da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no centro da cidade de Porto Velho-RO	147
Figura 26: Entrada do canteiro de obras da hidrelétrica de Jirau	149

Figura 27: Obras em Mutum-Paraná	153
Figura 28: Vila de Nova Mutum-Paraná	153
Figura 29: Transformações espaço-temporais no entorno da usina de Jirau e localidades de Mutum-Paraná e Jacy-Paraná	154
Figura 30: Obras do terminal portuários do Cai n' Água em Porto Velho-RO	158
Figura 31: População residente entre 1990 e 2010 em Rondônia	166
Figura 32: Plano Decenal 2011-2020 da Distribuição Rondônia de Energia	168
Figura 33: Conjunto de Regionais do Estado de Rondônia	171
Figura 34: Média de participação do PIB a preços correntes da unidade da federação entre 1999 e 2009 em Rondônia	172
Figura 35: Média do Produto Interno Bruto a preços correntes de 1999 a 2009 em Rondônia	173
Figura 36: Produto Interno Bruto a preços correntes entre 1999 e 2009 em Rondônia	174
Figura 37: Lavoura temporária de soja entre 1990 e 2009 em Rondônia	176
Figura 38: Produção de Milho em Rondônia	177
Figura 39: Efetivo bovino da pecuária entre 1990 e 2009 em Rondônia	178
Figura 40: Distribuição das atividades econômicas agroindustriais em 2011 em Rondônia	179
Figura 41: Construção de novos prédios em Porto Velho	186
Figura 42: Cartaz de divulgação da construção do Loteamento Bosques do Madeira na cidade de Porto Velho-RO	188
Figura 43: Localização do Loteamento Bosques do madeira próximo às futuras instalações da hidrelétrica de Santo Antônio, Porto velho-RO	188
Figura 44: Bancos envolvidos em investimentos nas obras em Rondônia	192

LISTA DE SIGLAS

ACN – Associação dos Criadores de Nelore do Estado de Rondônia
ALBRAS – Alumínio Brasileiro SA
ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil SA
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
BANIF – Banco Internacional do Funchal
BASA – Banco da Amazônia SA
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional da Habitação
CA – Corrente Alternada
CC – Corrente Contínua
CCSA – Consórcio Construtor Santo Antônio
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIN – Centro Internacional de Negócios do Estado de Rondônia
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLTEMA – Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas
COMAI – Comitê de Avaliação Independente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOTRARON – Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia
CPA – Centro Político-Administrativo de Rondônia
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSAC – Consórcio Santo Antônio Civil
DER – Departamento de Estradas e Rodagem
DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Estado de Rondônia
EFMM – Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras SA
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
ELETROSUL – Eletrosul Centrais Elétricas SA
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENID – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FAPERON – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado de Rondônia

FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIERO – Federação das Indústrias de Rondônia
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIP – Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FURNAS – Furnas Centrais Elétricas SA
GDF Suez – Gaz de France e Suez
GICOM – Grupo Industrial do Complexo Rio Madeira
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes
IHU – Instituto Humanitas Unisinos
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia
IMV – Instituto Madeira Vivo
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
LI – Licença de Instalação
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MCC – Movimento Camponês Corumbiara
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento Sem-Terra
ONG – Organização Não-Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
PAE – Programa de Aperfeiçoamento de Ensino
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PCH – Pequena Central Hidrelétrica
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLAMAZÔNIA – Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPA – Plano Plurianual
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODES – Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEDES – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo
SFA/RO – Superintendência Federal de Agricultura
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIMPI – Sindicato das Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SIN – Sistema Interligado Nacional
SINE – Site Nacional de Empregos
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SONDOTÉCNICA SA – Sondotécnica Engenharia de Solos SA
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
UHE – Usina Hidroelétrica
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
ZSEE-RO – Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
Lista de Quadros	xi
Lista de Ilustrações	xii
Lista de Siglas	xiv
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – RONDÔNIA, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: AS DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA NO SÉC. XX	42
1.1. As políticas territoriais para Rondônia no século XX	42
1.2. A linha do telégrafo, a BR-364 e o novo Eldorado	47
1.3. O Estado enquanto agente modernizador da fronteira	59
1.4. As redes técnicas e a configuração territorial	65
1.5. As dinâmicas e as transformações territoriais em Rondônia	70
CAPÍTULO II – O CONTEXTO DA PÓS-COLONIZAÇÃO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL EM RONDÔNIA NA VIRADA DO SÉC. XX PARA O XXI	76
2.1. O Banco Mundial e a criação do Planafloro	80
2.2. Novo ordenamento territorial em Rondônia: o ZSEE-RO	88
2.3. As novas políticas territoriais e o avanço do Brasil	94
2.4. As novas políticas territoriais II: Rondônia e a aceleração do crescimento	99
CAPÍTULO III – O INÍCIO DO SÉC. XXI E A NOVA FRONTEIRA DO PROGRESSO EM RONDÔNIA	108
3.1. As ações federais para Rondônia	115
3.2. O Programa de Aceleração do Crescimento	121
3.3. O meu lugar virou obra...	129
3.3.1. Algumas obras e seus efeitos no território	133
CAPÍTULO IV – A FRONTEIRA E A NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA NO PERÍODO DE 2000-2010	159
4.1. Um discurso ambivalente	160
4.2. A nova-velha Rondônia e suas atuais configurações	165
4.2.1. As dinâmicas populacionais, energéticas e econômicas	165
4.2.2. Os conflitos no campo	182
4.2.3. As transformações urbanas	185
4.3. A nova configuração territorial e as lições de Rondônia	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
APÊNDICE	214
ANEXOS	218

INTRODUÇÃO

Estudar Rondônia nos leva, primeiramente, a refletir sobre a forma como a região amazônica foi incorporada ao contexto econômico e político do Brasil ao longo dos últimos cem anos. Compreendendo isso, veremos que houve períodos específicos, com oscilações de ascensão e declínio social e que em sua história a Amazônia foi constituída política e economicamente de modo induzido pelo Estado brasileiro, algo que também possibilitou, por outro lado, o surgimento de cidades, povoados, formas e conteúdos que constituem sua sociedade local.

Além da análise sobre o estado rondoniense, considerar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também implica entender como o Estado brasileiro – na figura governamental de parlamentares, como ministros, deputados, senadores, legisladores, etc. – formula sua estratégia política e econômica para a ocupação, exploração, desenvolvimento e incorporação de territórios no país. Implica compreender que houve uma sucessão de programas e políticas governamentais que estruturaram o país em sua atual configuração territorial.

Observando a história amazônica pela leitura dos programas e políticas governamentais ao longo dos últimos cem anos, entenderemos o papel que o contexto amazônico atual tem na política econômica do país, do mesmo modo em que é possível compreender o que significa uma política territorial atual, como a que se configura no PAC, em específico na primeira década do século XXI. Com esse programa, o Governo investiu, em sua primeira edição, mais de R\$30 bilhões apenas no eixo Energia em Rondônia.

Partindo da Amazônia enquanto região para Rondônia enquanto unidade da federação brasileira pertencente ao contexto amazônico, e, ao compreender de que forma esse estado veio se configurando territorialmente ao longo do tempo, pretendemos, com este trabalho dissertativo, analisar qual papel possui o PAC na modificação da configuração atual desse estado. Verificamos o surgimento de um novo período de ascensão econômica que tem modificado profundamente relações sociais, comerciais, políticas, culturais e ambientais, tanto em âmbito local quanto regional.

Em nosso recorte analítico, selecionamos o PAC-1 (2007 a 2010)¹ que corresponde ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, referentes ao segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim como as transformações territoriais consequentes de seus projetos, o que corrobora com nosso recorte espacial.

Para a temporalidade definida no estudo, embora tenhamos mencionado ser nosso foco o PAC-1 anteriormente, optamos por adotar desde a década de 1990 até a execução do programa citado (foco maior de nosso estudo). Após a execução de programas de colonização e demais políticas territoriais, em específico a partir do final da década de 1980, houve uma letargia econômica e política em Rondônia quanto a investimentos em políticas territoriais. Assim, para que pudéssemos entender o que antecedeu diretamente o PAC, selecionamos o período entre 1990-2010 para nossa análise. Estreitando nosso enfoque, visamos entender qual a nova configuração territorial de Rondônia na virada do séc. XXI, em função do PAC².

Em seu discurso, proferido por ocasião da visitação às obras da usina hidrelétrica de Jirau, obra inclusa no conjunto de projetos do PAC, em 13 de agosto de 2010, o então presidente Lula refere-se a essa obra como sendo parte de um conjunto de projetos extraordinários que o Brasil não tinha há muitos anos, onde se empregaram milhares de desempregados, e proporciona o crescimento acelerado e o desenvolvimento econômico do país. Além disso, o referido discurso mostra que o Brasil é um dos países do mundo a ter o maior potencial hidroelétrico, além de possuir 85% de energia elétrica limpa, em relação aos países do primeiro mundo³.

Visando destrinchar alguns pontos específicos do chamado desenvolvimento⁴ proposto pelo PAC, observamos que há uma disparidade entre o discurso oficial do Governo e as

¹ O nome “Programa de Aceleração do Crescimento” se trata de um *slogan* midiático para sua divulgação. Na realidade se trata o Plano Plurianual (PPA). Ou seja, o recorte dos orçamentos para projetos de infraestrutura energética, logística, social e urbana, conforme aqui estudado e mencionado, se materializaram na sua execução, sendo o subconjunto denominado PAC, porém é formalmente e tecnicamente nominado PPA.

² O PAC-2, referente ao governo de Dilma Rousseff (2011-2014), entrou em vigor ao mesmo tempo de nossa pesquisa. Porém, devido ao nosso recorte temporal, não o contemplamos neste estudo.

³ Trechos do referido discurso. Cf. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/13-08-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-alusiva-a-visita-as-obras-de-concretagem-da-usina-hidreletrica-de-energia-de-jirau/vi-ew>. Acesso em 28 de maio de 2012.

⁴ O conceito de *desenvolvimento* possui um denso e complexo aporte teórico de discussão em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. Nesse caso, nos referimos ao termo apropriado pelo Governo e as referências estatísticas que compõem sua definição. Para tanto, temos o conhecimento de que ao mencionarmos o termo *desenvolvimento* podemos cometer o erro de utilizar de forma imprudente um conceito que possui grande complexidade e controvérsias dentro do próprio campo da Economia e das Ciências Sociais em geral. Sendo tanto complexo quanto utilizado de forma demasiada em numerosos âmbitos, há, também, a apropriação do termo pelo Governo para adjetivar bem como nominar suas políticas públicas. Conforme mencionaremos durante alguns momentos desse estudo, políticas e programas governamentais tais como “Programa Integrado de

realidades locais das obras específicas dos projetos. Ao nos determos a analisar o eixo Infraestrutura Energética e Logística, também parte de nosso recorte analítico, veremos que o discurso oficial, tendo como base o desenvolvimento econômico nacional⁵, não contempla, necessariamente, as complexidades que envolvem o PAC em escala local, mascarando seus efeitos, sobretudo sociais.

Ancorando a análise no conceito de configuração territorial, procuramos compreender como as políticas territoriais governamentais influenciam o lugar com a criação de novos objetos no espaço, novas empresas, novos agentes e sujeitos, além de desestruturar e reestruturar toda a dinâmica local. Podemos observar aí um paradoxo, pois quando se constroem novas relações determinadas a partir de grandes empresas e corporações consideradas modernas, relações antigas, vivências, hábitos e raízes são amplamente modificados.

Os aspectos norteadores da reflexão serão as obras (estas sendo principalmente de rodovias e hidrelétricas), a configuração territorial decorrente desses grandes empreendimentos e a origem de seus projetos que envolvem os interesses dos diversos agentes e sujeitos.

Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste)”, “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid)”, levam em seu nome o termo-conceito carregado de ideologias estatais. Há inclusive nas nomenclaturas de segmentos governamentais, tais como o “Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”. Até mesmo aparece nas secretarias estaduais do governo de Rondônia: “Secretaria do Desenvolvimento Ambiental (Sedam)” e “Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes)”. Sabemos que o conceito de desenvolvimento possui alguns ângulos como o local, regional, nacional, econômico, social, rural, territorial, sustentável, etc. Também entendemos que na visão governamental o termo possui cunho majoritariamente (não estritamente) econômico, no sentido de que o Estado estabelece no território as vias para expandir sua produção, criando todos os meios para que o crescimento de sua economia nacional seja viabilizado. Isso ocorre pela construção de estradas, alocação de indústrias, expansão das telecomunicações, recrutamento de mão-de-obra. etc. Ao fazê-lo, o Estado nacional, utilizando-se das escalas regional e local, atinge seu objetivo denominado desenvolvimentista, ou seja, que visa esse desenvolvimento econômico. Assim, dadas as nossas limitações para a incorporação de tão profundo e complexo conceito em nosso recorte analítico, e por nos determos a outro foco, optamos por apenas mencioná-lo enquanto termo, e não nos aprofundarmos em seu âmbito conceitual. Para tanto, há algumas entre numerosas referências que certamente o esclarecerão (o conceito) mais, e entre elas, para um debate acerca da gênese do uso de tal conceito em cunho governamental bem como das inúmeras possibilidades de interpretação e emprego, pode-se conferir Esteve (2000, p. 59-83). Para uma crítica a algumas formas de emprego do termo desenvolvimento, entre elas a governamental, territorialista, e, consequentemente, associada ao poder, bem como uma discussão sobre o espaço e a autonomia inseridos nesse contexto, ver Souza (2011, p. 77-116). Para um maior aprofundamento desse conceito e estudo das diversas correntes econômicas clássicas e sobre o desenvolvimento, vale recorrer a Furtado (2000), Meier e Baldwin (1968), Schumpeter (1961) e Thweatt (1971), entre muitos outros.

⁵ Idem. Concepção governamental.

POR QUE 1990-2010?

O recorte temporal aqui estabelecido remete a um período que caracteriza um novo *boom* de crescimento no estado de Rondônia, diante, principalmente, de investimentos federais e internacionais, na produção da soja, em modais viários (como hidrovias e rodovias) e projetos de geração de energia. Todavia, esses investimentos ressurgem somente na segunda metade da década de 1990, sucedendo um período de recessão econômica também após grandes projetos das décadas de 1970 e 1980.

POR QUE RONDÔNIA?

Estudar Rondônia possui diversos significados. Apesar de não nascerem nesse estado, muitos de seus moradores puderam assistir às diversas transformações territoriais que ocorreram durante um tempo recente, processos que foram se acumulando e tendo novas funções a cada período. Muitos filhos de migrantes, nascidos ou não nesse território, conhecem a fundo a história daqueles que viajaram do Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul brasileiros em busca de oportunidades, fosse para ter uma terra ou trabalhar na cidade, mas que rapidamente criaram os costumes rondonianos⁶.

Logo, é possível a partir daí o estabelecimento da relação com o *meu lugar*⁷, conceito este trabalhado dentro da Geografia como um espaço onde o homem estabelece suas raízes e reproduz a sua cultura. Esse conceito não ganhou destaque no trabalho, pois houve aqui a necessidade de uma abordagem aprofundada das categorias de análise *território*, *fronteira* e *configuração territorial*, os quais ajudam a compreender a complexidade do território que abrange Rondônia na virada do séc. XXI. Atualmente, o estado vivencia um novo ciclo de incremento econômico, onde devido ao PAC há um pesado investimento na construção de duas hidrelétricas no rio Madeira.

⁶ Sobre a questão das migrações, um importante estudo foi realizado sobre os professores leigos dentro dos projetos de colonização, sendo esses que migraram para lecionar ou passaram a dar aulas nos assentamentos ou das colônias/vilas por deterem maior conhecimento e, portanto, transmiti-lo aos demais. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras escolas agrícolas no interior de Rondônia. Cf. BORGES, C. J. **PROFESSORES LEIGOS EM RONDÔNIA: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP**. Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, 2011. Disponível em http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2_011/borges_cj_dr_arafcl.pdf. Acesso em 13 de junho de 2012.

⁷ Destaque feito apenas para elucidar um termo-conceito necessariamente mencionado nesse item, porém não utilizado enquanto categoria de análise durante o trabalho.

Na margem direita desse rio se localiza a capital Porto Velho e possui um importante significado geográfico por ser o maior afluente do rio Amazonas, abastecer as localidades no seu entorno, e pelo papel geomorfológico que desempenha em toda a bacia amazônica considerando a quantidade de sedimentos e biodiversidade que carrega consigo.

Porém, mais que isso, o significado cultural que o rio Madeira possui, considerando o imaginário da população que dele depende para a retirada de sua subsistência e para o fortalecimento ainda maior de suas raízes com o seu *lugar*. E essa relação com o rio Madeira, pelo menos para alguns desses viventes é ainda mais profunda. Nesse *lugar* teve início basicamente toda a história de Rondônia com a chegada dos primeiros bandeirantes logo no século XVI. Na sequência dos eventos houve a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), os ciclos da borracha, o surgimento de atividades garimpeiras e dos ciclos agrícolas de colonização, embora alguns séculos mais tarde.

Sendo o programa mais recente da política brasileira (segunda metade da década de 2000, se estendendo pela década de 2010 através do PAC-2), contempla-se o estado de Rondônia com as obras de um grande complexo hidrelétrico, linha de transmissão de energia elétrica, ampliação da malha viária, pontes e outras pequenas obras. Essas, por sua vez, contribuem para o aumento da arrecadação estadual, ampliação do comércio, surgimento da indústria e serviços do setor da construção civil, crescimento demográfico acelerado, empregos temporários, especulação imobiliária, encarecimento de produtos e serviços, entre outros fenômenos.

Rondônia também possui diversas diferenciações espaciais: a capital e uma porção noroeste do estado são formadas basicamente por migrantes nordestinos, indígenas e caboclos desde o tempo da construção da estrada de ferro e dos ciclos da borracha; já o interior do estado tem sua formação demográfica por migrantes centro-sulistas. Entre eles estão os camponeses em sua maioria, profissionais liberais, técnicos das instituições governamentais implantadas para a gestão das novas migrações e novas atividades em Rondônia, novos empresários, enfim, novos sujeitos que aceitaram o desafio de partir para o “grande Eldorado”, com a esperança de uma vida melhor e de uma terra para plantar e colher.

Como território integrante da chamada Amazônia Legal, todos os “holofotes” estão voltados a essa região já há algum tempo, por se constituir uma reserva de recursos e de grande biodiversidade. Um dos objetivos da atual política econômica brasileira é justamente garantir sua soberania estatal, bem como garantir o suprimento das necessidades do crescimento da economia e as relações com o mercado internacional, resultando em diversos programas de integração e desenvolvimento.

E considerando o período recente, estudar Rondônia significa responder a questões como “Por que estão construindo um prédio naquele quarteirão?” ou “Por que estão chegando à cidade tantas pessoas diferentes?”. A princípio, parecem questões simples, com um conteúdo previsível para suas respostas.

Essas primeiras inquietações, mesmo com um tom simplório, nos levaram a fazer questionamentos mais complexos e a verificar que estudar Rondônia implica compreender a formação de sua sociedade. Transferindo para uma escala geográfica nacional e considerando as diversas ações estatais sobre esse território, implica também entender como funciona boa parte do sistema político e econômico brasileiro. Leva-nos a estudar o *meu lugar*, onde em pouco menos de dez anos (2000-2010) surgiram novas obras, pessoas, empresas, muitos automóveis, dinheiro em montantes elevadíssimos, sobretudo criou novos *lugares*.

Certamente já houve outras transformações de envergadura semelhante, tais como programas de colonização, obras para exportação de produtos, construção de ferrovias, atividades de mineração, todas com um impacto territorial e populacional muito grande. Porém, após cerca de vinte anos, uma nova onda de investimentos ainda maiores que esses ora citados se mostra no estado, com impactos mais imediatos que anteriormente, equipamentos territoriais ainda mais complexos e grandes corporações se instalando de fato nesse lugar. Contudo, esses novos elementos no espaço nos instigaram a querer compreender de onde migraram e o que na cidade fazem.

Assim, dentro de nossa proposta de pesquisa, tendo como principal questão as transformações territoriais no estado de Rondônia (figura 1), decorrentes da implantação e materialização de projetos de infraestrutura, fazemos a pergunta crucial de toda a investigação: Qual é a configuração territorial do estado de Rondônia no início do séc. XXI a partir das obras do PAC?

Figura 1: Localização da área de estudo (estado de Rondônia – RO, Brasil). Criado com ArcGIS, Base Cartográfica da Sedam, Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SAD69. Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Para tanto, tendo definido o recorte temporal entre 1990 e 2010, e tendo o pressuposto de que Rondônia passou por diversas transformações ao longo do tempo, de maneira simultânea àquelas ocorridas em toda a Amazônia brasileira, consideramos na análise os projetos de infraestrutura que pertencem ao PAC (como rodovias, ferrovias e hidrelétricas), repercutindo em grandes transformações no território.

Consideramos o PAC (2007-2010) como sucessor do Plano Brasil de Todos (PPA 2004-2007). Esses planos plurianuais retomam o planejamento do Governo Federal para investimentos, sendo o PAC um eixo estruturante para a aplicação desses recursos com o objetivo do desenvolvimento econômico.

O principal objetivo do programa consiste em “(...) promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento de empregos e a melhoria da qualidade de vida da população. Possui um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos para o crescimento” (BRASIL, 2010).

O Governo Federal, sob os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), extraiu do PPA parte dos investimentos e, a partir disso, foram selecionados projetos para comporem o PAC Infraestrutura, este por sua vez subdividido nas categorias de energia, logística, social e urbano.

Serão considerados aqui os projetos que antecederam os atuais e os que estão em implantação, levando em conta também as estruturas que estão surgindo que não pertencem ao conjunto de obras do PAC, tais como a pavimentação de rodovias em Rondônia (no caso da saída para o Pacífico, estradas vicinais estaduais, etc.). Há também o projeto de um novo porto em Porto Velho a fim de dinamizar o escoamento através da hidrovía do Madeira, bem como o surgimento de pequenas centrais hidrelétricas no interior do estado (além de muitas empresas e a indústria da construção civil, que estão se estabelecendo em decorrência desse conjunto de obras).

Considerando a amplitude dessas intervenções em sua totalidade e a demasiada complexidade que esse momento representa para o estado (além de serem novos, estão em processo de transformação), os referenciais bibliográficos e o estado da arte dos registros acerca dessas questões, ainda se fazem restritos. Há poucos livros, teses e dissertações sobre o tema, ao passo que há a existência de artigos científicos, não-científicos e capítulos de livros desde 2010. Há muitos registros em meios de comunicação da mídia, eletrônica ou impressa, que têm divulgado, também dentro de limitações, os acontecimentos acerca das obras do PAC em Rondônia.

Reconhecendo nisso as diversas limitações impostas ao nosso estudo para registrar os eventos, selecionamos variáveis que serão expostas, problematizadas e analisadas no decorrer da pesquisa. Não se faz possível atender à totalidade complexa que constitui esse programa, sobretudo no estado rondoniense, porém, dado nosso esforço de cumprir o que nos propusemos, buscamos atingir ao máximo nossa compreensão acerca dessa realidade. Diante disso, com nossa pesquisa procuramos:

- Caracterizar os processos históricos de implantação de projetos de ocupação agrícola (Polonoroeste, Planaflores, etc.) e infraestrutura que resultaram na configuração territorial existente hoje em Rondônia, e caracterizar as principais obras atuais em Rondônia a partir do PAC e sua relevância em termos de integração regional e nacional, de fluxos e escoamento de mercadorias e seus principais impactos sobre as unidades de conservação;
- Identificar e analisar a dinâmica populacional entre 1990 e 2010, verificando a mobilidade da população em virtude das atividades econômicas existentes no estado, que por sua vez

foram elencadas e analisadas a partir dos censos do IBGE para a análise de quais delas se desenvolveram mais nesse período;

- Sistematizar informações advindas das análises visando destacar as principais redes técnicas e seus conflitos atuais para auxiliar no planejamento e na gestão do território de Rondônia.

Para tanto, buscamos compreender que a nova configuração territorial em Rondônia surge com um conjunto de novos sujeitos, estes representados pelo setor do comércio e da indústria, aliados a agentes econômicos com mais força no mercado (leiam-se comércio, indústria e agropecuária), impulsionados pelas obras (leiam-se hidrelétricas, linhas de transmissão, ampliação de rodovias e pontes). São criadas novas redes técnicas territoriais que se retroalimentam, com interesses que se materializam territorialmente e geram novos interesses, criando cada vez mais novas complexidades de objetos e equipamentos no território. São novos investimentos, principalmente para o setor energético e de transporte, e, devido a isso, os demais setores da economia do estado estão se potencializando e seguindo o mesmo ritmo de crescimento.

Selecionamos alguns referenciais teóricos, conceituais e metodológicos para auxílio em nosso recorte analítico. Diante da necessidade investigativa do trabalho, foram elencados alguns conceitos básicos e imprescindíveis para o auxílio à fundamentação de questões envolvendo Rondônia neste trabalho. Procuramos entender a relação do Estado brasileiro com as Políticas Territoriais e estabelecer um diálogo com os conceitos principais de Território, Fronteira, Redes Técnicas, Dinâmicas Territoriais e Configuração Territorial. Enquanto objeto concreto de análise foram trazidas as Obras (elementos que transitarão por todo o estudo). Para tanto, trouxemos os seguintes autores: Bertha Becker, José de Souza Martins, Wanderley Messias da Costa, Jean Gottman, David Harvey, Antonio Carlos Robert Moraes, Octavio Ianni, Neli Mello, Gerd Kohlhepp, Milton Santos, Camille Vallaux, entre outros que nos deram o aporte teórico necessário para a problematização e o entendimento de nosso objeto de pesquisa.

Consideramos as Obras, elementos existentes atualmente em Rondônia, enquanto fatores de reconfiguração territorial. O Território é aqui tido como nossa categoria de análise básica. A Fronteira tem o sentido de fronteira econômica (ou território de novos investimentos pelo Estado e pelos grandes empresários) para a qual são destinadas diversas políticas territoriais, estas também enquanto fatores de reconfiguração territorial. As Redes Técnicas estão neste estudo atreladas às Obras, não somente como conceito, mas também como objeto

concreto. Na realidade local estudada, as redes são estruturadas em função dessas Obras e correlacionadas enquanto elementos territoriais estruturantes.

Entendemos as Dinâmicas Territoriais como sendo, por meio das Redes Técnicas e das Obras, basicamente estimativas de mobilização, crescimento e decrescimento populacionais, atividades econômicas e fluxos territoriais a partir do escoamento de produtos e em função do surgimento de novos agentes econômicos⁸.

Finalmente, o conceito de Configuração Territorial é aqui entendido como fundamental no estudo, visto que se intentou compreender a nova configuração territorial de Rondônia, tendo como variáveis as políticas, os agentes e sujeitos, as obras, as redes e as dinâmicas territoriais.

UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

Antes de se pensar em um elenco de procedimentos de pesquisa, foram necessárias algumas investigações acerca do método e das técnicas de pesquisa que compõem nossos procedimentos metodológicos. Isso permitiu a reflexão de que para a execução do estudo aqui proposto são necessárias ferramentas que transitem do método, este tido como a visão de mundo do pesquisador, às técnicas de pesquisa, ferramentas que auxiliam o pesquisador em sua leitura da realidade, neste caso a estudada.

Existem dentro da própria Geografia, sobretudo a brasileira, visões distintas quanto à forma de se abordar o método e à adoção de técnicas utilizadas em uma pesquisa. Moraes (2000) propõe o método de interpretação constituído da visão de mundo do cientista, suas referências teóricas, e estas associadas à forma como ele compreende tanto a sociedade onde vive quanto a que estuda. Para Venturi (2006), essa mesma visão de mundo dotada de referências inúmeras constitui o método de pesquisa que se associa às técnicas relacionadas a procedimentos de investigação e obtenção de dados que por sua vez se transformarão em informações, as quais compõem uma densa discussão correlacionada à forma como o pesquisador enxerga e entende a sociedade e suas opções teóricas. A saber, Venturi (2006, p. 69) nos diz que

⁸ Seleccionamos o termo *agentes* para entender a relação de poder exercida por aqueles que determinam as novas normas territoriais, sendo esses os *agentes econômicos* e os *agentes políticos*, tais como as empresas e o Estado. Trata-se daqueles caracterizados como fundamentais nos processos decisórios de políticas públicas e ações governamentais, constituindo os *agentes econômicos*, que participam das principais transformações territoriais. Também consideramos o termo *sujeitos* para identificação dos envolvidos na realidade estudada. Trata-se da sociedade civil, dos movimentos sociais, da população direta ou indiretamente atingida ou influenciada pelas obras.

Especialmente para as ciências que trabalham com os mais diferentes aspectos do mundo real, como a Geografia, a Biologia, a Sociologia, entre tantas outras, as técnicas exercem um importante papel no processo de produção científica, auxiliando o pesquisador na obtenção e sistematização de informações que irão subsidiar os argumentos, atribuindo-lhes consistência e objetividade. Em outras palavras, o uso das técnicas possibilita obter dados sobre a realidade que embasarão os caminhos percorridos pelo método. Se o método, que dispõe de fundamentação teórica, auxilia o sujeito na organização do raciocínio, as técnicas, por sua vez, o auxiliam na organização das informações que o subsidiarão. Se teoria e o método são processos desenvolvidos no plano do pensar, a técnica desenvolve-se no plano do fazer.

Observando as necessidades da pesquisa e os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador, optamos por diferenciar método de pesquisa e técnica, como dois elementos fundamentais para a construção, e da mesma forma fundamentais um para o outro. Assim, durante o trabalho de dissertação, direcionamos a questão metodológica da pesquisa de modos: i) o método; ii) as técnicas; iii) as etapas da pesquisa; iv) o trabalho de campo.

i) O método

Entendemos que o método do pesquisador comporta toda a sua bagagem teórica, filosófica, empírica e mesmo política (claro que todas nos seus devidos níveis e proporções). Existem diversos métodos de análise da realidade. Contudo, verificamos que, neste estudo, a visão de mundo que tem conduzido a observação e a investigação permeia por uma visão dialética da sociedade, entendendo que esta se dá pelo fato de existirem suas contradições, uma sociedade sob um sistema capitalista, onde os interesses dos diversos agentes e sujeitos envolvidos entram em conflito.

O materialismo dialético

Não pretendemos esgotar uma densa discussão aprofundada a respeito da dialética, uma vez que sua epistemologia conceitual existe desde o período da filosofia clássica antiga, com Platão e Sócrates. Todavia, foi necessário selecionar algumas questões importantes para que seja compreendida a trajetória seguida por nossa pesquisa. Para tanto, recortamos nosso método de análise para a economia política e a filosofia mais recentes, quando do surgimento do Materialismo Dialético a partir de Marx e Engels, no século XIX.

Ao retratar uma realidade que está em constante transformação e movimento, como no caso de Rondônia, selecionamos e consideramos essa leitura pertinente, uma vez que se buscam as principais contradições, sendo esses os produtos desse próprio movimento ao mesmo tempo em que o produzem – o movimento.

Decorrente dos estudos de Marx e Engels a partir de uma crítica à dialética de Hegel⁹, essa perspectiva surge de forma imprescindível para o entendimento do capitalismo. Para Octavio Ianni (1982, p. 9), "A teoria marxista da sociedade começa por ser, fundamentalmente, uma teoria crítica radical da sociedade capitalista". Do mesmo modo,

(...) todos os trabalhos de Marx são, fundamentalmente, a interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as coisas e as pessoas, em âmbito nacional e mundial; ao mesmo tempo que desenvolve as suas contradições. (...) Da mesma forma que o modo capitalista de produção, a dialética marxista funda-se nas relações de antagonismo. O princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser. (...) Em essência, o capitalismo (...) mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas (IANNI, 1982, p. 17).

A visão dialética da realidade permite compreendê-la em sua totalidade, embora esta seja de grande complexidade, e reconhecer que, devido a essa complexidade, é necessário e importante saber que "(...) a modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem (...). A totalidade é mais que a soma das partes que a constituem" (KONDER, 1986, p. 37-39). A concepção da dialética consiste na compreensão da realidade enquanto essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 1986, p. 7-8). Dentro desse método é possível entender os fenômenos essencialmente como processos. Estabelece-se uma sociedade em pleno movimento, com processos diversos e distintos, que interpenetram e se fundem. São potencialidades que se transformam em realidade (SANTOS, 2009).

Embora pudéssemos fazer uma menção a um mecanismo de sistema onde cada "peça" trabalha em conjunto com as demais, fazendo o todo funcionar, assim como também possui seu sistema interno, culminando num novo sistema a ser compreendido, há uma relação tensionada entre cada item desse suposto sistema. A análise dialética pressupõe a identificação dessas tensões, contradições e conflitos que existem entre cada sujeito da realidade, e cada elemento do espaço que configura o território, este que por si já pressupõe também uma relação de tensão mediada pelo poder. A noção de dialética se entende pela

⁹ Cf. Fausto (1993) e Grespan (2002).

relação de movimento, determinado pelos agentes em função dessas interações, sobretudo pela dinâmica e pela lógica estabelecidas nas relações capitalistas.

Também não há a pretensão de se apreender todo o sistema que existe em Rondônia, mas de compreender partes selecionadas, concordando com os recortes feitos para o estudo, sendo possível estabelecer uma aproximação da totalidade, e, mais que tudo, reconhecendo existir uma complexidade dialética. Ainda seguindo esse raciocínio, Santos (2009, p. 116) dá o seguinte exemplo:

Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A ($a^1 a^2 a^3 \dots a^n$) deixam de existir na Totalidade B; é a Totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B ($b^1 b^2 b^3 \dots b^n$). E não são as partes $a^1 a^2 a^3 \dots$ que se transformam em $b^1 b^2 b^3 \dots$, mas a Totalidade A que se transforma em Totalidade B.

Uma das leis da dialética estabelece a transformação da quantidade em qualidade, em que “(...) processam-se alterações setoriais, quantitativas, até que se alcança um ponto crítico que assinala a transformação qualitativa da totalidade” (KONDER, 1986, p. 39)¹⁰.

Trazendo para o plano do real-concreto e atual, onde se enquadra o objeto investigado neste estudo, as leituras aqui apresentadas permitem enxergar de que forma os elementos e sujeitos se interrelacionam no espaço em questão.

Certamente, são associações feitas em grosso modo, mas que são possíveis a partir de uma leitura mais aprofundada e da compreensão de que há uma dialética – as relações complexas e contraditórias entre os elementos da realidade (leitura nossa). Há uma totalidade complexificada, ou seja, não é possível compreender algo de forma específica sem entender que antes existiram inúmeros processos que resultaram em tal realidade. Para tanto, Konder (1986, p. 45-46) diz que

(...) Tomando como base um todo, teremos uma representação caótica do conjunto analisado. Mas, se realizarmos uma determinação mais precisa, chegaremos a conceitos mais simples. Ao retornar, não será mais um conjunto caótico, mas uma totalidade rica em determinações e relações complexas. (...) O pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade. (...) A dialética não pensa o todo [excluindo] as

¹⁰ Algumas outras questões sobre a dialética também podem ser vistas em Prado Jr. (1956).

partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (...) como a união entre elas.

Entender a realidade de forma dialética não significa ter as suas leis como receitas ou regras a serem seguidas, por exemplo, em um trabalho de campo. A questão está num âmbito superior a essa simplificação, sendo possível enxergar que existe uma complexidade sob, sobre e entre todas as possíveis relações sociais.

Essa visão se pretende plena durante toda a investigação, quando do elenco de instituições e agentes envolvidos no processo de nova configuração territorial em Rondônia, nas suas relações, no estabelecimento de novas redes técnicas e objetos fixos no espaço (caracterizados pelas obras de infraestrutura).

A bagagem teórica aqui apontada nos municia de elementos auxiliares e fundamentais à forma como pode ser realizada uma leitura da sociedade e, portanto, da realidade, muito embora, conforme já dito antes, ainda assim seja uma visão limitada diante de toda a complexidade da realidade aqui tratada.

ii) As técnicas

Como um trabalho científico possui a necessidade de um método que norteie as reflexões do pesquisador acerca da realidade, também requer a utilização de técnicas de pesquisa – associadas ao método escolhido – as quais auxiliam a reflexão empírica da realidade.

Essas técnicas estão associadas ao método com ressalvas sobre as limitações de, a exemplo, se aplicar um método tal como o dialético em trabalho de campo. Nesse caso, implica querermos entender as contradições, os elementos específicos de uma totalidade, os sujeitos existentes, suas relações e os conflitos de interesses, por exemplo, o que nos leva a identificar quais as técnicas necessárias para a coleta de dados, que por sua vez, empiricamente, nos ajudarão a constatar fatos dessa mesma realidade enxergada por uma visão dialética. Venturi (2006, p. 69-70) reforça isso quando diz que

(...) No domínio humano, o pensar e o fazer andam juntos e são complementares. Sendo assim, métodos, técnicas e instrumentos constituem diferentes aspectos de um mesmo processo (científico), ainda que em alguns momentos os separemos para melhor compreender cada uma de suas características e funções. As técnicas representam a extensão das habilidades humanas e os instrumentos que as operacionalizam, a extensão das suas mãos e de seus órgãos sensoriais. Num sentido mais amplo, as técnicas e os instrumentos desenvolvidos pelo Homem representam a extensão e o

aprimoramento de todos os seus sentidos. Ajudam-no a ouvir o inaudível, enxergar o invisível; permitem-lhe acessar o inatingível e comunicar-se entre distâncias e a velocidades inimagináveis. Sobretudo, o uso de técnicas e instrumentos permite ao Homem prever o imprevisível e medir o que a mente humana percebe apenas de forma intuitiva.

Para tanto, as técnicas de pesquisa utilizadas neste estudo foram selecionadas a partir de nossa necessidade investigativa, e manuseadas tanto em gabinete quanto em trabalho de campo. Essas ferramentas se fizeram importantes, em se considerando a natureza e o tipo da pesquisa (VENTURI, 2005).

Adotamos em nossa pesquisa tanto o caráter qualitativo, por se tratar de revisão bibliográfica e reflexões acerca das variáveis, dos dados selecionados, interpretações e análise das relações entre sujeito e realidade, quanto quantitativo, por se utilizar dados primários e secundários durante a análise, onde surge a necessidade de ferramentas como softwares que processam dados estatísticos. Nossa pesquisa também tem o caráter exploratório por considerar o levantamento bibliográfico e ser um estudo de caso, em comparação com fenômenos semelhantes ocorridos em outras situações e localidades, não estando restrita apenas à descrição.

O levantamento bibliográfico constituiu a primeira etapa da pesquisa, tanto para aspectos teóricos e conceituais, quanto para a coleta de informações imprescindíveis acerca das variáveis selecionadas como contextualização do tema e do objeto. A pesquisa histórica se refere à realização do estudo de documentos oficiais, de legislações e em sua sistematização para contribuir, em conjunto com as demais fontes bibliográficas, para a análise e reflexão.

As técnicas de cartografia utilizadas auxiliaram na espacialização e sistematização de dados quantitativos. Para a elaboração de mapas e cartogramas, são necessários programas computacionais que realizam essa tarefa. Porém, as representações cartográficas utilizadas neste trabalho são informações secundárias previamente sistematizadas, referentes às fontes bibliográficas pesquisadas. Para os que foram elaborados durante a pesquisa, utilizamos os programas ArcGIS e Corel Draw. Para o manuseamento de imagens de satélite, foram utilizados a página do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o ArcGIS. Sua inserção no trabalho objetivou o apontamento de possíveis conflitos territoriais, a partir da observação da cobertura vegetal, traçados de rodovias e avanço da ocupação humana.

As técnicas de observação se fizeram presentes majoritariamente no trabalho de campo. Existem duas formas de observação: a aleatória e a sistemática. Utilizamos ambas, porém em distintos momentos, uma vez que a observação aleatória se faz de modo menos rigoroso e mais informal e a sistemática exige a elaboração prévia de um roteiro. Sendo assim,

os roteiros de campo foram elaborados de acordo com as necessidades de observação da pesquisa e de forma condizente tanto com o método quanto com o intuito de se poder captar o máximo do empírico.

As fotografias se fizeram necessárias tanto para complementar uma informação quanto para dizer aquilo que não é possível descrever em um simples texto, embora teoricamente aprofundado. A fotografia registra situações que podem ser tidas como *insights* durante o trabalho de campo. Para tanto, também podem ser registradas de forma aleatória e/ou sistemática. A sistemática implica um roteiro, assim como a utilização de materiais como planilha de registro, GPS para coleta das coordenadas – estas podem georreferenciar a fotografia –, blocos de anotação e caneta ou lápis. No caso do nosso estudo, optamos pela fotografia aleatória, porém com um roteiro semi-estruturado para ordenação dos temas fotográficos. Logo, se estabeleceram momentos e lugares para a realização dos registros.

Enquanto técnicas de interlocução foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns agentes locais. Utilizamos essas técnicas em trabalho de campo, quando da necessidade de obtermos informações e dados primários acerca dos problemas encontrados na análise bibliográfica em gabinete. Foi elaborado um elenco de pontos específicos a serem visitados para verificarmos a possibilidade de realização de entrevistas. Estas tiveram um caráter de roteiros de uma “conversa”, preferencialmente com agentes específicos, como gestores.

Também coletamos entrevistas concedidas ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), a partir de sua página de *internet*, por representantes dos movimentos sociais Comissão Pastoral dos Migrantes e Instituto Madeira Vivo (IMV), e da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com a fonte devidamente referenciada. São informações secundárias que procuramos incorporar ao nosso estudo com o objetivo de contrapor os argumentos apresentados pelas esferas governamentais e empresariais, bem como reforçar nossos argumentos apresentados a partir dos dados estatísticos.

As técnicas de redação de trabalho de campo nos auxiliaram na sistematização dos dados coletados, uma vez que nos auxiliou na análise e reflexão sobre a realidade estudada, auxiliados pelo que foi coletado empiricamente.

iii) As etapas da pesquisa

As etapas metodológicas adotadas para a realização da pesquisa consistiram nos seguintes passos:

- Levantamento e revisão bibliográfica teórico-metodológicos e histórico-documentais para a inserção da área de estudo e do tema proposto num contexto geral, bem como sócio-econômico, de modo a se introduzir a discussão dos dados;
- Levantamento de dados secundários em instituições públicas governamentais, para a operacionalização das variáveis (população, atividades econômicas, índices de desmatamento) inseridas no recorte temporal de 1990 a 2010 (utilizando ferramentas como as pesquisas estatísticas produzidas por instituições públicas e privadas, tais como os censos do IBGE e os monitoramentos ambientais do SIPAM e do INPE). Esses dados referem-se à situação sócio-econômica e ambiental da área de estudo;
- Realização do trabalho de campo;
- Sistematização dos dados obtidos com a base teórico-metodológica, elaboração dos produtos da pesquisa (mapas, gráficos, quadros, tabelas, etc.), e a interpretação dessas informações para a elaboração do cenário-diagnóstico sócio-econômico e ambiental da área de estudo, com base na problemática apresentada.

Variáveis selecionadas para o recorte analítico

- População entre 1996 e 2010;
- Crescimento urbano a partir do aumento de prédios e loteamentos habitacionais em Porto Velho;
- Atividades industriais (número de estabelecimentos, tipos de produtos);
- Produção agropecuária (área plantada, produção total por ano, estrutura fundiária do estado de Rondônia, número e categoria de estabelecimentos – de pequenas propriedades a grandes extensões de terras);
- Comércio (gênero dos produtos comercializados, relação do comércio com a indústria local);
- PIB (total do estado, dos municípios – que mais arrecadam – com o intuito de elaborar estimativas de crescimento econômico local);
- Indicadores de crescimento econômico;
- Aumento da frota de veículos entre 2003 e 2009.

iv) Descrição do trabalho de campo

Trazendo alguns aspectos relacionados a esse momento da pesquisa, conforme cita Alentenjano e Rocha-Leão (2006, p. 56), o “trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos”.

Entendemos o território construído, antes de tudo, a partir das relações sociais que se encontram em um sistema complexo de poder e de mercado dentro de escalas, aspectos que determinam as ações humanas. A análise dessas relações parte da visão dialética sobre a forma como se estrutura o território, objeto de estudo em questão, sob a ótica geográfica das transformações territoriais (levando-se em consideração, assim, o tempo e o espaço).

Pela própria natureza contraditória das ações que transformam o espaço, estas por sua vez mediadas pelas relações entre os diversos sujeitos, optamos por direcionar o trabalho de campo para o entendimento dos principais conflitos existentes no território em estudo. Os resultados obtidos contribuem com elementos que sirvam para o entendimento maior da realidade estudada.

Durante o trabalho de campo, utilizamos as técnicas já anteriormente descritas. Visitamos quatro cidades de Rondônia: Porto Velho, Ji-Paraná, Jacy-Paraná e Mutum-Paraná¹¹. Realizamos visitas a instituições governamentais, não-governamentais e privadas (nesse caso os agentes econômicos envolvidos diretamente no processo), e procuramos identificar novas dinâmicas e possíveis conflitos, sendo estes tanto na capital Porto Velho, quanto ao longo das rodovias do estado.

Conforme explicitado anteriormente, a observação empírica foi realizada de forma tanto aleatória quanto sistemática, sendo esta última com o auxílio de um roteiro de campo pré-elaborado. Da mesma forma, no decorrer da pesquisa realizamos os registros fotográficos com o estabelecimento de categorias conforme as questões observadas. E foi elaborado em gabinete o elenco das localidades específicas a serem visitadas. Assim, o trabalho de campo teve tanto a finalidade de analisar os fatos associados à pesquisa quanto o caráter investigativo para a busca de novas informações, as quais, em gabinete somente, são de restrito acesso. Desse modo, apresentamos as seguintes instituições visitadas e os materiais coletados:

¹¹ Respectivamente: capital e município de Rondônia (dois primeiros) e distritos de Porto Velho (dois últimos).

a) Nas instituições

Instituição visitada*	Localidade	Dados, informações e documentos coletados
Departamento de Planejamento (Deplan)	Ji-Paraná-RO	- Fotos da ponte do anel viário de Ji-Paraná - Mapas do plano diretor do município - Perfil socioeconômico
Departamento de Trânsito de Rondônia	Porto Velho-RO	- Anuário de Trânsito de Porto Velho e de Rondônia
Eletrobras-Eletronorte	Porto Velho-RO	- Documentos institucionais e burocráticos - Mapas da distribuição de energia elétrica - Plano de expansão da malha energética - Relação do consumo de energia no estado e por município
Federação do Comércio de Rondônia (Fecomércio)	Porto Velho-RO	- Cenários de Rondônia - Situação empresarial - Dados e indicadores de crescimento econômico
Federação da Indústria de Rondônia (Fiero)	Porto Velho-RO	- Informações de empregos - Atividades industriais de Rondônia e por município - Quantitativos referentes à indústria - Perfil dos setores produtivos de Rondônia
IBGE-RO	Porto Velho-RO	- Domicílios recenseados - Frota de veículos por ano em Porto Velho
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron)	Porto Velho-RO	- Relatório de atividades - Indicadores e regionalização
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam)	Porto Velho-RO	- Mapas e relatórios de unidades de conservação
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes)	Porto Velho-RO	- Relatório de gestão de 2009 - Apresentação sobre o cenário econômico de Rondônia
Comissão Pastoral dos Migrantes – Arquidiocese	Ji-Paraná-RO Porto Velho-RO	- Entrevistas com representações da Pastoral
Imobiliárias	Porto Velho-RO	- Cartilhas com novos loteamentos e condomínios

Porto Graneleiro da Hermasa	Porto Velho-RO	- Cartilhas contendo informações sobre produtos e exportações
-----------------------------	----------------	---

* Instituições visitadas em trabalho de campo.

b) Nas estradas

Rodovia visitada	Localidade	Descrição
BR-364	Porto Velho-RO Jacy-Paraná-RO Mutum-Paraná-RO	Principal eixo de ligação do estado de Rondônia com as demais regiões do país. Dentro do PAC, as obras acerca desta rodovia compõem: a) construção de uma ponte sobre o rio Candeias próxima a Porto Velho-RO (já concluída), b) construção da travessia da capital com viadutos, c) recuperação e duplicação de trechos. No eixo sentido Acre, as obras mais significativas são as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. E, em todo o estado, as linhas de transmissão de energia das hidrelétricas.
BR-319	Porto Velho-RO	Rodovia que liga Porto Velho-RO a Manaus-AM. Dentro do PAC, esta obra consiste na construção da ponte sobre o rio Madeira e na pavimentação dos trechos no perímetro de Rondônia.

c) Nas demais obras

Obra*	Localidade	Descrição
Hidrelétrica de Santo Antônio	Porto Velho-RO	Hidrelétrica em fase de construção pertencente ao PAC. Localiza-se na Vila de Santo Antônio, município de Porto Velho-RO. Sua conclusão está prevista para 2015 e possui pelo menos duas turbinas em funcionamento.
Hidrelétrica de Jirau	Jacy-Paraná-RO Mutum-Paraná-RO	Hidrelétrica também em fase de construção e compõe o conjunto de obras do PAC. Localiza-se a aproximadamente 200km da capital.
Linha de transmissão	Rondônia	Segue aproximadamente o eixo rodoviário, partindo da subestação coletora de Porto Velho-RO até chegar a Araraquara-SP.
Viadutos em Porto Velho	Porto Velho-RO	Localizados em duas travessias em Porto Velho-RO pela BR-364, uma no sentido Acre e outra no sentido Mato Grosso. Permaneceram com suas obras paralisadas desde 2009, ano do início de sua construção e do PAC.
Ponte sobre o rio Madeira	Porto Velho-RO	Continuidade da rodovia BR-319 que interliga Porto Velho-RO e Manaus-AM.

* Trata-se das obras que puderam ser visitadas durante o trabalho de campo. Não contempla todo o conjunto de obras do PAC em Rondônia, devido a limitações para a visita de suas localidades, as quais foram analisadas somente em gabinete.

Outros momentos de coleta de dados

Internet

- IBGE (para coleta de dados estatísticos);
- Páginas oficiais, para acesso a documentos oficiais do Governo, relatórios de programas e planos governamentais, e banco de dados estatísticos;
- Páginas de jornais eletrônicos, para o acesso a matérias e reportagens relacionadas às obras;
- Páginas dos movimentos sociais, para o acesso a entrevistas, matérias e reportagens também com relação às obras e às ações governamentais por meio de seus programas;
- Participação de eventos em São Paulo, para o acesso a informações acerca do recorte analítico do estudo, tais como o seminário “Abrindo Fronteiras e Fechando Negócios”, realizado em 2010 pela Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero) em conjunto com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), e outros eventos sobre a temática de Amazônia, com a participação de movimentos sociais, gestores governamentais, pesquisadores e professores acadêmicos;
- Multimídia audiovisual produzida enquanto matéria jornalística ou documentários;
- Fotografias retiradas de *sites* com fins jornalísticos.

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho apresenta uma estrutura composta por quatro capítulos. No primeiro, procuramos fazer uma contextualização atrelada aos principais conceitos utilizados durante o estudo. Consiste não na conceituação individual de cada termo específico, mas na concatenação de todo o elenco conceitual relacionado às demais questões da pesquisa, trazendo o objeto de estudo e relacionando também com fatos da realidade estudada ao longo do período selecionado.

Fizemos também uma retomada histórica dos programas governamentais de colonização do estado de Rondônia e um resgate da implantação das linhas telegráficas do Marechal Rondon, na década de 1910, até o final da década de 1980, quando se encerram os projetos do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). O intuito desse breve resgate, com um foco maior nas décadas de 1970 e 1980, foi o de entender

como Rondônia surgiu e se configurou no decorrer desse tempo, dando base para a nova configuração territorial existente hoje. Nesse caso, retornar ao período de Rondon implica compreender as primeiras configurações territoriais no então Território Federal do Guaporé, onde se criou com a linha de telégrafo o primeiro traçado do que seria posteriormente a principal rodovia do estado, e mesmo em escala regional: a BR-364¹².

Pretendemos discorrer sobre as dinâmicas territoriais em Rondônia a partir da abertura da rodovia BR-364, surgida do traçado já existente da linha de telégrafo, um elemento importante na história rondoniense. Buscamos compreender as tendências de ocupação do território que se seguiram na Amazônia, numa análise macro, para então partir para o específico, elaborando uma espécie de linha do tempo.

Evidentemente, muitos trabalhos acadêmicos e científicos já discutiram esse assunto, principalmente autores conceituados como José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bertha Becker, Philip Fearnside, Hervé Théry, Martin Coy, Gerd Kohlhepp, Neli Mello, entre outros. Entretanto, nosso intuito de resgatar o contexto histórico amazônico de implantação de políticas territoriais consiste justamente em não tornar o diálogo maçante e repetitivo, mas em trazer um momento importante de Rondônia enquanto configuração territorial, e as tendências de ocupação e utilização do território, para então chegar ao período recente quando se verifica uma nova configuração com a inserção de novos e modernos agentes e objetos.

Feita essa breve contextualização, o raciocínio rapidamente segue para o segundo capítulo, que compreende das fases seguintes de declínio e ascensão da economia até o final da década de 1990, já abordando aspectos recentes, com o surgimento, a exemplo, do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo).

Dando continuidade ao capítulo dois, atentamos de modo mais específico para a década de 1990, em que o estado de Rondônia se encontrava em fase de recessão econômica, consequência de uma intensa crise na economia brasileira no mesmo período. Porém, uma das questões analisadas no segundo capítulo é que, apesar de Rondônia estar com a economia mais lenta, as ações governamentais não foram interrompidas, mas, contrariamente a isso, foi

¹² Marechal Cândido Rondon (1865-1958) liderou a Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA), que tinha como objetivo estabelecer a ligação por telégrafo entre o Centro-Sul e o Noroeste do País, em que neste último se incluía a região Amazônica nesse tempo denominada de “Sertões” – posteriormente reconhecida como Amazônia Legal. Além disso, o Governo detinha a preocupação em proteger as áreas de fronteira, sobretudo com o Paraguai e a Bolívia, integrando, para isso, o território brasileiro. Aliando a construção da linha telegráfica à de estradas de ferro, Rondon motivou-se apoiado pelo Governo brasileiro a adentrar territórios amazônicos e oficialmente estabelecer os espaços que futuramente seriam ocupados por colonos até grandes empresários. Note-se que toda essa estratégia de ocupação tinha como pano de fundo o militarismo (DOMINGUES, 2010; MARTINS JÚNIOR, 2001).

o período em que se definiu como seria a nova concepção socioambiental do estado. Através de financiamentos internacionais mediados pelo Banco Mundial, o Planafloro foi o programa que definiu o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia (ZSEE-RO), as Unidades de Conservação e a demarcação de algumas das Terras Indígenas existentes hoje.

Fazemos referência ao momento em que uma nova configuração territorial se estabelece, as áreas de produção agropecuária começam a se consolidar e os antigos núcleos de apoio aos assentamentos rurais dos programas anteriores passam a se transformar em cidades e municípios.

O começo da década de 1990 é um marco na história dos programas governamentais do país, quando da criação e estabelecimento dos PPAs¹³. Os programas definidos pelo Estado brasileiro se vinculam diretamente ao orçamento da União, definido através da Lei Orçamentária, a cada 4 anos, coincidentes com os mandatos presidenciais. Entretanto, é somente com o Programa Avança Brasil, do segundo mandato do governo Fernando Henrique, que novas transformações físicas e logísticas recomeçam em Rondônia, com a ampliação da BR-364 e do modal hidroviário para o escoamento da produção agropecuária do Brasil. Esses projetos se vinculam aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), atrelados ao Programa Avança Brasil.

São as principais políticas territoriais no período recortado para Rondônia – os PPAs e seus programas (Brasil em Ação, Avança Brasil, Brasil de Todos e Aceleração do Crescimento). As obras em questão, os agentes e sujeitos identificados nesse processo (tais como as grandes empresas construtoras das obras, seus consórcios e a população local), as relações sociais e econômicas estabelecidas entre si, enfim, todo esse conjunto resulta em uma nova dinâmica, que por sua vez atrai novos agentes e novas relações. Esse movimento espaço-temporal que se manifesta territorialmente em Rondônia caracterizando um novo ciclo é analisado no segundo capítulo.

No capítulo terceiro, fizemos uma análise mais detalhada do que foram as ações federais para Rondônia entre 1995 e 2002, partindo então para o PAC, já em 2007, verificando os argumentos do Governo em seus relatórios publicados oficialmente.

Procuramos estabelecer uma análise mais crítica para cada obra, com contrapontos entre o discurso oficial e a realidade local. Dentro do elenco das obras estão inclusos os agentes e sujeitos relacionados direta ou indiretamente. Com a apresentação de quadros, representações cartográficas e figuras, o capítulo se caracteriza como momento descritivo-

¹³ Apesar de terem sido instituídos formalmente na constituição brasileira de 1988, efetivamente entraram em operação no formato de Programas a partir da década de 1990.

analítico de nossa investigação. Nessa parte do trabalho utilizamos a descrição como ferramenta para então seguir a análise aprofundada dos elementos encontrados, uma vez que propusemos sobreposições analíticas para a identificação dos conflitos.

No quarto capítulo, aprofundamos os dados coletados durante todo o período de estudo, seja em trabalho de campo, seja em gabinete. Para tanto, nos atemos às variáveis selecionadas para nosso recorte analítico, e também em conflitar dados e informações de movimentos sociais com argumentos oficiais do governo e empresas. Realizamos uma análise de modo a contemplar os seguintes aspectos (conforme as variáveis do recorte analítico apresentadas anteriormente): população, energia, PIB, atividades econômicas e aspectos urbanos e agrários.

Assim, procuramos mostrar com esses elementos por meio da realidade local qual é, então, a nova configuração territorial de Rondônia a partir das obras, dentro do recorte de 2007 a 2010, que se refere ao PAC-1.

CAPÍTULO I – RONDÔNIA, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: AS DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA NO SÉC. XX

1.1. AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA RONDÔNIA NO SÉCULO XX

As políticas territoriais para Rondônia estão diretamente relacionadas com as implantadas em toda a região amazônica, uma vez que as iniciativas governamentais visavam expandir sua atuação, dominar o território tido como “vazio” e ampliar o campo econômico do país. Para tanto, Rondônia entra, junto com o estado do Pará e o sul do Amazonas, no foco de implantação dessas políticas. São projetos de mineração, construção de ferrovias, implantação de estradas e hidrelétricas, além dos projetos de colonização.

Por haver nesse estado características de ocupação e políticas territoriais semelhantes aos que ocorreram na Amazônia como um todo, a colonização e a exploração dos recursos naturais constituem objetivos específicos dessas políticas, que na realidade pretendiam “abastecer” economicamente o país e “desenvolver” socialmente a região. Porém, os fracassos da maioria desses projetos configuraram um modelo amazônico sobre o qual se materializam diversos conflitos territoriais. Referimo-nos dessa forma devido a essas ações terem gerado uma grande degradação social e ambiental, e não terem permanecido de maneira sustentada como propostas eficazes para um real desenvolvimento regional. Dentro desse contexto, surgem as infraestruturas, as quais ao mesmo tempo em que permitem a colonização, circulação de produtos e produção de energia e mineração, geram efeitos negativos tanto para o meio quanto para as sociedades locais, atingidos direta ou indiretamente.

Gutberlet (2002) discute os impactos territoriais para Amazônia em um elenco desses principais programas e projetos, entre os quais a *Expansão das Infraestruturas Viárias e Portuárias* é responsável pelo intenso desmatamento, cortes de estrada, construção de canais, poluição hídrica por contaminantes e assoreamento (principalmente nos igarapés), incentivo à migração e aumento de demandas e impactos socioambientais urbanos. Uma vez que tratamos desses impactos, podemos pensar como o Estado atua no território, implantando essas políticas territoriais e exercendo sua “soberania”, porém atrelada a outros agentes.

Uma citação de Moraes (2008, p. 139), ainda que represente uma análise realizada sob outro contexto, nos permite aplicá-la à situação e ao momento de Rondônia:

O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor da ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais, e garantidor

da integridade do território, valor supremo da geopolítica nacional e pressuposto geral de todas as demais funções enumeradas. A ação governamental é pensada como geográfica por excelência.

Na Amazônia, a atuação do Estado é, sobretudo, marcante no período que compreende o séc. XX, e está condicionada às questões geopolíticas mundiais. Nesse tempo-espaço são implantadas as primeiras políticas territoriais, as quais, em hipótese, foram a base para a atual configuração territorial existente nessa região. Para isso, trazemos aqui um breve elenco desses principais projetos com suas respectivas cronologias (quadro 1):

Quadro 1: Grandes projetos territoriais e obras na Amazônia entre os sécs. XX e XXI

Principais obras e projetos territoriais	Data de construção*
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	1907-1912
Linha de Telégrafo (Comissão Rondon)	1908-1915
Rodovia Belém-Brasília	1958
BR-364 (Cuiabá-Porto Velho)	1960
Zona Franca de Manaus	1967
Programa de Integração Nacional (PIN)	1970
BR-163 (Cuiabá-Santarém)	1971
Rodovia Transamazônica	1972
BR-319 (Porto Velho-Manaus)	1973
Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)	1974
BR-153 (Belém-Brasília)	1974
Programa Grande Carajás	1980
Companhia Vale do Rio Doce (Instalada na Amazônia)	1980
Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste)	1981
Hidrelétrica de Tucuruí	1984
Estrada de Ferro Carajás	1985

Programa Calha Norte	1985
Hidrelétrica de Balbina	1988
Hidrelétrica de Samuel	1989
Gasoduto de Urucu (Manaus-Coari-Urucu)	2009
Rodovia Interoceânica (Saída para o Pacífico)	2011
Ponte sobre o Rio Negro (Manaus-Iranduba)	2011
Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau	2011 (em andamento)
Ponte sobre o rio Madeira (Extensão da BR-319)	2011 (em andamento)

* Datas aproximadas, extraídas de *sites de internet*, e das demais fontes bibliográficas.

Fonte: Adaptado de Becker (1990), Gutberlet (2002), Fearnside (2004), Monteiro e Coelho (2004).

Buscamos mencionar os principais empreendimentos de grande porte implantados na Amazônia, recortando em seguida os projetos localizados em Rondônia. Seus impactos são consideráveis, atingindo as populações locais, bem como pelas condições difíceis de trabalho para aqueles que fizeram desses projetos sua nova fonte de renda, uma vez que migraram e modificaram completamente seus hábitos de vida. Em várias das áreas de entorno das obras ora relacionadas e na sua instalação física, em muitos casos, houve a expulsão de moradores locais. Em Rondônia, o que deu origem ao atual Movimento de Atingidos por Barragens (MAB-RO) foi a desapropriação de camponeses da área da construção da usina de Samuel, entre 1985 e 1995.

A imposição do poder e da lógica própria de ocupação e produção do território pelo Estado nacional, em conjunto com as grandes empresas e agentes econômicos responsáveis por essas obras e projetos territoriais, também constitui um impacto territorial e social grande sobre as populações expropriadas e atingidas.

Estabelecendo um recorte ainda mais específico, consideramos o PAC uma tentativa de ocupação, porém agora classificada como amplamente econômica e não mais com a roupagem predominante da colonização. Consideramos o fato de a lógica de desenvolvimento¹⁴ ser mantida e aprimorada a cada governo, seja ele militar ou não. O que

¹⁴ O desenvolvimento ao qual nos referimos está embasado na prática governamental de promover o desenvolvimento econômico regional e nacional, mas que, em se analisando as experiências passadas, ocorre em detrimento do desenvolvimento social. Trata-se de um desenvolver alicerçado na produção econômica, abertura de novas fronteiras e instalação de redes técnicas para o posterior surgimento de novas empresas e novas formas de exploração visando o lucro.

pode caracterizar essa lógica, a exemplo, são os discursos, tais como “Rondônia: A nova fronteira do progresso”¹⁵, este divulgado em um momento oportuno, o da construção das obras do PAC.

Entendemos que esse programa é uma nova tentativa de ocupação da Amazônia, pois as formas de atração da população do Centro-Sul brasileiro e do Norte-Nordeste são as apelativas promessas de emprego e melhoria de condições de vida. Podemos afirmar que esses recursos apelativos de atração trabalhista visam atrair a mão-de-obra, minimamente especializada, o que não garante necessariamente condições de vida desses operários.

Da mesma forma como ocorreu com a EFMM, a construção da linha de telégrafo de Marechal Rondon e os programas Polamazônia e Polonoroeste vimos nessas propostas de atração populacional e de política governamental muitas semelhanças, muito embora sejam momentos distintos e formas de governo distintas. Além disso, o processo de migração ocorre da mesma forma, com os operários – para as obras –, os demais sujeitos que migram buscando também novas oportunidades, os agentes econômicos e políticos das empresas relacionadas às construções, os próprios empresários, os agentes da especulação imobiliária e da construção civil, os industriários e comerciantes, etc.

Dentro do conjunto das políticas territoriais mencionadas no quadro 1, o mesmo ocorreu, mas os processos se deram de forma diferente, uma vez que existia a exploração mineral ou colonização agrícola até finais da década de 1990. Nesse caso há o surgimento das empresas agrícolas e os agentes governamentais do Incra, e consequentemente o surgimento de concentradores de terras, juntamente com os programas de colonização agrária financiados pelo Governo.

Desse modo, entendemos essas políticas a partir da relação existente entre Estado e a sociedade, sendo a figura estatal composta por instituições administrativas e executivas, aliada a grandes empresários e atendendo a interesses específicos – não necessariamente coletivos. Sobre esse assunto, Hirsch (2005, p. 173-174) afirma o seguinte:

(...) la forma política del capitalismo no debe ser confundida con el aparato concreto del Estado, puesto que éste es sólo una exteriorización institucional de las estructuras sociales subyacentes. Las determinaciones capitalistas en cuanto a la forma – económica como política – de manifestarse atraviesan todos los ámbitos de la sociedad, marcando entonces tanto las burocracias estatales como el sistema de partidos, los grupos de intereses y los medios de comunicación, las instituciones económicas, hasta la familia. Todo el complejo del “Estado” y la “sociedad civil” conforma así un sistema de

¹⁵ Trata-se do slogan do seminário “Abrindo fronteiras, fechando negócios”, ocorrido em São Paulo no ano de 2010, entre a FIERO e a FIESP (Cf. Anexo D – Material coletado em campo – Documento 1).

instituciones interdependientes y a la vez contradictorias. “Estado” y “sociedad civil” no son esferas que se contraponen simplemente, sino que forman una unidad condicionada por sus contradicciones.

Todavia, essas contradições se manifestam justamente na relação dialética entre Estado e sociedade civil, em que ao mesmo tempo ambos se fundem em diversos aparatos e instituições do território, e evidencia uma relação de poder onde um se sobrepõe ao outro.

A relação contraditória, numa leitura inicial, pode ser manifestada pela classe dominante que abarca a elite política, também constituída pelo empresariado, comércio, indústria e o agronegócio, agentes esses que detêm o poder sobre a classe dominada e que influenciam direta e indiretamente no território. Podemos identificar tal situação em Rondônia. Viana (2006, p. 4) nos contribui dizendo que interesses capitalistas estão representados pelo Estado capitalista, de modo a repor a mão-de-obra trabalhista, mediar e reduzir conflitos sociais e bloquear o declínio desse modo de produção, o que garante que as relações capitalistas sejam reproduzidas.

Entendemos o território como um produto da contradição entre diversas relações de poder (SOUZA, 2011). Todavia, nossa análise tem como intento compreender como se dá a articulação entre o Poder Público e o setor privado para atender aos interesses de classe, em que o território se constitui como espaço de poder exercido por esses agentes. Sobre isso Low-Beer (2002, p. 67-69) nos responde dizendo que

Por sua vez, o Governo utilizava o investimento nos setores habitacional e de infra-estrutura urbana nos momentos em que as crises econômicas exigiam a ativação do setor da construção civil visando injetar rapidamente um novo dinamismo na economia e ao mesmo tempo promovendo a legitimação da ação governamental junto à população, com o objetivo de superar as crises de credibilidade política. Investindo maciçamente nos setores de infra-estrutura garantia as condições de reprodução do capital, o que resultou no reforço do setor produtivo estatal, até muito recentemente o maior responsável pelo ritmo de desenvolvimento econômico do País. (...) Para compreender a trajetória das políticas públicas no Brasil, é preciso ter claro que o Estado brasileiro sempre teve uma orientação intervencionista e/ou desenvolvimentista, exercendo um papel ativo na formulação das diretrizes econômicas, desenhadas de forma a viabilizar o capitalismo industrial e financeiro. (...) Para tanto, providenciou a infra-estrutura necessária para a iniciativa privada e forneceu os insumos necessários aos empreendimentos que sustentaram o processo de desenvolvimento. (...) No período do Pós-guerra, a estratégia de desenvolvimento nacional incentivou a industrialização, baseada na substituição de importações. Dentre as proposições centrais dessa estratégia se destacam a intervenção do Estado na provisão de infra-estrutura, o protecionismo de determinados ramos industriais, e a supervalorização das taxas de câmbio, visando beneficiar as importações de insumos. Neste sentido, a economia industrial que se

constituiu no Brasil nos últimos 50 anos, baseou-se numa forma de intervenção pública destinada a propiciar uma ação relativamente integrada do capital estatal associado a capitais privados - ora nacionais ora estrangeiros. Do ponto de vista econômico, ocorriam periodicamente dois movimentos alternados: ora de crescimento econômico, ora crise e de endividamento (interno e externo).

Assim, surgem algumas questões pertinentes, sendo possível transitar sobre o entendimento de como essas relações sociais determinam as ações no território a partir de interesses e projetos, e quais os agentes que fazem parte da tomada de decisões políticas.

A partir desse momento, a atenção se volta para a seguinte pergunta: o que motiva a estratégia formulada em nível estatal/governamental para a implantação de políticas territoriais na região de fronteira? Partindo para uma análise mais específica acerca dos conceitos previamente elencados, trazemos algumas questões básicas.

1.2. A LINHA DE TELÉGRAFO, A BR-364 E O NOVO ELDORADO

Desde a chegada dos primeiros bandeirantes (no séc. XVI), a Amazônia tem sido palco de grandes transformações territoriais. Todavia, em períodos mais recentes (séc. XX e início do séc. XXI) as dinâmicas territoriais têm se dado a partir de projetos pensados para a região amazônica, como a abertura de vias de acesso, implantação de obras de infraestrutura e o estabelecimento de programas de ocupação. Nesse caso, a implantação de empreendimentos intervém no território proporcionando uma nova dinâmica, caracterizada pela mobilização intensa de capital e de populações.

Em Rondônia, logo no início da sua ocupação (por meio de exploradores portugueses, espanhois e bandeirantes advindos de São Paulo, tais como Raposo Tavares) por volta do séc. XVI, podemos observar que as cachoeiras do rio Madeira e do rio Mamoré já eram um motivo de preocupação de como seriam dominadas. Até os períodos recentes, são retratadas como um problema dentro das discussões sobre o desenvolvimento na Amazônia. Assim, o objetivo de transformar o rio Mamoré e o rio Madeira em rios navegáveis já fazia parte dos planos daqueles que tinham o interesse de ocupar essas terras (PINTO, 2003). Conforme Pinto (2003, p. 42), “(...) o espaço geográfico Guaporé-Madeira passou a ter, com a perda de seu anonimato, expressão política e histórica ao adquirir referência e identidade. Deixou de ser simples designação de rumo para tornar-se região (...)”.

Um aspecto relevante no contexto de ocupação e implantação de projetos de infraestrutura foi a criação das Linhas Telegráficas ou Comissão Rondon (1908-1915),

concomitantemente à construção da EFMM, (1907-1912). Assim, a análise da construção das linhas de telégrafo possui uma grande e fundamental importância para a compreensão das origens de Rondônia, tal como nos mostram Teixeira e Fonseca (2001, p. 146):

A abertura da linha telegráfica que ligaria os sertões do Mato Grosso ao Amazonas, foi uma obra de grandes proporções que se destinava a tirar do isolamento as regiões do extremo Oeste e Norte do país. Tornava-se imprescindível romper os grandes “vazios”¹⁶ do Brasil, incorporando-os à civilização. Paralelamente à construção de ferrovias, o telégrafo deveria ser um instrumento de modernidade, capaz de assegurar a chegada do progresso e de estabelecer a civilização nos confins mais isolados do país.

Podemos reconhecer uma primeira tentativa de integração das supostamente vazias terras amazônicas aos demais territórios brasileiros, na perspectiva ambiciosa de um grande projeto de infraestrutura visando o desenvolvimento econômico e territorial, em que se modernizava o território com equipamentos urbanos considerados os melhores da época.

Ao fazer uma busca de documentos mais antigos sobre a ocupação do território hoje denominado Rondônia, antes pertencente aos estados de Amazonas e Mato Grosso simultaneamente, observamos que o desejo de integração sul-americana do país já existia antes mesmo da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Isso pode ser entendido a partir de Martins Junior (2001, p. 168-169), em seu trabalho dedicado aos estudos sobre a Comissão Rondon e a construção de suas linhas telegráficas:

Durante o longo período em que o Barão [do Rio Branco] esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, foram delimitados cerca de 5.062 km (sic) de fronteiras terrestres, a maior parte da Amazônia. Isso significa que já na primeira década do século XX, o “corpo da pátria estava completamente delimitado. (...) a origem dos projetos das ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil encontra-se no processo de construção das fronteiras ocidentais do Império. Já a realização dos dois empreendimentos vincula-se às primeiras décadas republicanas e reflete um amplo programa territorial destinado a integrar as duas bacias hidrográficas, de modo a reforçar o pólo (sic) de Santa Cruz de la Sierra, que ao lado das cidades de Sucre e Cochabamba constituíam os vértices do triângulo geopolítico submetido, simultaneamente, às influências andina, platina e amazônica, e soldá-lo à vertente atlântica e ao sistema de comunicação amazônico.

Notemos que se compõe um contexto político e econômico amplamente diferenciado do que temos hoje, uma vez que naquele período existia um Estado territorial cujo objetivo

¹⁶ O que era até então concebido como “vazio demográfico” foi superado anos mais tarde, compreendendo-se que naquela região havia populações tradicionais e antigas, além das populações indígenas. Alguns núcleos urbanos também existiam e posteriormente se tornariam as metrópoles amazônicas atuais.

era bem delimitar suas fronteiras e abrir caminhos à colonização e defesa do próprio território. Isso consiste num período pós-império com resquícios de um longo período colonial, embora o Brasil já tenha se transformado em uma república. As relações políticas e econômicas também eram outras, uma vez que o Brasil se submeteu ao Tratado de Petrópolis¹⁷ com a Bolívia, derivando daí a construção da EFMM para escoamento da produção boliviana via territórios brasileiros até o oceano Atlântico. As tentativas de integração sul-americanas daquela época também nos levam a investigar as tentativas de hoje, tal como o surgimento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com seus eixos rodoviários, hidroviários e ferroviários.

Trazemos essa contextualização com o intuito de resgatar o primeiro momento mais importante da geohistória de Rondônia. Da mesma forma que esse período nos faz pensar sobre as ações do Estado nacional sobre aquele território – o de Rondônia.

À época da ferrovia Madeira-Mamoré, simultânea à implantação das linhas telegráficas de Rondon, imprimiam-se práticas e discursos muito semelhantes aos que temos hoje, um século mais tarde, num contexto econômico neoliberal de Estado moderno e democrático amplamente diferenciado do daquela época. Kohlhepp (2001, p. 27) nos exemplifica, dizendo que ao nominar o Avança Brasil por eixos de integração ou corredores econômicos e promover a ideia de um progresso do país a partir de concepções do crescimento econômico, o Governo atual se assemelha ao do período militar em que se avançou para a Amazônia com a exploração de seus recursos nas décadas de 1970 e 1980, durante o Programa de Integração Nacional (PIN).

Esse empreendimento (as linhas telegráficas) foi de grande importância por ter dado origem à principal via de acesso e desenvolvimento econômico da porção oeste da Amazônia, ou BR-364, e pelo surgimento de povoados e pequenos núcleos populacionais. Do mesmo modo, foi nocivo às populações locais, tais como quilombolas e indígenas, por atravessar seus territórios ainda desconhecidos formalmente para a legislação brasileira, embora Marechal Rondon tivesse em sua ideologia o contato pacífico com os indígenas (MARTINS JUNIOR, 2001).

¹⁷ O Tratado foi assinado em 17 de novembro de 1903 com a Bolívia, em que ao Brasil ficou a incumbência da construção da estrada de ferro que viabilizaria o transporte de pessoas e mercadorias bolivianas por território brasileiro até o oceano Atlântico, uma vez que aquele país perdeu sua saída para o oceano Pacífico para o Chile. Esse mesmo Tratado também formalizou a anexação de parte do então território boliviano que hoje constitui o estado do Acre (DOMINGUES, 2010; MARTINS JUNIOR, 2001; BRASIL, 2003). A saber, “(...) O Brasil obriga-se a construir por si ou por empresa particular, desde a 1ª cachoeira do rio Mamoré, que é a de Guajará-Mirim, até a de Santo Antônio, no rio Madeira, do lado oriental desses rios, uma ferrovia, concedendo à Bolívia as facilidades declaradas no Tratado que se concluiu no Rio de Janeiro (...)” (TOCANTINS, 1979, p. 259).

A partir do governo Kubitschek, foram implantadas iniciativas tais como o Plano de Integração da Amazônia ao longo do território nacional pelo Plano de Metas, bem como a construção de estradas e, consequentemente, escoamento de minérios como o ouro e a cassiterita (NUNES, 2004; COSTA, 2000).

Em 1956 foi decretado o Território Federal de Rondônia, apresentando-se como uma área completamente estagnada economicamente, apesar dos incentivos para o incremento de atividades de agropecuária e subsistência para as poucas famílias que viviam no local, além da atividade garimpeira que se iniciara em alguns pontos da região (TEIXEIRA e FONSECA, 2001; KOHLHEPP, 2002). Nesse sentido, Moraes (2008, p. 100) acrescenta que

A “região-problema” dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia (...). Pode-se dizer que a ocupação e ordenamento do espaço atuaram como eixo estruturador do planejamento governamental no período militar, um planejamento autoritário e profundamente centralizado. É fácil realizar uma leitura geográfica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, assim como é forte o conteúdo de geografia presente em outros documentos oficiais da época como o Plano de Integração Nacional ou o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, todos tendo na espacialização das ações previstas o elemento de articulação intersetorial. Essa visão centrada no território fica bem evidente na estrutura institucional do aparelho de Estado adotada pela ditadura, com o agrupamento de todas as políticas territoriais – pela primeira e única vez na história brasileira – num único órgão executor, no caso o Ministério do Interior, que englobava agências tão distintas (como o INCRA, a FUNAI, o BNH, a SEMA, as Superintendências de Desenvolvimento Regional, entre outras), sendo o nexos entre tais instituições o fato de todas operarem políticas de produção e organização do espaço (...).

Entendendo esse primeiro momento com eventos importantes para a geohistória de Rondônia, faremos um enfoque maior nos períodos seguintes, o que nos permitirá observar que a nova configuração territorial, à qual temos feito referência, constitui o resultado de um processo histórico em cujos projetos específicos – com suas respectivas lógicas, agentes, funcionalidades e objetos – sobrepõem-se no território rondoniense (SANTOS, 2009).

O rio, antes utilizado pelos caboclos, transforma-se em recurso para grandes hidrelétricas. As estradas percorridas pelos colonos nas décadas de 1970 e 1980 agora integram as grandes redes técnicas para a circulação de *commodities* agrícolas, sendo responsáveis pela viabilização do transporte de produtos da indústria do agronegócio para a exportação internacional.

Desde o início da implantação das políticas territoriais modernizadoras da fronteira, a base da produção existente em Rondônia era a agricultura de subsistência, produção

majoritariamente camponesa dos projetos de colonização, além das atividades de garimpo de ouro e de cassiterita, porém com pouca expressão econômica regional.

A migração em Rondônia já existe desde o primeiro ciclo da borracha, com a implantação de seringais no final do século XIX, seguido da estrada de ferro Madeira-Mamoré, até chegar à década de 1960 com pequenas colônias agrícolas e com a BR-364 previamente aberta (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992)¹⁸. No entanto, a colonização oficial em Rondônia teve início em 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN), em que foram estabelecidos os seguintes projetos: Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto de Assentamento Rápido (PAR) (BECKER, 1990). Posteriormente, essa estrutura serviu de base para os programas seguintes e para a rede urbana atualmente estabelecida em Rondônia, tendo como eixo principal a BR-364, e as cidades que se formaram nesse mesmo eixo, a partir dos projetos derivados da primeira iniciativa de colonização.

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) foi implantado em 1974, com o intuito de incentivar a migração a essa região (para a execução de atividades minerais e agropecuárias), e também estimular ali a abertura de estradas (BECKER, 1990). Durante esse período, apenas a rodovia BR-364, aberta a partir do traçado da linha de telégrafo, possibilitava o acesso ao território rondoniano, além do limitado acesso hidroviário. Compunha, ainda, um território sob domínio estritamente estatal, sendo o Território Federal de Rondônia.

A política de colonização para Rondônia estabelecida pelo Governo Federal constituía projetos de assentamentos que se tornavam a “válvula de escape” para o excedente populacional do meio rural das regiões centrais do país. Isso caracteriza um período no qual Rondônia vivenciava um dos maiores fluxos migratórios de sua história, porque Governo Federal tinha incentivado colonos do Centro-Sul do Brasil para a ocupação de espaços tidos como vazios demográficos, tanto para domínio territorial e controle fronteiriço, quanto para diminuir os conflitos agrários existentes nos demais estados centro-sulistas (KOHLHEPP, 2002). Bertha Becker (1990, p. 23) explica que

¹⁸ Consideramos essa produção amplamente rica de dados empíricos, sendo esses utilizados ao mesmo tempo em que fornecidos pelos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Comissão Pastoral dos Migrantes, todos de Rondônia. Essa mesma obra, dadas as limitações de edição e publicação restritas à época, possui um vasto conteúdo com dados e informações referentes à data de sua divulgação, podendo ser classificado como documento histórico, considerando inclusive os poucos registros locais referentes à construção da UHE Samuel, sobre a qual falaremos mais adiante.

Empresas agropecuárias e fazendeiros individuais exercem conjuntamente o monopólio da terra, dominando em termos de apropriação da terra. Na medida em que estão, sobretudo, interessados na realização futura da renda, a produção agropecuária é ínfima em relação à terra apropriada. Por sua vez, a pequena produção é extremamente instável, pois na Amazônia é rápido o processo de atração de migrantes, posse eventual da terra e contínua expropriação.

Em Rondônia, verificamos que isso ocorre, sobretudo, pela expropriação e pelas terras com pouca fertilidade concedidas aos colonos, fatores esses que posteriormente ocasionaram emigrações, seja para retorno à terra natal ou migrações internas. Isso pode ser visto a partir do gráfico a seguir (figura 2), onde observamos o aumento de estabelecimentos agropecuários (leia-se propriedades rurais) entre 1970 e 2006 em Rondônia. Podemos notar que as propriedades com menos de mil hectares tiveram seu crescimento relativamente estabilizado a partir da metade da década de 1980, e, ao contrário disso, as propriedades com mais de mil hectares aumentaram bastante desde esse mesmo período. A partir dessa análise, podemos deter a hipótese que, de alguns dos migrantes colonos, mas principalmente os empresários agropecuários que desembarcaram em Rondônia durante a colonização promovida pelo Governo, muitos atuam hoje com o agronegócio em larga escala, sobretudo a agroindústria da soja, do milho, da carne e do leite.

Figura 2: Número de estabelecimentos agropecuários por unidades entre 1970 e 2006 em Rondônia. Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012. Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Na realidade, embora o gráfico apresente que há mais propriedades pequenas que grandes, a curva das propriedades com mais de 1000h continuou crescendo, obtendo um salto de 1985 a 2006. Já as propriedades menores que esse valor obtiveram uma desaceleração e mesmo estagnação de seu crescimento. Podemos entender, assim, que mesmo com uma quantidade maior de pequenas propriedades, segundo demonstra o gráfico, as propriedades maiores continuaram a subir, o que denota uma relação direta com o latifúndio e a produção monocultora agroindustrial. Para o período de intensa colonização da Amazônia pelo Estado, Becker (1990, p. 24-25) também propõe uma classificação a partir de dois tipos de produção e ocupação da terra:

(1) A apropriação por outros agentes pertencentes a diversas frações do capital: (a) o capital comercial-especulativo de grande escala, a quem o Estado delegou a iniciativa do povoamento através da colonização particular; (b) os fazendeiros individuais; (c) os colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados.

(2) A apropriação da terra direta pelo Estado, vinculada tanto ao fortalecimento de seu poder como à necessidade de legitimação, através: (a) da colonização oficial; (b) da criação de territórios para sua gestão direta em áreas de conflitos de terra; (c) da gestão associada à empresa privada, em *joint ventures*, seja com o grande capital, seja orientado para o sentido distributivo.

Para tanto, segundo a mesma autora (p. 25-31), surgem os seguintes agentes: a) as empresas agropecuárias, b) os fazendeiros individuais, c) os pequenos produtores, d) grileiros. Partimos da ideia de que a construção da sociedade local de Rondônia começa a partir do momento da colonização, considerando que a base para a existência da indústria do agronegócio hoje se deu naquela época. Até a primeira metade da década de 1980, Rondônia tinha em seu contexto territorial as influências do Polamazônia – com a instalação de diversos colonos e empresas agropecuárias, além das diversas estradas e dos vários núcleos urbanos –, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Samuel e o surgimento do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro (Polonoroeste), sendo esse um novo ciclo de intensificação de atividades garimpeiras e pavimentação de trechos da BR-364 (FEARNSIDE, 2004).

Falamos no “Novo Eldorado” em que se transformou Rondônia para os seus novos “desbravadores”. Nessa questão, apontamos a reafirmação de um processo que, embora cíclico, vinha ocorrendo desde a década anterior. Cria-se um equipamento logístico, com a abertura de estradas, construção de uma rede de eletricidade fornecida por uma hidrelétrica, pequenos núcleos urbanos e administrativos, assim como uma rede institucional e política.

Havia relatórios de migração que eram produzidos diariamente pelas instituições locais em forma de boletins, com relatos sobre todas as pessoas que chegavam de outras localidades. Hoje não temos mais os boletins diários, mas também “chega gente o tempo todo”¹⁹, espontaneamente, e de todas as demais regiões do país.

Nessa mesma época, iniciou-se a construção da hidrelétrica de Samuel. Essa, que fora concluída em mais de 10 anos, foi projetada para, inicialmente, abastecer o estado de Rondônia, este em grande ascendência populacional e econômica, e também algumas localidades do Acre (FEARNSIDE, 2004). Esse projeto hidrelétrico fazia parte de um conjunto de outras grandes obras previstas para Rondônia e para a Amazônia, dentro do Plano 2010²⁰. Foram previstas barragens na Amazônia, sendo as em andamento ou já construídas, conforme também apresentado por Becker (1990, p. 88):

O Plano 2010 da Eletrobras prevê a construção de 79 usinas até o ano 2010, a maioria na Amazônia, onde estão planejadas usinas para todos os grandes afluentes do rio Amazonas. A justificativa oficial é a produção de energia para abastecer o país no próximo século. Na verdade, como visto, trata-se de energia para produção de alumínio e para estimular a industrialização da região; trata-se também da expansão e possível transnacionalização da Eletrobras, na medida em que poderá estender sua atuação aos países vizinhos da América do Sul através de sua subsidiária, a Eletronorte.

De acordo com o Plano, as perspectivas governamentais para a construção de hidrelétricas durante o período entre 1987 e 2010 implicavam em: a) maior atratividade econômica, b) necessidade de equacionamento de problemas ambientais, sociais e institucionais, c) transmissão de energia a longa distância, d) incremento do papel das médias e pequenas centrais no período (BRASIL, 1987, p. 23).

Quanto às preocupações com os impactos decorrentes dessas obras, o Plano diz que “(...) a experiência adquirida na construção de Tucuruí, Balbina e Samuel indica que a engenharia nacional está plenamente capacitada para levar a termo, com êxito, qualquer dos aproveitamentos desejados” (BRASIL, 1987, p. 26).

E nesse contexto, a hidrelétrica de Samuel foi construída, porém não obtendo tal êxito mencionado pela Eletrobras, uma vez que seus impactos foram equivalentes aos da usina de

¹⁹ Expressão nossa.

²⁰ O Plano 2010, ou Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, foi elaborado em conjunto entre a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia, tendo como principal objetivo a expansão do setor elétrico do país em longo prazo, e previa, além de outras fontes, a construção de hidrelétricas, sobretudo na Amazônia. (BRASIL, 1987). A partir desse plano, foram executados projetos, que, posteriormente, passaram a fazer parte do que hoje temos no Programa de Aceleração do Crescimento. As hidrelétricas que não tinham sido construídas ainda foram inseridas no conjunto de obras do PAC, tais como as hidrelétricas do Madeira.

Balbina, em Manaus-AM. Dados dos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, divulgados por Perdigão e Bassegio (1987, p. 198), mostram que, apesar do lago da usina de Samuel ser menor que de Itaipu, sua geração de energia é 59 vezes menor que esta última. Já a usina de Balbina, considerada como um dos piores desastres ambientais causados por barragens, possui um lago 4 vezes maior e produz 48 vezes menos energia que Itaipu. As usinas de Samuel, Balbina e Tucuruí, as principais (de grande porte) na Amazônia não chegam a 3.000 MW se somadas. Seus lagos, somados, são mais de oito vezes maiores que Itaipu, que produz cerca de 135.000 MW (FEARNSSIDE, 2004, PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992). Dados como esses também são demonstrados por Becker (1990, p. 88):

A experiência da implantação de usinas hidrelétricas indica efeitos perniciosos para o meio ambiente, decorrentes da criação de grandes lagos pelas barragens. Eles têm levado à eliminação substancial de florestas por submersão. A construção de reservatórios como o de Balbina (Amazonas) e o de Samuel (Rondônia) demonstra que os impactos são superiores à produção de energia. Calcula-se que estas barragens produzirão doze vezes menos quilowatts por área inundada do que Tucuruí, onde foram perdidos 2.430 km² (sic) de florestas virgens e em nenhuma destas foi feito o aproveitamento da madeira. Além do que, têm efeitos danosos sobre a fauna dos rios, incapaz de viver em espaços restritos. Finalmente, não menos importante é o alagamento de terras de colonos, que são realocados, e de indígenas, o que explica sua resistência à construção das usinas de Karaô e Babaquara, em Altamira, com repercussão nacional.

O relato anterior não está distante da atual realidade amazônica e brasileira atual, embora seja de 1990. Também expressado no texto de Perdigão e Bassegio (1992, p. 191), o discurso daqueles que se opunham aos empreendimentos hidroelétricos se assemelha em demasiado ao atual. Como exemplo, em oposição à construção das atuais barragens do rio Madeira, coloca-se:

Diante de toda essa “sabedoria técnica”, nos cabe perguntar a quem servirá toda a energia que está e estará sendo gerada. Muito pouca gente sabe quais são as reais intenções do nosso governo em relação a estes projetos hidrelétricos. Sobretudo, o povo não é informado sobre o que acontece dentro e fora dos canteiros de obras de todas as hidrelétricas em construção.

Em contrapartida, a justificativa dos técnicos e responsáveis pelos projetos de usinas hidrelétricas naquela época em Rondônia, bem como na Amazônia (tais como a usina de Belo Monte, em Altamira-PA), era também semelhante à dos atuais. Essas obras seriam construídas com o objetivo de abastecer o Sudeste do país, que já possuía uma deficiência energética (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992, p. 193), conforme também dito no próprio Plano 2010, em

que “(...) as regiões Sudeste e Nordeste serão grandes importadoras de energia da região Norte, permanecendo a região Sul como exportadora para a região Sudeste” (BRASIL, 1987, p. 40). A região Sul já se encontrava abastecida pela hidrelétrica de Itaipu, logo estava com suprimento de energia para exportar ao Sudeste. Por sua vez, ficou a encargo da região Norte abastecer o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste.

O atual Programa de Aceleração do Crescimento prevê a integração de toda a malha energética do país. Está prevista a consolidação das obras de usinas projetadas desde a década de 1970, com estudos realizados à época pela empresa SONDOTÉCNICA/SA, incluindo-se aí as usinas do Madeira e a de Belo Monte, e que posteriormente foram inseridas no Plano 2010. Aproximadamente vinte anos após a implementação do Plano, vemos as obras que não foram executadas naquele momento serem construídas hoje.

O que foi projetado no Plano 2010 está representado na figura 3 a seguir, com uma projeção da rede de transmissão em sistema de Corrente Contínua (CC), em que a região Norte se interliga com as demais regiões, exportando energia elétrica. A figura 3 foi oportunamente adaptada do relatório executivo, uma vez que aqui se compara (e se assemelha com a atual proposta de inserção das novas usinas na malha energética do país) com as atuais intervenções governamentais acerca da construção de hidrelétricas, como é o caso do PAC:

Figura 3: Projeção das futuras e principais linhas de transmissão de energia hidrelétrica no Brasil em 2010.

Fonte: Retirada e adaptada do Relatório Executivo do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 – Plano 2010 (BRASIL, 1987, p. 51).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Do mesmo modo como se consolida a construção das hidrelétricas do Madeira, e as manifestações populares contrárias a esses empreendimentos, temos, naquela época, década de 1980, o mesmo discurso de hoje, conforme consta em Perdigão e Bassegio (1992, p. 193):

Ocorre que por trás deste plano estão os interesses da Eletronorte que detém o controle e o monopólio de geração de energia na região, e que, por sua vez, responde aos interesses de grandes construtoras, às quais não interessam pequenas obras e sim megaconstruções.

Durante esses eventos, e tendo vivenciado um ciclo de intensas migrações e de desenvolvimento econômico, Rondônia torna-se oficialmente um estado da Federação Brasileira, a partir da Lei Complementar nº. 41, de 22 de dezembro de 1981, passando a ter autonomia político-administrativa e vivenciar um novo ciclo econômico-social. Contudo, o estado se encontra ao final da década de 1980 com a economia em processo de recessão, limitada a atividades extrativistas e de subsistência, onde predominavam majoritariamente

setor primário e terciário da economia (leiam-se comércio e agricultura familiar). Grande parte da população também pertencia ao quadro de funcionários públicos.

Essa configuração territorial se deu mesmo apesar da implantação de projetos de infraestrutura como a hidrelétrica de Samuel e a pavimentação da Rodovia BR-364. Sob esse aspecto, Fearnside e Ferreira (1985) apresentam um croqui das rodovias existentes e das planejadas para Rondônia desde o início da década de 1980 (figura 4), o que poderíamos chamar de uma representação da configuração territorial da época²¹:

Figura 4: Mapa das rodovias projetadas para Rondônia na década de 1980.

Retirado de Fearnside e Ferreira (1985, p. 358).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Analisando essas formas de ocupação e produção do espaço amazônico, podemos observar oscilações entre crescimento e declínio econômico e populacional, visto que muitas propostas eram implantadas (no caso da extração mineral, vegetal e da própria navegação para transporte de matéria-prima e outros), mas sua maioria fracassava por insuficiência das ações. O extrativismo vegetal e mineral, a produção agrícola e pecuária extensiva e práticas

²¹ Notemos na figura 4 que já existiam várias terras protegidas, entre unidades de conservação e terras indígenas, naquela época.

predatórias que geram pressões ao ambiente também se constituem, analogamente ao passado, em procura incessante pelas “drogas da natureza”.

Outro fator a se considerar está no grande Eldorado, visão esta que se tinha a cada grande campanha acerca dos projetos que surgiram no âmbito da Amazônia durante o séc. XX. Podemos considerar então as inúmeras atenções voltadas para a Amazônia atualmente como sendo o Novo Eldorado ou o Eldorado do Século XXI.

Contudo, os programas de colonização da época trouxeram diversos problemas ambientais, o que forçou o governo brasileiro, vigiado pelo Banco Mundial, a tomar providências acerca do grande desmatamento provocado pela quantidade de colonos estabelecidos ao longo da BR-364. Não se coloca aqui o pequeno camponês como um “vilão” responsável por destruir a floresta, mas como vítima de uma lógica de incorporação de novas áreas, imposta pelo próprio sistema político e econômico, nacional e internacional.

1.3. O ESTADO ENQUANTO AGENTE MODERNIZADOR DA FRONTEIRA

Para Bertha Becker, “o debate sobre a fronteira se desenvolve em torno do significado da participação de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas, e das conseqüências dessa participação” (sic) (1990, p. 09).

No caso de Rondônia, em específico, temos ainda sujeitos locais, populações tradicionais e remanescentes (tais como os indígenas, os caboclos, os ribeirinhos, quilombolas e seringueiros), que vivem à beira dos rios e dentro das florestas em pequenas comunidades ou mesmo margeando estradas em pequenas vilas. São populações locais que se descobrem no meio de grandiosos projetos, decorrentes de políticas territoriais. Temos, porém, períodos diferentes caracterizados por formas diferentes de intervenção frente às diversas características populacionais respectivas a cada época:

1970 – Populações locais (remanescentes de caboclos, indígenas, seringueiros, quilombolas) frente à chegada de colonos migrantes para projetos de assentamento e ao surgimento de vilas, núcleos urbanos, e empresas agropecuárias que dão início à concentração de terra.

1980 – Populações locais, garimpeiros e pequenos agricultores remanescentes das primeiras tentativas de colonização durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, frente à chegada de uma nova leva de projetos de assentamento, a novos agentes econômicos com suas empresas, e, conseqüentemente, à concentração de terras.

1990 – As mesmas populações, remanescentes migrantes, sobretudo da década de 1980, e garimpeiros frente à ampliação da BR-364, ao crescimento das cidades, à construção da hidrelétrica de Samuel, ao surgimento do agronegócio e à institucionalização da hidrovia do Madeira.

2000 – Aquelas relacionadas à indústria do agronegócio. Segmentos da população que se desenvolveram nas atividades de agropecuária e hoje detêm uma grande produção nesse ramo. Há também intensa urbanização e crescimento urbano desordenados, populações relacionadas às hidrelétricas do Madeira, que moram no entorno da hidrovia do mesmo rio, das estradas, e as que sofrem desenfreada expulsão (sobretudo os ribeirinhos e populações tradicionais), além das que se estabeleceram nas cidades e centros urbanos.

Somam-se, em Rondônia, quatro décadas de entrada do capital nacional e internacional por meio de médias e grandes empresas e de grandes empreendimentos (sobretudo do agronegócio e da construção civil inseridos de forma ascendente e cada vez mais acelerada). Forma-se uma fronteira que antes se caracterizava pela ação territorial do Estado, pela identificação de limites políticos e jurídicos e pelo chamado “vazio demográfico”, sendo tido como um lugar inabitado ou estagnado economicamente, e agora, porém, com uma característica de desenvolvimento econômico.

Bertha Becker faz ainda uma pertinente referência sobre a transformação espacial que ocorre na fronteira amazônica ou em um território tido como fronteira. Não há como dissociar as relações territoriais em uma fronteira e as escalas de atuação de diversos agentes. Sendo a Amazônia uma fronteira nacional e mundial, esta constitui um território fronteiriço ou frente avançada das forças da sociedade industrial e urbana que nela buscam novos recursos para sua expansão (BECKER, MIRANDA, MACHADO, 1990; BECKER, 1982). Para esse caso, consideramos o momento recente de cerca de duas décadas (1990-2010), quando, a exemplo, tivemos o surgimento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o fortalecimento da indústria na região mais central da Amazônia (além daquela relacionada à mineração e ao agronegócio), o surgimento de hidrelétricas e outras formas modernizadas de produção de energia, além de novas redes técnicas como a pavimentação das estradas.

Essa fronteira amazônica consiste num espaço de manobra das forças sociais, um espaço de projeção para o futuro, sendo pesados os diversos interesses, uma vez que a fronteira tem o seu espaço modificado a partir das ações voltadas à reprodução de um modo de produção e consumo (BECKER, MIRANDA, MACHADO, 1990, p. 16-17).

Associando isso à ação do Governo Federal, e ainda ao estado de Rondônia como uma grande fronteira de recursos e de possibilidades, podemos compreender que os projetos de infraestrutura consistem justamente na integração regional, com vistas ao desenvolvimento econômico em escala nacional. Institui-se a criação de uma nova fronteira, sendo esta uma fronteira econômica na qual se implantam projetos modernizadores, tornando-a aberta para a inserção do capital de grandes empresários e a ampliação da malha e das redes territoriais com vistas à produção econômica e à acumulação, o que representa as relações de mercado, produção e exportação.

Por sua vez, o sociólogo José de Souza Martins (2009) nos explica, a esse respeito, que se trata de uma frente pioneira, quando menciona o referencial tido pelos geógrafos. Em nossa interpretação, remetendo ao nosso recorte analítico, a frente pioneira retratada por Martins não implica apenas a incorporação de novos territórios pela atuação de novos sujeitos, mas a redinamização desses territórios já incorporados para a expansão e reprodução do capital, pela utilização de novas técnicas e, conseqüentemente, sua modernização. O que estamos aqui chamando de fronteira econômica é bem conceituado por Martins como frente pioneira, que sucede a frente de expansão, esta que remete a uma primeira ocupação. A saber,

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre os territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 2009, p. 135).

Contudo, Martins, ao mencionar geógrafos tradicionais, faz uma crítica acerca do conceito de frente pioneira, criticando não apenas o conceito, mas esse apropriado pela Geografia, mostrando que não inclui em si a noção do conflito, da dialética e da relação do contato com o outro. Consiste numa visão institucional “civilizada”, em que se excluem as populações locais, tais como os indígenas. Também faz um contraponto crítico ao conceito de frente de expansão, originalmente surgido a partir de linhas da Sociologia e da Antropologia, na figura de Darcy Ribeiro, que tinha como fundamento o contato com o outro.

Porém, esse conceito foi se perdendo ao longo do tempo, deixando de lado a situação dialética do conflito que pressupõe o contato do branco com o índio, para, então, se assemelhar ao que os geógrafos originalmente retratavam como frente pioneira, ou a fronteira de expansão da civilização, logo, do capital.

Ao propor uma alternativa, o autor traz uma noção da situação de fronteira. Para ele, a situação de fronteira pressupõe o conflito, sua dialética e toda a profunda complexidade a que se remete uma fronteira. Podemos pensar dessa forma ao compreender que em Rondônia existe uma fronteira de ressignificação, onde há o indígena com nova roupagem, há o branco local, camponês ou ribeirinho atingido por uma obra, há os empresariados determinando novas normas sob a hegemonia capitalista e do Estado, assim como há o negro e o branco operário no conjunto de relações capitalistas e não-capitalistas, protagonistas de conflitos trabalhistas dentro do próprio conjunto de obras, tidas pelo discurso oficial (aqui trazido) enquanto modernizadoras.

Concordamos com o autor e entendemos que em nosso estudo há uma situação de fronteira, tal como a explicada por Martins. Entretanto, fazemos a opção de – referindo-nos a essas obras atualmente em construção em Rondônia, e mesmo da expansão da indústria do agronegócio – considerar a frente pioneira ou a fronteira econômica caracterizada pela retomada de territórios, constituindo uma área de fronteira com potencial fortalecimento das redes econômicas e políticas, nocivas ou construtivas, que ora se estabelecem ou se reestabelecem. Forma-se uma “lente” selecionada para se enxergar o processo em âmbito institucional, identificando como se dão essas relações. Feito esse prognóstico, realizamos, então, o esforço de entender que em âmbito local o conflito existe, e que a situação de fronteira é caracterizada por tais fatores que se tornam um agravante e que qualificam essa condição de existência conflituosa, porém não mais do contato do branco com o índio, mas de agentes e sujeitos, nativos ou não, que reconfiguram o território fronteiriço.

Notemos que isso se dá não apenas “de cima para baixo”, mas há uma articulação entre o Governo, as grandes empresas (nacionais e multinacionais) e o poder local, constituído de uma elite política detentora de um capital produtivo que se expande por todo o território local e que mais se beneficia, por exemplo, num contexto de grandes projetos de infraestrutura. Em detrimento, a sociedade local, constituída de populações urbanas, tradicionais, camponesas, indígenas, quilombolas e trabalhadoras, não se desenvolve nem economicamente nem socialmente, porque os lucros que poderiam ser investidos em melhores condições de infraestrutura, urbana e rural, ou seja, social, são direcionados para esses poderes nas escalas local, regional e nacional.

Retomando o conceito trazido por Becker (1990, p. 11)

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível

implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, tornam-na uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle.

Podendo ser considerada como uma fonte global de recursos, a Amazônia constitui justamente um espaço em incorporação ao território global/fragmentado. A fronteira amazônica oferece amplas possibilidades à expansão territorial do capital, considerando sua vasta extensão, seu amplo e vasto espaço. Nesse caso, o Estado pode servir como exemplo para essa questão em sua atuação variante no tempo, diante de uma conjuntura internacional e da correlação de forças sociais, repercutindo no fortalecimento de ora uma ora outra forma de organização na fronteira (BECKER, 1982, p. 215-217).

À fronteira não se impõe a existência de uma só forma de apropriação da terra. A apropriação do espaço se dá por diversas frações do capital e é estimulada pelo próprio Estado, conforme exemplificado, a partir da rápida implementação de projetos de integração regional ou através das políticas territoriais. Incluímos também a apropriação direta pelo Estado, diante de seu caráter social e a necessidade de legitimação, incorporando aí a colonização oficial ou nacionalização da terra (distribuição social da terra). Da mesma forma, a criação de territórios que está direcionada para a sua gestão direta em áreas de conflitos de terras, e a gestão associada à empresa privada – uma forma mais recente de atuação na fronteira, a qual cria territórios para a exploração econômica do (pelo) grande capital ou no sentido distributivo, no caso dos projetos de colonização (BECKER, 1982).

Em escala regional, nesse caso para a Amazônia, alguns setores produtivos são indicadores da expansão econômica da fronteira: o aumento da indústria madeireira e a repercussão de seus impactos, a expansão da pecuária e de áreas de pastagens, o cultivo da soja em larga escala, o aumento do número de propriedades familiares e sua integração aos mercados. Todos esses itens estão associados à abertura de novos espaços ou de locais ainda não explorados (COSTA, BECKER, ALVES, 2007).

Rondônia é um grande exemplo desse cenário, onde os diversos sujeitos sociais e agentes econômicos existentes sobre um território complexo estão interligados e articulados (como o exemplo dos pecuaristas e madeireiros, as empresas e indústrias das construções civis), tendo as redes como principais vias de articulação. Isso foi explicado por Costa *et. al.* (2007), os quais nos trazem a seguinte questão:

Essas alianças e articulações podem envolver, também, arranjos mais complexos e consolidados, como são os casos das integrações entre os

participantes de um mesmo sistema produtivo (...), e que em geral (...) [são atribuídas] aos atores e aos empreendimentos que deles participam direta ou indiretamente. Tais são os casos já mencionados dos sistemas agroindustriais, nos quais formas diversas de integração envolvem pequenos produtores familiares independentes (...) ou (...) organizados em associações ou cooperativas –, grandes propriedades pertencentes às empresas líderes (...) e (...) outros segmentos empresariais (...) que atuam no fornecimento de (...) equipamentos (...), além dos mercados de consumo final.

Esse exemplo caracteriza bem alguns dos aspectos que compõem o cenário territorial dinâmico em Rondônia. A questão está em compreender como se dá esse processo e qual a mudança ocorrida com a aceleração do surgimento dessas corporações, a partir da década de 1990.

Em contrapartida, para Coy (1988), houve, no início da ocupação e colonização de Rondônia incentivada também pelo Governo Federal, alguns aspectos relevantes para a organização do espaço. Todavia, o que ocorreu foi o que o autor chamou de incapacidade de se estruturar o desenvolvimento, acarretando o processo de diferenciação territorial, de aceleração da urbanização e o agravamento dos conflitos fundiários, tidas como consequências negativas. Com os projetos implantados ao longo da BR-429 (até então somente uma ‘linha’ estreita de acesso aos lotes rurais, além daqueles ao longo da BR-364), conflitos surgiram com a abertura de uma nova frente pioneira (MARTINS, 2009) no interior do estado, e sendo considerada como uma fronteira capitalista. O que se chama de incapacidade, podemos também interpretar por direcionamento de recursos e ações – políticas – para determinados segmentos de classe que não aquelas menos abastadas econômica e politicamente.

Num cenário de pós-colonização, em que essa fronteira tornou-se moderna devido aos grandes investimentos e à grande expressão econômica e regional que o estado passou a ter, esses conflitos são considerados como parte integrante da nova configuração territorial inserida na base da configuração anterior. O cenário antigo, descrito por Coy (1988), nos remete ao cenário atual, com novos agentes inseridos e novos objetos fixos sobre o espaço e seus respectivos conflitos.

O choque de interesses políticos e um rigor maior da legislação ambiental podem ser tidos como alguns dos motivos da intensa exploração ambiental e social que caracterizou o território rondoniano nas décadas de 1970 e 1980, dado o modelo de ocupação e desenvolvimento econômico que se imprimia à época.

Trazendo para o contexto atual, BARTHOLO JR. e BURSZTYN (1990) já se referiam às perspectivas para Rondônia, em que existem alguns pontos que, para os autores, devem ser

levados em consideração (como a mudança da matriz energética, à hidrovia do Madeira e à estrada Interoceânica rumo ao oceano Pacífico):

- a) a otimização das pequenas centrais hidrelétricas em localidades estratégicas no interior do estado;
- b) a distribuição de energia pela própria autonomia de concessionárias locais ou regionais, visando à promoção de oportunidades de renda e empregos;
- c) rigorosidade na atuação política na regulamentação dos empreendimentos e na elaboração dos estudos de impacto ambiental, considerando os *royalties* a partir da exportação de energia e visando uma reserva estratégica para o estabelecimento de indústrias;
- d) a manutenção periódica da rodovia principal BR-364, necessária para a garantia do escoamento das mercadorias e dos transportes em geral, associada à multimodalidade de transporte a partir da conexão hidroviária;
- e) a otimização dos demais rios navegáveis em Rondônia, ligando-os ao rio Madeira e ao Amazonas;
- f) investimentos na valorização do transporte fluvial e das instalações portuárias;
- g) e a rigorosidade quanto às políticas conservacionistas, diminuindo o máximo possível as externalidades ambientais negativas à sociedade e ao ambiente local, considerando as áreas de preservação também.

De toda forma, a fronteira não está fechada devido às formas de produção estabelecidas, sendo passível de reestruturação, ou (re)configuração. Constitui um espaço sob uma contínua dinâmica, um espaço em processo constante de transformação (BECKER, MIRANDA, MACHADO, 1990, p. 17-18).

1.4. AS REDES TÉCNICAS E A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Resgatando novamente o cenário de colonização do século XVI, o espaço amazônico era adentrado em busca de grandes riquezas naturais. Os diversos viajantes que chegaram às terras amazônicas por vias aquáticas se deparavam com diversas intrusões rochosas existentes nos rios pelos quais faziam a travessia, até que chegassem aos seus destinos. Logo, as dificuldades de travessia pelos rios se tornaram grandes devido à existência dos trechos encachoeirados que serviam de obstáculo para a navegação (PINTO, 2003).

Podemos ressaltar o interesse pelo território amazônico pelo surgimento de investimentos e lucros, constituindo uma área amplamente focada para a implantação de grandes projetos. Cabe verificar que as políticas pensadas para o contexto amazônico possuem uma característica comum de desenvolvimento, em diferentes escalas espaço-temporais, o que torna esse território cada vez mais complexo. A área de estudo em questão é alvo de ações voltadas ao crescimento econômico, passando por semelhantes transformações ocorridas na Amazônia de modo mais geral. Procurando compreender isso, em Vallaux (1914, p. 272) podemos verificar que

(...) la circulación terrestre tiene un carácter político, hasta cuando se propone fines puramente económicos. La razón más fuerte es una de las manifestaciones exteriores de la actividad del estado cuando se propone transmitir el pensamiento y la voluntad colectivas sobre todos los puntos de un territorio, y cuando pone en movimiento, para los fines de ataque y de defensa, la riqueza nacional y las fuerzas militares. En una palabra, la circulación política se mezcla sobre la tierra con casi todos los fenómenos *generales* de la circulación económica, lo que no impide a la circulación tener generalmente sus huellas y sus vías particulares (grifo do autor).

Em Rondônia existem características de ocupação semelhantes aos processos ocorridos na Amazônia, estando condicionado ao contexto histórico da sociedade local a partir de ações de agentes diversos. Esses projetos em escala local equivalem aos de escala regional, com o surgimento de diversas atividades econômicas principalmente nos setores de agropecuária, comércio e serviços. Sobre a configuração territorial, Santos (1998, p. 110) diz:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história se vai fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Discutir redes, circulação, fluxos e fixos compete tratar desse conceito importante (configuração territorial). Sendo a configuração territorial uma totalidade, para Santos (2008, p. 83-84),

São diferentes os conceitos de paisagem, de configuração territorial e de espaço. (...) A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. (...) Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de

recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É nesse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de floresta, de solo, de clima, de escoamento são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa-se justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais.

Entre as transformações em Rondônia que caracterizam o período destacado em termos de infraestrutura, estão as decorrentes da ampliação da rodovia BR-364 e sua ligação com demais rodovias vicinais, e da materialização da hidrovia do Madeira à jusante de Porto Velho. Essa hidrovia visa o escoamento da produção para o Oceano Atlântico e o fortalecimento do agronegócio, tendo a produção da soja como principal destaque com sua expansão no sul do estado (NUNES, 2004).

A BR-364 é a principal via de ligação entre Rondônia e os demais estados do país, e, estando ligada à hidrovia do Madeira, torna-se um eixo fundamental para o escoamento da produção e a integração intercontinental no Norte do Brasil e na América do Sul (com a BR-319 e a saída para a Venezuela e Caribe).

Já na primeira década do séc. XXI, há uma intensificação dessa dinâmica territorial pela perspectiva das hidrelétricas do Madeira, período em que esses empreendimentos começam a se materializar de fato. Essas políticas são pensadas em âmbito nacional por uma demanda econômica global em decorrência, também, do avanço tecnológico, do aumento do nível de consumo da população, e principalmente das exportações, ao mesmo tempo em que são implementadas em nível local. Essa demanda implica no aumento da instalação de hidrelétricas, conforme o próprio discurso governamental, devido a um consumo de energia exigido principalmente pelo crescimento do setor da indústria e aumento da população urbana. Sabemos que existem outras fontes energéticas, porém existem diversos interesses de empreiteiras, construtoras, bancos, ONGs, e do próprio Governo na construção de grandes hidrelétricas. Logo, podemos unir a suposta demanda a interesses capitalistas dos mais diversificados.

Com o estabelecimento de novos sistemas de engenharia, sob obras de infraestruturas, inseridas no território, as transformações espaciais se tornam nítidas à medida que se nota o aumento do PIB, das exportações, da população migrante e economicamente ativa, assim

como o surgimento de novas corporações do ramo da construção civil, segundo dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social de Rondônia (SEDES-RO)²².

Dessa forma, nossa discussão caminha para a reflexão, de acordo com os processos históricos de ocupação, sobre como se constroi a relação da sociedade com o surgimento destas redes técnicas inseridas no território, criando uma configuração territorial com a existência de agentes diversos. Focando a análise no estabelecimento de redes técnicas sob a forma de infraestruturas, podemos explorar algumas definições já estabelecidas, que nos permitem compreender sua dialética.

Para um melhor entendimento, as redes são compostas de “toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território (...), seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação” (CURIEN, N. *apud* SANTOS, 2009, p. 262). Num outro aspecto, “(...) as redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual (...)” (SANTOS, 2009, p. 263).

Encontramos em Costa (2000, p. 75) outra percepção das redes, estas relacionadas diretamente às políticas governamentais brasileiras:

(...) Ocorre que o resultado dessa combinação [entre determinações econômico-sociais e políticas territoriais], a nível da estrutura territorial, expressa-se através de *objetos fixos* e *redes* hierarquizadas, que podem ser consideradas, para fins de análise, como redes especificamente *produtivas* (produção, circulação e consumo) e redes *institucionais geografizadas*, criadas ou fomentadas pelo Estado.

Nesse mesmo sentido, Costa (2000) traz à discussão a hierarquização das redes, transformando-as em especificidades, as quais nos ajudam a compreender de outra forma como essas redes se estabelecem e reconfiguram o território, em vista de ações governamentais estruturantes:

²² Rondônia (2008).

Quadro 2: Hierarquização e denominação de redes

Redes institucionais geografizadas*		Redes produtivas ²³
Hierarquizadas	Institucionais objetivas	
Redes hierarquizadas sob a forma de infraestrutura em geral, destinadas aos investimentos passados, presentes e futuros. Tais são os casos do Sistema Viário Nacional com suas malhas fortemente hierarquizadas e “amarradas” às dinâmicas nacional e regional; o Sistema Energético Nacional, principalmente os complexos petroquímicos e hidroelétricos estatais (neste último caso com malhas de interligação a nível nacional em fase de implantação) e o Sistema Nacional de Telecomunicações.	Redes institucionais objetivas, <i>órgãos</i> da política e burocracia estatais que se destinam a reproduzir, no todo territorial, a operação do aparelho estatal central. Disseminadas nas escalas regionais, estadual e local, essas redes têm viabilizado a combinação <i>central-local</i> em cada <i>lugar</i> do território nacional. São os casos mais conhecidos: o Sistema Nacional de Saúde (com suas redes de hospitais, centros e postos de saúde, convênios, etc.); Sistema Nacional Fazendário e Financeiro; Sistema Nacional de Educação (em algumas regiões quase que totalmente federalizado); Sistema Nacional de Planejamento Regional e Urbano (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL e demais órgãos do setor).	Produção Circulação Consumo

* Texto compilado e grifos do próprio autor.

Fonte: Costa (2000, p. 75-76).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Assim, as redes são elementos que podem estar fixos no espaço ou mesmo ser invisíveis como no caso da comunicação, em que se permite a circulação tanto da produção como de pessoas e coisas, criando um território dinâmico. Esses fluxos representam a circulação. Sobre isso, Santos (2008, p. 86) continua dizendo que

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. (...) Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetivos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do

²³ Sobre isso, Costa (2000, p. 76) explica que “A superposição das redes nacionais (produtivas e institucionais) tem definido ou redefinido as regiões do país, dando-lhes novas identidades no conjunto territorial nacional. Num país como o Brasil, com tais dimensões e de formação colonial e periférica, essas redes, ao formarem estruturas mais ou menos duráveis, têm sido capazes de criar *laços de coesão* entre as partes do território, mas também forças de *fragmentação*. Quanto mais cristalizados forem esses laços a nível regional, por exemplo, *menor* a possibilidade de políticas territoriais novas conseguirem alterar substantivamente as estruturas preexistentes (casos típicos do Sudeste e do Nordeste). (...) Inversamente, quanto mais frágeis os laços de coesão, maior a capacidade do Estado e dos empreendimentos privados de grande porte que, juntos, tendem a projetar mais *imediatamente* as redes de seu interesse. O resultado será uma diferenciação regional interna menor e a dificuldade relativa de definição de identidades regionais e locais (casos da Amazônia, Centro-Oeste e algumas subáreas do Nordeste)” (grifos do autor).

consumo. Desse modo, as categorias clássicas – isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo – podem ser estudadas através desses dois elementos: fixos e fluxos.

Da mesma forma como é percebido em Rondônia, verificamos na explicação de Santos (2009, p. 274) que são criados objetos, e, somados aos lugares, têm como função a viabilização da fluidez. Daí a existência de infraestruturas de transporte, comunicações e energia, a partir dos quais são criados polos empresariais e industriais urbanos, onde “(...) Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles ‘circulam’. É como se, também, fossem fluxos”.

Assim, podemos entender que em conjunto com esses fluxos e objetos fixos no território, são criadas redes de forma sucessiva para que se possa produzir cada vez mais, gerando desse modo novas configurações territoriais, como veremos no item a seguir.

1.5. AS DINÂMICAS E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM RONDÔNIA

Notamos em Rondônia a intensificação de dinâmicas territoriais, sobretudo econômicas e populacionais, no momento de transição entre dois séculos (XX e XXI), uma vez que predomina aí a globalização, a tecnicização, a produção, a circulação e o consumo (SANTOS, 2008, 2009).

Tais dinâmicas territoriais são intensificadas principalmente com o advento de estratégias pensadas e materializadas pelo Poder Público em conjunto com o setor privado, na forma de redes de circulação, como é o caso da BR-364 e da hidrovia do Madeira.

Além disso, temos a estrada Interoceânica²⁴, a qual dá abertura ao transporte até a fronteira entre o Acre e o Peru, seguindo até o Oceano Pacífico. Todas essas rotas ganham relevância política e econômica devido à facilidade do acesso, do escoamento da produção, dos ganhos produtivos em função de toda a sua logística.

Sobre isso, Dias (2005, p. 21) diz que:

A principal política espacial implementada na última década foi orientada pela lógica das redes; a concepção que estava subjacente à proposta dos *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENID), implementada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, considerava as redes de transporte como fatores de desenvolvimento e de integração regional (...). (...) O resultado foi a constituição de uma eficiente rede logística para o

²⁴ Para um maior aprofundamento sobre esse assunto, cf. Souza (1993) e Viana *et. al.* (2011).

escoamento da produção agrícola, integrando cada eixo aos mercados internacionais de *commodities* (grifos da autora).

Antes de existirem essas redes técnicas dinamizadas, em Rondônia predominavam até o final da década de 1980 atividades básicas de garimpo e agricultura familiar com pouca expressão no mercado externo.

Contudo, com o surgimento de grandes produtores de soja em regiões próximas ao sul do estado de Rondônia e no Mato Grosso, os gestores públicos puderam vislumbrar a definição de uma rota de escoamento através do rio Madeira, em Porto Velho, até o Pará, de onde segue para outros países. Inserem-se cadeias produtivas nesse contexto e novos agentes se estabelecem no território. A soja, que até então era pouco produzida, alimenta a indústria do agronegócio. Já no início dos anos 2000, nos deparamos com novas estruturas projetadas: as hidrelétricas do Madeira.

Sabemos que uma das justificativas para se construir os barramentos está na produção de energia, em escala nacional, e na anexação de eclusas para a ampliação do modal hidroviário no rio Madeira. Atualmente, as discussões sobre o setor energético têm sido constantes e o fornecimento energético é frequentemente associado, pelo discurso oficial, à “garantia do crescimento econômico”.

Todavia, essas dinâmicas ora mencionadas repercutem em transformações no território, sobre o qual surgem novos projetos territoriais, abarcando e otimizando aquelas que já existiam anteriormente. São a continuidade da BR-364 e a implantação da hidrovia do Madeira por pressão do mercado de grãos, caracterizando o surgimento de outro cenário territorial aonde se tem o avanço do agronegócio (SILVA, 2005).

Esses projetos territoriais consistem em fixos que geram redes que surgem já com seus fluxos: Pelas rodovias chegam migrantes de diversos lugares com a intenção de trabalhar nas obras e em outros setores da economia decorrentes dessas obras. Em exemplo, podemos relacionar aos dados de tempo de residência das populações do entorno, considerando a mobilidade demográfica pelos atrativos econômicos e a possibilidade de mão-de-obra, em que se aumentou a população nas localidades vizinhas, o que, conseqüentemente, fez com que maior parte da população local tivesse um recente tempo de moradia (CAVALCANTE, 2008; BORGES, 2009). Para Santos (2008, p. 89-90), temos as seguintes questões:

Vejamos, por exemplo, o caso das usinas de eletricidade. De um número enorme de empresas – quase tão numerosas quanto o número de localidades servidas –, chegamos hoje a uma tendência à unificação, não apenas técnica como organizacional. O mesmo se dá com o telefone, as estradas de ferro, as

estradas de rodagem. (...) O mundo todo é o campo de ação dos fluxos que se expandem com o suporte dos novos sistemas de engenharia. O interesse das grandes nações pela criação de grandes complexos hidráulicos, nos países pobres naturalmente financiados pelo Banco Mundial (que é o gestor do sistema em escala internacional), justifica-se na medida em que os sistemas de engenharia têm tendência a se universalizar, pelo menos quanto a seu uso.

Isso exemplifica o tripé Território-Estado-Mercado, onde todas as relações econômicas, sociais e de poder transformam o espaço e configuram o território. Nesse contexto atua outro tripé de agentes: Poder Público – Setor Privado – Sociedade Civil²⁵. Contexto esse em que o ciclo do capital de produção, distribuição, comercialização e consumo participa ativamente.

Assim, o estabelecimento das redes técnicas se torna imprescindível para a integração do território e a circulação. São redes que criam territorialidades e se apropriam do território. Fazem parte/pertencem a territórios e operam numa lógica não se desprendendo da continuidade, da contiguidade. Essas redes só existem por causa do território e as pessoas que as utilizam possuem também uma territorialidade, possuem dinâmicas em seu entorno.

As territorialidades criadas constituem o campo de ação dos agentes e sujeitos, que formam relações dialéticas entre si e com o território. Para Haesbaert (2004, p. 97),

Territorializar-se (...) significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. O que seria fundamental “controlar” em termos espaciais para construir nossos territórios no mundo contemporâneo? Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena na Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

Esse trecho ilustra o exemplo de Rondônia, na concepção de novos agentes e sujeitos no território, criando novos territórios, estabelecendo sua própria territorialidade. Entendemos

²⁵ Esses agentes se articulam entre si nas esferas nacional, regional e local. Em específico, são os governos federal, estadual e municipal. Há a intensa mobilização não só dos agentes políticos estatais junto às grandes corporações privadas, mas a elite política local e que também detém os meios de produção locais (agroindústria, indústria e comércio) possui um papel fundamental na estruturação de projetos territoriais e tomada de decisões políticas.

esta como sendo o substrato espacial onde determinado indivíduo exerce seu poder, sua lógica, seja ele o indígena ou a grande empresa.

A territorialidade implica numa conceituação cultural da relação do indivíduo com o território, e, portanto, com o seu *lugar*²⁶. Porém, uma concepção diferente da supracitada faz referência à materialização das ações desse mesmo indivíduo ou do grupo²⁷. Uma vez que temos um choque de interesses territoriais, nesse caso entre populações locais e as grandes empresas que estabelecem um grande empreendimento, temos também um choque de territorialidades. Para Becker (1990, p. 19),

A modernização imposta pela estratégia governamental não é, contudo, onipotente. Não apenas porque foi desigualmente distribuída, mas porque a realidade não se desenvolve conforme o plano. Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos, expressos em sua territorialidade. Entendida como uma estratégia que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle sobre uma área específica, a territorialidade estabelece limites à ação do Estado.

Entendemos que os limites estabelecidos para a ação do Estado, na leitura de Bertha Becker (1990), implica amplamente nos conflitos territoriais. O agente estatal dá a abertura às grandes empresas para que estas se estabeleçam, porém, onde há terras indígenas, populações tradicionais, quilombolas, parques e reservas.

Essas decisões tomadas pelos gestores em conjunto com os grandes proprietários do agronegócio e da indústria geram diversos conflitos, mas, em nosso entendimento, se sobressai aquele que possui o maior poder político e econômico. O caso dos projetos territoriais, de políticas como Polonoroeste, Grande Carajás, PAC, etc., denota essa clara relação de poder, resultante dessa aliança entre Estado e corporações privadas, subjugando o operário, o índio, o caboclo e o migrante sem terra. Para Gottman (1973, s/p),

O território não tem valor econômico em si mesmo; ele gera a riqueza de várias e diferentes maneiras em consequência dos usos que dele fazem os seus habitantes. (...) Todavia, pessoas e territórios não são separáveis na produção de bens e serviços: a produção há de ocorrer em algum lugar, e o local ou a área é um dos fatores condicionantes do processo econômico. O território onde o processo se desenvolve deve estar sob um regime político, dentro de um dado sistema de leis num determinado lugar com respeito aos meios de transporte e aos mercados (tradução nossa).

²⁶ Haesbaert (2004).

²⁷ Santos (1998; 2008; 2009).

As obras, sobretudo as hidrelétricas, trazem consigo um apanhado de novas redes técnicas, como, por exemplo, a implantação da linha de transmissão de energia e a possibilidade da navegação à montante de Porto Velho, facilitando também o escoamento e barateamento da produção para novos mercados. Assim, com a implantação de novas redes técnicas no território, novos conteúdos e novos usos também surgem abarcando novos agentes e novas relações de poder.

Entendemos que as atuais transformações territoriais em Rondônia refletem a estrutura produtiva baseada na exploração aquífera, mineral, vegetal e agropecuária, onde tais atividades constituem a forma de organização da sociedade local. Nesse contexto, podemos incluir o surgimento de novos megaempreendimentos associados à expansão das vias de circulação e escoamento da produção econômica, reconfigurando o território.

Nesse conjunto de fenômenos, o município de Porto Velho desponta como potencial produtor agropecuário, devido a largas extensões de monoculturas de soja e milho além da pecuária, nas localidades de Abunã e Mutum-Paraná, e mesmo em proximidades como Humaitá, no Amazonas. São áreas onde também estão surgindo novas indústrias. Ou seja, há o surgimento e a expansão dessas novas atividades nesses novos espaços, repercutindo em redes territoriais de comunicação e circulação (CAVALCANTE, 2008; BORGES, 2009).

A circulação comanda a rápida organização da rede urbana, que é condição e fruto da estruturação da fronteira. Compondo uma discussão relativa ao estabelecimento de rodovias, estas constituem eixos da nova circulação em substituição à fluvial, fazendo reviver as cidades mais bem dotadas de equipamento funcional. Para essa questão relacionada às redes de transporte, Mello e Théry (2001, p. 182) ressaltam que:

Os transportes sempre foram determinantes na organização e integração do espaço amazônico, o qual é dependente das duas redes principais: a dos rios e a das estradas. A malha hidroviária durante séculos determinou a localização das cidades nas calhas dos rios. Nos últimos trinta anos, porém, a malha rodoviária passou a constituir o novo padrão de localização das cidades, o da terra firme. Tem-se assim espaços que estão sob o domínio de tempos e velocidades de transformação diferentes entre si.

Ainda nesse sentido,

O nível de complexidade de circulação parece definir a hierarquia dos centros e os tipos de espaços urbanos – dos espaços de reprodução, em que domina a circulação da força de trabalho e de mercadorias, aos núcleos, onde as atividades produtivas e a circulação de produtos regionais são expressivas, mais complexas (BECKER, MIRANDA, MACHADO, 1990, p. 22).

Diante desses problemas, vemos que as formas de utilização dos recursos naturais não têm tido direcionamento adequado de médio em longo prazo, tanto para a conservação desses recursos, quanto para as populações locais que necessitam deles para seu sustento. Outra questão está na utilização e na qualidade das rodovias, no trato dos asfaltamentos e acessibilidade, e no controle de tráfego por estarem próximas a áreas protegidas (NUNES, 2004). Em não havendo uma gestão planejada da área de implantação desses projetos, haverá sempre uma ocupação desordenada, conflitos por terra, aumento da violência e exploração dos recursos naturais, onde se cria um território ainda mais complexo. Da mesma forma que os jogos de interesses pelos agentes econômicos e políticos se sobressaem aos interesses da coletividade, fator que determina o contexto analisado.

No capítulo seguinte, veremos que as obras do PAC se mostram amplamente expansivas e modernizadoras, e que, quando finalizadas, recortarão espaços ainda não dinamizados, e ressignificarão aqueles que já se incorporaram à dinâmica econômica dos territórios. São objetos fixos no espaço e redes técnicas responsáveis por uma modificação estrutural extraordinária na fronteira e no território, levando consigo a mudança das relações da sociedade local. Mas, antes desse momento, temos uma fase importante para a nova conceituação ambiental proposta para a Amazônia, e que ditará a nova configuração territorial com especificidades diferentes para cada meso e micro regiões, e para cada estado amazônico, onde as novas redes irão se instalar ditando novas normas e criando outros valores.

CAPÍTULO II – O CONTEXTO DA PÓS-COLONIZAÇÃO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL EM RONDÔNIA NA VIRADA DO SÉC. XX PARA O XXI

“Que desenho, que zoneamento, que eixos fizeram ou fazem os vários planejamentos governamentais destas três ultimas décadas?”. Essa pergunta foi feita por Mello e Théry (2001, p. 188), ao discutirem sobre as estratégias estatais através de seus programas e projetos, sobretudo de infraestrutura, os agentes envolvidos, as novas concepções desenvolvimentistas estatais e as novas configurações territoriais decorrentes disso, principalmente na região amazônica.

Podemos refazer essa pergunta, limitando-nos ao estado de Rondônia. Conforme discutido no capítulo anterior, houve um padrão de ocupação e desenvolvimento econômico imposto para a Amazônia durante o séc. XX, especificamente entre as décadas de 1950 e 1980. Esse padrão se reproduziu em Rondônia com projetos de colonização e infraestrutura, deixando um negativo saldo de intenso desmatamento, provocando diversos conflitos territoriais agrários entre colonos e indígenas, colonos e grandes proprietários.

Monteiro e Coelho (2004, p. 94) afirmam que

As estratégias de modernização regional patrocinadas pelo governo federal na Amazônia ganharam novas feições no período que se seguiu ao golpe militar de 1964. O Estado nacional, comandado pelos militares, beneficiando-se, no início dos anos 70, do dinheiro farto e barato originário dos países produtores de petróleo, assumiu uma faceta desenvolvimentista, isto é, provedor das infra-estruturas básicas necessárias à preparação do espaço para os investidores a serem atraídos, além de participar diretamente em diversas atividades econômicas (...).

Ao final desse momento caracterizado pela colonização e abertura de estradas, observamos uma mudança também no caráter político nacional, com o início de sua democratização política, com o fim do regime militar, sendo isso refletido também na maior abertura aos mercados externos, para nações estrangeiras atuarem com propostas para o ordenamento territorial brasileiro.

Após um período longo sob a influência das políticas territoriais governamentais, Rondônia se encontra na década de 1990 organizando-se territorialmente, em um contexto ainda conflituoso, a sociedade local em processo de formação e com o estabelecimento dos núcleos urbanos (posteriormente transformados em municípios), e com o saldo de erros dessas políticas sendo contabilizado pelas esferas econômicas e governamentais.

Discutiremos neste capítulo os novos processos de transformação do território, sobre uma estrutura territorial de ocupação já estabelecida e a questão ambiental em torno disso enquanto um obstáculo para o avanço da fronteira agrícola e do desenvolvimento econômico.

Para entrar no contexto que sucedeu o período de intensos desmatamentos, voltemos um pouco antes, quando várias manifestações ambientalistas passaram a ser mais frequentes diante das discussões sobre a questão ambiental, embora ainda tímidas por estarem surgindo naquela época. Era o momento da Conferência Mundial de Estocolmo, em 1972.

No Brasil a questão ambiental é retomada quando, quatro anos após a criação da Constituição Federal de 1988, iria se realizar no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, uma nova conferência da ONU para o meio ambiente, momento em que as preocupações e as propostas começam a ser repensadas levando em conta o novo contexto econômico e político que o Brasil começou a vivenciar.

E isso se materializa ao longo das décadas seguintes aos projetos de colonização, já que imensas áreas foram abertas, vários quilômetros de rodovias foram implantados, e o terreno pôde ser transformado para o estabelecimento de grandes corporações e novas infraestruturas. Ao mesmo tempo em que os agentes econômicos se preparam para investir na “nova fronteira”, em escala local, a discussão, em escala global, também cresce acerca do meio ambiente e, nesse caso, da “proteção”²⁸ da Amazônia.

Além disso, observamos que ainda se instaura em Rondônia, apesar dos futuros agentes que surgirão a partir da segunda metade da década de 1990, um período de recessão econômica e política, conforme ocorreu nas décadas anteriores, nos intervalos entre ciclos da borracha, do garimpo e de colonização.

Trata-se de um momento em que o estado entrou em um novo processo de retração, porém com vistas à criação de medidas, junto ao próprio Governo Federal e ao Banco Mundial para amenizar os impactos da grande ocupação e consequente desmatamento em larga escala, assim como diversos conflitos sociais.

Dessa forma, em Rondônia também emerge uma nova concepção de meio ambiente e conservação ambiental, porém de uma forma muito tímida, com o surgimento do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), a implementação de áreas protegidas tais

²⁸ A lógica econômica mundial em transição também vem ganhando força e adentrando no mercado brasileiro e convertendo, para sua própria reprodução, aquilo que supostamente poderia estar “a salvo” em mercadoria. Com o discurso do desenvolvimento sustentável são criados pelo capital, via grandes corporações, mecanismos utilizados como ferramenta para sua reprodução, num contexto em que são inventadas políticas tais como os créditos de carbono, redução de poluentes, novas categorias de alimentos, entre muitos novos produtos do desenvolvimento sustentável, que nada possuem de natural. Surgem assim novas empresas, novas indústrias, novos consumos e novas consequências.

como unidades de conservação ambiental, além da demarcação de terras indígenas e, posteriormente, o estabelecimento do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia (ZSEE-RO). Essas novas concepções surgem em conjunto com novos financiamentos para a conservação do ambiente devido a inúmeras pressões internacionais e nacionais do movimento ambientalista, a partir de ONGs e representantes de instituições ambientais e socioambientais.

Após um período com pouca relevância econômica e política, mas com políticas ambientais começando a ser discutidas em Rondônia, já na segunda metade da década de 1990, o estado passou a ter investimentos governamentais em infraestrutura, com os objetivos de tornar o território fluido para o escoamento da produção agrícola, sobretudo. Essas políticas surgem com o governo Fernando Henrique, mais precisamente no seu segundo mandato (1996-2000), com os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, e com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids).

Esses investimentos criam novas redes técnicas (vias de circulação), como a pavimentação e ampliação de trechos da BR-364 (sentido Acre) e implantação da hidrovía do Madeira. Essas foram as principais novidades territoriais em Rondônia, embora o estado continuasse no período de freio econômico. Contudo, a base do território estava se fortalecendo para o “ciclo econômico” seguinte, que se estabelece com o segundo mandato do governo Lula, e o Programa de Aceleração do Crescimento.

O cenário de pós-colonização nos remete a refletir um pouco mais sobre a ação do Estado em dois momentos, sobretudo em Rondônia: 1970-1990, 1990-2010 (atual)²⁹. Podemos caracterizar esses dois momentos, os quais incluem o recorte temporal de nossa pesquisa.

Embora as estratégias governamentais convergissem para um padrão de ocupação e uso do território, há uma aparente forma homogeneizada no primeiro momento, e, no segundo

²⁹ O geógrafo britânico David Harvey discute em sua obra *O Novo Imperialismo* duas formas de produção do espaço, e, consequentemente, reprodução das relações capitalistas, sendo a primeira baseada numa lógica territorial de poder e a segunda na lógica capitalista de poder. Porém, há uma tensão entre ambas, da mesma forma em que são simultâneas, concomitantes, coexistentes, dialéticas. Ele utiliza essas formas para explicar como os Estados Unidos se tornaram uma potência e como surge o imperialismo. Vale ressaltar e conferir essas questões, considerando que no ano de 2008 houve uma crise econômica financeira inicialmente gerada nos Estados Unidos, que se estendeu pelos países ricos da Europa, como Alemanha, França e Inglaterra, tal como uma reação em cadeia. O Brasil, por sua vez, investiu ainda mais em obras, em empregos e no consumo, garantindo o seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na obra de Harvey, há uma consistente reflexão acerca de como a sobreacumulação de capital está relacionada aos grandes investimentos em obras, infraestruturas e vias de escoamento que permitam a fluidez territorial. Isso pode nos explicar como o Brasil pôde, em meio à crise econômica mundial, se sobrepor e, junto aos países que compõem o grupo BRICS (tais como China e Índia), incentivar ao máximo principalmente a construção civil e o setor imobiliário.

momento, esse padrão se dispersa dando uma característica mais diferenciada para a forma de ocupação do território, sobretudo para Rondônia. Consideramos em nosso estudo que a década de 1990 teve uma qualidade específica e a de 2010 uma característica mais forte da presença dos projetos territoriais governamentais modernizadores, para circulação e produção de energia.

Por sua vez, Silva (2010) propõe em seus estudos sobre as dinâmicas territoriais em Rondônia uma temporalidade diferenciada, tendo como distintos aspectos os seguintes: a) o território e a ação do Estado (1970-1995), b) o território e a expansão do capital (1995-2010). Formam-se temporalidades plurais, aqui sobrepostas para que possamos entender como Rondônia (bem como a Amazônia) foi territorialmente transformada. Em seu estudo, há uma delimitação em dois momentos distintos em que no primeiro há um predomínio de um modelo territorial de governo, principalmente pelo advento do regime militar, e no segundo, um predomínio claro da lógica capitalista, sob normas e regras da economia mundial.

Entretanto, no primeiro momento havia a inserção do capital internacional com a inserção de agentes norte-americanos na exploração mineral, ou com agências alemãs em projetos e ONGs ambientais. E no segundo momento também existe um Estado amplamente territorial, quando do grande investimento público e privado em obras de grande porte, como hidrelétricas, rodovias e hidrovias, além da reestruturação da rede urbana, todos voltados para o escoamento da produção³⁰.

Para tanto, Harvey (2011, p. 87) reflete que

O movimento fluido *sobre* o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas *no* espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc. constituem “capital fixo incorporado à terra” (em oposição a formas de capital fixo como as aeronaves e as máquinas que podem ser movidas). Essas infraestruturas físicas absorvem um bom volume de capital, cuja recuperação depende de seu uso *in situ* (...) (grifos do autor).

Podemos, assim, considerar que ocorreu uma “virada” espaço-temporal, o que também refletiu uma realidade multiescalar em âmbito global, regional e local. Essa “virada” significa que, até um primeiro momento, o território estava amplamente submetido às ações

³⁰ Essas informações podem ser encontradas nas obras de Bertha Becker (1990, 2004, 1982, 2005, 2001), Neli Mello (2006, 2004, 2001), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), José de Souza Martins (2009, 1991), Hervé Théry (2005, 1976), Wanderley Messias da Costa (2000, 2007), Orlando Valverde (1989), Martin Coy (1988), Gerd Kohlhepp (2002, 2001), Philip Fearnside (2004, 1985), Octavio Ianni (1979), entre outros.

governamentais em âmbito Estatal, com campanhas com alto tom nacionalista, porém com recursos financeiros internacionais, alicerçado na construção de infraestruturas e na colonização das “terras vazias”. No segundo momento, também temos esse Estado que se territorializa a partir de seus interesses de expansão geográfica e domínio da fronteira, mas estabelece a incorporação do espaço à sua produção amplamente voltada para o mercado externo. Dessa forma, quem criará novas condições serão instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos internacionais associados às corporações multinacionais que investem e passam a adentrar o território brasileiro, legitimando esse domínio da fronteira (OLIVEIRA, 1991; BECKER, 1990, KOHLHEPP, 2002, MELLO, 2006).

O desenho, eixos e zoneamento aos quais nos referimos no início deste capítulo referem-se àqueles que compõem a atual configuração territorial da Amazônia em geral, e a de Rondônia em específico. Dizemos isso ao ver que possuímos, estrito senso, um Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico, e Eixos de Integração e Desenvolvimento materializados pela BR-364 e a hidrovía Madeira-Amazonas, e, como produto, o desenho de um território articulado e em ampla fase de modernização. Compõe-se um território cujo desenho se constitui com os novos agentes econômicos inseridos, num traçado mais expressivo das vias de transporte, aglomerados urbanos que se transformam em polos articulados para o avanço da economia e uma frente pioneira agroindustrializada.

2.1. O BANCO MUNDIAL E A CRIAÇÃO DO PLANAFLORO³¹

É no momento de transição para a nova condição democrática para a qual o Brasil seguiu, após um longo período ditatorial sob um forte regime militar, que a economia se abre para os mercados internacionais de forma ampla e altamente incentivada. Da mesma forma em que nações estrangeiras também passam a intervir na que seria a nova “Política Ambiental” nacional, com inserção de fundos monetários para financiamento de projetos ambientais, via Banco Mundial.

Ao final da década de 1980, o programa Polonoroeste teve seu fim com um saldo muito alto de desmatamento e diversos conflitos territoriais. Foram apresentados diversos relatórios que demonstraram como esses projetos de colonização, incentivos fiscais, créditos para produtores agropecuários, instalação de rodovias, núcleos urbanos desordenados, geração

³¹ Para um maior aprofundamento sobre a criação do Planaflores em Rondônia, cf. Ott (2002).

de energia elétrica, todas essas intervenções e materializações (com objetivo de resolver problemas do Centro-Sul do país) criaram problemas muito maiores na Amazônia (MELLO, 2006).

No entanto, o próprio Banco Mundial, financiador do Polonoroeste, reconheceu os diversos problemas decorrentes em Rondônia, em que o próprio Banco tinha sido o responsável por todas essas questões, “(...) sem ter dado os meios de incorporação da variável ambiental (...)” (MELLO, 2006, p. 147) e “(...) quase quinze anos depois, entre 1996 e 1997, o presidente do Banco fez publicamente sua *mea culpa*” (MELLO, 2006, p. 107, grifos da autora).

Dessa forma, foram propostas alternativas para repensar o modelo nocivo de desenvolvimento econômico implantado na Amazônia, de modo que a floresta se tornasse o centro da discussão, enfocando a conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, Monteiro e Coelho (2004, p. 94) afirmam que

As ideias que se consolidaram, em termos mundiais, nos anos 80, de cunho nitidamente neoliberais e que criticavam a necessidade da intervenção estatal para favorecer o desenvolvimento, só ganharam força no Brasil nos anos 90, período no qual houve uma mudança significativa nos discursos e nas práticas do Estado sobre as formas de se alcançar o almejado desenvolvimento do país e de suas regiões. O mercado passou a ser ungido como ente principal capaz de viabilizar processos de desenvolvimento regional.

A partir de 1989, após a instauração da democracia no país e promulgação da Constituição Federal em 1988, os sucessivos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso trouxeram ao Estado novas formas de Governo, inclusive de modo a questionar o próprio modelo de intervenção nas políticas públicas. Isso constitui um reflexo das dinâmicas da economia global, as quais tiveram grande peso nas novas decisões e na condução das políticas nacionais. E foi o que ocorreu: “Ganhou força crescente na agenda do governo brasileiro a necessidade de ‘liberalização da economia’, realização de ‘ajustes’ capazes de ‘ampliar e adaptar a competitividade das economias nacionais’ diante do ‘imperativo’ de um mundo cada vez mais ‘globalizado’ (...)” (MONTEIRO e COELHO, 2004, p. 114).

Assim, diante da grande devastação e desmatamento causados pelos projetos dos programas federais anteriores, surge a proposta através de nações estrangeiras mediadas pelo Banco Mundial, de se criar um Programa Piloto que atendesse às demandas de conservação ambiental. Tratava-se de interesses de vários sujeitos e agentes diferentes, sobre um mesmo

espaço, o amazônico principalmente. Dessa forma, os países do G-7³², à época, propuseram que sua participação financeira resultasse num programa amplo em cooperação com o governo brasileiro para a conservação das florestas tropicais. Eis que surge o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7):

E se o PPG7 pode ser considerado uma inovação com relação aos programas desenvolvidos na Amazônia em décadas anteriores, é porque certamente refletiu o novo contexto político e social. Os anos 90 foram marcados pela ação de novos atores sociais, organizados, que reivindicaram sua participação efetiva nas decisões e ações desenvolvidas pelo Estado. O Estado brasileiro avançou também na constituição de um conjunto de leis para a proteção do meio ambiente e para a proteção dos crimes ambientais (MELLO, 2006, p. 111).

O programa se constituiu em atividades práticas junto a populações locais, Governo e instituições não governamentais direcionadas à conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e atividades de educação ambiental. Sua intenção era tornar o manejo de áreas protegidas eficiente, considerando as suas diversas categorias (de uso direto e indireto). O conceito de corredores ecológicos, abordando a “conexão em rede”, já aparece nesse momento acompanhado pelo de desenvolvimento sustentável, norteador das políticas governamentais, sobretudo ambientais.

O PPG-7 foi um programa que teve grande importância na forma governamental de lidar com as questões ambientais, considerando as diversas pressões externas acerca desse debate e sobre as ações brasileiras, sobretudo para a Amazônia. Então, foram criadas unidades de conservação tendo o conceito de “desenvolvimento sustentável” como principal norteador. Esse programa se construiu durante toda década de 1990, e ainda perduram alguns de seus projetos.

Gerd Kohlhepp (2002) também analisa os programas propostos para a Amazônia, e traz um quadro analítico das principais linhas de ação do PPG-7 e os principais conflitos territoriais existentes à época de sua implementação. Podemos demonstrar no quadro essas questões acrescentando ainda a relação entre elas, a partir de uma análise própria:

³² Grupo dos sete países mais ricos do mundo à época.

Quadro 3: Os objetivos PPG-7 mediante as situações conflituosas na Amazônia

Conflitos de interesses na Amazônia	Área de abrangência dos projetos idealizados no PPG-7
Aumento da população e da urbanização	Em apenas três décadas (1970, 1980 e 1990), a população na Amazônia, entre locais e migrantes, aumentou substancialmente. Sobrepondo as realidades, o PPG-7 atuou nas amplas áreas de urbanização, ou de núcleos e assentamentos urbanos.
Desmatamento	Juntamente com a população, o desmatamento cresceu de forma incontrolável, num primeiro momento. Um dos motivos para a elaboração do PPG-7 foi o de “consertar” os grandes problemas ambientais causados pelos programas de colonização financiados pelo Banco Mundial (principalmente a retirada indiscriminada da madeira e ocorrência de grandes incêndios).
Atividades madeireiras	A extração da madeira se tornou uma prática recorrente, aumentando a cada ano, inclusive a retirada e a comercialização ilegal madeireira. Diversas empresas se apropriaram desse cenário para lucrar, sendo a Amazônia o local de onde se mais consome madeira, principalmente pelo sul e sudeste do Brasil. O PPG-7 auxiliou a criação de controle, fiscalização e certificação para o comércio de madeira. Porém, isso ainda está aquém do esperado, sendo a extração madeireira uma das maiores práticas ilegais na Amazônia.
Linhas principais de ação	Objetivos
Experimentação e demonstração	Utilizar a experiência tradicional das comunidades locais para a preservação e educação ambiental, e o desenvolvimento sustentável. Realização de projetos de demonstração, conscientização, prevenção de incêndios e utilização dos recursos naturais.
Conservação	Aprimorar o manejo de áreas protegidas (todas as categorias), tendo como ferramenta o conceito de <i>corredores ecológicos</i> conectando as áreas protegidas. Nesse processo, o PPG-7 auxilia a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Há um maior rigor da delimitação das unidades de conservação e terras indígenas.
Fortalecimento institucional	Suporte e auxílio técnico para os governos estaduais locais da região amazônica e suas instituições, com recursos humanos e políticas ambientais, com capacitações e acordos entre o setor privado e a sociedade civil.
Pesquisas científicas	Aprimorar o conhecimento científico e técnico sobre a biodiversidade do ecossistema amazônico, com o auxílio de pesquisadores qualificados e o uso e gestão sustentável desses recursos naturais.

Fonte: Retirado e adaptado de Kohlhepp (2002, p. 43-45).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

A atuação mais concreta do PPG-7 em Rondônia se deu com a criação do Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia, o Planafloro, com parte dos recursos proporcionados

pelos países do G-7 através do Banco Mundial, para o qual ficou submetida a criação do Zoneamento Agro-Ecológico de Rondônia. Ao final da década de 1990, já na virada do séc. XXI há o saldo de institucionalização de diversas áreas de proteção e demarcação das terras indígenas, e a segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia.

Dessa forma, passamos então de um Polonoroeste, com sua ideologia de intensa ocupação e criação dos núcleos urbanos, para o Planafloro, com uma roupagem nova, imposta inclusive pelo próprio Banco Mundial, dando o tom conservacionista, porém incentivando ainda a produção e inserção do Brasil nos mercados internacionais.

Inicia-se, então, um novo cenário com projetos de conservação ambiental cujo intuito era frear a intensa ocupação e reordenar o território e os conflitos socioambientais gerados pelos programas anteriores, e que não tivesse a construção de estradas como ponto central (PEDLOWSKI, DALE, MATRICARDI, 1999b). Conforme afirma Mello (2004, p. 89),

Na Amazônia brasileira, o processo de maior impacto é o de desmatamento, decorrente também da dinâmica de frente pioneira. (...) [Essa dinâmica] oferece vantagens competitivas fundamentadas nas vastas extensões de terra a preços baixos, uma fronteira agrícola muito dinâmica e uma ambiciosa política de infra-estrutura para drenar a produção. No embate do jogo de idéias, de forças políticas para a escolha de modelo(s) para o seu desenvolvimento, ela se torna espaço de tensões, *locus* dos conflitos entre os que a vêem como um dos lugares-chave das “mudanças globais” e, entre outros, que a tomam como uma das últimas fronteiras de expansão econômica e territorial (grifos da autora).

Assim, na tentativa de corrigir o avanço desenfreado do desmatamento e da ocupação desordenada, de planejar o território para então consolidar suas atividades econômicas e, juntamente, incorporar as questões ambientais a essa nova fase de investimentos, surge o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro)³³:

Quadro 4: A implantação do Planafloro e suas diretrizes

Diretrizes do Banco Mundial	<ul style="list-style-type: none"> - Mudar o funcionamento institucional dos órgãos governamentais - Garantir a conservação da biodiversidade existente em Rondônia - Proteger os limites das unidades de conservação e reservas indígenas - Desenvolver sistemas agrícolas e de manejo florestal integrados - Realizar investimentos prioritários na infraestrutura sócio-econômica e serviços necessários para implementar o Zoneamento em áreas já ocupadas
------------------------------------	---

³³ ANEXO C – Cartilhas – Documento 2.

	e desflorestadas - Melhorar a infraestrutura dos órgãos governamentais atuando em Rondônia
Variáveis do Plano*	- A preservação dos ecossistemas frágeis - Os recursos naturais com uso em bases conservacionistas (auto-sustentação do sistema de produção) - A integração nacional da produção - A manutenção da integridade territorial - A proteção de comunidades tradicionais - A segurança nacional
Aspirações Sociais**	- Defender, em longo prazo, a manutenção dos recursos da flora e fauna na Amazônia, como estratégia de ocupação sócio-econômica, mas essencialmente com o compromisso de legar um meio ambiental saudável às gerações futuras; - Adotar uma visão de longo prazo, coerente com a diversidade biológica do meio ambiente, para experimentar e difundir novos modelos de exploração agropecuária e florestal, auto-sustentável, consistentes com as potencialidades dos recursos naturais e economicamente viáveis; e - Adequar o sistema produtivo a uma política de conservação ambiental pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais, conservando os ambientes produtivos, preservando e protegendo os ecossistemas frágeis, únicos ou característicos, implementando medidas para a revisão dos processos de desmatamento e degradação existentes, com vistas a obter melhoria na qualidade de vida da população.
Componentes do Plano**	- Manejo de Recursos Naturais - Conservação e proteção ambiental - Produção Florestal - Produção Agro-Silvo-Pastoril - Ação fundiária - Infraestrutura viária - Serviços de apoio social - Administração, monitoria e avaliação
Produto final	- Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia

*Para realizar uma revisão da política de ocupação do estado, houve a divisão em zonas, em que foram estabelecidas medidas para o maior aproveitamento dos recursos naturais de modo renovável. Em um primeiro momento, existia a concepção de se harmonizar o uso das áreas rurais, utilizando de forma racional tanto os potenciais econômicos quanto ecológicos. Essas diretrizes junto à sua descrição ora citada são variáveis que nortearam a nova política de gestão territorial do uso do solo (RONDÔNIA, 2002a).

** Retirado do texto original apresentado na cartilha do Planafloro em 1990.

Fonte: Rondônia (1999); Pedlowski *et. al.* (1999b, p. 97); Rondônia (2002, p. 07, 2007).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

É possível afirmar que o Planafloro estruturou todo um contexto administrativo político, ambiental, econômico e social, e delineou a configuração territorial estabelecida por um zoneamento e um aparato administrativo, e que aparece ainda conservada atualmente, salvo algumas modificações estruturais e uma nova aproximação desse mesmo zoneamento. É essa mesma estrutura que administra as questões do estado de Rondônia, porém apresentando falhas recorrentes, possivelmente previsíveis. Uma vez que se tentou incorporar uma concepção de meio ambiente às questões sociais, essa mentalidade não se manteve, prevalecendo a ideia desenvolvimentista embasada nessa mesma estrutura governamental-territorial.

De acordo com Pedlowski *et. al.* (1999b, p. 98), “uma diferença fundamental em relação ao Polonoroeste era o fato de que a construção de estradas não deveria ser um componente central na implementação do Planafloro”. Logo vemos que um novo programa se instauraria em Rondônia, mas o tom agora era prioritariamente conservacionista, dentro dos moldes propostos pelo Banco Mundial e dos países que estavam investindo financeiramente nesse processo (tais como Alemanha e Estados Unidos). Pedlowski *et. al.* (1999b, p. 97) ainda explicam que

As mudanças no Banco Mundial tiveram importantes impactos em Rondônia. Em 1987, uma missão do Banco visitou Rondônia para iniciar negociações em torno de um novo projeto que veio a ser conhecido como o “Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia” (PLANAFLORO). O PLANAFLORO continha uma série de componentes que objetivavam mitigar os problemas causados por seu antecessor e incluía uma série de objetivos relacionados à proteção ambiental. Um pré-requisito para a aprovação do empréstimo por parte do Banco Mundial foi a criação de um Zoneamento Agro-Ecológico de Rondônia, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em junho de 1988. Além de dividir o estado em seis zonas diferentes, o Zoneamento foi desenvolvido com o objetivo de assegurar uma utilização controlada dos recursos naturais existentes em Rondônia.

Antes, a maior preocupação do Estado era em construir estradas. Mas, após todo o cenário de desmatamento, o Banco Mundial retirou a abertura de vias do foco de seus investimentos, obrigando a existência de um “freio” na construção dessas estradas em Rondônia. Porém, não foi o que ocorreu. O modelo de avanço da fronteira agrícola permaneceu na prática dos produtores agropecuários e do próprio Governo (estadual e federal), e as denúncias foram divulgadas em relatórios do Fórum das ONGs e Movimentos Sociais e do *Friends of the Earth* em 1995.

Analisemos essa questão de forma mais detalhada, com base nas demonstrações de Pedlowski *et. al.* (1999b, pg. 100-101), vejamos: O Banco Mundial impôs diversas restrições à constituição do Planaflo, no que diz respeito à construção e ao aumento de estradas. O Banco entendeu que as estradas significavam uma ameaça às áreas protegidas. Assim os recursos foram diminuídos, de modo que 20% do novo programa (Planaflo) seriam dedicados à manutenção das já existentes e para a construção de novas vias. Também foram solicitados relatórios ao Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia (DER) sobre o conjunto de estradas existentes no estado. Mas, estudos realizados pelo Comitê de Avaliação Independente (COMAI) revelaram em 1994 que 39% dos recursos destinados ao Planaflo foram gastos em estradas, apenas nos seus primeiros seis meses. Ou seja, superior ao que foi solicitado pelo Banco Mundial. Já no ano de 1995, foram detectadas várias estradas vicinais em construção, desprovidas de fiscalização e controle por parte do governo estadual. Uma dessas estradas consiste na BR-421, hoje paralela à BR-429 (uma obra do PAC), ambas perpendiculares à BR-364. As duas primeiras rodovias cruzam a área da maior terra indígena de Rondônia, a Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau com 1.867.117ha (RONDÔNIA, 2002c), e estão muito próximas ao Parque Nacional de Corumbiara. Podemos afirmar que de Rondônia a área com um nível de conservação maior é essa região, que, inclusive, faz fronteira com a Bolívia. No entanto, se trata de uma das áreas mais conflituosas devido aos madeireiros e latifundiários que possuem terras em seus arredores, portanto, lugares constantemente ameaçados por invasões.

Já nos anos seguintes, poderemos visualizar que o Zoneamento foi implementado, mas o modelo de desenvolvimento econômico ainda permaneceu, agora com o intuito de fortalecer os polos agropecuários, viabilizando a entrada de Rondônia no cenário agroexportador. A princípio, era apenas um corredor por onde passava toda a produção do Mato Grosso e do Centro-Sul do país. Agora, é o próprio estado que exporta a sua produção agropecuária, sendo isso uma prova de que o discurso frágil da questão ambiental, nesse caso em Rondônia, permaneceu por pouco tempo, até que se houvesse uma nova oportunidade de ascensão – política e econômica.

Pedlowski *et. al.* (1999b, p. 102) fortalecem seu argumento dizendo que

A precária situação institucional e as condições sociais que envolvem a criação e proteção de unidades de conservação e reservas indígenas em Rondônia parecem conduzir a uma situação de perda inevitável. Contrário ao que o senso comum indicaria, a experiência com o PLANAFLO parece sugerir que mesmo com grandes investimentos, órgãos ambientais não apresentam o nível de melhora que se esperaria em sua capacidade

institucional. De fato, mesmo sabendo-se que grandes parcelas do orçamento do PLANAFLORO foram gastas com a recuperação da estrutura dos órgãos ambientais, este investimento não teve efeitos duradouros, especialmente no que se refere à capacidade destes órgãos em aplicar as leis ambientais (...).

O que temos é uma estrutura governamental estadual minada por uma mentalidade unicamente lucrativa, e que ainda assim se reproduz hoje de forma muito mais intensa, o que corrobora com a ideia de que “o meio ambiente foi incorporado apenas como oportunidade para investimento e não como uma dimensão a ser incluída no modelo de desenvolvimento” (MELLO & THÉRY, 2001, pg. 191).

Isso nos remete a entender como Rondônia se torna uma exceção no contexto amazônico administrado em nível federal para a conservação ambiental. Enquanto nos estados do Amazonas, Pará e até mesmo no Mato Grosso existe uma forte atuação de ONGs e projetos alternativos (MELLO, 2006), em Rondônia apenas temos o Planaflo, sendo esta a ação governamental efetiva que culminou no ZEE. Trata-se de praticamente o único programa estadual e ainda incentivado pela esfera federal, que permanece vigente e se contrapondo territorialmente ao avanço do capital sobre as áreas de florestas.

Veremos que nos anos seguintes, o processo de mercantilização do meio ambiente se torna mais forte, uma vez que os recursos naturais na Amazônia se tornam o maior alvo dos projetos e das políticas territoriais, com a construção de novas vias e novas estruturas (hidrelétricas, hidrovias e viadutos).

2.2. NOVO ORDENAMENTO TERRITORIAL DE RONDÔNIA: O ZSEE-RO

Considerando esses processos de implementação das novas políticas ambientais, principalmente junto ao Banco Mundial e ao PPG-7, as primeiras discussões e propostas acerca do Zoneamento foram feitas por diferentes profissionais/pesquisadores, tais como os geógrafos Bertha Becker e Aziz Ab'Saber, e o economista Cláudio Egler, em conjunto com gestores do Brasil, os países doadores de fundos monetários ambientais e comunidades/instituições amazônicas locais. Esses agentes e sujeitos possuem visões conservacionistas distintas, o que ocasionou num processo de elaboração controverso, bem como na execução de forma diferenciada nos estados amazônicos. O zoneamento foi incorporado ao PPG-7, sendo, porém, executado pelo Governo brasileiro.

Conforme sugere Mello (2006, p. 163), temos os seguintes agentes com suas diferentes visões para a formulação do Zoneamento, o que justifica a polêmica e a tamanha

complexidade, somando-se à delicada situação das florestas brasileiras frente ao avanço da fronteira agrícola e das grandes corporações industriais, sobretudo na Amazônia:

Quadro 5: Diferentes visões acerca da formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia

Agentes	Visões contraditórias
Governo Federal	O ZEE representava a possibilidade de identificação dos quatro tipos de áreas: a) de expansão; b) de consolidação da economia e do desenvolvimento; c) áreas consideradas frágeis e destinadas à conservação e preservação, estrito senso; d) e áreas destinadas à recuperação.
Governo Alemão	O Zoneamento deveria servir exclusivamente para a identificação de áreas de preservação, destinadas ao estabelecimento de UCs.
Governo do Reino Unido	Dava assistência técnica para quatro estados. O Zoneamento teria que ser participativo, e envolver mecanismos para satisfazer os anseios de desenvolvimento de cada comunidade.
Estados amazônicos	Deveria servir a um extenso leque de abordagens. Para alguns estados, o Zoneamento em nada modificaria as tendências de ocupação e de desenvolvimento já apresentadas em suas regiões; para outros, a expectativa de uso efetivo no planejamento e na determinação dos usos de seus territórios.

Fonte: Retirado e adaptado de Mello (2006, p. 163).
Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

O Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico (ZSEE-RO) foi primeiramente discutido e submetido ao Planafloro, por sua vez vinculado ao PPG-7, o qual foi pensando num âmbito de propostas que se adequassem às diferentes questões problemáticas ocorridas até então, sobretudo ambientais. O Banco Mundial então estabeleceu ao Governo que era necessária a criação do Zoneamento. Era preciso um novo modelo de desenvolvimento que tivesse “aprendido” com os erros cometidos anteriormente, em que o Zoneamento caberia enquanto forma inovadora de incorporar as questões ambientais e as sociais num mesmo patamar de planejamento e gestão (MELLO, 2006, pg. 153-154).

Assim, o ZSEE-RO foi discutido em Rondônia enquanto estratégia para reverter os problemas sociais e ambientais causados pela expansão desordenada da fronteira agrícola. Tinha como objetivo detalhar e classificar o conhecimento sobre os meios físico, biológico e socioeconômico do estado de Rondônia (RONDÔNIA, 2002b, 2007).

Submetido ao Planaflo, o Zoneamento materializou a nova concepção adotada pela política de gestão do território em Rondônia durante a década de 1990. Sendo sua ferramenta básica dentro da principal estratégia de ação política, o ZSEE imprimiu a característica que direciona as ideias hoje veiculadas como o desenvolvimento sustentável. Daí a inserção do *ecológico* dentro do *social* e *econômico*. Com o objetivo de “harmonizar” as ações humanas com o ritmo dos ecossistemas, as subzonas foram estabelecidas dentro do Decreto Nº 3782 de junho de 1988, que “(...) define a política de ordenamento ambiental para ocupação racional das terras rurais do Estado de Rondônia, segundo o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia (...)” e sua primeira aproximação (RONDÔNIA, 1988, 1990) (figura 5).

Figura 5: Primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia em 1990.
Fonte: Rondônia (2002c).

A segunda aproximação do ZSEE-RO foi instituída pela Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000, e classifica o estado de Rondônia em Zonas e Subzonas, as quais foram definidas para a realização de planejamento e ações a serem executadas, nesse caso as próprias políticas públicas, pelos setores públicos e privados.

Entretanto, Rondônia ainda consegue ser o estado pioneiro no estabelecimento do ZSEE como uma, até então, eficiente política de ordenamento territorial em relação aos outros

estados do país (RONDÔNIA, 2002b). O que seria um modelo de aplicação de uma política de gestão do território se torna um fracasso em âmbito estadual. Ou seja, o fato de o estado ser pioneiro em uma medida de zoneamento pode estar equivocado se a realidade for analisada, diante da intensa utilização da terra e dos recursos naturais, com incorporação de novas áreas, de forma até mais intensa que na época dos outros ciclos econômicos.

Verificamos o Zoneamento como um instrumento extremamente importante, mas diante dessa dinâmica espacial intensa em que o Estado se encontra deveria haver um maior rigor na atuação do próprio poder público, bem como no estabelecimento de critérios na seleção das Zonas e Subzonas, e na própria fiscalização em áreas de usos especiais e áreas institucionais.

Figura 6: Segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia em 2002.

Fonte: Rondônia (2002c). Cf. ANEXO E – Documentos do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico – Documento 1.

Em 2005, por meio da Lei Complementar Nº. 312 de 6 de maio, o então Governador Ivo Cassol, no uso de suas atribuições, revogou a Lei Complementar que estabelecia a segunda aproximação do Zoneamento, realizando alterações que beneficiaram os proprietários

de terra. De modo geral, para fins de recomposição florestal, a reserva legal deve estar entre o mínimo de 50% da propriedade (RONDÔNIA, 2005). Isso significa que o rigor da conservação se fragiliza, em benefício da produção agropecuária e conversão da floresta.

Em 2004, o mesmo Governador sancionou a Lei Complementar Nº. 308, a qual modifica duas áreas do zoneamento, sendo uma delas sob a Zona 2 para Zona 1, adaptando o uso que já havia apenas no âmbito da legislação³⁴ (RONDÔNIA, 2004). Falamos da área de União Bandeirantes, próxima ao distrito de Jacy-Paraná, onde se constrói a usina de Jirau. De acordo com a Lei do Zoneamento, a Zona 2 é específica para áreas de vegetação endêmica, para conservação e criação de áreas de proteção. Já a Zona 1 compõe uma área convertida, com atividades de agricultura, familiar ou não, e agropecuária. Segundo um jornal eletrônico local, “O governo do Estado e o Ministério do Meio Ambiente firmaram o termo de acordo que pôs fim ao impasse criado com a Medida Provisória 2166, que tanto prejudicou o desenvolvimento do Estado nos últimos anos”³⁵, esta que se refere à Reserva Legal e recuperação de Área de Proteção Permanente, que foi revogada pelo novo e atual Código Florestal, de 2012.

Ao ser estabelecido o ZSEE, teoricamente as diretrizes deveriam expressar a preocupação em como distribuir as Subzonas de acordo com o grau de utilização ou degradação da terra. Ora, seria difícil regularizar uma propriedade cujo dono deveria preservar 50% de uma área já praticamente toda ausente de cobertura vegetal. Isso ocorre, pois em tempos de Polonoroeste um colono deveria, logo de início, desmatar 50% da área garantindo sua ocupação, tomada de posse sobre sua terra de fato e a documentação junto ao órgão público (regra estabelecida pelo Incra na época). Desse modo, a política ambiental iria daí em diante enfrentar uma pesada tarefa de mudança de concepção de desenvolvimento, devido ao que era realizado até então não levar em conta a conservação, tampouco a preservação ambiental.

Nos dias atuais, podemos vislumbrar resultados positivos decorrentes da implementação do Zoneamento, tais como o controle do desmatamento e a delimitação de áreas de conservação, além de ações dirigidas com comissões junto a comunidades locais e à própria Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam-RO). Assim, vemos que ele se faz eficiente enquanto ferramenta ou instrumento de planejamento, ordenamento e gestão territorial. Porém, observamos que o ZSEE-RO é insuficiente para estabelecer nova

³⁴ Cf. ANEXO E – Documentos do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia – Documentos 2 e 3.

³⁵ Cf. <http://www.rondonoticias.com.br/?noticia.20137,cassol-destaca-lei-que-beneficia-unio-bandeirante-e-jacinpolis>. Acesso em 05 de junho de 2012.

política de controle de uso da terra e do desmatamento. Enquanto metodologia, os dados obtidos nos estudos ambientais e sociais, no estabelecimento de áreas protegidas e formas de uso do solo também se mostram insuficientes. Não há como preservar ou conservar uma área que já se encontra degradada, pois os limites e normas das zonas e subzonas estabelecidas não são respeitados pelos proprietários de terras.

Figura 7: Taxas de desmatamento anual em Rondônia entre 1988 e 2010.

Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012; PRODES/INPE, disponível em http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2010.htm, acesso em 12 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

No gráfico anterior se pode notar que houve um pico de altíssimo desmatamento em meados da década de 1990 (1994 e 1995). Isso se deu pela intensa abertura de latifúndios, e pelo momento em que o estado começou a produzir grãos em larga escala, além das grandes pastagens. Notamos também que posteriormente houve, de fato, uma queda brusca no desmatamento a partir do ano de 2004. Entretanto, o gráfico demonstra números gerais, de todo estado. Se analisarmos de uma forma mais detalhada, veremos que o desmatamento foi reduzido em algumas áreas, mas em outras ele aumentou significativamente, sobretudo na região das obras. Veremos essa questão no terceiro capítulo.

No estado de Rondônia, em função de uma política de escala macrorregional, existem numerosos antagonismos entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, diante das consequências já vistas sobre as populações locais e o próprio meio ambiente (NUNES, 2004). Isso leva ao entendimento de que os instrumentos legais para o estabelecimento de uma política de zoneamento não têm sido praticáveis no modelo

econômico posto para a Amazônia, mesmo sendo de extrema importância para o ordenamento territorial amazônico, para o controle das formas de uso do solo e para a proteção ambiental.

Ora, podemos considerar que no caso de Rondônia o que manteve “pedaços” ainda existentes de floresta nativa foram basicamente as áreas de proteção, entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o que nos remete a discutir sobre a questão ambiental ainda ser o talvez único fator limitante à expansão do capital, considerando aqui o estado rondoniense. Porém, esse instrumento, com uma aparente eficiência, se torna vulnerável e pouco rigoroso uma vez que para a construção das hidrelétricas houve concessões e modificações na legislação, além de a maior parte das leis ambientais não serem cumpridas.

2.3. AS NOVAS POLÍTICAS TERRITORIAIS E O AVANÇO DO BRASIL

Ainda com relação à instituição do PPG-7, observamos que existe uma ação ambivalente nas políticas governamentais, em que pautam o desenvolvimento econômico, o fortalecimento de infraestruturas e a inserção do país no mercado externo, face ao desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a inserção das populações locais no uso dos recursos naturais. Nesse contexto que surgem os novos programas governamentais (KOHLHEPP, 2002).

Da mesma forma, os reflexos e a repercussão das intervenções políticas de colonização e infraestrutura anteriores se manifestaram no estado a partir da segunda metade da década de 1990, estando a BR-364 pavimentada e inclusa na possibilidade de incrementação do modal viário, a hidrelétrica de Samuel construída e novas políticas territoriais emergiram abarcando e otimizando aquelas já iniciadas e existentes.

Uma análise pode ser feita: as políticas territoriais são cumulativas e sucessivas, dentro, naturalmente, dos Planos Plurianuais (PPAs). Compreendemos que os projetos, nesse caso os de infraestrutura, energia, ou logística, vinculados aos programas (tais como Brasil em Ação, Avança Brasil e Aceleração do Crescimento), parecem ser os mesmos, porém com nomes diferentes (assim como os programas).

Veremos que as políticas estatais, respectivamente para cada governo desde que o Brasil se transformou em República, portanto políticas governamentais, sempre estiveram alçadas em expansão territorial e criação das redes técnicas de telecomunicação, transporte e energia, assim como a extração dos recursos naturais para abastecer a indústria, nos seus diversos setores.

Assim, ao analisarmos os diferentes programas, respectivamente estarão inclusas as obras, nesse caso, que não foram concluídas no programa anterior. Um bom exemplo teremos nos programas energéticos, como a construção das usinas do Madeira e de Belo Monte, projetadas desde a década de 1970, porém iniciadas apenas em 2008 e 2011, respectivamente.

A construção das rodovias, como as BRs 319 e 364, utilizando o mesmo traçado da linha de telégrafo do início do séc. XX, as ferrovias, enfim, todo o aparato infraestrutural existente ou por existir no Brasil são projetos antigos, que não foram concluídos em seus momentos de projeção, e se refuncionalizam ou ressignificam a partir de objetos e redes técnicas sobrepostas em si.

Voltando ao PPA, este foi instituído pela Constituição Federal de 1988, pelo Art. 165, juntamente com as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. § 1.º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2.º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente (sic), orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (...) § 4.º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. (...) § 7.º Os orçamentos previstos no § 5.º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (...) (BRASIL, 1988).

Garcia (2000, p. 06) diz que “O PPA é concebido para abranger o lapso de tempo que vai do segundo ano de um mandato presidencial ao primeiro ano do mandato subsequente (...)”, sendo também “(...) delineada para fazer a articulação e o ajustamento conjuntural do PPA com o orçamento (...)”. Porém, nesse mesmo contexto, explica que

O plano apenas cumpriu as exigências constitucionais. Foi apresentado ao Congresso Nacional e aprovado quase sem discussão e emendas. Publicado pelo Poder Executivo, (...) não se tornou um orientador da ação governamental. Não era atualizado, pois inexistia um sistema de acompanhamento da realidade que permitisse incorporar as mudanças havidas e a adequação das intervenções. A dissociação do PPA das verdadeiras intenções do governo ficou clara em pouco tempo. Ainda no primeiro semestre de 1992 foi iniciada uma revisão do plano, concluída com a aprovação da Lei nº. 8446, de 21/06/92. Esta, no entanto, foi de pouca

valia, dado que praticamente à mesma época tinha início a abertura do processo de impeachment, terminado com o afastamento do presidente [Fernando Collor]. O novo governo [Itamar Franco], ao final de julho de 1993, encaminhou ao Congresso Nacional mais um projeto de lei com proposta de nova revisão do PPA. Tal projeto acabou não sendo votado, o que levou a que adaptações tópicas fossem sendo feitas até o término da vigência do primeiro Plano Plurianual, além de todo o conjunto de medidas que prepararam o lançamento do Plano Real: contingenciamentos orçamentários, criação do IPMF (atual CPMF) e do Fundo Social de Emergência (atual FEF), entre outros (GARCIA, 2000, p. 12).

Assim, surge no primeiro mandato do governo Fernando Henrique (1995-1998), dentro do PPA 1996-1999, o programa Brasil em Ação (1996), e em seu segundo mandato (1999-2002) o programa Avança Brasil e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid), com o intuito novamente de integrar o território e utilizar seus recursos para o avanço econômico em escala nacional (MELLO e THÉRY, 2001).

Estabelece-se o momento de mudanças de estratégias, no qual o desenvolvimento regional se sustenta nos Enids, em que as redes técnicas, sobretudo as de transporte rodoviário e hidroviário irão permitir a inserção da economia brasileira em novos mercados e, conseqüentemente, a competitividade entre as regiões e mesmo com economias externas. Estruturando um sistema viário eficiente, o Governo tem a possibilidade de integrar e desenvolver, nesse caso estados que integram a Amazônia, modernizando o território, onde se aproveitam vias já existentes tais como no próprio rio Madeira (MONTEIRO e COELHO, 2004, p. 115). Ainda seguindo esse raciocínio, Monteiro e Coelho (2004, p. 94) nos explicam que

Nos anos 90, o Estado, carente de poupança e de acessos fáceis ao capital, recuou sua capacidade de provedor do desenvolvimento e acomodou-se às exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de aumentar as exportações. Seguindo um modelo de redução do custo de transporte com a finalidade de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, e em função do quadro nacional e internacional de crise financeira, iniciou-se no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ações voltadas ao estímulo de desenvolvimento dos eixos de integração, buscando interligar áreas de produção ao mercado internacional, lógicas que foram mantidas no governo do Presidente Lula da Silva, e caso venham a ser concretizados, poderão desenhar uma nova trajetória histórica para a Amazônia (...).

Em uma série de sucessivos programas pertencentes a dois governos (FHC e Lula), o primeiro – Brasil em Ação – deu início à Era da infraestrutura modernizada no país, em que os projetos de investimentos nas vias de transportes – rodovias, hidrovias, ferrovias, gasodutos e linhas de transmissão de energia elétrica – foram inclusos maciçamente nesses

programas. Esses projetos também se relacionam diretamente com a abertura do mercado interno às grandes corporações e instituições privadas, caracterizando um processo de privatizações, mesmo que setoriais, descentralizando o poder do Estado, demonstrando esse novo momento em que entra o país com sua política, sobretudo, econômica. Nesse momento em que se implanta o programa Brasil em Ação, iniciam-se também as discussões sobre os corredores estratégicos, ou eixos de integração e desenvolvimento, os quais aproveitam as estruturas territoriais já existentes. Entre esses eixos, está o Madeira-Amazonas, que se transforma em uma via de transporte multimodal ao se atrelar à BR-364, principal rede de escoamento de grãos. Estrategicamente, há o porto graneleiro em Porto Velho, também associado à hidrovia do Madeira (MELLO e THÉRY, 2001).

Foi dado início, então, às novas obras tais como a continuidade da BR-364 e a implantação da hidrovia do Madeira por pressão do mercado de grãos, caracterizando o surgimento de outro cenário territorial aonde se tem o desenvolvimento do agronegócio (SILVA, 2005). Nesse aspecto, Théry (2005, p. 41) contextualiza da seguinte forma:

(...) Os programas *Brasil em Ação* (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000-2003), realizados respectivamente durante o primeiro e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Para reduzir os gargalos detectados, recursos consideráveis foram aplicados. (...) Os principais projetos do programa *Brasil em Ação* visavam à recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém); (...) a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba. (...) O programa *Avança Brasil*, já no segundo mandato, concentrava os investimentos previstos para a Amazônia legal em quatro corredores multimodais de transportes, totalizando 3,5 bilhões de dólares. (...) A estratégia territorial global para a implantação destas ações visava à incorporação efetiva dos territórios de sua parte mais ocidental ao Sul-Sudeste do país, tomando como eixos principais as hidrovias e duas rodovias norte-sul, Cuiabá-Santarém e Porto Velho – Manaus – Boa Vista – Venezuela (grifos do autor).

O programa Avança Brasil deu, assim, continuidade ao Brasil em Ação, sendo, porém, “(...) um importante potencial de conflitos de grande significado regional (...) na medida em que existem enormes interesses privados envolvidos (...)” (KOHLHEPP, 2002, p. 48). Logo, por sua vez, o Avança Brasil trará consigo: a) integração internacional do Norte, b) logística na região do Madeira-Amazonas, c) logística no Brasil Central, d) geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão (KOHLHEPP, 2002, p. 48).

De modo ainda mais específico, conforme explicitado em Mello e Théry (2001, p. 193), entre os projetos que continuaram do Brasil em Ação para o Avança Brasil, dentro do Plano Plurianual (este sendo exclusivamente orçamentário e proporcionando recursos na casa de trilhões de reais, na época), estão os seguintes específicos para Rondônia e seu entorno: a) gasoduto de Urucu-Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho, b) duplicação da rede de energia elétrica que interliga o Norte ao Sul, c) ampliação e recuperação das BRs 364 e 163, d) hidrovias do Madeira-Amazonas e Araguaia-Tocantins.

Bertha Becker (2001) nos apresenta duas principais motivações do Avança Brasil: “a) Estimular e assegurar as exportações nacionais, ampliando-as para o hemisfério Norte; b) Estreitar as relações com os países Sul-Americanos, visando a consolidação do Mercosul em toda a América do Sul” (sic) (BECKER, 2001, p. 149). Todos esses objetivos apresentados corroboram o entendimento de que há uma estratégia estatal de crescimento da economia desde a segunda metade da década de 1990, que se afirma, fortalece, transforma e permanece até os programas atuais, inclusive com as mudanças presidenciais de governo (incluindo partidárias e parlamentares, e, conseqüentemente, acarretando interesses próprios).

Esses interesses incluem a participação gradativamente mais efetiva de corporações privadas no âmbito da elaboração, e principalmente execução, das políticas e dos projetos, sendo também oportuno devido ao período de cerca de uma década com a economia brasileira em declínio, altos índices de dívida externa, inflação, desemprego e poucas perspectivas.

No programa Avança Brasil se fortalecem, então, os Enids, contraditoriamente ao que foi proposto pelo PPG-7³⁶, com seus também eixos e corredores ecológicos, em geral pela região amazônica. No caso de Rondônia, temos o cenário do Zoneamento Ecológico-Econômico, que irá contrastar com as áreas produtivas, as de proteção e conservação ambiental e indígenas. Embora na Amazônia os conflitos de interesses entre o PPG7 e os Enids sejam muito evidentes, por eixos de integração e desenvolvimento estarem na mesma faixa dos eixos de conservação, em Rondônia ocorrerá de forma um pouco diferenciada, porém apresentando os mesmos conflitos. Mesmo com a existência de um zoneamento, o que

³⁶ Mello e Théry (2001, p. 195-196) expõem em suas conclusões as maiores e principais contradições da implantação das políticas territoriais brasileiras, sejam ambientais ou de desenvolvimento econômico. Demonstram que entre o PPG7 e os Enids, por exemplo, existem diversos conflitos de interesses no que abrange a Amazônia Legal, sobretudo nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Acre e Amazonas. Nos demais, os conflitos também existem em demasiado devido a políticas governamentais. Entretanto, conforme o citado para Rondônia, não há um conflito direto entre essas duas políticas específicas. Mas podemos ler esses conflitos enquanto indiretos desses programas, como o ZEE que foi implantado a partir do PPG7, e as estradas vicinais que cortam ou beiram unidades de conservação, também do PPG7, mas que surgem a partir da BR-364, que surgiu a partir do Polonoroeste e continuou recebendo investimentos pelos Enids, Brasil em Ação, Avança Brasil e agora o PAC. Essa questão também é exposta por Becker (2005, p. 80; 2001, p. 141) e Kohlhepp (2002).

prevalece são as atividades econômicas, agropecuárias, industriais e urbanas pressionando exacerbadamente as unidades de conservação que ainda restam em Rondônia.

Posteriormente, em sucessão ao governo Fernando Henrique, tem início o Governo Lula (2004-2007), com o Plano Brasil de Todos, e seu segundo mandato (2007-2010) com o Programa de Aceleração do Crescimento. Damos maior importância, respectivamente, aos dois primeiros, e ao último por terem sido os programas pelos quais foram (e ainda estão sendo) implantados no estado rondoniense projetos de maior impacto e expressão econômica e política.

Vemos que dos projetos que pertencem ao PAC hoje, em aproximadamente dez anos, ainda temos esses que foram citados, além dos novos como as hidrelétricas do Madeira. O gasoduto Urucu-Porto Velho ainda está em fase de estudo e incluso no PAC, bem como há recursos para a BR-364 que foi duplicada apenas recentemente, e ainda se encontra com sérios problemas estruturais em sua construção. De todos eles, o que foi concluído e permanece com intensa utilização e eficácia é da hidrovia.

Podemos observar que os programas que compunham as políticas territoriais do governo de Fernando Henrique, dentro de uma política estatal orçamentária que constitui os Planos Plurianuais, estão diretamente atrelados à redução de custos de mercado, relacionando os projetos de transporte aos de exportação e importação. Do mesmo modo, “(...) com as eleições de 2002, a mudança de governo, e a posse de Luís Inácio Lula da Silva, esta postura não foi substancialmente alterada, passando inclusive a ser defendida a necessidade de constitucionalização desse princípio (...)” (MONTEIRO e COELHO, p. 115-116).

2.4. AS NOVAS POLÍTICAS TERRITORIAIS II: RONDÔNIA E A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Posteriormente, cria-se o PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), em seu segundo mandato, de (2007-2010). Esse programa articula o conjunto das obras atuais de Rondônia (quadro 6), em suas categorias Logística e Energia:

Quadro 6: Principais obras de infraestrutura (logística e energia) em Rondônia no período entre 2007 e 2010*

	Logística	Energia
Principais obras de infraestrutura projetadas pelo PAC	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação da BR-429 (entre Alvorada D'Oeste e São Miguel do Guaporé, com pavimentação e construção de pontes) - Terminal hidroviário do Cai n'Água – Porto Velho - Pavimentação e ampliação da BR-319 com uma ponte sobre o rio Madeira - Ponte sobre o rio Candeias (estruturação da BR-364) - Construção de viadutos em Porto Velho (estruturação da BR-364) - Ferrovia de integração Centro-Oeste (de Uruaçu/GO a Vilhena/RO) 	<ul style="list-style-type: none"> - Complexo Hidrelétrico do Madeira (Usina de Santo Antônio e Usina de Jirau) - Linhas de Transmissão do Complexo Hidrelétrico do Madeira (Interligações e subestações) - Usina Hidrelétrica Rondon II - Gasoduto de Urucu-Porto Velho
Algumas obras de infraestrutura fora do PAC em Rondônia	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação da BR-429 - Estrada Interoceânica (saída para o Pacífico) - Pavimentação de Rodovias Vicinais e Estaduais - Novo Complexo Portuário - Construção de três novos centros comerciais (Shopping Centers* - um concluído e outro em fase de construção, na capital, e outro em Vilhena, interior) - Construção de viadutos* - Instalação da Indústria de Cimentos Votorantim* 	<ul style="list-style-type: none"> - Pequenas Centrais Hidrelétricas

* Consistem em novos equipamentos urbanos que indicam a modernização territorial em Rondônia, e, conseqüentemente, surgiram pelo crescimento da demanda por padrão de consumo, aumento demográfico e aumento da frota de veículos.

Fonte: Brasil (2010); Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social de Rondônia (SEDES); Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia (DER); Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac>, acesso em 02 de abril de 2012.

Surge, assim, uma nova configuração territorial alicerçada na instalação de empresas tais como Cargill, Hermasa e Votorantin ao fim da década de 1990 e início da de 2000, resultando na otimização do escoamento da produção pela hidrovía do Madeira à jusante, na

implantação das hidrelétricas do Madeira, na pavimentação e duplicação de rodovias (algumas delas estaduais, antes praticamente intransitáveis em alguns trechos nos períodos chuvosos). A implantação dessas redes de circulação visa à diminuição dos custos de transporte dos produtos advindos, além do próprio estado, das demais regiões brasileiras (SILVA, 2005, 2010).

Partimos do pressuposto de que havia antigamente uma predominância de atividades de subsistência, e, atualmente, há uma dinâmica da indústria do agronegócio ou do *agrorondoniense* (SILVA, 2005, 2010), com o ganho de grande expressão no mercado regional, nacional e externo em termos de produção e investimentos de diversas corporações.

Referimo-nos sobre como Rondônia tem se dinamizado territorialmente e desenvolvido economicamente, considerando, assim, não apenas a grande produção em si. Há também seu aumento populacional, inserção de diversas atividades econômicas, assim como o crescente número de obras de infraestrutura atreladas a uma logística de redes territoriais, sendo esses alguns dos principais indicadores daquilo que estamos observando como novas dinâmicas territoriais. Porém, mesmo com todo o almejado desenvolvimento econômico pelo capitalismo corporativo e estatal, não foi e não tem sido totalmente benéfico para alguns segmentos de classe e populações locais, desde camponeses, ribeirinhos e populações da periferia urbana até indígenas e quilombolas.

Esse processo evidencia as contradições geradas, com o surgimento de diversos conflitos entre os agentes envolvidos por interesses de uso diferenciado do território. A implantação dos empreendimentos hidrovias/hidrelétricas do Madeira representa parte das contradições dessas relações. No caso da hidrovia, esta já se encontra materializada à jusante de Porto Velho e a navegação rumo ao rio Amazonas e às demais bacias constitui uma via de grande relevância econômica, devido ao transporte e à exportação de produtos. Tendo um importante papel na integração continental, a hidrovia do Madeira tornará possível a saída hidroviária para o oceano Pacífico, e a expansão da infraestrutura de saída para o Atlântico, acarretando na abertura de novos mercados, aumentando a competitividade e, conseqüentemente, a produção de novos espaços. Contudo, a navegação pelo trecho à montante de Porto Velho, devido aos acidentes geográficos existentes nos rios Madeira e Mamoré, ainda não é possível (NUNES, 2004; CAVALCANTE, 2008).

Assim, a atenção se volta para essa questão, visto que esse trecho compreende a área de Porto Velho a Guajará-Mirim e Abunã, onde se pretende materializar e otimizar a navegação e o escoamento de produtos para o oceano Pacífico. A proposta de implantação da hidrovia à montante de Porto Velho está atrelada à construção das barragens das hidrelétricas,

as quais irão possibilitar a ampliação do modal hidroviário, onde serão construídas eclusas, possibilitando a navegação por esses trechos hoje intransitáveis. A meta desse modal hidroviário consiste em, justamente, viabilizar a partir do transporte fluvial o máximo de mercadorias a um preço mais baixo, facilitando as relações comerciais com o exterior. A intenção inicial do Poder Público é a de redirecionar ações em espaços já dinamizados, visto que no âmbito do estabelecimento da hidrovía do Madeira, à montante de Porto Velho que está na margem direita do rio Madeira, existem vias de acesso, que não deixam de ser vias de escoamento, como a Ferrovia Madeira-Mamoré e a BR-364, as quais estão na área de entorno desses grandes empreendimentos (NUNES, 2004).

Iremar Ferreira, presidente do Instituto Madeira Vivo (IMV), aponta que os empreendimentos têm a finalidade de viabilizar a navegação a oeste pelo rio Madeira, interligando as hidrovias Madeira-Mamoré-Guaporé, o que permitirá o transporte por via aquática de grãos, integrando o Brasil e o continente sul-americano. Entre esses grãos, está a soja advinda do próprio estado de Rondônia além do Mato Grosso e do Centro-Sul do Brasil. Para tanto, ainda há o projeto de mais uma hidrelétrica na fronteira com a Bolívia, na Cachoeira Esperança. “A lógica que está por trás de tudo é essa, não a de gerar energia para conter o apagão. Está ligada a muitos outros interesses, inclusive o mineral”. Dentro de toda essa integração, está a saída para o Pacífico, concluída em 2011, que liga o Brasil ao Peru por via terrestre. Nesse contexto, além das populações tradicionais em geral, em específico os indígenas se prejudicarão muito, devido a uma disputa de interesses pela utilização dos recursos naturais. Há também o caso de populações indígenas isoladas na região de construção das hidrelétricas, que poderão ser um motivo para a paralisação das obras. Ao invés, as esferas governamentais flexibilizam cada vez mais a legislação. “É preciso entender todo esse cenário, pois não está em jogo o Madeira pelo Madeira, e sim toda a Amazônia (...)”³⁷.

Com a ampliação da hidrovía, será possibilitada a inserção de investimentos nessa região, como por exemplo, a intensificação da produção de grãos, o aumento de empregos do setor terciário, investimentos em infraestruturas, entre outros, o que acarretará grandes alterações ao ambiente. No caso das hidrelétricas do Madeira, essas já vêm proporcionando grande movimentação por parte da população e do poder público, além da própria expectativa

³⁷ Trecho da entrevista realizada com o presidente do Instituto Madeira Vivo, Iremar Antônio Ferreira, pelo Correio da Cidadania, publicada em 25 de agosto de 2008 com o título **“Lobbies impõem usinas do Madeira em detrimento da natureza e da população”**. Disponível em: <http://www.mmdc.com.br/?p=210>. Acesso em 28 de abril de 2012.

que gera impactos por antecipação. As hidrelétricas ainda não estão prontas e já acarretam grandes contingentes migratórios e equipamentos urbanos pelo poder público para atender a essa demanda.

As alterações na paisagem são também decorrentes dos fluxos migratórios, podendo haver o inchaço populacional tanto nos pequenos aglomerados, como a intensificação das atividades agropecuárias e madeireiras, causando grandes pressões ao meio ambiente e às áreas destinadas à preservação, como unidades de conservação (NUNES, 2004; CAVALCANTE, 2008). Nesse caso, podemos considerar as terras indígenas também, pois, ao serem delimitadas, tornam-se áreas protegidas.

Tais investimentos na região poderão impulsionar alguns setores já existentes, entre eles madeireiro e agropecuário, potencializando maiores conflitos sociais com pequenos produtores, indígenas, quilombolas e as diretrizes ambientais estabelecidas pelo ZSEE-RO, por possíveis transgressões de limites de áreas protegidas ou regulamentadas oficialmente.

Entendemos a materialização de todos os novos empreendimentos enquanto um processo no qual, sobretudo, os novos empresários se tornam os agentes responsáveis pela reconfiguração do território, em vista da nova dinâmica de atividades e de novos conflitos, além da intensificação daqueles já existentes. Referimo-nos à implantação de duas usinas hidrelétricas, uma na cachoeira de Santo Antônio, próxima à vila de mesmo nome, localizadas na cidade de Porto Velho, e outra na cachoeira do Padre, localizada entre os distritos de Jacy-Paraná e Mutum-Paraná, pelos consórcios Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, respectivamente.

Ambas proporcionaram, antes mesmo de terem suas obras iniciadas, uma grande movimentação local como o aumento gradativo da população, dinâmica e especulação imobiliária nas áreas de entorno, conflitos ideológicos e territoriais, investimentos em infraestrutura e outras situações (CAVALCANTE, 2008).

Vemos também que as ideias que se projetam não convergem com o desenvolvimento social das populações locais, ou mesmo com a preocupação referente às questões ecológicas. Os empreendedores, ao se referirem às políticas de compensação ambiental e social e o porte dos empreendimentos, se mostram com toda a competência em mitigar os danos ambientais. Porém, isso não acontece. Ao mesmo tempo em que se mostram capazes de colocar em seus projetos grandes investimentos e infraestrutura para conter e reverter danos socioambientais acarretados, isso não é colocado em prática de fato. Um claro exemplo está nos projetos implantados anteriormente para a Amazônia e para Rondônia, especificamente.

Três exemplos (figura 8) estão na mortandade de toneladas de peixes na obra da usina de Santo Antônio³⁸ (SEVÁ FILHO, GARZON e NÓBREGA, 2011, p. 61), no desbarrancamento³⁹ de comunidades ribeirinhas após a abertura das comportas da hidrelétrica de Santo Antônio⁴⁰, e no crescimento urbano desordenado do distrito de Jacy-Paraná com o consequente aumento dos problemas sociais (ZAGALLO e LISBOA, 2011)⁴¹:

Em 2009, o consórcio construtor da usina de Jirau recebeu também duas multas consecutivas, em menos de quinze dias, sendo a primeira de R\$475 mil por desmatamento não licenciado e a segunda de R\$950 mil por construção de barramento (ensecadeira) no rio sem a licença ambiental⁴².

Consideramos nessa discussão a questão dos impactos socioambientais que serão causados pela implantação dos barramentos, entre os quais estão: área de influência dos sedimentos, diminuição da população de peixes, impactos nos territórios de países vizinhos, a remobilização de detritos e resíduos sólidos do fundo do rio, a remobilização de mercúrio, proliferação de doenças (entre elas a malária), explosão demográfica e conflitos por uso e posse de propriedades, a perda da biodiversidade faunística (IBAMA, 2007).

³⁸ Cerca de onze toneladas de peixes morreram no lago de Santo Antônio entre 2008 e 2009, na construção da enscadeira da usina. A autuação é de 19/01/2009, através do processo 1.31.000.000054/2009-90 do Ministério Público Federal (ZAGALLO e LISBOA, 2011, p. 35). Informação complementar em <http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL933909-16052,00-CONSTRUCAO+DE+USINA+NO+RIO+MADEIRA+CAUSA+MORTE+DE+TONELADAS+DE+PEIXES.html> e <http://www.capitaldojericico.com/noticias/meio-ambiente/1321/construcao-de-usina-no-rio-madeira-causa-morte-de-11-tonelad.html>. Acesso em 10 de julho de 2012. Houve também a emissão pelo Ministério Público de Rondônia e o Ministério Público Federal do Termo de Ajustamento de Conduta – Usina Hidrelétrica Santo Antônio, pelo Inquérito Civil Público Nº. 1.31.000.000054/2009-90, em que “(...) a Santo Antônio concorda com a celebração deste Termo de Ajustamento de Conduta, mas não reconhece qualquer culpa ou responsabilidade pelos eventos discutidos neste inquérito civil público (...)” e “(...) a empresa se compromete a apresentar um projeto de reposição de 150.000 (cento e cinquenta mil) peixes, bem como o cronograma de execução, no prazo de 6 (seis) meses, a contar desta data (...)”.

³⁹ Denominação dada ao fenômeno de intensa erosão que ocorre nas margens dos rios devido ao fluxo de água.

⁴⁰ Para essa informação, cf. <http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/03/santo-antonio-e-jirau-hidreletricas.html>, http://www.rondoinforma.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=408%3Ajustica-determina-remocao-de-ribeirinhos-atingidos-por-abertura-de-comportas-das-usinas-&catid=34%3Aslide-show&Itemid=2 e <http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/barragem-santo-ant-nio-causa-desbarrancamentos-no-rio-madeira>, acesso em 04 de junho de 2012, e ANEXO A – Publicações em jornais eletrônicos – Documento 4.

⁴¹ Cf. http://www.mmcbrasil.com.br/artigos/100309_usinas_madeira_ro.html. Acesso em 04 de junho de 2012.

⁴² Informação disponível em <http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL995494-16052,00-COMSTRUTORA+DA+USINA+DE+JIRAU+RECEBE+MULTA+DE+R+MIL+POR+DESMATAMENTO.html> e <http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL1006443-16052,00-CONSTRUTORES+DA+HIDRELETRICA+DE+JIRAU+RECEBEM+MULTA+DE+R+MIL.html>. Acesso em 10 de julho de 2012.

Figura 8: Efeitos do Complexo do Madeira na sociedade local.

Em sentido horário: Desbarrancamento provocado pelos banzeiros após a abertura das comportas da usina de Santo Antônio e crescimento urbano desordenado no distrito de Jacy-Paraná.

Fonte da primeira fotografia: Movimento Banzeiro. Disponível em <http://semfronteirasnomadeira.blogspot.com.br/2012/02/poesia-das-imagens-da-destruicao-no-rio.html?pref=bl>. Acesso em 27 de junho de 2012.

Demais fotografias: Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Dentro dos projetos de construção, notamos os alagamentos gerados pela elevação no nível do rio provocados pela implantação das barragens, além das estruturas viárias atingidas. Se for considerada a BR-364 e as pequenas estradas vicinais, ou os ramais próximos, haverá um grande impacto, pois um trecho de aproximadamente 30km será atingido. Este trecho está em obras de elevação de seu nível e a área que o lago alcançará, equivalente ao que antes era a vila de Mutum-Paraná, está em processo de desmatamento e desapropriação de seus antigos moradores (Cf. figuras 17 e 27).

O que se tora o motivo de exacerbar preocupações consiste nos efeitos decorrentes desse processo, com o aumento da pressão sobre outras áreas e, naturalmente, dos conflitos por recursos. Ora, se o contingente populacional se torna maior, os interesses e a valorização da área também crescerão. Fato que já se observa pelos conflitos territoriais entre os madeireiros, os pequenos e os grandes proprietários e a própria conservação ambiental.

Com a implantação das hidrelétricas, essa dinâmica tem sido interferida onde o rio, ao término das obras, estará sempre no nível de cheia, modificando diretamente a rotina das pessoas que ali vivem tanto com suas atividades econômicas ou lazer, quanto, como dito anteriormente, da população que já tem sido removida de sua área.

Serão alagadas áreas de entorno de proteção ambiental e áreas de proteção permanente, gerando outro conflito ambiental e de gestão territorial, visto ser contraditório com o que está posto no Zoneamento de Rondônia (Lei 233/2000) e no Código Florestal, Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e ratificado pela Resolução Nº. 369, de 28 de março de 2006, o qual dispõe sobre a proteção das APP's, que devem ser preservadas integralmente, com exceção de empreendimentos relacionados à captação de água e de fins ambientais, como parques urbanos. Nesse sentido, Théry (2005, p. 37-38) alerta:

Uma maneira simples de abordar uma reavaliação da situação da Amazônia é começar por medir, por meio de vários indicadores territoriais e sociais, o que ela representa no conjunto nacional. Uma seleção de tais indicadores, de várias ordens (...), mostra a clara defasagem existente entre a superfície ocupada pela Amazônia – mais da metade do país – e o seu peso econômico e social, bem menor: se ela representa 60% da superfície do Brasil, seu PIB não passa de 5%; ela reúne apenas 10% da população urbana, 12% da população total e um pouco mais – 14% – dos migrantes recentes, das estradas, do número de municípios. O único indicador, pouco invejável, para o qual a Amazônia supera a sua cota de território, é o número de mortos em conflitos fundiários. (...) Porém, a Amazônia está mudando, principalmente através dos impactos desencadeados pela abertura das rodovias que permitiram, a partir dos anos de 1960, a chegada de migrantes vindos de outras regiões e, com ela, vários tipos de efeitos, alguns claramente positivos, outros nem tanto. A construção dessas rodovias – mas, também, a melhoria das hidrovias e das redes de telecomunicações – está mudando profundamente a situação da Amazônia, econômica e estrategicamente: apesar de todos os seus atrasos, ela pode achar nessa mudança novo ímpeto.

Esses são alguns apontamentos sobre a construção de obras nesse momento de *boom* econômico pelo qual passa a sociedade de Rondônia. Nesse sentido, caracterizar a nova configuração territorial implica entender os pontos-chave do território, onde surge um objeto fixo resultante da materialização de um projeto e dos interesses que o envolvem, e os potenciais conflitos.

Se no início da década de 1990 a questão ambiental passou a ser tida com mais importância nas ações governamentais, hoje, ao que parece, essa questão foi menos levada em conta pelos projetos do PAC e pelas demais políticas territoriais, num momento em que,

mundialmente, as discussões sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas se tornam ainda mais fortes.

Em meio a conferências sucessivas internacionais, tratados e convênios, acordos e diversas campanhas e ações ao longo das duas últimas décadas, pudemos observar ações amplamente contrárias durante o período do PAC (2007-2010). Consideremos: a) demissão da então ministra do meio ambiente Marina Silva e posterior divisão do IBAMA seguida da criação do Instituto Chico Mendes (ICMBio)⁴³, b) proposta de mudanças no Código Florestal, em que, resumidamente, se sugerem anistia a desmatadores e diminuição dos limites de reserva legal e área de proteção permanente, sobretudo na Amazônia⁴⁴, c) concessão de áreas de unidades de conservação para a construção das hidrelétricas do Madeira e de Belo Monte⁴⁵.

Mesmo com todos os esforços da ONU e dos órgãos ambientais internacionais, entendemos que sejam incompatíveis os ideais conservacionistas e o regime econômico e político mundial capitalista. As obras de considerável porte são construídas a qualquer custo para atenderem às demandas nacionais de exportação, para, por sua vez, atenderem às demandas internacionais de importação, ao mesmo tempo em que se coloca o sustentável como ideologia agindo, porém, com todos os instrumentos para não sê-lo.

⁴³ Cf. Sátyro (2008).

⁴⁴ Cf. SBPC (2011); WWF: **“O congresso brasileiro vai anistiar redução de florestas em pleno século XXI?”**, disponível em http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/livreto_wwf_cod_florestal_web.pdf e <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/05/o-que-esta-por-tras-da-reforma-do.html>. Acesso em 12 de julho de 2012.

⁴⁵ Cf. Instituto Socioambiental: **“Termina a novela da hidrelétrica de Jirau e a permuta de UCs em Rondônia”**, disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3130> e **“Dilma reduz Unidades de Conservação na Amazônia para viabilizar hidrelétricas”**, disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3490>. Acesso em 13 de julho de 2012.

CAPÍTULO III – O INÍCIO DO SÉC. XXI E A NOVA FRONTEIRA DO PROGRESSO EM RONDÔNIA

Este capítulo tem início com a expressão “A nova fronteira do progresso” estrategicamente empregada devido à importância que possui para o contexto atual de Rondônia. Não se refere a um conceito teórico em si, sendo um termo de conteúdo político e ideológico empregado amplamente para que a elite empresarial capitalista rondoniense pudesse captar ainda mais recursos privados, com uma forte aliança com bancos públicos e privados, sobretudo o BNDES e o Banco da Amazônia (BASA), para a criação de um novo contexto comercial e industrial no estado frente à construção das novas obras. Foi empregado para esse capítulo para ilustrar esse contexto, porém dados mais específicos serão discutidos no capítulo seguinte.

Trazendo um elenco das principais obras executadas pelo PAC no estado rondoniense, procuramos focalizar a década de 2000, analisando o programa Avança Brasil e o seu resgate no programa de Aceleração do Crescimento quase dez anos depois.

Observamos que a logística empregada nesse território a partir de uma infraestrutura que atende ao mercado mais restrito da agroindústria gera transformações em todos os setores da economia, bem como envolve os mais diversos sujeitos e agentes (políticos e econômicos). Elucidaremos essas obras com o intuito de demonstrar suas características e seus impactos territoriais.

Lembremos que esse conjunto de obras não se refere apenas às hidrelétricas do Madeira, mas se estendem para todo o estado de Rondônia, embora se concentrem mais na capital, Porto Velho, onde os impactos e transformações são bem mais visíveis. O centro de nossa análise neste capítulo é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1), referente ao segundo mandato do presidente Lula, responsável por reinserir o contexto rondoniense na economia nacional a partir da construção civil.

A expressão foi utilizada como *slogan* durante um seminário realizado no ano de 2010, na cidade de São Paulo, em parceria com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero), conjuntamente com os bancos financiadores dos novos projetos, o governo do estado de Rondônia e demais instituições envolvidas (além dos consórcios das hidrelétricas).

Ao abordar no início desse estudo as questões relacionadas ao território, à fronteira amazônica, à sua história e à transformação no tempo, consideramos ser evidente que o

estado, sobretudo na cidade de Porto Velho, passa novamente pelo período de intensa movimentação de pessoas, de capital e instituições carregando consigo o amplo discurso do desenvolvimento econômico e territorial. Estabelece-se um desenvolvimento que visa o lucro, pela instalação massiva do Estado (este enquanto promotor das vias necessárias à instalação do capital empresarial) com suas instituições aliadas às grandes corporações empresariais que determinam as novas regras e normas no território – este já, por si mesmo, como produto dessas inúmeras e intensas relações políticas de poder.

Há um contraponto ao afirmarmos que há uma presença estatal forte em um sistema político de caráter neoliberal, em que se tem um domínio intenso do capital econômico e financeiro – executado por empresas e grandes corporações privadas – determinando as ações no lugar de uma ação efetiva e dominante do Estado. Porém, em alguns pontos em que poderíamos nos questionar se o Estado está ausente, trazemos a hipótese de que não; na realidade há uma presença estatal extremamente fortalecida, porém amplamente direcionada por esse capital. Partimos para essa hipótese quando da tensão dialética existente entre Estado e Capital internacional, num vínculo e uma mediação mútua, que também caracteriza um controle do território para atender à demanda de poder institucionalizado em grandes corporações capitalistas.

David Harvey (2011, p. 92) nos ajuda a compreender essas questões, embora se referindo a um contexto mais abrangente, exemplificando de outra forma, dizendo que

(...) um Estado político pode na verdade dedicar-se a criar dentro de si mesmo uma eficaz e dinâmica economia regional ao capturar sistematicamente os processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço. Como bem se sabe hoje, é provável que um clima de negócios atraente constitua um pólo (sic) de atração de fluxos de capital, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital. Assim agindo, usam (...) os poderes de monopólio inerentes ao espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer que possa deles tirar proveito.

Esses processos ocorrem simultaneamente de forma multiescalar. Assim, os fenômenos locais decorrem dos globais, e o Brasil se insere na macroeconomia global com investimentos locais derivados dessa relação dialética entre Estado, território e Capital.

Quadro 7: Investimentos em infraestrutura a partir da Fiero

Construção Centro Político Administrativo (CPA)	R\$ 80 mi
Novo Complexo Portuário	R\$ 50 mi

Ponte Divisa Bolívia	R\$ 200 mi
Ponte de saída para o oceano Atlântico	R\$ 210 mi
Recapeamento da BR-364 de Porto Velho-RO a Vilhena-RO	R\$ 600 mi
Saneamento e água tratada	R\$ 615 mi
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia	R\$ 250 mi
Votorantin Cimentos	R\$ 110 mi
Indústria de componentes hidromecânicos para abastecimento das usinas hidrelétricas do Madeira	R\$ 85 mi
Rodovia Interoceânica – Saída para o oceano Pacífico	US\$ 700 mi
Complexo Hidrelétrico do Madeira	R\$ 40 bi

Fonte: Apresentação de *PowerPoint* fornecida como material de apoio. Elaborada e apresentada por Denis Roberto Bau, presidente da Fiero, por ocasião da “Semana de RO em SP”, em março de 2010 na Fiesp.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Conforme visualizado no quadro anterior, podemos identificar essas relações econômicas, algumas fortalecidas e outras nascidas, impulsionadas por um programa governamental. Há um conjunto de ações vinculadas entre o público e o privado, tendo, a exemplo, o meio termo figurado em instituições tais como a Fiero, a Fecomércio, entre outras. A seguir, a figura 9 nos mostra duas dessas grandes oempresas inseridas nesse contexto, para justamente atender à demanda de construção civil ora estabelecida.

Figura 9: Indústrias de construção civil instaladas em Porto Velho-RO.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Assim, dessas relações resulta o controle de lugares onde os benefícios atendem aos setores particulares. Uma grande empresa em tal lugar implica na reordenação dos empregos, do consumo, da relação local com as infraestruturas estabelecidas, com a forma de gestão do Governo local (tanto no orçamento quanto no gasto público), assim como direciona a inserção e atuação de outras empresas. Há toda uma mobilização local pelas três esferas governamentais para “(...) atender às necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento das empresas (...) interessadas (...) na produção material, isto é, (...) dedicadas à indústria e à agricultura, mas (...) também (...) ligadas ao comércio, aos serviços, aos transportes, às finanças, à informação, etc. (SANTOS E SILVEIRA, 2011, p. 293).

Sobre essa questão, Ari Ott, professor da UNIR, em entrevista realizada junto ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em 2012, nos revela que as esferas federal, estadual e municipal mergulharam na campanha de convencimento da população acerca dos inúmeros benefícios a serem acarretados para Rondônia e região. As pessoas que discordavam, e discordam, não possuem espaço para argumentos, e foram “(...) silenciadas ou tratadas como inimigas do progresso ou cooptadas com generosos contratos. As audiências públicas serviram apenas como uma capa de legalidade”. Consequentemente, “Com o início das obras e a chegada de milhares de trabalhadores e empresas ligadas ao empreendimento, o mercado

imobiliário criou uma bolha especulativa. Os jornais locais anunciam apartamentos e casas de um milhão de reais”⁴⁶.

Vemos em Rondônia inúmeras transformações territoriais, quase imediatas, mais efetivas a partir de 2005, quando os rumores de que Rondônia, e especificamente Porto Velho, iriam se tornar um canteiro, cujas obras começaram a se materializar inicialmente em leilões, contratos, licenças, audiências públicas e migrantes do Sudeste brasileiro para se concretizar na instalação de novas empresas na cidade, surgimento de novos prédios, etc.

Algumas abordagens guiam este estudo, uma vez que consideramos o território constituído e produzido por relações de poder materializadas ou não no território (SOUZA, 2011), onde podemos ter nessa influência conceitual a visualização dos fenômenos que ocorrem em Rondônia. Considerando o que implicam tais obras para o desenvolvimento local, Pereira (2006, p. 66) nos explica que

(...) a idéia de desenvolvimento e de modernidade que comumente se instala a partir da presença destes novos vetores no território (...) [e] as aspirações veiculadas pela *mídia* no trabalho nada difícil de legitimação dos projetos das grandes empresas, já confere uma legitimidade *a priori* dos lugares considerados “atrasados” ou “marginais”. O que ocorre neste caso, com a entrega dos recursos territoriais aos projetos das grandes empresas, ou mesmo a tomada do lugar/território como recurso pelas mesmas, é (...) o que (...) [denominamos] de “efeito modernizador”, visto que (...) os lugares lucrariam com o simples fato da instalação destas novas empresas e das novas infraestruturas territoriais que normalmente as acompanham. (...) Esta renovação do conteúdo material do território confere aos lugares a emergência do (...) “efeito modernizador”. (...) seria todo o conteúdo territorial (objetos e ações) que se impõe como novo, e que, ganhando localmente um caráter de proeminência em relação aos demais, acaba por centralizar toda a atenção e ação dos agentes públicos (grifos do autor).

O autor é enfático ao afirmar que esses processos ora explicados consistem em “(...) uma modernização aparente, porque se dá de forma centralizada e não repercute em ganhos e melhorias para todos os que habitam o lugar”. Esses fenômenos legitimam os projetos ditos modernos, de interesse privado apoiado pelo Governo, “(...) promovendo desta forma um uso corporativo do território. (...) Trata-se na verdade de um efeito de modernização que mascara e falsifica, seleciona e exclui” (PEREIRA, 2006, p. 66).

⁴⁶ Trecho da entrevista realizada com o Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott, professor da Universidade Federal de Rondônia, pelo Instituto Humanitas Unisinos concedida por email, publicada em 21 de março de 2012 com o título **“Complexo hidrelétrico do rio Madeira: A energia gerada pelas usinas não se destina à região”**, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott/507555-complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott>. Acesso em 28 de abril de 2012.

Assim, retomamos o conceito de configuração territorial, uma vez que consideramos que essa noção nos ajuda a entender o processo pelo qual passa Rondônia no espaço e no tempo, a partir das políticas territoriais. Insistimos nisso, pois em pouco tempo, em poucos anos, Rondônia se transformou num grandioso canteiro de obras, assessorado pela indústria da agropecuária. Essa relação é direta, uma vez que os espaços já consolidados da agroindústria rondoniense, e mesmo nacional (do Centro-Oeste brasileiro, a exemplo), e das vias de exportação para o mercado externo como a rodovia BR-364 e a hidrovia do Madeira, sobretudo, se mostram enquanto base infraestrutural para o avanço da indústria também no ramo da energia e da construção civil. Ou seja, Rondônia se torna um espaço de logística (informação verbal)⁴⁷, e, mais além, de passagem quando o capital chega se reproduz e migra novamente para os grandes centros.

Santos e Silveira (2011, p. 102) nos explicam que os grandes empreendimentos da construção civil, ou sistemas de engenharia, dependem atualmente da instalação de infraestruturas, submetidos a um jogo que envolve o social e o econômico, a ciência e a técnica. Assim, se caracteriza o território utilizado por dois meios, de modo até mesmo ambivalente: a) com grande fluidez e menos rugosidades, b) com grande fixidez a partir de grandes objetos e também pela tecnologia, caracterizada por objetos menores e microeletrônicos, com alta precisão de suas localizações.

Nesse sentido, a configuração territorial, com base nos estudos de Milton Santos, a partir de Steinberguer (2006, p. 61-62), diz que

(...) é o resultado dessa produção histórica de espaço e desse uso do território. É a sua expressão material. Envolve o território e o conjunto de objetos geográficos existentes sobre ele. É a totalização perfeita, acabada e congelada em um determinado momento histórico. Difere do espaço, como totalização em movimento, que reúne essa materialidade e a vida que a anima, por ser dotado de inércia dinâmica. Portanto, *a configuração territorial e espaço fazem parte de um processo de totalização único que se realiza por meio de frações do território usado e frações do espaço. A dificuldade em perceber a relação espaço-território está na dificuldade de reconhecer esse processo. Não existe espaço sem território nem território sem espaço. Isso não quer dizer que um venha antes e o outro depois – são simultâneos. O que os une é o processo de totalização* (grifos da autora).

⁴⁷ A informação acerca da característica de Rondônia enquanto logística foi proferida verbalmente pela professora Bertha Becker, durante o Seminário “Amazônia: desafios e perspectivas de integração regional”, realizado em São Paulo, na Biblioteca Latino-Americana Victor Civita, no Memorial da América Latina, nos dias 16 e 17 de novembro de 2009.

Esses argumentos anteriormente apresentados corroboram com o que estamos aludindo enquanto configuração territorial, porém não no seu sentido único. Ao adotarmos esse conceito, entendemos que sua explicação se refere a um fenômeno. Mas, ao retomarmos o conceito empiricamente, verificamos o surgimento de várias configurações territoriais no decorrer do tempo e na transformação do espaço.

Nesse sentido, o território expressa a maior totalidade, sendo uma forma-conteúdo, dialeticamente expressando o conjunto composto por objetos, ou seja, definida pelos usos dados a esse território. A autora ainda segue dizendo que “(...) Esses entendimentos permitem dizer que quando se analisa a formação histórica de um território é preciso falar de configuração territorial no plural. Há configurações que são retratos”. As configurações territoriais de uma localidade estão caracterizadas pelos períodos do seu contexto histórico, em que a história se transforma numa categoria fixa dessa configuração (STEINBERGUER, 2006, p. 62-63).

Apropriamo-nos do conceito de configuração territorial, pois as transformações intensas geradas no território a partir de políticas materializadas em programas, tal como o PAC, nos permitem o estudo a partir dessa abordagem. Entendemos que a configuração territorial de Rondônia que existe hoje é diferente daquela do final da década de 1980, embora os processos históricos estejam diretamente associados e relacionados. Do mesmo modo em que, em função do ritmo de mudanças estruturais no espaço rondoniense, a configuração territorial que nos será mostrada será ainda diferente da de hoje.

Com isso, voltamos às políticas territoriais recentes que possuem o amparo do capital privado de forma mais incisiva, por meio de grandes empresas do ramo industrial e comercial. Ao revisar as políticas territoriais com seus projetos de infraestrutura recentes, a partir do governo Fernando Henrique, vemos que a até então dita “colonização recente”⁴⁸ das décadas de 1970 e 1980 já se transforma em um momento histórico anterior, e que a configuração territorial de hoje se construiu a partir de intervenções de fatos recentes.

Assim, ao explicitar o que foram os planos plurianuais até o PAC, destacaremos algumas informações com devida atenção, sobretudo, de não reproduzirmos aqui o discurso governamental, uma vez que esse é um de nossos principais objetos de análise, reflexão e críticas. O objetivo consiste em entender o funcionamento dessas políticas e seu reflexo para Rondônia resultando na configuração territorial atual.

⁴⁸ Expressão utilizada por historiadores e geógrafos em geral, tais como Caio Prado Jr. e Bertha Becker, além de intelectuais e pesquisadores locais, para se referirem à colonização das décadas de 1970 e 1980.

3.1. AS AÇÕES FEDERAIS PARA RONDÔNIA

Por ocasião do Programa Avança Brasil, foram elencados e abordados os projetos direcionados para Rondônia, em material divulgado pelo Governo Federal – um relatório informativo – intitulado “Ações Federais: 1995 – 2002” (BRASIL, s/d), feito para todas as unidades federativas brasileiras.

Conforme visto no capítulo anterior, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foram a principal atuação do Governo Federal, sendo, em Rondônia, a influência dos eixos Norte e Centro-Oeste (Madeira-Amazonas e Oeste), especificamente com a implantação das rodovias e da hidrovía do Madeira. Segundo esse material, “cada eixo representa um espaço geoeconômico que se define por uma série de fatores específicos, como vocações econômicas, necessidades de infra-estrutura, características ambientais, desafios sociais, oportunidades de crescimento” (BRASIL, s/d, p. 2).

Na segunda metade da década de 1990, Rondônia começava a despontar como potencial exportador de grãos e de carne bovina, além de escoar a produção dos demais estados brasileiros. Segundo o Relatório: “Rondônia é um estado com forte vocação agropecuária, aliando solos férteis e competência empresarial a uma logística competitiva, que articula as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste aos estados do Norte e do Nordeste por meio da malha hidroviária do Eixo Madeira-Amazonas” (BRASIL, s/d, p. 3). A agroindústria começou a crescer, e, assim, a visão empreendedora de corporações empresariais associada à do Estado se uniu na perspectiva de transformar o estado rondoniense num polo de exportação, funcionando como um “foco de atração” para o desenvolvimento econômico do Brasil. Isso pode ser visto quando

Uma das metas do Estudo [do Governo] é a redução dos desequilíbrios regionais e sociais, através do planejamento indicativo, pelo qual o Governo pesquisa, aponta direções e prepara o caminho, estimulando a iniciativa privada a fazer acontecer. O próprio Governo realiza, diretamente ou em parcerias, os principais investimentos estruturantes, multiplicadores de novas oportunidades de investimentos e negócios para o setor privado (BRASIL, s/d, p. 2).

Outro ponto focado no relatório se torna um motivo de alívio para o próprio Governo, segundo ele mesmo, quando da referência à “(...) modernidade [que] também chegou ao estado pela privatização do sistema Telebrás em 1998” (BRASIL, s/d, p. 4). Notemos nitidamente a reestruturação territorial através das ações governamentais massivamente aliadas à iniciativa privada, de modo a criar uma estrutura que permita a reprodução e o

escoamento de produtos destinados ao comércio e à indústria em larga escala. No mesmo documento, fazendo referência à mesma questão, consta que “(...) com a privatização da Telebrás em 1998, o acesso à telefonia, fator básico de modernização, expandiu-se fortemente no país. Em Rondônia, o número de acessos à telefonia fixa aumentou 65,3 mil em 1994 a 272 mil em fevereiro de 2002, conforme dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) (...)” (BRASIL, s/d, p. 19).

Fazemos referência à hidrovia do Madeira, que já existe em amplo funcionamento, e ao gasoduto de Urucu. Este último sequer teve os estudos de impactos ambientais finalizados⁴⁹. Do mesmo modo, como já citado no capítulo anterior, o projeto de exploração do gás natural via terrestre, no trecho entre Porto Velho-RO e Urucu-AM, por não ter sido concluído durante os governos anteriores teve seu projeto transferido para o PAC, cuja primeira edição já finalizou e ainda não há perspectivas de sua construção.

Sobre essa questão, Gerd Kohlhepp se refere ao conjunto de projetos ligados ao programa Avança Brasil, sobre o qual estamos discutindo, e fala acerca da não inserção de novas estradas na Amazônia Legal. Referindo-se à BR-163 que liga Cuiabá-MT a Santarém-PA e sobre o gasoduto de Urucu, ele afirma que

É um sinal positivo que não haja planos para a construção de novas estradas atravessando a floresta amazônica, mas os projetos de gasodutos do campo de gás natural do Rio Urucu até Porto Velho (500 km) e de Coari a Manaus (420 km) (sic) para suprir as usinas termoelétricas projetadas em Porto Velho (330 MW) e Manaus (450 MW) terão um enorme impacto ecológico (2001, p. 25).

Com o PAC, temos um cenário inverso ao descrito anteriormente, quando o Gasoduto não está no projeto de construção para Rondônia (embora no Amazonas já esteja concluído entre Coari e Manaus), mas a pavimentação das rodovias BR-163 (Cuiabá-MT a Santarém-PA) e BR-319 (Porto Velho-RO a Manaus-AM) são algumas das prioridades governamentais.

Podemos afirmar que a construção do gasoduto é necessária e importante para o estado. Porém, entendemos que qualquer intervenção de grande porte realizada pela construção civil atualmente em Rondônia é nociva e danosa devido à falta de planejamento local e de estrutura existente, tanto social como física, em que nas condições atuais não é possível receber esses empreendimentos e os migrantes decorrentes, tampouco atender à demanda imposta. Os impactos ao ambiente são numerosos, e os prazos e cronogramas para

⁴⁹ Cf. ANEXO A – Publicações em jornais eletrônicos – Publicações 1, 2 e 3, e ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 3.

execução não são realizados de modo produtor. Contudo, havendo a solução de tais problemas referidos, é questionável e igualmente passível de reflexão a inserção de propostas de energias alternativas desde que seja incluso o atendimento às necessidades da população local, o que não caracteriza o caso das hidrelétricas do rio Madeira.

Em breves esboços, elaboramos a organização de dois croquis apresentados no relatório governamental, em que estão espacializados os principais projetos de transporte e energia no estado, e trechos das descrições de cada obra onde se insere o nítido tom desenvolvimentista estatal (figuras 10 e 11).

Mais agilidade para exportação

A infra-estrutura de transportes, em 1994, sofria com a falta de investimentos em todo o território nacional.

O Governo Federal, em parceria com governos estaduais e municipais e a iniciativa privada, deu início a uma série de ações envolvendo a construção ou reforma de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Os investimentos foram organizados de forma a privilegiar a integração regional e também fortalecer soluções multimodais de transporte.

Em Rondônia, o escoamento da produção agroindustrial para o mercado externo foi agilizado a partir de obras nas rodovias que cortam o estado, melhorias no porto de Porto Velho e na hidrovio do Madeira, além da ampliação do Aeroporto Internacional de Porto Velho.

No mapa, os principais projetos de transportes no estado e seus impactos para a economia estadual. ■

Aeroporto Internacional de Porto Velho

O Aeroporto de Porto Velho é um elo fundamental do complexo logístico que vai proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento regional. Um novo terminal de passageiros está sendo finalizado. Com 6,8 mil m², terá capacidade para 600 mil passageiros/ano. Equipamentos de última geração darão mais segurança ao tráfego aéreo. Estão sendo ampliados o terminal de cargas domésticas e o pátio de aeronaves.

Porto Graneleiro

A implantação de um porto graneleiro em Porto Velho está contribuindo para facilitar e baratear o transporte de soja produzida no Centro-Oeste, que embarca pela Hidrovio do Madeira, em direção aos mercados da Europa e dos Estados Unidos.

Hidrovio do Madeira

Interligada às BR-364, BR-163 e BR-070, a hidrovio facilita o escoamento de produtos agrícolas para exportação. Trata-se de uma operação multimodal: por caminhão até Porto Velho, em barcaça pelo rio Madeira até o porto de Itacoatiara (AM) no rio Amazonas e, de lá, para o mercado externo e portos do Nordeste e Sudeste em navios oceânicos. A hidrovio também leva produtos industrializados, em contêineres, e vem ganhando importância como rota entre a Zona Franca de Manaus e o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Já transporta mais de 2,1 milhões de toneladas/ano.

BR-364

Cortando o estado de sudeste a noroeste, a rodovia de 1,1 mil km está toda pavimentada. Foram realizadas obras de restauração em mais de 600 km de trechos críticos e estão em andamento mais de 450 km de obras de conservação. Em 1999, foram restaurados também 12 km do Anel Viário de Ji-Paraná e as marginais da cidade de Cacoal.

BR-429

Rodovia que corta uma região produtiva e populosa do estado, de Costa Marques, na margem do rio Guaporé até a BR-364. Concluída a restauração do trecho BR-364 - São Miguel do Guaporé, em convênio com governo estadual. Em andamento a conservação do trecho São Miguel do Guaporé - Costa Marques.

Corredor Oeste-Norte

O Estado de Rondônia está inserido no Corredor Oeste-Norte, que também pretende promover a recuperação e a melhoria das vias de transportes nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, facilitando a interligação com outras regiões do País. As conexões com as hidrovias ao Norte, por exemplo, fazem com que os produtos alcancem os mercados internacionais, através dos portos de Manaus, Pará e do Maranhão.

Pontes internacionais

A construção de duas pontes facilitará a ligação do Brasil com a Bolívia e a Venezuela. A primeira, com 600 m de extensão sobre o rio Mamoré, em Guajará-Mirim, na rodovia BR-425, que liga Brasil e Bolívia. A segunda ponte, com 1 km de extensão sobre o rio Madeira, ligará Rondônia a Manaus pela BR-319. De Manaus é possível acessar a Venezuela através da BR-174.

Figura 10: Implantação da logística de transportes em Rondônia durante o período entre 1995 e 2002.

Fonte: Retirado e adaptado de Brasil (s/d, p. 20).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Investimentos na transmissão e novas fontes energéticas beneficiam Rondônia

Nos últimos anos, o Governo Federal tornou prioritário o trabalho de inclusão regional e social dos estados de fronteira. Peça fundamental dessa estratégia são os empreendimentos energéticos na Amazônia.

Rondônia, de um lado, recebeu investimentos importantes na transmissão de energia. Por outro, buscam-se novas alternativas de geração, com a utilização do gás natural das jazidas de Urucu (AM) associado a um polo de geração termelétrica em Porto Velho. Novas linhas de transmissão levarão energia até Rio Branco (AC).

Para melhorar a qualidade de vida de populações de locais distantes, não atendidas pelo sistema convencional de energia elétrica, o Programa Energia para Pequenas Comunidades já atendeu um total de 17 municípios do estado.

Confira no mapa:

O novo modelo

Na nova configuração do setor elétrico brasileiro, os investimentos em geração são realizados mediante concessão ou autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As concessões são realizadas para hidrelétricas com capacidade instalada igual ou superior a 30 MW e as autorizações para termelétricas e pequenas hidrelétricas (PCHs). As concessões são sempre objeto de licitação pública. Em qualquer caso, o empreendedor pode ser empresa privada, pública ou consórcio.

Linha de transmissão Porto Velho – Rio Branco (AC)

Construção de uma linha de transmissão em 230 kV com 494 km de extensão e respectivas subestações entre Porto Velho e Rio Branco (AC), passando por Abunã. Vai permitir o suprimento de energia ao Acre, por meio da hidrelétrica de Samuel, substituindo a energia gerada através de termelétrica a óleo combustível. O trecho Porto Velho – Abunã, com 188 km, já está em operação. O trecho Abunã – Rio Branco, com 304 km, deverá entrar em operação em julho de 2003.

Subestação Abunã

Energizada desde maio de 2002, em tensão de 230/138/13,8 kV, recebe energia vinda de Porto Velho e a transfere para Guajará-Mirim, além de melhorar o suprimento da região de Abunã.

Linha de transmissão Abunã – Guajará-Mirim

Em operação desde maio de 2002, a linha de transmissão de 129 km, em 138 kV, melhora a capacidade de atendimento na região de Guajará-Mirim e viabiliza a substituição de energia gerada com óleo combustível.

Subestação Guajará – Mirim

Na tensão de 138/13,8 kV, em operação desde maio de 2002, melhorou o atendimento na região de Guajará-Mirim.

Gasoduto Urucu – Porto Velho

Procedente dos campos de Urucu, no Amazonas, um gasoduto de 500 km de extensão vai trazer gás natural para atender à demanda crescente de energia na região de Porto Velho. Os poços de Urucu têm reservas comprovadas de 80 bilhões de metros cúbicos.

Termelétrica Termonorte

Em Porto Velho, a primeira unidade geradora da usina entrou em operação em dezembro de 2001, com 74 MW. A capacidade total da usina estará em operação a partir de julho de 2003, quando somará 345 MW. A usina opera inicialmente com óleo combustível, devendo passar para o gás natural, quando implantado o gasoduto Urucu – Porto Velho (ver box).

Linha de transmissão Porto Velho – Ji-Paraná – Vilhena

Já em operação o trecho em 230 kV, com cerca de 370 km de extensão, até Ariquemes e Ji-Paraná. As obras entre Ji-Paraná e Vilhena deverão estar concluídas até dezembro de 2002.

Subestações

Em andamento a repotenciação das subestações Porto Velho I e a construção das subestações Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, em tensão de 230/138/13,8 kV, que devem melhorar a qualidade do fornecimento de energia em toda a região.

Rondônia 23

Figura 11: Implantação da malha energética de Rondônia durante o período entre 1995 e 2002.

Fonte: Retirado e adaptado de Brasil (s/d, p. 20).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

As figuras ora inseridas representam uma configuração territorial proposta pelo Governo enfatizando as categorias de transporte e energia. Para Rondônia, significa o momento do avanço da produção de grãos em larga escala e da agroindústria. A logística representa o aumento do fluxo de transportes e da comunicação, visando esse novo ciclo de ascensão econômica na qual o estado se insere.

Dos projetos apresentados, a BR-429, as pontes e o gasoduto de Urucu não foram concluídos, e, com exceção do gasoduto, os demais foram inseridos no PAC-1 e permanecem no PAC-2, ou seja, há mais de dez anos que existe apenas o projeto de obras. Isso significa que não há um planejamento nas escalas temporais de curto, médio e longo prazo, e que os recursos concedidos (financeiros e humanos), não são adequadamente implantados. No caso da BR-429, essa passa por áreas de proteção ambiental e por terras indígenas, sendo um grande fator de pressão sobre essas reservas, a partir de novas vias de acesso, novas áreas de conversão de floresta e atividades agropecuárias e madeireiras. A ponte sobre o rio Madeira também foi reinserida no PAC, e apenas está sendo construída em 2011/2012.

Quanto às demais obras, de fato, os benefícios para seus setores específicos foram visíveis, como a ampliação do terminal aéreo de Porto Velho, com inauguração no ano de 2002, que contribuiu para o aumento do fluxo de pessoas na capital. Com as obras do PAC, já em 2009 o fluxo no principal aeroporto do estado aumentou 32% sendo necessárias novas obras de ampliação da pista de pouso e de suas demais instalações, estas realizadas a partir de 2011 (BRASIL, 2002; INFRAERO, 2010, s/d).

Quanto a isso, KOHLHEPP (2001, p. 24-25) nos mostra que houve a melhora da navegação pelo rio Madeira onde se podem operar comboios de balsas capazes de carregar, à época de seu estudo, seis mil toneladas até Itacoatiara, no Amazonas. Da mesma forma, os grãos descem o rio até chegarem aos cargueiros que transportarão em torno de 80 mil toneladas para o mercado europeu, e hoje já transporta para a China também, entre outros países importadores. O tempo de viagem foi amplamente reduzido com essa rota em relação ao porto de Santos, e toda essa dinâmica transforma Porto Velho em um grande terminal multimodal, por onde passa a maior frota de caminhões transportadores de grãos dos maiores produtores brasileiros, tais como a Cargill e a Amaggi (SILVA, 2005; 2010).

Referindo-se à estratégia de implantação de eixos, Mello (2006, p. 275) explica que

Essa política territorial federal abandona as estratégias anteriores de concentração de ações, meios, instrumentos e recursos em pólos (sic) – paradigma orientador dos planos e programas governamentais de toda a década de 70 e início dos anos 80 – passando a adotar o território como palco e ator do processo. Desta maneira, a nova estratégia concentra

investimentos e atividades em grandes corredores (os Eixos), e o território passa a ser visto como rede, equipado em função dos fluxos de bens e serviços; e as estratégias visam a transformar regiões e algumas parcelas locais mais dinâmicas em espaços competitivos, integrando-as aos mercados nacional e internacional. Essa nova estratégia dirige a ação e induz os investimentos econômicos nas redes escolhidas. Essas novas formas de apropriação e de organização da fronteira econômica constituem-se numa nova regionalização nacional. E, depende para sua concretização, do poder de indução dos investimentos nacionais sobre as dinâmicas regionais.

A autora continua, mostrando que, ao ter suas funções reduzidas, o Estado passou até mesmo suas atribuições de planejador e executor às consultorias de empresas privadas, a partir das licitações. De acordo com a autora, “O Estado hodierno, modificado em sua estrutura pela política de privatização implementada desde 1991, apresenta-se mais como um ente indutor, regulador e coordenador do processo” (MELLO, 2006, p. 279-280).

Algumas dessas obras foram inseridas no PAC-2 por não terem sido sequer iniciadas. No entanto, obras iniciadas no PAC-1 e não finalizadas dentro do prazo permanecem nesse programa até sua conclusão. A segunda edição do PAC se refere ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, a partir de 2011. Entre as obras aí inseridas, está inclusa a hidrovía do Madeira com modernizações em sua rota⁵⁰.

3.2. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

“Governar é construir estradas”. É com esta frase retirada do livro Território e História no Brasil (MORAES, 2008, p. 137) lembrando o governo Washington Luís (1926-1930), que introduziremos a discussão acerca dos projetos governamentais em Rondônia referentes ao PAC em sua primeira edição (2007-2010), e sua repercussão territorial sobre esse estado. A política do Governo Federal ainda continua sendo a da construção de infraestruturas pela “dominação” do território, tendo como mais atual exemplo o PAC. Assim, entendemos enquanto elementos materializados da política de dominação territorial do Governo, sobretudo para a reprodução do capital, considerando os novos agentes que se estabelecem no território, os novos objetos fixos e, ainda, as redes e os fluxos derivados desse processo. De acordo com Mello (2006, p. 311),

A análise do vetor infraestrutura e suas consequências têm como ponto de partida os itinerários traçados, as obras previstas, os tipos de transportes que foram projetados e suas áreas de influência. Os primeiros nexos se

⁵⁰ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 2.

sobressaem, em especial, entre os locais de agricultura moderna e instalações das grandes empresas de produção e/ou transformações desses produtos, e as grandes extensões plantadas.

Essas transformações se caracterizam na paisagem, após o entendimento da lógica de funcionamento da implantação de corporações voltadas à indústria do agronegócio, da mesma forma como grandes infraestruturas também são direcionadas a esse fim. Analisaremos esse assunto mais adiante.

O PAC-1, nome fictício dado pelo Governo a um conjunto de investimentos em projetos de infraestrutura, para sua apresentação popular, incorporou elementos de dentro do PPA 2008-2011 sendo seu principal eixo estruturante, e instituído dentro desse Plano sob a Lei Federal nº. 11.653 de 7 de Abril de 2008, tendo como premissa básica a “(...) superação dos desequilíbrios regionais” (BRASIL, 2008; 2007c). Para tanto, foram projetadas megaconstruções, ainda maiores e mais ousadas que as dos programas que o antecederam, implicando na construção de grandes hidrelétricas na Amazônia e a pavimentação das estradas abertas durante a colonização, no período militar, tais como partes da rodovia Transamazônica, BR-319 (Porto Velho-RO a Manaus-AM) e BR-163 (Cuiabá-MT a Santarém-PA).

De acordo com o Governo Federal, o PAC consiste num programa instituído para “(...) a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira” e suas medidas são destinadas a “(...) incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento”. Por essa razão, articula os Poderes Executivo e Legislativo, a massa de trabalhadores e também empresários (BRASIL, 2007a, p. 2).

Devido ao nosso recorte analítico se restringir à Infraestrutura (Logística e Energia) do PAC, centraremos a discussão neste item. Além desses citados, o PAC também abrange o eixo “Social e Urbana”, com projetos de saneamento básico, habitação energia elétrica residencial e distribuição de água. Estes não foram contemplados neste estudo.

Para o Governo Federal, os objetivos de aumento dos recursos para a infraestrutura são “(...) eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais” e, para tanto, o Governo previu o desembolso de R\$58,3 bilhões para Logística e R\$274,8 bilhões para Energia (figura 12) (BRASIL, 2007a, p. 7):

Figura 12: Ligações intermodais e previsão de investimento em transportes pelo PAC na região Norte.

Fonte: Brasil (2007b, p. 15-16).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Os investimentos em infraestrutura logística se referem às hidrovias⁵¹, ferrovias, rodovias⁵², aos portos e aeroportos, cujos fins são “(...) aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas; indução ao desenvolvimento em áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral; redução de desigualdades regionais em áreas deprimidas; e integração regional Sul-Americana” (BRASIL, 2007b, p. 14).

De modo geral, conforme consta no relatório do primeiro balanço quadrimestral do programa, os objetivos do PAC são: “a) Acelerar o ritmo do crescimento da economia; b) Aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais; c) Manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas)” (sic) (BRASIL, 2007d, p. 6).

Para a geração e transmissão de energia elétrica, o fim principal consiste em “(...) garantir a segurança do suprimento e a modicidade tarifária da energia elétrica” (BRASIL, 2007b, p. 40). Dentro de nosso recorte analítico destacamos a Energia com duas hidrelétricas no rio Madeira, uma pequena central hidrelétrica (PCH) no município de Pimenta Bueno-RO (Rondon II), e o gasoduto de Urucu⁵³, além das linhas de transmissão⁵⁴ e das respectivas subestações identificados nas figuras 13 e 14 a seguir, e também no documento 4 do ANEXO B – Documentos do PAC.

Figura 13: Geração e transmissão de energia elétrica pelo PAC na região Norte. Fonte: Brasil (2010a, p. 7).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

⁵¹ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 2.

⁵² Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 1.

⁵³ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 3.

⁵⁴ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 13.

Figura 14: Obras das linhas de transmissão Madeira-RO-Araraquara-SP em Rondônia. Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

No caso da hidrelétrica de Rondon II, esta já estava com sua construção em andamento quando o PAC teve início. Assim, com a inserção de projetos locais no programa, essa obra foi incluída dentro dos investimentos, pois estaria interligada ao sistema de transmissão de energia elétrica. Quanto aos critérios de inclusão de projetos dentro do programa, são “(...) projetos com forte potencial para gerar retorno econômico e social; sinergia entre os projetos; recuperação de infra-estrutura existente; e conclusão de projetos em andamento”. Isso corrobora com que dentro do PAC não haja apenas projetos nacionais, relacionados diretamente aos Ministérios e às fontes multinacionais de financiamento, mas projetos locais também incorporados, que também atendam a interesses corporativos privados e agentes específicos (BRASIL, 2007b, p. 5).

As linhas de transmissão, já em fase de conclusão em 2011 de boa parte de seu trecho que abrange Rondônia, pertencerão ao “Sistema Interligado Nacional (Porto Velho-RO a Jauru-MT)” e à “Conexão das Usinas do Madeira – Porto Velho-RO a Araraquara-SP”⁵⁵,

⁵⁵ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 4 e 5.

conforme se pode observar na figura 13 (BRASIL, s/d, p. 29). As mesmas serão em corrente contínua, onde não se permite o aproveitamento energético durante todo o seu trecho, a não ser nas subestações (falaremos mais disso no quarto capítulo). A utilização de toda a energia gerada por tamanho potencial hidrelétrico será restrita e limitada para Rondônia. A hidrelétrica de Santo Antônio, antes mesmo de estar concluída, já possui pelo menos 3 de suas 44 turbinas funcionando de modo comercial.

Quadro 8: Geração de energia pelos projetos de hidrelétricas em Rondônia

Hidrelétrica	Potência (MW)
UHE Rondon II (Rio Comemoração – Pimenta Bueno)	73,5
UHE Santo Antônio (Rio Madeira – Porto Velho)	3.150
UHE Jirau (Rio Madeira – Porto Velho)	3.300

Fonte: Brasil (s/d, p. 28).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Conforme o 7º balanço do Governo (BRASIL, 2009b, p. 10), “(...) o PAC é o primeiro programa de crescimento adotado no Brasil desde os anos 70”, podendo ser comparado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1975). Da mesma forma, coloca que em meio à última crise econômica mundial, desde 2008, o programa funcionou como um sustento para a economia brasileira. Há um destaque no balanço de 4 anos do PAC (BRASIL, 2010b, p. 8-9) sobre os ganhos do país com a execução desse programa, uma vez que a crise econômica assolou e desestruturou alguns países da Europa e os Estados Unidos, principais alicerces da economia mundial, mas o mesmo não ocorreu no Brasil. Em tempos de crise, o Governo Brasileiro investiu na premissa do crescimento acelerado, diminuindo os impostos sobre produtos e transações financeiras, aumentando o crédito a pessoas físicas e jurídicas, controlando a inflação, aumentando os postos de emprego, além de abrir amplamente o Estado para grandiosas parcerias com grandes corporações privadas nacionais e estrangeiras e financiar massivamente enormes obras de infraestrutura. Conforme Pereira (2006, p. 67), “Daí o esforço sem fim das políticas de ‘desenvolvimento territorial’⁵⁶ para, de uma forma também

⁵⁶ Nesse ponto, Pereira (2006) nos traz uma concepção ainda mais economicista do desenvolvimento, ampliando o termo desenvolvimento econômico para desenvolvimento territorial sendo a materialização com fins majoritariamente econômicos do Estado para se ampliar territorialmente cada vez mais aliado às grandes corporações capitalistas. Esse conceito – desenvolvimento territorial – tem sido utilizado recentemente no âmbito das Ciências Humanas. O empregamos aqui – dentro da citação referida – de modo diferenciado do que viemos utilizando – enquanto termo, não enquanto conceito – durante nosso texto. Diferentemente, Deyon (2001) possui uma visão mais otimista do desenvolvimento territorial, observando pela perspectiva do

competitiva, dotar o território com as infraestruturas diversas e as normas territoriais (ex. isenção de impostos), tornando o território viável à ação dos agentes hegemônicos”.

Nesse contexto, institui-se um desenvolvimento atrelado amplamente ao econômico, uma vez que o território se faz enquanto campo de ação do capital e se transforma, por sua vez, em seu produto. Essa relação dialética entre desenvolvimento, capital e território está na característica de execução do poder pelo Estado. E mais ainda, todo esse contexto inclui a ação também do capital privado, por grandes bancos e grandes corporações empresariais e industriais. Nisso está o desenvolvimento visado por esse Estado ao estabelecer suas políticas públicas, nesse caso em específico as políticas territoriais.

Pierre Deyon (2001) traz a contribuição, embora de um contexto francês, de que

Existe uma política de organização e desenvolvimento territorial quando o Estado trata de repartir geograficamente a população e as atividades econômicas, seja para homogeneizar o território, seja para acelerar ou regular o desenvolvimento, seja ainda para melhorar a posição do país no jogo da competição internacional. Não se trata portanto de uma “exceção francesa”, tendo muitos Estados deixado claras suas intenções e concretizando programas específicos neste terreno. O simples traçado das vias de comunicação e todas as grandes obras públicas, com efeito, têm consequências na estruturação da vida econômica.

desenvolvimento na França. Ao contextualizar o emprego do termo, ele explica que os programas governamentais, tendo como exemplo países da Europa e os Estados Unidos, foram criados em contextos de crise. O autor explica que “(...) embora a organização territorial não seja nem uma invenção nem uma exceção francesa, não é menos verdade que entre os países ocidentais de economia liberal ou mista nenhum outro (sic) empenhou tanto quanto a França a autoridade do Estado numa política de organização do território (...)”. Em um ambiente de barganha política, o Estado, no período militar, se alia às grandes empresas, e posteriormente a grandes bancos (tal como a Caixa de Depósitos e Consignações), na missão de organizar o território e equilibrar as regiões, tendo início essa nova concepção a partir dos anos 1950. Sobretudo no período do “pós-guerra”, foram criados departamentos governamentais de gestão e organização do território, e empreendidas ações para o saneamento, o turismo e construção de novas cidades. Outra crise, a do petróleo, se revela nos anos 1970 criando uma série de desestruturas sociais e econômicas, tais como desempregos e no setor da indústria, e desequilíbrios populacionais regionais. Assim, há a alternância política, que descentraliza o poder do Estado, dando autonomia às regiões, ou “coletividades territoriais descentralizadas”. Assim, já na década de 1990, o Governo passou a investir no fortalecimento dos territórios rurais, mais influência das maiores aglomerações metropolitanas, organização em rede de cidades médias, além da pesquisa e do ensino superior. Numa outra leitura, Bernardo Mançano Fernandes (2008) afirma que “A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial (...) tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e ideologias que visam o controle territorial”. O autor refere-se especificamente ao desenvolvimento territorial rural, explicando, porém, questões contraditórias do emprego desse conceito em cunho governamental. A saber, para o autor, “Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões do porquê isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito”.

Por uma via, de fato, são investimentos que viabilizam a manutenção do país em uma condição ascendente em termos econômicos e políticos, sobretudo devido às obras de energia e circulação, as quais poderão beneficiar os setores da indústria e da agropecuária, com fins de exportação, majoritariamente. Isso tenderá a assegurar os índices de crescimento econômico brasileiro pelos períodos posteriores. Por outra via, dadas as condições da execução reais e locais de cada projeto em específico – de cada obra –, o ritmo acelerado do crescimento econômico, a liberação de licenças, a modificação das legislações acerca, principalmente, das concessões ambientais, etc., nos fazemos o seguinte questionamento: para além de tantos números, de tantas taxas, de um cenário de crescimento acelerado, qual a qualidade e a real situação local, populacional, urbana, rural e ambiental da execução de todos esses projetos?

Para Pereira (2006, p. 64)

A lógica atual de (re)valorização e (re) desenvolvimento territorial leva em conta a idéia de recursos e de projetos. Assim, as políticas de desenvolvimento territorial se atrelam, na maioria das vezes de forma interesseira, ao uso de recursos locais e à ação de projetos específicos de determinados agentes socioterritoriais que renovam objetos e ações para um novo uso produtivo dos lugares. A idéia de projeto envolve, diretamente, as noções de plano e intenção. O plano, como delineamento de objetivos, interage com a intenção, que é um propósito, uma vontade determinada. Assim, nos dias atuais, o desenvolvimento e modernização territoriais estão, em grande parte, atrelados a uma ligação dos lugares aos projetos das grandes empresas. Estas, por sua vez, se encontram no mais das vezes coadunadas pelo poder público em suas diferentes escalas de ação, quando não de forma ilícita já tornada prática comum entre empresas e governantes em distintos países. A intenção das grandes empresas em investir é seletiva, e ela acaba por eleger os lugares que se mostram mais favoráveis, ou seja, aqueles que apresentam as condições ideais e reais (ou em via de realização), e que desta forma satisfaçam as suas necessidades. Podemos, de forma dialética, compreender os interesses das empresas e também os interesses que os lugares possuem em atraí-las.

Concordando com o autor e, focando a realidade rondoniense, entendemos que a via de mão dupla surge na intenção do Governo, quando este cria um programa cuja abertura se dá à inserção de projetos governamentais somados a projetos regionais que são amplamente incorporados. Assim, são valorizados os atrativos regionais pelos agentes políticos e econômicos, figurados enquanto capitais privados. O que há em Rondônia de mais atrativo, desde o momento da aliança entre esses agentes e o Governo até a execução dos projetos, consiste na forte agroindústria em ascensão que reúne os setores da economia (agropecuária, indústria e comércio). Ao se verificar o potencial econômico desse estado, as intenções de sua

incorporação ao sistema produtivo do país se tornam claras e executáveis no mais curto prazo. Pereira (2006, p. 65) segue com seu raciocínio, dizendo que

Na ânsia por um “desenvolvimento territorial fácil”, os lugares acabam por entregar todos os seus recursos territoriais, e nesta ocasião, acabam por tornar-se “presa fácil” das grandes empresas que só aspiram, e o fazem da forma mais pragmática, o alcance dos seus objetivos de mercado. A atual lógica de uso do território pelas grandes empresas, em se tratando do caso brasileiro, acaba praticamente por negar toda e qualquer idéia de um projeto autônomo de desenvolvimento, ou seja, de um desenvolvimento verdadeiramente a partir do lugar e para os anseios do lugar. O projeto vencedor é assim, no mais das vezes, aquele que favorece a acumulação de alguns poucos agentes; e os projetos dos lugares, que por vezes até se acreditam bem orientados, revelam-se, na verdade, uma promessa negada.

3.3. O MEU LUGAR VIROU OBRA...⁵⁷

Partimos do pressuposto de que a concretização do desenvolvimento econômico nacional a partir de políticas territoriais ocorre em detrimento dos benefícios da população residente no local das obras e dos projetos. Os números, taxas e gráficos informados pelo Governo, refletem um todo que, se recortado, não condiz com a realidade de cada lugar. Tais expressões numéricas que possivelmente refletem o desenvolvimento econômico nacional (cf. BRASIL, 2010b) também explicitam informações acerca de cada projeto em específico, ainda mais estando a obra concluída. A título de simples exemplo, os projetos Minha Casa Minha Vida, Luz Para Todos, de saneamento e distribuição de água, embora sejam projetos sociais referentes ao eixo Infraestrutura Social e Urbana do PAC-1, mostram resultados que sugerem, a partir da visão governamental, um grandioso benefício às populações locais, urbanas e rurais, tendo acesso a alguns milhões de novas residências, entre outros.

Porém, em se tratando das localidades que recebem obras do eixo Infraestrutura Logística e Energética, como é o caso de Porto Velho-RO, Jacy-Paraná-RO e Altamira-PA (onde está sendo construída a usina de Belo Monte), o aclamado desenvolvimento inserido no discurso oficial do Governo não condiz com a real situação. Logo, se o desenvolvimento econômico nacional pressupõe uma melhoria das condições de vida do local de suas obras, a realidade nos mostra que isso não ocorre.

Uma vez que se estabelece um programa composto de projetos que são executados por agentes nacionais, cujos objetivos são em macroescala, ou seja, fazer no local para atender ao

⁵⁷ Parafraseamos o título da obra de Diegues e Nogara (1994): “O nosso lugar virou parque”.

nacional, surgem determinados benefícios. Porém surgem os efeitos majoritariamente negativos também. Podemos verificar isso em outros exemplos, como a cidade de Barcarena-PA criada para atender ao complexo hidrelétrico de Tucuruí, esta, por sua vez, construída para atender ao complexo minerador da Alumínio Brasileiro SA (Albras) e Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), sendo, estes últimos, os maiores consumidores individuais de energia do Brasil, e a usina hidrelétrica supracitada a maior nacional, perdendo apenas para Itaipu (no Paraná) que é binacional (NAHUM, 2006).

Temos também a cidade de Altamira-PA, local onde se constroi a hidrelétrica de Belo Monte, a qual está sob conflitos tão evidentes quanto ocorre em Jacy-Paraná-RO⁵⁸. O que as três localidades têm em comum está exatamente na semelhança dos efeitos sobre elas a partir de megaempreendimentos, e que, ao verificarmos, não nos remetem a um desenvolvimento social local efetivo. Contrariamente, há populações que não desfrutam do ganho nacional de tais empreendimentos.

As premissas do PAC, por si só, já justificam as medidas para a instalação e execução de suas obras em Rondônia da forma como foram iniciadas, ou “a qualquer custo”. Não houve um planejamento urbano que atendesse às necessidades básicas de condições de recebimento de migrantes, novas empresas, novos automóveis, novos micro e médios empreendimentos. E mesmo que houvesse, a característica do modelo desenvolvimentista continuaria atendendo às classes dominantes.

Isso explica o aumento da violência urbana, dos conflitos e congestionamentos no trânsito dentro das cidades, o aumento do preço dos imóveis e de outras mercadorias, a falta de atenção àqueles atingidos diretamente por essas obras. A denominada Travessia de Porto Velho, traduzida por viadutos que poderiam caracterizar uma modernização e uma melhora na qualidade do trânsito local, esteve com suas obras paralisadas até o ano de 2012, sendo um dos projetos do PAC desde 2009, caracterizando um verdadeiro transtorno à população local.

Segundo Ari Ott, sobre os viadutos ainda em construção, estes que foram “(...) projetados para organizar o trânsito estão com as obras paradas há anos. São esqueletos de concreto testemunhando a incúria”, além da não execução das obras urbanas de saneamento e esgotamento, também previstas pelo PAC, ainda paralisadas sem previsão de conclusão.

⁵⁸ Para essa informação, cf. Ravena e Teixeira (2010); <http://www.ecodebate.com.br/2011/06/27/altamira-pa-belo-monte-e-os-conflitos-anunciados/>; <http://www.xinguvivo.org.br/2011/05/10/conflitos-e-tensoes-em-altamira-primeiros-efeitos-do-licenciamento-%E2%80%9Cparcial%E2%80%9D-de-belo-monte/>; <http://oglobo.globo.com/economia/belo-monte-aumenta-violencia-na-regiao-de-altamira-no-para-4339341>; <http://belomontedeviolencias.blogspot.com.br/2011/04/historico-judicial-do-caso-organizada.html>; <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em 14 de julho de 2012.

“Em Porto Velho apenas 3% da população conta com esgoto e cerca de 30% com água tratada, mesmo morando às margens do maior afluente da margem direita do rio Amazonas”. Com todo esse contexto problemático, não existem políticas públicas definidas pela administração local para incorporar trabalhadores, nem campo de atuação para a região continuar se dinamizando após a conclusão das obras⁵⁹.

Pereira (2006, p. 65) afirma serem

(...) os lugares (...) eleitos como verdadeiros recursos pelas grandes empresas, porque eles contêm os *meios* para auxiliar e mesmo efetivar as suas ações, os seus interesses. Assim, as grandes empresas, antes de instalarem-se, acirram diferentes localidades e empreendem esforços para que, aquele lugar que fora finalmente eleito para a instalação, lhe conceda uma série de incentivos que nada mais são do que recursos disponíveis no território. No Brasil atual, estes recursos territoriais entregues às grandes empresas se apresentam na forma de isenção total ou parcial de impostos, doação de terrenos e demais infraestruturas territoriais (facilidades de acesso e de distribuição do que é produzido, informação, etc.), sem contar as condições de mão-de-obra barata encontradas praticamente em todo o território nacional (grifo do autor).

Isso corrobora com a ideia de que o PAC prioriza as instituições privadas na agenda governamental e emprega milhares de operários em condições de trabalho voltadas para a conclusão mais acelerada possível das obras, subvertendo amplamente o que deveria ser o motor da real diminuição dos desequilíbrios regionais. O PAC não exerce essa função.

Dando um enfoque maior para nosso objeto de estudo, centralizaremos na análise das obras específicas para Rondônia bem como em suas características. O estado se enquadra no conjunto de obras exclusivas do programa, além de obras regionais englobadas nos investimentos dentro da parceria público-privada. O montante investido até 2010 foi em torno de R\$ 17,3 bilhões, e, somando todo o valor, constitui aproximadamente R\$ 33,5 bilhões⁶⁰ (BRASIL, 2009, p. 3), conforme pode ser observado no quadro 9:

⁵⁹ Trecho da entrevista realizada com o Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott, professor da Universidade Federal de Rondônia, pelo Instituto Humanitas Unisinos concedida por email, publicada em 21 de março de 2012 com o título **“Complexo hidrelétrico do rio Madeira: A energia gerada pelas usinas não se destina à região”**, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott/507555-complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott>. Acesso em 28 de abril de 2012.

⁶⁰ Esse valor é estimado devido aos reajustes tanto para mais quanto para menos realizados durante o período de vigência do PAC-1. O mesmo valor inclui não somente os eixos Logística e a Energética, mas também os investimentos para Social e Urbana.

Quadro 9: Investimentos do PAC para Rondônia no período de 2007-2010

Eixo	2007-2010*	
	Empreendimentos exclusivos (em milhões)	Empreendimentos de caráter regional (em milhões)
Logística⁶¹	579,3	179,9
Energética⁶²	11.831,5	512,9
Social e Urbana**	1.727,3	-
Total	14.677,1	710,8

* O quadro do documento original possui também a previsão para o pós-2010. Nesse caso, recortamos apenas para 2007-2010 devido ser esse período pertencente ao nosso recorte temporal de pesquisa.

** Incluímos apenas neste item os recursos destinados ao eixo Infraestrutura Social e Urbana, pois o número total no documento original engloba seu valor referente.

Fonte: Brasil (2010, p. 3).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Considerando o valor investido estimado após o ano de 2010, fica em torno do seguinte:

- a) logística: R\$ 24 milhões para empreendimentos exclusivos e R\$ 225,7 milhões para empreendimentos regionais.
- b) energética: R\$ 12,9 bilhões para os empreendimentos exclusivos e R\$ 6,9 bilhões para empreendimentos regionais.

Somando todos os valores, teremos algo em torno de R\$ 1,02 bilhão para Logística e R\$ 32,2 bilhões para Energética (BRASIL, 2010, p. 3).

As estratégias dos investimentos específicos para Rondônia são: “a) Ampliar a infraestrutura logística existente (...); b) Expandir o acesso fluvial beneficiando o transporte de passageiros e de cargas, ao longo de todo o ano, com maior segurança e eficiência: Terminal hidroviário”, sendo que para a primeira, o intuito é o de “i) Melhorar as condições de interligação de Rondônia com os demais estados do Norte do país, reduzindo os custos de transporte de cargas: ponte sobre o Rio Madeira, BR-364, BR-429, BR-319; ii) Apoiar a mobilidade urbana e redução do trânsito em cidades: BR-364” (sic) (BRASIL, 2009, p. 4).

⁶¹ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documentos 5 e 6.

⁶² Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documentos 7, 8 e 9.

Figura 15: Conjunto de obras do PAC em Rondônia.

Fonte: Retirado de Brasil (2010, p. 4).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Faremos adiante alguns detalhamentos das principais obras em Rondônia, conforme quadro 6, apresentado no segundo capítulo deste estudo, considerando seu nível de impacto territorial. Empenhamos-nos em focar as usinas do Madeira, que são as de maior porte, mas procuramos também descrever algumas das demais obras do PAC citadas em nosso estudo.

Conforme já mencionamos anteriormente, Santo Antônio e Jirau pertencem a um conjunto de várias obras. E poderemos observar através de imagens e figuras que Rondônia tem se transformado amplamente, a partir de projetos que reconfiguram, destroem e reconstroem o território.

3.3.1. ALGUMAS OBRAS E SEUS EFEITOS NO TERRITÓRIO

Em Rondônia, as rodovias são a principal via de transporte e escoamento de produtos, tanto locais quanto de exportação de outros estados, como pudemos verificar anteriormente. No atual contexto, existem rodovias em construção, pavimentação, recuperação ou duplicação. São projetos nas três esferas administrativas, sendo as federais e estaduais as de maior relevância em termos de comunicação entre os municípios. Na figura 16 a seguir, podemos observar as principais rodovias existentes ou em construção hoje no estado, sendo essas pertencentes ao PAC, em sua primeira e segunda edição:

Figura 16: Distribuição dos projetos do PAC-1 e 2 para transportes em Rondônia.

Fonte: Ministério dos Transportes. Disponível em <http://www2.transportes.gov.br/>. Acesso em 17 de maio de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

A rodovia BR-429⁶³ consiste num eixo interligado à BR-364, até a região de Costa Marques-RO, próximo ao Vale do Guaporé e também fronteira com a Bolívia, totalizando 385,9km de extensão. Trata-se de uma rodovia inicialmente aberta para o escoamento da produção dos pequenos e grandes proprietários existentes na região, mas também constitui uma área de inúmeros conflitos territoriais de propriedades rurais, terra indígena ou de áreas protegidas⁶⁴.

Suas componentes relacionadas ao PAC são os trechos entre os municípios de Alvorada D'Oeste-RO e São Miguel do Guaporé-RO, com a pavimentação e também construção de pontes. Além de passar próxima a unidades de conservação, também passa por terras indígenas, como a dos Puruborá, que ainda não possui demarcação⁶⁵. É também uma

⁶³ Cf. APÊNDICE A.

⁶⁴ Cf. APÊNDICES B e C.

⁶⁵ Sobre esse assunto, cf. <http://cptronondonia.blogspot.com.br/2011/07/asfaltamento-da-br-429-nao-esta.html>. Acesso em 25 de maio de 2012.

região de corredores ecológicos, conforme a legislação ambiental e o Zoneamento de Rondônia. Os maiores conflitos são com madeireiros e pecuaristas ao Norte e sojeiros ao Sul, embora essas atividades sejam realizadas em várias partes do território rondoniense.

As áreas indígenas afetadas pela estrada são: Tupari, Aruá, Macurap, Jabuti, Canoé, Skirabiá, Aricapu, Migueleno, Puruborá, Jurueí, Rio Branco, Uru-Eu-Wau-Wau e Uruparaquara. Entre esses, alguns são isolados e outros ainda não foram reconhecidos. As unidades de conservação atingidas são principalmente o Parque Nacional de Pacaás Novos e a Reserva Biológica do Guaporé. Além disso, há sítios arqueológicos, nascentes e afluentes de rios importantes da bacia amazônica, além de áreas de proteção permanente (tais como as matas ciliares), riscos de erosões e assoreamentos⁶⁶. Também possuem inúmeras pequenas centrais hidrelétricas particulares, muitas do grupo Cassol⁶⁷.

A BR-364, conforme já mencionado anteriormente, faz parte do conjunto de projetos abarcados pelo PAC, com apenas algumas de suas obras. Há a recuperação ou ampliação diversos trechos entre sua extensão de aproximadamente 1.090km⁶⁸ que abrange o estado de Rondônia (entre os estados do Acre e Mato Grosso), onde alguns também pertencem ao Governo estadual. Algumas delas estão demonstradas na figura 17 a seguir, ambas as fotografias capturadas no trecho que segue para o Acre, bem próximo à região das duas usinas hidrelétricas⁶⁹.

Alguns trechos compreendem áreas próximas às usinas do Madeira, mas conforme visto na figura 16 anteriormente há também projetos de travessias, viadutos, pontes e conexões hidroviárias em áreas que correspondem à grande produção agropecuária, onde temos os municípios de Ji-Paraná, por exemplo, com a exportação de leite bovino, ou de Vilhena, que produz soja. Já em Abunã, há a extensão da Interoceânica, rodovia que liga o Brasil ao oceano Pacífico. No caso das rodovias vicinais, como as BRs 429, 421 e 425, essas possuem bastante importância não somente para os grandes produtores, mas para os pequenos também. No entanto, cruzam áreas protegidas, territórios indígenas e quilombolas gerando diversos conflitos.

⁶⁶ Sobre esse assunto cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=72651>. Acesso em 25 de maio de 2012.

⁶⁷ Cf. <http://www.grupocassolenergia.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2012.

⁶⁸ Fonte: Malha viária executada entre o Centro Técnico e Operacional de Porto Velho (unidade do Sipam), Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (UE/IBGE/RO), Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/RO), Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER) e Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) de Rondônia.

⁶⁹ Elevação do nível da BR-364, em área próxima ao lago da usina de Jirau. Cf. figuras 17 e 27.

Figura 17: Placas do Governo das obras na BR-364 em Rondônia.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Dentro dos projetos do PAC, temos também a ponte que dá continuidade à BR-364 na cidade de Candeias do Jamari, vizinha a Porto Velho, sentido Cuiabá-MT. Concluída recentemente, possui importância regional, uma vez que o fluxo de automóveis e caminhões no trecho é intenso, principalmente pela demanda das exportações. Elevada sobre o rio de mesmo nome da cidade que a abrange, a ponte possui 211m de extensão, teve seu trânsito liberado em 2009 e foi inaugurada oficialmente em 2010⁷⁰.

Figura 18: Ponte sobre o rio Candeias em Rondônia.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

⁷⁰ Cf. http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5124:ministro-dos-transportes-paulo-sergio-inaugura-ponte-do-rio-candeias-&catid=35:notas&Itemid=178. Acesso em 12 de julho de 2012.

Os viadutos de Porto Velho, inclusos no projeto da travessia da BR-364 (ao total serão seis) nas duas principais saídas/entradas da cidade (sentido Acre e sentido Mato Grosso) tiveram início em 2009 e permaneceram paralisadas por cerca de três anos⁷¹. No seu entorno, o trânsito foi completamente modificado, transtornando os condutores, criando intensos congestionamentos e causando grandes prejuízos à população.

Figura 19: Construção de viadutos em Porto Velho-RO.

Descrição: Acima está a construção da travessia e do viaduto na saída de Porto Velho-RO pela BR-364 sentido Rio Branco-AC. Abaixo, ambas as fotografias mostram os viadutos em construção e a travessia da BR-364 na saída de Porto Velho sentido Cuiabá-MT.

⁷¹ Cf. <http://www.rondoniaoativo.com/noticias/elefantes-brancos-conheca-a-verdade-no-caso-dos-viadutos-de-porto-velho-uma-trama-milionaria/79155> e <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/06/obras-de-viadutos-com-verba-do-pac-estao-atrasadas-em-porto-velho.html>. Acesso em 23 de junho de 2012.

Além de existirem questões técnicas e políticas que envolvem a construção desses empreendimentos, verificamos o surgimento de uma demanda que interfere, por exemplo, no fluxo de automóveis, sobretudo de caminhões e o transporte de grãos, sendo Porto Velho o ponto de chegada e também o ponto de partida para os grandes importadores desses produtos.

Assim, a lógica complexa estabelecida no território é refletida nos fenômenos que observamos com o surgimento imediato de tantas obras, das problemáticas de sua não conclusão (devido aos interesses dos agentes políticos – e econômicos – envolvidos no processo), bem como dos sujeitos sobre os quais os efeitos geram a influência direta.

Podemos verificar na figura 20 a seguir, através das composições das imagens de satélite, uma intensa dinamização urbana com expansão para as zonas sul e leste da capital. Reforçamos aqui o argumento de que há a intensa atração populacional para essas áreas em processo de reconfiguração territorial, interesses por parte do Estado quando da implantação de novos loteamentos populares em zonas distantes do centro (região que é próxima ao polo industrial que está sendo construído e também aos viadutos), expansão urbana e aumento do fluxo de automóveis, pessoas, mercadorias, etc.

Figura 20: Transformações espaço-temporais no entorno da BR-364 e da Usina de Santo Antônio.
Elaborado e organizado por Michel Watanabe.

Conforme verificamos nas imagens, estão abrangidas as cidades de Porto Velho, Candeias do Jamari, um importante trecho da BR-364 e a área de entorno da usina de Santo Antônio. É possível verificar que há, no eixo da BR próximo ao local onde se constroi a hidrelétrica que de 1990 a 2000 se intensificam as conversões de floresta em vias e propriedades, e entre 2000 e 2010 há uma “explosão” de novas áreas convertidas.

Podemos observar também que na margem esquerda do rio Madeira há uma dinâmica humana em uma área, inclusive, de proteção ambiental.

As localidades no entorno das duas cidades têm tido um aumento populacional e uma expansão urbana nos últimos dez anos hipoteticamente relacionada à grande atração ocasionada pelos novos projetos e pela indústria da construção civil. Está sendo construído um polo industrial entre Porto Velho e Candeias do Jamari em função das usinas do Madeira, onde a usina de Santo Antônio aparece bastante próxima dessa área.

Outra dinâmica intensa tem sido gerada a partir da construção da ponte sobre o rio Madeira (figura 21) no eixo da BR-319⁷² (cuja demanda existe em função da exportação de grãos), e na pavimentação dessa rodovia que viabilizará a ligação por via terrestre entre Rondônia e Amazonas.

Figura 21: Construção da ponte sobre o rio Madeira.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

⁷² Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 10.

A partir da figura 22 a seguir, também podemos verificar que na temporalidade entre 1990 e 2010 há uma sensível modificação na paisagem, com o incremento na expansão urbana para a margem esquerda do rio Madeira, em direção aos limites com o estado do Amazonas.

Observamos também uma maior dinâmica no entorno da hidrelétrica de Santo Antônio, uma vez que, ao se verificar numa escala mais detalhada, o consórcio construtor se apropriou de todo o eixo da margem esquerda desde a BR-319 à área de entorno da vila de Santo Antônio, num raio de aproximadamente 15km (sentido leste-oeste).

Assim, verificamos ao redor da construção de Santo Antônio uma intensa modificação da paisagem, com uma grande conversão da floresta em seu entorno, e o mesmo é observado na área da BR-319, sobretudo ao norte de Porto Velho com avanços para a margem esquerda do rio Madeira. Essa última ainda não tinha uma ocupação humana significativa, a não ser por camponeses e comunidades ribeirinhas. Com a abertura das vias de circulação, a utilização dessa área se torna facilitada de modo a possibilitar uma ocupação desordenada e instalação de agentes econômicos na região (que possui muitas áreas protegidas também).

Figura 22: Transformações espaço-temporais no entorno da BR-319, da cidade de Porto Velho-RO e da Usina de Santo Antônio. Elaborado e organizado por Michel Watanabe.

Em se tratando das hidrelétricas, o “Complexo do Madeira” se constitui no conjunto de obras de duas grandes hidrelétricas no rio Madeira, na região que abrange parte do município de Porto Velho. É composto por duas usinas, a de Santo Antônio e a de Jirau, sendo cada uma sob responsabilidade dos consórcios Santo Antônio Energia SA e Energia Sustentável do Brasil SA, individualmente e respectivamente. São duas das maiores construções do PAC em andamento, e do Brasil nas últimas décadas, sobretudo na Amazônia. Além das mencionadas, há também a hidrelétrica de médio porte Rondon II.

Localizada no rio Comemoração (ou Apertado) confluyente com o rio Pimenta Bueno, no município com o mesmo nome que este último, a hidrelétrica de Rondon II já está em operação comercial, e é a PCH de mais importância regional entre as demais devido à sua localização, seu porte e os agentes envolvidos em sua construção.

Quadro 10: Características técnicas da usina de Rondon II-RO

Dados hidrológicos	
Área de drenagem	3.182km ²
Vazão média de longo termo	86,2m ³ /s
Reservatório	
Área inundada	83,83km ²
Volume total	478,29 x 106m ³
Volume útil	286,12 x 106m ³
Barragem	
Tipo	Solo e solo/enrocamento
Comprimento	1.108,0m
Altura máxima	18,50m
Vertedouro	
Tipo	Soleira livre
Vazão de projeto	1.270m ³ /s
Comprimento	351m
Sistema de Adução	
Canal adutor-comprimento	3.699m
Tipo de tomada d'água	Gravidade
Número de vãos	1
Dimensões do vão	4,80m x 7,00m
Diâmetro do conduto forçado	6,20m
Comprimento do conduto	280,0m
Casa de Força	
Comprimento total	67,50m
Potência instalada	67,50MW
Turbinas	Francis, 3 un., 23,40MW cada
Geradores	3 um., 25MVA cada

Principais Quantidades	
Escavação	- Comum: 2.098.500m ³ - Rocha: 243.700m ³
Aterro	853.000m ³
Concreto	176.600m

Fonte: Compilado de THEMAG Engenharia – Usinas Hidroelétricas. Disponível em <http://www.thema-g.com.br/pdf/usina.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Já a hidrelétrica de Santo Antônio⁷³ foi projetada para ser instalada na vila de mesmo nome, onde havia corredeiras anteriormente à sua construção, local denominado de Cachoeira de Santo Antônio. O lugar se transformou em ponto turístico frequentado por moradores de Porto Velho de localidades próximas e turistas, principalmente por possuir uma relação direta com o início da cidade de Porto Velho, quando da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Está a aproximadamente 7km do centro de Porto Velho⁷⁴.

Figura 23: Vila de Santo Antônio, Porto Velho-RO.

Descrição: Em sentido horário, a primeira imagem se refere ao cemitério de Santo Antônio, a segunda se trata da placa do consórcio Santo Antônio Energia SA em uma residência demolida da vila, e, por último, a Igreja de Santo Antônio, antiga subestação da EFMM, patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, diretamente atingida pela hidrelétrica.

Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

⁷³ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 11.

⁷⁴ As informações foram retiradas da página oficial do consórcio Santo Antônio Energia SA: <http://www.santoantonioenergia.com.br>. Acesso em 23 de maio de 2012.

A usina possui um investimento de aproximadamente R\$15 bilhões, com recursos federais, empresariais e de bancos públicos e privados. Podemos estimar que serão produzidos 3.150,4 MW de energia que será transportada para o Centro-Sul do país para atender à demanda de consumo nessa região. Sua construção teve início no ano de 2008, e quando estiver concluída terá uma área aproximada de 350km² inundando aproximadamente 217km². Será constituída de 44 turbinas do tipo bulbo, que funciona com a água corrente. No entanto, devido à sua densidade por ser construída com ferro e concreto, o rio Madeira alagará o entorno da obra e das localidades vizinhas, como a vila de Santo Antônio, a cidade de Porto Velho e as comunidades ribeirinhas ao redor. No quadro 11 temos algumas informações técnicas a respeito da obra:

Quadro 11: Informações técnicas da usina de Santo Antônio

Localização	Rio Madeira, a 7km de Porto Velho (RO)
Coordenadas geográficas	08 48'04,0" S e 63 56'59,8" W
Distância da foz	1.063km
Área de drenagem	988.873km ²
Queda d'água	13,9m
Nível de montante	70m
Nível de jusante	52,73m
Potência	3.150MW
Energia firme	2.218MW médios
Número de turbinas	44
Tipo de turbina	Bulbo
Reservatório	350km ²
Interligação à Rede Básica (SIN)	500kV, 5km, circuito duplo
Sistemas de transmissão	Corrente contínua e alternada

Fonte: http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal_mesa/pt/usina_santo_antonio/usina_santo_antonio.aspx?utm_source=home_portal_SA_PT&utm_medium=Menu&utm_content=Link&utm_campaign=Usina. Acesso em 23 de maio de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Figura 24: Obras da usina hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira-RO.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Suas duas primeiras turbinas já entraram em funcionamento comercial no dia 30 de março de 2012⁷⁵, cada uma com capacidade de 71,6 MW de potência. Fazem parte do consórcio as seguintes corporações: I) Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA; II) Consórcio Santo Antônio Civil - CSAC (Construtora Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez); III) Odebrecht Montagem; IV) Grupo Industrial do Complexo Rio Madeira (Gicom – Alstom, Andritz, Bardella, Siemens e Voith). Além dessas, também estão envolvidas no consórcio as seguintes empresas: I) Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP); II) Banco Santander, BANIF e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS); III) CEMIG; IV) Eletrobras-FURNAS; V) BNDS; VI) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

As linhas de transmissão terão 2.375km de extensão, com corrente contínua de aproximadamente 600kV, da subestação coletora de Porto Velho, até a subestação em

⁷⁵ Cf. <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/hidreletrica-santo-antonio-entra-em-operacao-e-vai-fornecer-energia-a-350-mil-residencias>. Acesso em 23 de maio de 2012.

Araraquara, onde será conectada a todo o restante de malha energética do país, e que, segundo os concessionários, “serão as maiores do mundo em operação”.

Com a premissa de que “essa energia é fundamental para sustentar o desenvolvimento econômico do Brasil no futuro”⁷⁶, esses grupos se instalaram rapidamente em Rondônia, concentrados em Porto Velho, e, mediados pelas aprovações governamentais, muito rapidamente, num intervalo de menos de três anos, realizaram uma transformação amplamente brusca do território local, modificando por completo a dinâmica urbana e social.

Conforme exemplo já mencionado anteriormente em nosso texto, alguns efeitos negativos sobre a população e o ambiente já podem ser vistos a partir dessa obra. Embora o local que abrange a praça e antiga estação da estrada de Ferro Madeira-Mamoré tenha sido reformado e sirva como ponto turístico da cidade, inclusive entre os projetos de compensação social do consórcio que constroi a usina de Santo Antônio⁷⁷, a mesma, embora ainda esteja passando por reformas, encontra-se sucateada, com antigos vagões e locomotivas e mesmo seu museu em estado de deterioração⁷⁸.

Figura 25: Complexo da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no centro da cidade de Porto Velho-RO.

Descrição: A primeira fotografia contém a placa com detalhes da obra de restauração da EFMM pelo consórcio construtor da usina de Santo Antônio. A segunda contém alguns entulhos próximos aos galpões da EFMM, e ao fundo o rio Madeira com a obra de Santo Antônio.

Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

⁷⁶ Informação adquirida a partir da página da *internet* do próprio consórcio <http://www.santoantonioenergia.com.br>. Acesso em 24 de maio de 2012.

⁷⁷ Cf. http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal_mesa/pt/responsabilidade_social/meio_ambiente/educacao_ambiental/programa_de_compensacao/programa_de_compensacao.aspx. Acesso em 16 de julho de 2012.

⁷⁸ Cf. Pinheiro e Silva (2010) e <http://alekspalitot.blogspot.com.br/2012/03/sobre-o-descaso-para-com-o-patrimonio.html>. Acesso em 16 de julho de 2012.

São exemplos citados por Ari Ott, professor da UNIR, relatando que o fenômeno denominado “banzeiros” ocorreu de forma inesperada no início do ano de 2012, em que, ao serem abertas as primeiras comportas de Santo Antônio, a margem direita do rio sofreu intensa erosão, fenômeno denominado “desbarrancamento” (já mencionado anteriormente nesse estudo). São lugares de residência de várias famílias que necessitaram se mudar imediatamente, pois teriam suas casas levadas pelo rio. Foram “(...) removidas às pressas e instaladas em hotéis e pousadas precárias. O banzeiro do rio, pequenas ondas que lambem a margem de terra, devorou até mesmo o lugar onde estava instalado o antigo marco dos limites entre os estados do Amazonas e Mato Grosso (...)”, quando Rondônia ainda não existia oficialmente e pertencia a esses dois estados. A construtora apenas reforçou as margens com diques de rocha por cerca de 5km, com aproximadamente 85.000m³ de rochas, após muito afirmarem que os desbarrancamentos não foram ocasionados pela abertura das comportas⁷⁹. A área tombada como patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da EFMM também está comprometida em grande parte⁸⁰.

A usina de Jirau⁸¹ está localizada na área onde estava a cachoeira da Ilha do Padre, no rio Madeira, município de Porto Velho. Está próxima aos distritos de Jacy-Paraná e Mutum-Paraná. Após sua conclusão, terá a capacidade de 3.750 MW. O valor dessa potência geradora de energia resulta de uma alteração do projeto inicial, que teria aproximadamente 3.300 MW de geração de energia. Diferentemente da usina de Santo Antônio, Jirau terá duas casas de força. Será a primeira com 28 turbinas e a segunda com 22, também do estilo bulbo, totalizando 50 turbinas. Esta quantidade deriva da alteração da capacidade pela Agência

⁷⁹ Sobre essa questão, o Ministério Público de Rondônia em conjunto com o Ministério Público Federal, IBAMA, IPHAN, Corpo de Bombeiros e as esferas municipal e estadual, emitiram o Termo de Ajustamento de Conduta à Usina Santo Antônio Nº. 01/2012, pela qual “(...) A empresa Santo Antônio Energia – SAE assumirá, enquanto permanecer a situação provisória de moradia, a responsabilidade imediata de promover o custeio de todas as necessidades básicas dos habitantes atingidos pelas erosões decorrentes dos efeitos a jusante da UHE Santo Antônio, conforme demonstrado no Relatório Técnico desenvolvido pela empresa Projetos e Consultorias de Engenharia – PCE, apresentado no dia 02.02.2012 (...), que estejam em iminente risco de desbarrancamento, para fins de delimitação da área afetada (...)”.

⁸⁰ Trecho da entrevista realizada com o Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott, professor da Universidade Federal de Rondônia, pelo Instituto Humanitas Unisinos concedida por email, publicada em 21 de março de 2012 com o título **“Complexo hidrelétrico do rio Madeira: A energia gerada pelas usinas não se destina à região”**, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott/507555-complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott>. Acesso em 28 de abril de 2012.

⁸¹ As informações foram retiradas da página de internet oficial do consórcio Energia Sustentável do Brasil: <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/>. Acesso em 23 de maio de 2012.

Nacional de Energia Elétrica, publicada em abril de 2012⁸², com o adicional de 6 novas turbinas. Anteriormente eram 44 turbinas.

Por estar mais distante do centro urbanizado de Porto Velho, a obra de Jirau se mostra a mais problemática de todo o complexo de obras existente hoje em Rondônia. Todas as obras possuem diversas irregularidades e têm gerado diversos transtornos à população local, porém a de Jirau é a mais precarizada social e ambientalmente, conforme veremos adiante.

Figura 26: Entrada do canteiro de obras da hidrelétrica de Jirau.
Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

A obra terá um investimento aproximado de R\$10 bilhões, tendo a estimativa de 10 mil empregados diretamente e 30 mil indiretamente. Alguns dados técnicos podem ser visualizados no quadro 12:

⁸² Cf. <http://www.dci.com.br/aneel-aprova-aumento-de-capacidade-da-usina-jirau-de-3,3-mil-para-3,75-mil-megawatts-id291322.html#>. Acesso em 23 de maio de 2012.

Quadro 12: Dados técnicos da construção da usina de Jirau⁸³

Localização	
Bacia hidrográfica	Rio Madeira, Bacia Amazônica
Distância da foz	1.206
Município	Porto Velho-RO
Reservatório	
Área em seu nível d'água máximo normal	302,6km ²
Área inundada	Variação anual entre 31km ² e 108km ²
Volume total	2.746,7 X 106m ³
N.A. de montante	Variável entre 90m e 83m
N.A. de jusante	74m
Vida útil	Mais de 50 anos
Barragem	
Tipo de estrutura/Material	Barragem de Enrocamento com Núcleo Asfáltico
Comprimento total da crista	1.150m
Altura máxima	62m
Sistema extravasor	
Tipo	Vertedouro
Vazão do projeto	82.600m ³ /s
Comprimento total da soleira	64m
Número de vãos	18
Comportas	Tipo segmento
Largura das comportas	20m
Altura das comportas	22,767m
Sistema Adutor	
Tomada de água	Bloco duplo em torre
Comportas	Tipo ensecadeiras
Largura das comportas	7,11m
Altura das comportas	20,34m
Energia	
Potência da usina	3.750MW
Garantia Física	2.184,6MW médios
Queda bruta máxima	10,30 a 15,70m
Número de Turbinas	50

Fonte: <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/dados-tecnicos.asp>. Acesso em 23 de maio de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

O consórcio é composto pelas seguintes empresas: I) GDF Suez; II) Eletrosul; III) Chesf; IV) Camargo Corrêa. Também possui financiamento do BNDES e participação da Eletrobras-FURNAS. Suas obras tiveram início a partir do ano de 2009, após a liberação da Licença de Instalação (LI).

⁸³ Cf. ANEXO B – Documentos do PAC – Documento 12.

A construção da usina de Jirau comprometeu toda a vila de Mutum-Paraná, localidade próxima das obras, distante 164km de Porto Velho, a qual era sede do distrito de mesmo nome, criado através do decreto legislativo nº. 057 de 21 de novembro de 1985 (BORGES, 2009). A vila surgiu devido ao funcionamento de uma das estações da estrada de ferro Madeira-Mamoré, onde ainda restavam vestígios da ferrovia como instalações da antiga estação ferroviária, trilhos, ponte de ferro, moradores, antigos ferroviários e parentes. Diante da construção da usina, alguns impactos diretos puderam ser vistos: a) em função das expectativas da obra, a população, que corresponde a cerca de 1500 famílias, teve um aumento, devido a migrantes que tinham a esperança de novos empregos, b) a área correspondente à sede do Distrito e que constitui o seu núcleo urbano será completamente alagada, c) devido a isso, toda a sua população teve que ser realocada para outras localidades (BORGES, 2009, p. 60).

Para atender à demanda dos moradores de Mutum-Paraná, foi construída a vila de Nova Mutum-Paraná, próxima à entrada do canteiro de obras de Jirau. A mesma possuiria o objetivo de realocar os antigos moradores da vila alagada, bem como aqueles contratados das obras, desde engenheiros, ou da área administrativa até operários. Inicialmente, o projeto da nova vila contém em torno de 1.600 casas, com uma área aproximada de 2.000m², para atender cerca de 6 mil moradores, um projeto dentro do programa institucional do consórcio “Remanejamento das Populações Atingidas”. De acordo com o próprio consórcio⁸⁴ “(...) as negociações na área urbana de Mutum Paraná, onde 96% das propriedades foram (...) [feitas] de forma amigável, cujas famílias já estão morando em Nova Mutum Paraná, foram indenizadas ou receberam carta de crédito para residirem num imóvel e localidade de sua livre escolha”. No entanto, os próprios moradores denunciaram a forma agressiva como suas casas foram destruídas e como foram expulsos do local sem ter alternativa a não ser saírem de lá (PIBEX, 2010; LISBOA e BARROS, 2008; MEIRELLES, 2009; ZAGALLO e LISBOA, 2011; SEVÁ FILHO, GARZON e NÓBREGA, 2011, p. 59).

Diferentemente do que diz o consórcio, a saída dos moradores de Mutum-Paraná foi conflituosa e sem a devida atenção das instituições públicas competentes locais tampouco da própria empresa. Em trabalho de campo realizado de 28 de maio a 03 de julho de 2011 em Rondônia, visitamos a vila de Nova Mutum-Paraná (figura 28), e em diálogo com moradores locais, além de observações feitas a partir do estilo de casas e de moradores, pudemos perceber que a maioria dos que ali residem não é de origem da antiga vila de Mutum-Paraná,

⁸⁴ Cf. página oficial da *internet* do consórcio <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/nova-mutum.asp>. Acesso em 24 de maio de 2012.

e são relacionados direta e indiretamente às obras. Estabelece-se uma infraestrutura que possui equipamentos urbanos necessários, como escola, quadra poliesportiva, posto de saúde, sistema de abastecimento de água, posto policial, banco, restaurante, etc., mas não substitui a perda dos moradores da antiga Mutum-Paraná (PIBEX, 2010).

Na figura 29 também verificamos, em imagens de satélites periodizadas, a intensa modificação da paisagem, e da conversão de novas áreas no entorno da hidrelétrica de Jirau nos últimos dez anos. Notemos que até o ano de 2000 quase não há modificações, ao passo que a partir desse ano, as modificações são visivelmente impactantes.

Consiste numa região, como já mencionado, que produz gado bovino, madeira e um potencial para produzir soja e milho, além de uma usina de álcool já em processo de instalação entre os distritos de Mutum-Paraná e Abunã.

Figura 27: Obras em Mutum-Paraná.

Descrição: Da esquerda para a direita, a primeira fotografia se refere às obras na rodovia BR-364 para elevação de seu nível, devido à alagação decorrente da usina de Jirau. Corresponde à área vizinha às duas fotografias seguintes, na vila de Mutum-Paraná. A segunda refere a casas derrubadas e a terceira mostra a placa de propriedade do Consórcio Energia Sustentável do Brasil.

Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Figura 28: Vila de Nova Mutum-Paraná.

Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011

Figura 29: Transformações espaço-temporais no entorno da usina de Jirau e localidades de Mutum-Paraná e Jacy-Paraná. Elaborado e organizado por Michel Watanabe.

Próxima à sede distrital de Mutum-Paraná há a localidade de União Bandeirantes, a qual é composta tanto por camponeses quanto por grandes proprietários, mas com uma incidência muito grande de conflitos por terras e retirada ilegal de madeira. Também vizinho a essas duas localidades temos o assentamento São Francisco, onde há muitos agricultores familiares, com incidência de inúmeros conflitos, o que constitui uma área ser toda tensionada. Próximo ao distrito de Mutum-Paraná, na confluência com o distrito de Abunã, existe uma grande propriedade, denominada Santa Carmem, a qual possui grande potencial de produção de soja e milho, além de pastagens e atividades madeireiras, dentro de seus mais de 30 mil hectares (CAVALCANTE, 2008; 2011; 2012; BORGES, 2009).

Na região também existem duas terras indígenas, Karipuna e Karitiana e que sofrem constantes invasões de fazendeiros para a extração ilegal de madeira, e de pequenos produtores que, devido à expansão de grandes propriedades e latifundiários, migram para novas terras, e, sem a delimitação fiscalizada das terras indígenas, acabam por adentrar esses terrenos (LEÃO, AZANHA e MARETTO, 2004).

Assim, fazemos referência a uma região de fronteira em expansão, com perspectivas de grande avanço do capital tanto da construção civil e energia, quanto da agroindústria, onde este último se faz mais presente com as expectativas de barateamento das exportações através do oceano pacífico, uma vez que a rodovia Interoceânica já está pronta e com a construção de eclusas na usina de Jirau, a navegação via noroeste do continente sul-americano também será possível.

Com a premissa do “desenvolvimento sustentável”, a empresa segue construindo um grande empreendimento que, na teoria, se mostra como um ganho para o local, um modelo de construção civil e de aparelhos tecnológicos para fins de exportação de energia, em escala nacional e global.

Contudo, trata-se de um dos empreendimentos mais nocivos instalados na Amazônia nas últimas décadas. A assistência e os ganhos da população local não existem, os altos índices de violência, prostituição e consumo de drogas (em específico o Crack)⁸⁵ se tornam

⁸⁵ Sobre essas questões, o Ministério Público de Rondônia e o Ministério Público Federal elaboraram a Recomendação Conjunta Nº. 001/2011-GT, na qual se recomenda “(...) ao estado de Rondônia e ao município de Porto Velho (...) que sejam implementadas, no Distrito de Jacy-Paraná, ações sociais efetivas, notadamente para reduzir a alarmante prostituição e tráfico de drogas, bem como nas áreas de infra-estrutura urbana, especialmente na pavimentação e esgoto, educação, saúde e segurança pública”. Cf. também <http://economia.ig.com.br/na-esteira-do-pac-o-crack-toma-conta-de-vilarejo-as-margens-do-r/n1597651377933.html>. Acesso em 16 de julho de 2012.

frequentes em noticiários locais⁸⁶, eletrônicos ou impressos, e há vários equívocos nos cálculos das elevações do nível do rio. São prejudicados mais moradores que aqueles estimados pelos estudos de impacto, além das condições de trabalho precárias frequentemente denunciadas pelos próprios operários e pela mídia local, esses realizando greves consecutivas e manifestações mais intensas, como a queima de cerca de 50 ônibus no ano de 2011⁸⁷ (ZAGALLO e LISBOA, 2011).

Sobre essa questão, conforme Ari Ott, professor da UNIR, “Nos grandes empreendimentos o silêncio é a regra geral e a população somente é informada quando surgem problemas, embora seja ela quem mais sofra”. Por outro lado, há propagandas televisivas e radialistas que reforçam massivamente os benefícios das obras, com pouca transparência dos seus reais efeitos. No início de 2012, outra revolta de trabalhadores no canteiro de Jirau eclodiu, e, igualmente ao evento ocorrido no ano anterior, “(...) eles foram tratados como vândalos, arruaceiros, baderneiros, quando estavam cobrando apenas dignidade e cumprimento dos contratos. Quando surgem problemas técnicos eles são usados para justificar reajustes nos preços, e os problemas sociais são tratados com força policial (...)”⁸⁸.

As novas empresas ligadas às obras possuem sede na capital Porto Velho, bem como nas suas cidades de origem. Fazem parte do conjunto de novos agentes e nova categoria de migrantes que chegaram à Capital com o objetivo da execução dos empreendimentos. Ambos os consórcios contrataram operários de Rondônia e migrantes de outras localidades do país, inclusive haitianos refugiados no Brasil⁸⁹. Na usina de Santo Antônio, chegou ao ápice de

⁸⁶ Cf. também http://dialogospoliticos.wordpress.com/2011/08/31/porto-velho-vive-epidemia-de-prostituicao-i_n_fanto-juvenil/, http://acritica.uol.com.br/especiais/Prostitutas_da_Amazonia-Rondonia-PAC-Jirau-Santo_Anton_i_o-Strip_tease_0_301169948.html e http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI237135-17737,0_0-TERRA+SEM+LEI+PROSTITUICAO+DROGAS+E+VIOLENCIA+NA+MAIOR+OBRA+DO+PAC.html. Acesso em 16 de julho de 2012.

⁸⁷ Para essa informação, cf. também <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-56/questoes-proletarias/fogo-na-usina-do-desenvolvimento-acelerado>. Acesso em 16 de julho de 2012.

⁸⁸ Trecho da entrevista realizada com o Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott, professor da Universidade Federal de Rondônia, pelo Instituto Humanitas Unisinos concedida por email, publicada em 21 de março de 2012 com o título **“Complexo hidrelétrico do rio Madeira: A energia gerada pelas usinas não se destina à região”**, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott/507555-complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott>. Acesso em 28 de abril de 2012.

⁸⁹ Antes mesmo de o Governo brasileiro autorizar e legalizar a entrada dos migrantes haitianos no Brasil, em 2012, desde 2010/2011 já existem vários migrantes em Porto Velho. A instituição que os assessorava desde sua chegada na cidade é a Comissão Pastoral dos Migrantes. Cabe mencionar que, pelo fato de estarem na condição de migrantes, se submetem de forma mais flexível a condições empregatícias adversas. Assim, à visão governamental e empresarial, são uma alternativa a operários e amotinados em greves. Sobre essas e outras questões referentes, cf. <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/12/amazonia-brasileira-e-migracao-haitiana.html>. Acesso em 24 de maio de 2012. Porém, sua entrada no Brasil foi regularizada e agora irão, oficialmente, trabalhar para os consórcios que constroem atualmente as hidrelétricas. Para esta informação, cf. <http://www.alto-madeira.com.br/index.php?secao=6&id=9722>. Acesso em 24 de maio de 2012.

aproximadamente 20 mil trabalhadores. Houve anteriormente ao início das obras uma série de cursos técnicos oferecidos pela empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), bem como a criação de programas como Acreditar, para a capacitação desses futuros operários.

Porém, as empresas que contrataram e incentivaram o emprego direto não resolvem o problema do desemprego e das baixas condições econômicas urbanas, sobretudo na cidade de Porto Velho, uma vez que esses empregos são temporários. Poderíamos pensar que uma possível alternativa seria um plano diretor ou um planejamento local de médio e longo prazo para a contratação direta e geração de emprego e renda visando o desenvolvimento social e econômico do lugar, pelos seus próprios gestores (públicos e privados, nas esferas municipais e estaduais), o que não existe na prática, pois os interesses não são esses.

Conforme Iremar Ferreira, do IMV, as obras não foram suficientemente discutidas. Com a única premissa levada às comunidades de “vai ser melhor”, populações inteiras de vilas e comunidades têm sido retiradas, expropriadas de seu lugar. Para aquelas que viviam na beira do rio, dependendo da pesca e do pequeno cultivo de seus alimentos, morar na cidade é uma perda incontável, pois pagarão pela energia (o que antes não era necessário) e pelo alimento (que antes era produzido no seu próprio lugar). Questões essas que permanecem obscurecidas, impactos contabilizados de uma forma amplamente dissociada da realidade, apenas para atender a parâmetros das licitações. Da mesma forma as indenizações não são suficientes para alugar ou comprar um imóvel em Porto Velho, uma vez que, com tamanha demanda migratória, o valor do imóvel aumentou consideravelmente. Para o presidente do IMV, isso “Significa colocar à margem pessoas que já viviam à margem, porém por opção própria e com qualidade. Nesse caso, porém, seria na periferia de Porto Velho”⁹⁰.

Além dessas obras, ainda há o projeto da ferrovia de integração Centro-Oeste (de Uruaçu-GO a Vilhena-RO). De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 63), o projeto “(...) nascido em fins dos anos 80 e de iniciativa particular, era o da Ferrovia Leste-Oeste, que ligaria Cuiabá a Santa Fé do Sul (SP) e, mais tarde, Cuiabá a Porto Velho e Santarém”.

Visando escoar a soja, o milho e o arroz, esses tiveram seus destinos definidos após a implantação da hidrovia do Madeira e a reestruturação da BR-364 para esse fim. Assim, o

⁹⁰ Trecho da entrevista realizada com o presidente do Instituto Madeira Vivo, Iremar Antônio Ferreira, pelo Correio da Cidadania, publicada em 25 de agosto de 2008 com o título **“Lobbies impõem usinas do Madeira em detrimento da natureza e da população”**. Disponível em: <http://www.mmdc.com.br/?p=210>. Acesso em 28 de abril de 2012.

projeto ficou paralisado, sendo retomado com o PAC, porém com uma rota diferente, embora ainda seja denominada a “Ferrovia da Soja” por agentes e produtores locais.

No trecho que abarca Rondônia, seu destino é até a cidade de Vilhena. Porém, ainda está em fase de projetos e estudos em elaboração, para um trecho de 1.602km entre Vilhena-RO e Uruaçu-GO (BRASIL, 2010c, p. 71).

Também está em fase de construção, porém em ritmo bastante desacelerado, o novo terminal portuário do Cai n’Água, que está previsto para atender à navegação de passageiros pelo rio Madeira (figura 30).

Figura 30: Obras do terminal portuário do Cai n’Água em Porto Velho-RO. Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho de 2011.

Vemos, dessa forma, que o conjunto de todas essas obras, algumas em determinadas localidades mais distantes no estado, e a sua maioria concentrada em um município de cerca de 400 mil habitantes geram efeitos nítidos na paisagem e no território. Ao verificarmos o encadeamento dessas construções, observamos o quanto suas áreas de entorno se modificam, e a atração de novos sujeitos e novos agentes (econômicos e políticos) se torna mais intensa. Esse território se torna um amplo campo de ação do Estado, do capital nacional e internacional para sua própria reprodução e de suas instituições corporativas.

No capítulo a seguir, detalharemos alguns fenômenos internos acerca das dinâmicas territoriais decorrentes desses processos, em termos de população e economia, além de pontuar alguns dos conflitos decorrentes em âmbito urbano e rural.

CAPÍTULO IV – A FRONTEIRA E A NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA NO PERÍODO 2000- 2010

Reconhecendo existir em Rondônia uma situação de fronteira, tal como tida por Martins (2009), bem como considerando o território aqui analisado como uma frente pioneira (BECKER, 1982, 2005), e ainda sendo entendido como uma fronteira econômica, faremos uma discussão mais esmiuçada sobre os dados que pudemos coletar e registrar tanto em trabalho de campo quanto em gabinete.

Até agora, vimos que ao longo de três décadas – 1980, 1990 e 2000 – Rondônia passou de Território Federal para Estado da federação brasileira, com um intenso processo migratório e algumas grandes obras de infraestrutura. Isso lhe rendeu, apesar da pouca representatividade econômica e política no contexto nacional durante alguns anos, uma configuração territorial que permitiu, nos anos seguintes, a implantação de novos empreendimentos, dando-lhe nova vitalidade econômica e política.

Ao estudar o momento atual, após um período de freio nas migrações, nos investimentos e mobilização comercial, vislumbramos uma intensa e crescente leva de obras, empresas e migrantes, além de capital financeiro e comercial com circulação constante e dinâmica. Trata-se do que mencionamos no início deste estudo de Novo Eldorado dos programas governamentais e das grandes corporações empresariais privadas envolvidas.

Durante os anos de 2007 e 2010, Rondônia vivenciou uma nova fase, tal como aquelas das décadas anteriores, com um *boom* de novos migrantes, de expansão urbana e comercial, exportações e intensa circulação. Em 2011 e 2012 esse cenário ainda prossegue, mas as migrações diminuem com a redução do número de operários empregados nas obras, bem como a consolidação das empresas que migraram no início dos projetos, ou seja, não há, para as obras, a necessidade de novos agentes. Explicitamos essas questões no capítulo anterior.

O regime empregatício das hidrelétricas, a exemplo, se faz temporário, havendo dispensas quando concluída a etapa referente a um determinado número de operários (20.000 operários para a construção das casas de força), fazendo com que muitos ou retornem às suas cidades de procedência ou partam para novos Eldorados, como as novas barragens em construção (tal como Belo Monte, em Altamira-PA). Com isso, ao término das obras, ficará apenas a circulação de energia, de produtos e pessoas, além das empresas selecionadas para a gestão dessa circulação (sejam as novas ou as já existentes anteriormente). Nesse sentido, caberá à gestão pública local, nas esferas municipal e estadual, ter um projeto diferenciado

para o aproveitamento dessas novas infraestruturas associadas aos novos agentes para que Rondônia possa permanecer em uma constante ascensão econômica que atenda de fato à população local. Caso não se tenha a execução do planejamento juntamente com os demais sujeitos, a hipótese de que Rondônia é um território de logística, mencionada anteriormente neste trabalho, se afirmará em detrimento de sua população local. Isso corrobora com a ideia de Barros (2001, pg. 54) de que as decisões tomadas em âmbito governamental para a Amazônia são críticas para seu futuro, as quais podem continuar a reproduzir o modelo desenvolvimentista predatório, ou criar uma condição de desenvolvimento sustentável capaz de garantir a qualidade de vida da população com a conservação ambiental.

Nesse caso, podemos reconhecer que as estruturas oficializadas no território poderão ser catalisadas para o benefício da sociedade local. Isso não significa concordar com o discurso oficial que essas intervenções infraestruturais são de todo positivas para a população, o que de fato não é. Afirmamos não ser, pois nossa investigação até aqui nos mostrou que a maioria das parcerias público-privadas não visa o local, e a própria destinação das grandes obras em Rondônia também não visam isso, uma vez que os danos têm sido, por ora, maiores que os benefícios. Mas, numa concepção otimista, entendemos que cabe à gestão local atrelada aos movimentos sociais amenizar ao máximo os danos, proteger de fato a sociedade e o ambiente atingido, e catalisar, também ao máximo, essas transformações em benefício das pessoas que ali vivem.

Refletindo sobre o momento atual, trazemos a ideia de Pereira (2006, p. 67), que afirma que tal modelo desenvolvimentista banaliza a cultura, as especificidades da história e os recursos únicos existentes nos lugares, em favor de um “desenvolvimento territorial” falsamente empreendido, que desconsidera os reais interesses das localidades.

4.1. UM DISCURSO AMBIVALENTE

Uma vez que as políticas territoriais nacionais tinham um discurso “de fora para dentro”, o movimento agora também é inverso: parte-se do discurso “de dentro para fora” com o intuito de os “de dentro” mostrarem para “os de fora” as possibilidades de investimentos empresariais – industriais, comerciais e agropecuários – na região.

É criada uma via de mão dupla onde se tem um conjunto de obras promovidas por agentes externos, nacionais e internacionais, governamentais e empresariais, e um conjunto de agentes econômicos e sujeitos locais que vêem nisso grande oportunidade de inserção de suas instituições. Para tanto, se auto promovem diante do mercado nacional, realizando eventos

tais como “Semana de RO em SP. Abrindo fronteiras e fechando negócios”. Temos aí a contramão do discurso, onde o elemento regional – a cultura, a fauna, a flora e o povo – são colocados de forma ainda mais apelativa como o principal atrativo, sobretudo econômico.

Por ocasião da realização da Semana de Rondônia em São Paulo⁹¹, ocorrida entre 9 e 12 de março de 2010, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foram coletados alguns materiais de apoio, tais como cartilhas e panfletos informativos sobre os principais investimentos e empresas inseridos ou a se incorporarem ao contexto de Rondônia por ocasião de tantas obras.

Entre os materiais, está uma cartilha de ações do Banco da Amazônia (BASA)⁹², cujo um dos itens, “O banco da Amazônia como agente das políticas, planos e programas do governo federal para a Amazônia” (sic), se refere justamente a investimentos e parcerias do Banco junto às ações do Governo Federal, entre elas:

- a) apoio à agricultura familiar;
- b) estímulo às microempresas e empresas de pequeno porte;
- c) apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- d) apoio ao agronegócio regional.

Essa cartilha é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos Operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 29 de julho de 2009.

As parcerias supracitadas refletem o novo processo de reconfiguração territorial existente em Rondônia, assim como a relação “Estado + Setor Privado” atuando diretamente nessa nova configuração territorial. Entre essas ações, há os segmentos: a) atividade florestal, b) indústria, c) projetos estruturantes (leiam-se os projetos do PAC), d) agronegócio, e) comércio e serviços. Para os Projetos Estruturantes, temos o seguinte:

Quadro 13: “Oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos prioritários”*

Segmento	Projetos Estruturantes
Oportunidades para a realização de negócios sustentáveis	Construção do Complexo Hidrelétrico, do Novo Complexo Portuário e das Pontes sobre o rio Madeira

⁹¹ Cf. ANEXO D – Material coletado em campo – Documento 1.

⁹² BASA (2010). Cf. ANEXO C – Cartilhas – Documento 1.

	Recuperação da BR-319 Realização de um conjunto de obras de saneamento em Porto Velho
Desafios	Ampliar os investimentos em projetos estruturantes Intensificar a parceria entre instituições públicas e privadas
Ações para a superação dos desafios	Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
Ações para fortalecer o segmento no Estado	Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC

* Título compilado da própria cartilha.

Retirado de BASA (2010, p. 42).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Dentro do conteúdo da cartilha do BASA, encontram-se as principais instituições que participaram do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos para 2010, a saber:

- 1) Associação dos Criadores de Nelore do Estado de Rondônia (ACN)
- 2) Banco da Amazônia
- 3) Centro Internacional de Negócios do Estado de Rondônia (CIN)
- 4) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac)
- 5) Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia (Cootraron)
- 6) Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Estado de Rondônia (DFDA)
- 7) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- 8) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)
- 9) Faculdade São Lucas
- 10) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon)
- 11) Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero)
- 12) Federação do Comércio do Estado de Rondônia (Fecomércio)
- 13) Prefeitura Municipal de Porto Velho
- 14) Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (Seagri)
- 15) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam)
- 16) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes)
- 17) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação (Seplan)
- 18) Secretaria de Estado de Turismo (Setur)
- 19) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

20) Sindicato das Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Simpí)

21) Superintendência Federal de Agricultura (SFA/RO)

Podemos identificar nessa breve relação, embora retirada da cartilha do BASA, alguns dos agentes envolvidos no processo de reconfiguração territorial de Rondônia. Podemos entender também que as políticas territoriais, nesse caso os projetos do PAC, têm sido a mola propulsora do novo *boom* de crescimento econômico no estado, que vai caracterizar e ser o motivador da nova configuração do território na década de 2000.

Para esse banco, “No Brasil, em especial na Amazônia, a infraestrutura ainda é um importante gargalo que dificulta a competitividade a médio e longo prazo, impedindo, inclusive, maior participação no mercado mundial”. Com a ideia de que o desenvolvimento econômico une o aumento da produtividade, o crescimento sustentado da renda *per capita* e a melhoria de vida da população, sua participação se garante apoiadora, sobretudo, das corporações privadas, para, segundo o banco, “(...) fortalecer os investimentos realizados a partir do PAC” (BASA, 2009). O Banco da Amazônia constitui um importante agente para a circulação do capital investido em obras e incorporação nesse contexto econômico impulsionado por aquele programa, em conjunto com a Indústria e sua federação, o comércio e o setor agroindustrial.

Dentro ainda desse conjunto de investimentos temos, de modo mais geral, os seguintes projetos infraestruturais, entre projetos econômicos, sociais e de energia com parte financiada pelo BASA:

Quadro 14: Principais projetos financiados pelo BASA

Econômico e Social	Indústria de Laticínio em Ji-Paraná-RO
	Indústria de Beneficiamento de Arroz em Ji-Paraná-RO
	Indústria Frigorífica em Ji-Paraná-RO
	Beneficiamento e Comercialização de Café em Cacoal-RO
	Fabricação de Telhas e Tijolos de Cerâmica em Cacoal-RO
	Indústria da Construção Civil em Porto Velho-RO
	Clínica Médica Radiológica em Vilhena-RO
	Indústria de Reciclagem de Lixo Hospitalar em Vilhena-RO

	Educação de Nível Superior em Porto Velho-RO
	Ampliação e modernização de Unidade de Ensino superior em Rolim de Moura-RO
Energético	Usina Hidroelétrica do Rio Madeira em Porto Velho-RO
	Implantação de UHE Rondon II em Pimenta Bueno-RO
	Implantação de UTE Rondon II em Pimenta Bueno-RO
	Implantação de unidade hoteleira em Vilhena-RO
	Implantação/Construção de UHE no rio Madeira em Porto Velho-RO
	Ampliação de UHE em Rolim de Moura-RO
	Implantação de UTE Rondon II em Cacoal-RO
	Implantação de UHE Rondon II em Rolim de Moura-RO

Fonte: Apresentação de *PowerPoint* fornecida como material de apoio. Elaborada e apresentada por Abdias José de Sousa Junior, presidente do BASA, por ocasião da “Semana de Rondônia em São Paulo”, em março de 2010 na Fiesp.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Para Santos e Silveira (2011, p. 102),

As firmas e bancos globais, verdadeiras redes, estimulam a permanente renovação dos sistemas de engenharia, a partir da alocação de capitais sob a forma de créditos e empréstimos de diversas espécies. Essas novas próteses são veículos de fluxos multidirecionais, cuja escala se alarga até tornar-se global. Por meio desses fluxos, mobilizam capitais e cumprem o desígnio da sua criação (...).

David Harvey (2006, p. 204) também nos alerta dizendo que

(...) essas instituições mediadoras estão estabelecidas territorialmente, tendendo a esses territórios de modo importante. Essas instituições desempenham um papel chave na determinação de que tipos de trabalhos concretos e de que tipos de relações de classes surgirão, e podem, às vezes, impor padrões de desenvolvimento geográfico desigual mediante seu controle sobre a constituição do capital e os fluxos do capital.

Com isso questionamos: Quais os reais benefícios de todos os projetos e investimentos inseridos em Rondônia? Percebemos, a princípio, que uma parte da sociedade civil tem participado ativamente, como os pequenos produtores, as microempresas, as cooperativas e associações. Porém, dentro do modelo de desenvolvimento econômico em macroescala e diante de grandes empresários dentro de um sistema de produção capitalista em que a

acumulação se faz enquanto fundamental objetivo, não se pode afirmar a inexistência de uma diferenciação social no território. Podemos, dessa forma, entender quem são os agentes e quais os conflitos de interesses no jogo político onde se estabelecem essas políticas públicas territoriais. Evidentemente, reconhecemos a parceria “público + privado” enquanto fator estruturante, potencializador do aclamado desenvolvimento econômico.

4.2. A NOVA-VELHA RONDÔNIA E SUAS ATUAIS CONFIGURAÇÕES

Selecionamos nesse item as variáveis que fazem parte de nosso recorte analítico, conforme mencionamos no início dessa dissertação, com o intuito de entendermos as dinâmicas territoriais ocorridas em Rondônia nas últimas três décadas. Para tanto, trouxemos os dados de população, de produção econômica e energética, e discutimos a partir da correlação dessas variáveis os conflitos e as contradições ocorrentes.

4.2.1. AS DINÂMICAS POPULACIONAIS, ENERGÉTICAS E ECONÔMICAS

Os dados de população representados no gráfico (figura 31) a seguir foram selecionados para as seis cidades de maior relevância política e econômica no estado. Foram utilizados os dados de população residente do IBGE entre 1996 e 2010. Observamos que há um crescimento acentuado em Porto Velho entre os anos de 2000 e 2010. Em segundo lugar, porém com uma população bem menor, está Ji-Paraná, e em seguida, embora muito abaixo na ordem sequencial estabelecida a partir dos valores quantitativos, estão Ariquemes e Vilhena. Este último também teve seu crescimento acentuado entre os anos ora citados. Além disso, observamos que o município de Jaru obteve um decréscimo populacional leve no mesmo período. O município de Cacoal permaneceu estabilizado.

Figura 31: População residente entre 1996 e 2010 em Rondônia.

Fonte: Dados de população do IBGE.

Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Essas dinâmicas populacionais internas podem ser explicadas pelo atual contexto rondoniense. Em Porto Velho, em função das obras do PAC, muitos migrantes chegaram juntamente com as novas empresas, antes mesmo de serem instaladas. Apenas com os boatos, incertezas e especulações, vários migrantes⁹³, sejam investidores ou pessoas que queriam modificar suas condições de vida com esperanças de um emprego melhor, foram para Porto Velho nesse período. Com a instalação das empresas, oficialmente a cidade recebeu o maior contingente migratório dos últimos trinta anos, ou seja, desde a época da colonização governamental.

No caso da produção energética do estado, conforme explicitado em outros momentos de nosso estudo, Rondônia é abastecida de energia elétrica a partir da usina hidrelétrica de Samuel, construída durante as décadas de 1980 e 1990, assim como unidades termelétricas e, sobretudo, pela existência de pequenas centrais hidrelétricas.

⁹³ Reforçamos a ideia de que nesse novo contexto surge uma nova categoria de migrantes, uma vez que não somente os milhares de operários são os maiores atraídos por esses megaprojetos, mas também os do ramo empresarial, imobiliário, industrial, entre outros, além daqueles já designados à função de executarem as obras junto com os consórcios.

A energia gerada por Santo Antônio e Jirau, juntas, é em torno de onze vezes maior que a demanda de Rondônia. Essa demanda está calculada, segundo dados da Eletrobras, em torno de 634 MW (ELETROBRAS, 2010a, p. 42), para abastecer aproximadamente 1,5 milhões de habitantes, o que não ocorre em sua totalidade, pois algumas localidades ainda não possuem energia elétrica. O que o complexo do Madeira geraria caso também abastecesse Rondônia iria diminuir consideravelmente o custo da energia individual (residências urbanas e rurais, empresas e indústria), e sanaria os déficits energéticos de cada localidade. Essa energia não será distribuída para o estado, pois correrá através das linhas de transmissão por corrente contínua, não sendo permitida a conexão com outras linhas durante seu percurso.

Uma alternativa apresentada pelas empresas propõe, nesse caso, uma conexão com linhas de transmissão regional da Eletronorte (já no sistema regional interligado por abastecimento próprio – Samuel, termelétricas e PCHs) com a subestação coletora de Porto Velho construída para ser o ponto de partida da transmissão de energia pelas usinas do Madeira. A partir dessa pequena conexão, será possível captar um montante energético que se somará ao sistema energético de Rondônia.

A Eletrobras propôs em 2010 o plano decenal 2011-2020 de expansão do sistema de distribuição regional, com um gasto previsto para R\$158 milhões, financiados pelo Banco Mundial e pela própria empresa de energia. Assim, estão previstas mais unidades de pequenas centrais hidrelétricas, subestações e linhas de transmissão (ELETROBRAS, 2010a, p. 50). Também estão previstas no plano as desativações de usinas termelétricas em substituição por usinas hidrelétricas.

Tal expansão do sistema se justifica pelo aumento da urbanização, de migrações e de empresas, diante do contexto de grandes obras – essas de energia. Conforme a própria empresa, “As providências apontadas retirarão a capital (...) [de Rondônia] de iminência de colapso energético atual” (ELETROBRAS, 2010a, p. 51). Na figura 32, temos uma representação cartográfica do planejamento da malha energética de Rondônia referente ao Plano Decenal 2011-2020 da Distribuição Rondônia de Energia (material fornecido pela Eletrobrás-Eletronorte durante o trabalho de campo realizado em Porto Velho em junho de 2011):

Eletrobras

Distribuição Rondônia

Plano Decenal 2011/2020

LEGENDA

- Principais Cidades
- Municípios
- SE 500 kV Futura
- SE 230 kV (Existente/Futura)
- SE 138 kV (Existente/Futura)
- SE 69 kV (Existente/Futura)
- SE 34,5 kV (Existente/Futura)
- LT 230 kV (Existente/Futura)
- LT 138 kV (Existente/Futura)
- LT 69 kV (Existente/Futura)
- LT 34,5 kV (Existente/Futura)
- LT 13,8 kV (Existente)
- ▲ ▲ USINAS UTE/UHE/PCH (Existente/Futura)

Para tanto, há a recomendação no próprio documento de que as obras supracitadas sejam realizadas do modo impreterível, em que se ratifica veementemente o risco iminente de colapso, ou seja, de “apagão”. Isso significa que, o estado rondoniense, dada sua realidade energética historicamente deficitária com a ocorrência de inúmeros “apagões” anuais, não possui suficiência energética, o que se agrava ainda mais com o surgimento de tantas obras e da constante expansão urbana e de seus equipamentos territoriais (residências e indústrias) pelas migrações.

Ocorre hoje em Rondônia o que ocorreu na década de 1980: a usina de Samuel foi construída para atender à demanda de migrações originadas pelos programas colonização mencionados em nosso estudo.

Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em 2008, Iremar Ferreira (presidente do IMV) já afirmava, contrariamente ao cenário otimista proposto pelas esferas governamentais, que embora haja um acréscimo de energia no sistema interligado regional de Rondônia pela energia das usinas do Madeira, “(...) não há nenhuma política de atração, quando terminar esse processo, todo mundo vai embora, levando o canteiro de obras para outro lugar”. Conforme o presidente do IMV, haverá uma demanda por outras empresas que darão suporte e manutenção das usinas hidrelétricas, mas, diferentemente do contexto de otimismo que apresenta a Eletrobras, ele afirma que apenas o sistema regional interligado não é suficiente para a demanda local. Por não haver outras formas de atração de investimentos após o término das obras devido à não existência de um parque industrial, a questão da falta de energia não será resolvida⁹⁴.

Extrapolando a discussão, ocorre no estado uma dialética de consumo e produção de energia, que reordena o território, reconfigura, desestrutura, para atender uma demanda externa, criando uma demanda interna imediata a ser suprida pela própria produção local e que não é apenas da população local, mas dos novos agentes migrados. E, quando não houver mais a demanda ora criada, devido à conclusão das obras, não haverá retorno energético, porque o sistema interligado será do Centro-Sul do país.

E mais ainda, embora haja a ideia de que Rondônia exportará energia, não ocorrerá dessa forma, pois quem a venderá serão os próprios consórcios, empresas associadas à Eletrobras, que também é a Eletronorte, mas que nada têm a ver com a estruturação social de

⁹⁴ Trecho da entrevista realizada com o presidente do Instituto Madeira Vivo, Iremar Antônio Ferreira, pelo Correio da Cidadania, publicada em 25 de agosto de 2008 com o título **“Lobbies impõem usinas do Madeira em detrimento da natureza e da população”**. Disponível em: <http://www.mmdc.com.br/?p=210>. Acesso em 28 de abril de 2012.

Rondônia. Embora haja um possível esforço da Eletronorte para suprir a demanda externa que se transforma em local, a questão problemática está na repercussão imensa causada por obras de tal envergadura, sem que, mesmo havendo a necessidade, haja um real e produtivo retorno. Santos e Silveira (2011, p. 225) nos explicam essas questões:

A expansão do meio técnico-científico-informacional aumenta as necessidades em energia elétrica. Não são apenas as demandas de um Brasil industrial, presente, sobretudo no Sudeste e Sul, mas também a procura representada pelo sistema de transportes e telecomunicações, e pela mecanização da agricultura e a informatização de boa parte das atividades econômicas. O consumo de energia elétrica [no Brasil] fica 2,6 vezes maior entre 1960 e 1972, e 3,3 vezes entre 1972 e 1984. Já no período entre 1984 e 1996, quando várias infraestruturas estavam implantadas, registra-se uma relativa desaceleração do crescimento do consumo de energia, que aumenta 1,4. Em 1996, o consumo de energia elétrica era 12 vezes superior ao de 1960.

No caso de Rondônia, observamos que esses fenômenos em âmbito local partem de um contexto nacional de aumento da produtividade econômica, refletindo a necessidade energética tão aclamada pelo Governo Federal nos últimos dez anos.

O Plano Decenal para a expansão do sistema de distribuição energética no estado para 2011-2020 apresenta uma regionalização a partir de um estudo de mercado, visto que o principal aumento da demanda, com tantas obras em andamento, procede de empresas e indústrias (tais como a IMMA e a Votorantim mencionadas anteriormente no trabalho), além do comércio, com o surgimento de novos supermercados e lojas de renome nacional, como no caso do Porto Velho Shopping. Embora tenha aumentado esse consumo, o líder no *ranking* continua sendo o residencial. Essa regionalização está apresentada no quadro 15 e na figura 33 a seguir:

Quadro 15: Divisão e descrição das regionais da Eletrobras-Eletronorte

Regional	Localidades atendidas	Informações
Porto Velho	Porto Velho, Rio Madeira, Tiradentes, Caladinho, Centro	Risco de colapso energético urbano na capital. União ao sistema coletor das usinas do Madeira.
Abunã	Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia	Desativação de três usinas térmicas. Investimento previsto para R\$53 milhões, aproximadamente.
Jaru	Jaru, Machadinho, Cujubim, Theobroma, Vale do Anari	Desativação de três usinas térmicas. Investimento em torno de R\$103 milhões.

Ariquemes	Ariquemes, Garimpo do Bom Futuro, Monte Negro, Buritis, Campo Novo de Rondônia	Desativação de duas usinas térmicas. Investimento aproximado de R\$82,5 milhões.
Ji-Paraná	Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Mirante da Serra, Alvorada d'Oeste, Presidente Médici, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, São Domingos, Costa Marques	Pretende-se desativar três usinas térmicas. Investimento aproximado de R\$166,5 milhões.
Pimenta Bueno	Pimenta Bueno, Cacoal, Espigão d'Oeste	A configuração atual não é suficiente para atender à demanda de consumo. Investimentos de aproximadamente R\$26,5 milhões.
Vilhena	Vilhena, Corumbiara, Cerejeiras, Colorado d'Oeste, Chupinguaia, Urucumacua	Desativação de uma usina térmica. Investimentos entre 2011 e 2015 de cerca de R\$58 milhões.

Fonte: Eletrobras (2010b, p. 19), material coletado em trabalho de campo em 2011, fornecido pela própria empresa.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Figura 33: Conjunto de Regionais do Estado de Rondônia.

Fonte: Retirado e adaptado de Eletrobras (2010c).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

De acordo com a Eletrobras, “O planejamento tem como premissa o atendimento ao crescimento de mercado, reforços das instalações existentes, desativação de usinas térmicas e a consequente inserção de regiões isoladas do Sistema da Eletrobras Distribuição Rondônia ao Sistema Interligado Nacional-SIN” (ELETROBRAS, 2010b).

De modo contrário ao explicitado pela Empresa, Santos e Silveira nos explicam que ao invés de integrar a sociedade local, há uma contracorrente caracterizada pela exclusão, pois o que está em jogo político e econômico são interesses maiores que, de fato, não a atendem, embora haja o discurso oficial governamental e inúmeros dados que nos possam convencer do contrário:

Graças às novas bases materiais, o sistema elétrico nacional torna-se progressivamente integrado, e ao mesmo tempo o seu comando político e (...) técnico separam-se dos lugares aptos para a produção. Essa desterritorialização dos comandos opõe-se às necessidades das populações regionais, circunscritas ao uso local do território e alheias aos imperativos de funcionamento dos grandes sistemas técnicos (2011, p. 72).

Corroborando com essas afirmações, analisaremos o aumento do PIB local, das atividades econômicas exercidas e sua relação com o contexto atual político e econômico. Com a aceleração da dinâmica demográfica, as atividades econômicas também se dinamizaram, o que é refletido na predominância do PIB de Porto Velho nesse intervalo de tempo referido e de alguns municípios conforme explicado a seguir:

Figura 34: Média de participação do PIB a preços correntes da unidade da federação entre 1999 e 2009 em Rondônia.

Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Para a análise do PIB, selecionamos a variável “Participação do Produto Interno Bruto a preços correntes da unidade da federação” no período de 1999 a 2009. Após, calculamos a média do valor estimado em percentual e se verificou que em muitos municípios a média não passou de 1%. A partir disso, foram elencados aqueles que tiveram o valor acima, e, ao elaborar o gráfico, podemos elucidar o quanto Porto Velho se destaca no período supracitado mediante os demais, além de outros cinco municípios: Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ji-Paraná e Vilhena.

Outra observação importante é a de que os municípios elencados para o gráfico estão praticamente todos distribuídos no eixo da BR-364 ou num raio próximo, com exceção de Guajará-Mirim, e são derivados dos programas de colonização e das políticas territoriais da década de 1970 e 1980. Entretanto, algumas especificações se fazem importantes. A maioria deles também possui ligação com a agroindústria nos setores de soja, milho, café, leite, carne bovina e de frigoríficos. Em Buritis e na região próxima a Ariquemes e Candeias do Jamari, há uma forte atividade madeireira também, além de Guajará-Mirim, localizada na BR-425.

Comparamos também esses valores com a média do PIB geral rondoniense, para a mesma variável, onde, na escala dos municípios, se destacam o estado de Rondônia com quase R\$12 milhões e Porto Velho com aproximadamente R\$4 milhões.

Figura 35: Média do Produto Interno Bruto a preços correntes de 1999 a 2009 em Rondônia.
 Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.
 Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Mais além, ao fazer um retorno aos valores anuais, realizamos uma nova seleção entre os municípios anteriormente analisados, elencando aqueles seis supracitados com maior destaque. Podemos identificar que em geral Rondônia tem uma curva ascendente, sobretudo a

partir de 2006. Em específico, com Porto Velho ocorre o mesmo, a partir do período entre 2006 e 2007. Já os demais municípios permanecem com um levíssimo crescimento estabilizado. Entre eles, Ji-Paraná está em segundo lugar no PIB geral.

Figura 36: Produto Interno Bruto a preços correntes entre 1999 e 2009 em Rondônia.

Fonte: SIDRA/IBGE, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Podemos explicar esses fenômenos pela inserção dos investimentos propostos pelo Governo Federal atrelada aos investimentos privados, que se concentram na região de Porto Velho. Observamos que a atividade que despontou nos últimos anos está relacionada à indústria da construção civil e infraestrutura. Contudo, estabelece-se um momento específico e inédito, uma vez que, até então, o propulsor do PIB e da economia de Rondônia era e continua sendo o agronegócio, constituindo uma fronteira em consolidação.

Durante nosso trabalho de campo em 2011, foi visitada a Fecomércio-RO, onde coletamos dados acerca das empresas em Rondônia. Quanto às atividades exercidas no estado rondoniense, verificamos que o número de estabelecimentos empresariais aumentou consideravelmente em cerca de dez anos, conforme pode ser verificado no quadro 16:

Quadro 16: Número de estabelecimentos empresariais ativos em Rondônia entre 2001 e 2010

Ano	Número de estabelecimentos
2001	6.023
2002	7.151
2003	7.778
2004	8.474
2005	9.152
2006	9.543
2007	10.040
2008	11.467
2009	13.552
2010	16.610

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2011. Sefin-RO/Fecomércio-RO.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Foi também visitada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social de Rondônia (SEDES-RO) em que foi disponibilizado um relatório eletrônico contendo todo o perfil sócio-econômico do estado, com os dados estatísticos atualizados para o mesmo ano. Nesse material, pudemos selecionar alguns indicadores apresentados a seguir.

Em Rondônia, as principais atividades econômicas derivam dos serviços, da agropecuária e algumas que estão começando a surgir na indústria. Assim, os dados aqui apresentados indicam as informações acerca do crescimento dos setores específicos da agroindústria em Rondônia (boa parte voltada para a exportação), além do consumo local.

Na agricultura, os produtos que se destacam são: arroz, feijão, café, banana, cacau, mandioca, milho e soja. As seis primeiras são culturas permanentes e não necessitam de uma extensa propriedade para o seu cultivo. O clima local também favorece, e muito do que é produzido é também exportado. Dos produtos citados, Rondônia esteve com o quarto lugar na produção de mandioca, o terceiro para a produção de arroz e feijão, o segundo para a soja, o milho e o cacau, e o primeiro lugar na produção de café dentro do *ranking* da região Norte (RONDÔNIA, 2011).

Contudo, demos destaque em nossa análise à produção da soja e do milho, culturas que são temporárias e necessitam de uma larga extensão de terra para compensarem sua venda. Esses produtos mencionados foram elencados a partir dos dados verificados no material disponibilizado pela SEDES-RO, sendo os que mais estão em evidência no setor econômico do estado. Atemo-nos aos dados do SIDRA/IBGE correlacionados com as variáveis selecionadas a partir da Secretaria, com o objetivo de verificar qual o crescimento, e entender a sua relação com o momento de grandes investimentos em obras de infraestrutura.

Em se tratando da soja, há o crescimento bastante expressivo da produção (figura 37), esta também voltada para a exportação. A tendência do gráfico nos mostra um grande aumento a partir de 1999, sendo em torno de cinco mil toneladas nesse ano e subindo para 350 mil toneladas em aproximadamente sete anos, chegando em 2011, ao segundo lugar do *ranking* da região Norte (RONDÔNIA, 2011).

Figura 37: Lavoura temporária de soja entre 1990 e 2009 em Rondônia.

Fonte: Dados de produção agrícola do IBGE/SIDRA, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Partimos do pressuposto de que, com a abertura formal do porto graneleiro e da hidrovia do Madeira, a produção se estendeu para Rondônia, advinda do Centro-Oeste brasileiro, por influência do Mato Grosso. O mesmo período coincide com o aumento de propriedades acima de 1000 ha (cf. figura 2, primeiro capítulo), as quais atingem o marco de, segundo o IBGE, aproximadamente 1500 propriedades em 2006. Historicamente, essa curva se inicia no ano de 1985, mas tem uma maior intensidade a partir de 1996.

Outra cultura em ascensão no estado é a do milho, sendo esta mais recente, conforme se pode verificar no gráfico (figura 38), onde se tem um crescimento a partir de 2002, se intensificando ainda mais a partir de 2007:

Figura 38: Produção de Milho em Rondônia.

Fonte: Dados de produção agrícola do IBGE/SIDRA, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Notemos que há o aumento da produção de milho até 1994, quando há uma queda brusca, sendo mantida a produção mais baixa até o ano de 2002, quando os índices voltam a subir. Podemos explicar esse fenômeno por dois fatores: O primeiro se dá pelo reforço da política ambiental em meados da década de 1990, essa tratada anteriormente em nosso estudo, em que há a implantação de unidades de conservação e do Zoneamento. O segundo se trata do início da produção de soja no estado, substituindo temporariamente a produção do milho. Posteriormente, quando os índices voltam a subir, ambos, milho e soja, se tornam os principais produtos da agricultura industrial para exportação em Rondônia (SILVA, 2005).

Escolhemos o milho e a soja devido à sua produção ser extensiva, ou denominada de larga escala, com o cultivo mecânico. São produtos altamente cotados no mercado externo, sendo esses os grãos que o Brasil mais exporta, sobretudo, para a China.

Outra variável selecionada dentro de nosso recorte foi a atividade agropecuária. O gráfico (figura 39) a seguir mostra o crescimento da pecuária, através da criação de gado bovino em Rondônia, a qual é, em grande parte, destinada ao corte e à exportação:

Figura 39: Efetivo bovino da pecuária entre 1990 e 2009 em Rondônia.

Fonte: Dados de produção pecuária do IBGE/SIDRA, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de junho de 2012.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Observamos no gráfico a curva de crescimento, principalmente a partir do ano 2000, atingindo cerca de 12 milhões de cabeças de gado bovino. Esta atividade também se soma à agrícola para a exportação. Nesse caso, a pecuária em Rondônia tem fins de produção de carne e de leite, em que o estado se posiciona entre os maiores exportadores brasileiros (interregionalmente ou internacionalmente), com 64,4% de sua produção local para exportação, no segundo lugar do *ranking* da região Norte e com a quinta posição no *ranking* nacional (RONDÔNIA, 2011).

A produção de leite também ganha expressão, com a criação bovina em larga escala. Do total produzido em 2011, 68% foi destinado para a exportação, sendo o maior produtor da região Norte e o sétimo do país (RONDÔNIA, 2011).

Após verificar esses dados, temos a seguir (figura 40) a distribuição espacial no estado, também em 2011, dos estabelecimentos ligados à agroindústria, por sua vez derivada da grande produção de grãos e de produtos a partir da pecuária.

Figura 40: Distribuição das atividades econômicas agroindustriais em 2011 em Rondônia.

Fonte: Retirado e adaptado de Rondônia (2011).

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

No referido material de apoio fornecido pela Secretaria, a figura está intitulada por “Desconcentração Produtiva”. Analisando as variáveis distribuídas espacialmente na imagem, percebemos que há sim uma grande concentração de atividades agroindustriais na região centro-sul do estado, e a existência grande de laticínios seguida dos frigoríficos bovinos. Entendemos que essas unidades se dispõem no chamado “eixo urbano” decorrente da produção industrial de atividades originalmente rurais, composto pelos mesmos municípios demonstrados nos gráficos anteriores.

A partir desse mesmo material, trazemos os seguintes dados dispostos pela Secretaria:

1) para a instituição, Rondônia possui uma localização privilegiada, uma vez que possui atualmente três rotas de transporte consolidadas: Santos-SP e Peru (oceano Pacífico) por via terrestre, e oceano Atlântico por via aquática através do porto de Itacoatiara-AM e Santarém-PA;

2) 71% dos empregos se concentram em Porto Velho e 29% estão distribuídos pelos outros municípios. Destes,

- 46% são do setor da construção civil;

- 14% são da indústria de transformação de matéria-prima;
- 20% estão nos serviços;
- 17% no comércio;
- 1% está na agropecuária;

3) segundo a secretaria, houve desconcentração fundiária, sendo 98,5% das propriedades com até 1000 ha e 1,5% acima disto;

4) o setor da indústria é composto por: a) metal e mecânica, b) minerais metálicos e não metálicos, c) madeira e artefatos, d) construção civil, e) construções;

5) o estado possui suficiência energética a partir da hidrelétrica de Samuel interligada a usinas termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas, além de produtores independentes (que é o caso do Grupo Cassol, mencionado anteriormente nesse trabalho);

6) além disso, Rondônia exportará energia hidroelétrica para as demais regiões do Brasil, a partir do Complexo do Madeira, o qual, como já é sabido, não fornecerá energia localmente;

7) também foi investido na pavimentação e recuperação de rodovias estaduais, com o “Projeto Estradão”⁹⁵, além da realização de estudos para viabilização da rodovia RO-399, ou Transrondônia⁹⁶;

8) o decréscimo do desmatamento foi maior, segundo a Secretaria, e saiu do terceiro para o quinto lugar no *ranking* de desflorestamento na Amazônia;

9) em termos de perspectivas, o Governo apresenta o que para eles são as atuais oportunidades no estado, o que coincide com o que já ora mencionamos nesse estudo:

- a) construção civil: Obras no setor de imóveis, infraestrutura urbana e produção de materiais para atender a essa indústria;
- b) agronegócio: Instalação da agroindústria, expansão da rede de transportes, modernização das cadeias produtivas, recuperação de áreas alteradas;
- c) turismo: Construção de infraestrutura de hotelaria com hotéis, resorts, hotéis de selva e qualificação profissional;

⁹⁵ Cf. http://www.der.ro.gov.br/?page_id=2287. Acesso em 12 de julho de 2012.

⁹⁶ Cf. <http://www.der.ro.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/TRANSRONDONIA-3-site2.jpg>, acesso em 12 de julho de 2012, e ANEXO G.

d) mineral: Desenvolvimento da cadeia produtiva a partir da extração de minerais metálicos (ouro, estanho, ferro e manganês) e não-metálicos (diamante, ametista, berilo, água-marinha, argila, areia, cascalho, granitos e calcário);

e) serviços e comércio: Inovação tecnológica, saúde, educação, produção e fornecimento de bens de consumo e de bens de capital;

10) a malha viária do estado, sendo a BR-364 a via principal, o porto graneleiro e a hidrovia do Madeira são infraestruturas de apoio ao escoamento da produção. Há também o projeto de reforma do atual porto de passageiros de Porto Velho e de uma nova rota rodoviária para facilitação do escoamento da produção feita através de caminhões, o que modificará toda a dinâmica urbana no entorno da capital⁹⁷;

11) Rondônia possui mercado nos países mais diversos (tais como China, Holanda e Rússia), mas também servindo como rota para outros exportadores.

E todas essas ações representam, para o Governo, o impulso do crescimento econômico “de dentro para fora” sempre com o anseio de novos mercados e fortalecimento dos já existentes, com a iniciativa proposta de qualificar mão-de-obra para esse fim, e, com o discurso da sustentabilidade, explorar ao máximo todas as possibilidades de matéria-prima existentes.

Embora aparentem ser dados brutos e soltos, e alguns sejam apenas indicadores, merecem alguma atenção diante do que se tem de novidade em Rondônia. As taxas ascendentes significam o crescimento dos setores da agropecuária, da indústria e do comércio movidos por investimentos em uma escala mais abrangente.

Isso corrobora também com o fato de as redes técnicas reconfigurarem o território, uma vez que investimentos em infraestrutura com a instalação de vias de transporte alicerçada em empresas com forte poder econômico, se tornam o meio para a abertura de novos mercados e impulsão daqueles já existentes.

Santos e Silveira (2011, p. 291) nos ajudam a compreender esses fenômenos explicando que

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos

⁹⁷ Cf. <http://www.der.ro.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/TRACADO-EXPRESSO-PORTO.jpg>, acesso em 15 de junho de 2012, e Anexo F.

municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo, do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas idênticos processos se verificam. (...) O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhe ser vantajosas. As grandes empresas, por isso mesmo, apenas mantêm relações verticais com tais lugares.

Entendemos que, embora exista grande investimento financeiro e estruturante no território de Rondônia, os impactos em escala local devem também ser analisados de forma mais atenta.

4.2.2. OS CONFLITOS NO CAMPO

Tendo mostrado dados com curvas ascendentes e um cenário otimista proposto pela visão governamental do estado, veremos agora que pelo lado oposto, o do local, do camponês, há algumas diferenças. O chamado desenvolvimento econômico, a partir das atividades voltadas para a indústria e a exportação, está pautado em impactos para pequenos produtores, indígenas, quilombolas e operários.

Conforme relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Rondônia em 2012⁹⁸, e a edição do material intitulado “Conflitos no Campo Brasil 2010” também publicado pela Comissão no início de 2011, os números apresentados revelam as várias tensões, veladas pelos dados de crescimento da economia rondoniense. Tais conflitos se dão pela exploração da madeira, em grande parte ilegal, também pelo não reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, além da não realização da ansiada reforma agrária por milhares de camponeses sem-terra ou posseiros sem documentação oficial⁹⁹.

Trazendo dados estimados, em termos de números, o referido relatório expressa o seguinte:

⁹⁸ O relatório intitulado “**Conflitos Agrários 2011 em Rondônia**” foi elaborado e apresentado pelos próprios membros e líderes da CPT, divulgado na página de *internet* da Comissão. Cf. <http://cpttrondonia.blogspot.com.br/2012/05/cpt-ro-apresenta-conflitos-agrarios-de.html>. Acesso em 27 de junho de 2012.

⁹⁹ Em Rondônia também há uma forte atuação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e do Movimento Sem-Terra (MST). Cf. Gomes (2011).

- a) 13 denúncias de trabalho escravo e a libertação de 80 trabalhadores em situação de escravidão em 2011. Em 2010, foram em torno de 5 conflitos relacionados ao trabalho escravo em áreas de pecuária com 41 pessoas libertas (CPT, 2010, p. 49);
- b) existência de conflitos pelo uso da água, atingindo 768 famílias em 2011 (em sua maioria devido à construção de pequenas centrais hidrelétricas, tais como as do Grupo Cassol), além de águas e do ar contaminados pela quantidade de agrotóxicos utilizados nas lavouras de larga extensão (como é o caso da soja e do milho) e por resíduos de atividades mineradoras (como na região de Bom Futuro, Ariquemes-RO)¹⁰⁰. No ano de 2010, foram contabilizadas em torno de 5 ocorrências de conflitos por água e 5.455 famílias atingidas, sendo as seguintes: I) PCH Ângelo Cassol; II) Usina Hidrelétrica de Samuel; III) UHE Tabajara; IV) UHE de Jirau e Santo Antônio; V) PCH de Apertadinho (CPT, 2010, p. 49);
- c) contrariamente ao supramencionado pela SEDES-RO, em Rondônia, de acordo com a CPT, há concentração fundiária, sendo 77,4% das terras para as grandes propriedades, 6,2% para médias, 10,7% para pequenas e 5,7% são minifúndios;
- d) os conflitos por terra no estado aumentaram de 27 em 2010 para 55 em 2011, envolvendo em torno de 2.444 famílias. Pelo menos 116 famílias não possuem terras. Em 2010, foram contabilizados em torno de 27 conflitos em acampamentos, ocupações e demais situações conflituosas, atingindo cerca de 1.555 famílias;
- e) também em 2011, 10 pequenos agricultores foram presos, 30 ameaçados de morte, 04 sofreram tentativas de assassinato e 04 efetivamente executados. Entre eles, está o até então líder do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), Avelino Ramos, morto em 2011 no município de Vista Alegre do Abunã-RO por fazer denúncias contra madeireiros da região¹⁰¹;
- f) os registros de pistolagem¹⁰² subiram de 325 em 2010 para 884 em 2011;
- g) existem cerca de 30 acampamentos rurais conflituosos, vários mandados de reintegração de posse e numerosos despejos. Em 2012, até maio já tinham sido 30 famílias despejadas na região de Ariquemes, e em Chupinguaia foram 84 em 2011. Na região de Parecis foram 27 famílias. Cerca de 120 famílias permanecem na região de Candeias do Jamari com ordem de despejo, além de 35 já expulsas;

¹⁰⁰ CPT (2010).

¹⁰¹ Sobre esse assunto, cf. http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-Amazonas-Manaus-Lider-assentamento-Amazonas-frequentemente-CPT_0_488351221.html. Acesso em 27 de junho de 2012.

¹⁰² “Recrutamento de pistoleiros, para a defesa de propriedades particulares, execuções de inimigos”. Cf. <http://www.dicio.com.br/pistolagem/>. Acesso em 27 de junho de 2012.

- h) No distrito de Jacy-Paraná, em torno de 50 barracos de um acampamento foram incendiados e a liderança do movimento camponês foi assassinada em 2012¹⁰³;
- i) Na BR-319 também houve queima de barracos;
- j) Na região de Vilhena, 80% dos camponeses estão em conflito, sendo pelo menos 170 famílias com ordem de despejo;
- k) Em todo esse cenário conflituoso, incluem-se vários assentamentos também atacados por pistoleiros, por assassinatos, ameaças e expropriações.

Após analisarmos os itens pautados, surge mais um questionamento: Como as obras do PAC têm contribuído para o reordenamento territorial no campo?

É possível verificar que em âmbito urbano (a ser visto mais à frente), o território tem se reconfigurado completamente em micro e macro escala. Sobretudo com relação à construção civil, ao inchaço populacional, o aumento de ofertas imobiliárias e especulação de terras, de migrantes e da frota de veículos. São impactos visíveis, imediatamente perceptíveis.

Porém, em âmbito rural, os impactos são indiretos, menos visíveis e que de forma sutil causam uma mobilização interna no território que, em longo prazo, serão mais percebidos. Para alguns pequenos produtores do sudoeste de Rondônia a pavimentação das rodovias é necessária para que possam transportar sua produção para a cidade, geralmente feiras organizadas ou mesmo para a rede de supermercados. Antes disso, devido às más condições das estradas no interior do estado, o comércio da pequena produção era quase inviável. A pavimentação e recuperação de vias são reivindicações de muitos camponeses.

Mas, ao direcionarmos nossa análise para os conflitos decorrentes, corroborando com os dados da CPT ora pautados, observamos que os interesses maiores dos produtores de madeira, pecuária e grãos se estendem para a região das usinas do Madeira, principalmente de Jirau, que se soma à abertura da saída para o oceano Pacífico, localizada na mesma área (a rodovia BR-364 sentido Acre é uma extensão da rodovia Interoceânica). Áreas tensionadas

¹⁰³ Sobre esse assunto, existe a denúncia de que a terra ocupada pelos camponeses tem 4.000ha de extensão e foi grilada pelo seu atual dono. Também foi denunciado pela CPT que a queima foi realizada por agentes policiais. Cf. <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/07/policia-queima-acampamento-de-50.html>, acesso em 16 de julho de 2012. Cerca de dois meses após esse ocorrido, mais queimas de barracos em acampamento na região de Jacy-Paraná foram denunciadas pela CPT, e, conforme a Comissão, a área também é grilada pelo mesmo suposto proprietário da citada anteriormente. Cf. <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/09/barracos-queimados-morro-vermelho.html>, acesso em 16 de julho de 2012. Sobre a relação de agentes policiais e os conflitos com camponeses em acampamentos, ver **“LCP denuncia envolvimento de policiais com jagunços em reintegração de posse no acampamento Nova Conquista”** (região de União Bandeirantes, também próxima a Jacy-Paraná), em <http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=36377>, acesso em 16 de julho de 2012.

como Jacy-Paraná e União Bandeirantes já têm um aumento significativo da violência rural, o que se reflete ainda em área indígena, como a dos Karitiana, e em assentamentos, como o São Francisco, todos na mesma localidade. Contudo, ainda há a construção da ponte da BR-319, o que também atrai interesses de produtores agroindustriais e da especulação imobiliária e fundiária.

Logo, a hipótese levantada é a de que as obras do PAC, embora localizadas em lugares específicos e em grande parte em âmbito urbano, se mesclam com o ordenamento territorial do campo, potencializando tendências já existentes, potencializando o conflito entre grandes proprietários e pequenos produtores, indígenas e quilombolas, atraindo interesses para a conversão de novas áreas, seja de floresta ou já utilizada.

4.2.3. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Em âmbito urbano, é possível identificar outras feições, tão problemáticas quanto as que pudemos identificar no item anterior. Dentro de todo o contexto aqui analisado, observamos que as políticas territoriais funcionam como um eficiente atrativo populacional. Logo notamos a linha ascendente da dinâmica demográfica no estado em busca de “novas oportunidades”, incluindo-se aí a mão-de-obra qualificada em direção aos setores mais aquecidos por diversos investimentos. Um deles é o setor de construção civil, com o surgimento de vários prédios tanto habitacionais quanto comerciais.

Na capital rondoniense, Porto Velho, as transformações do território decorrentes dos recentes processos são refletidas na infraestrutura urbana. Os equipamentos urbanos tais como os novos prédios, empresas, bairros, *shoppings centers*, se destacam em um lugar que durante muito tempo possuiu uma lenta dinâmica. “Do dia para a noite”¹⁰⁴, surgiram construções de prédios com mais de vinte andares, o trânsito passou a ser mais disputado por motocicletas, automóveis, ônibus e pessoas, bem como lojas do ramo de *fast foods* e de confecções nacionais se instalaram.

Inclusos na redinamização do território na capital estão também alguns efeitos nocivos (alguns já mencionados nesse estudo). Entre eles, há um intenso aumento da especulação imobiliária, o que incrementa de forma significativa os preços dos imóveis, de aluguéis e de hospedagens. É possível perceber isso com a quantidade de propaganda de venda e aluguel de imóveis novos, seja referentes a prédios, loteamentos ou condomínios fechados, e as

¹⁰⁴ Expressão nossa.

imobiliárias que promovem essas propagandas em massa¹⁰⁵. Juntamente, surgem outras construtoras (além daquelas relacionadas às obras do PAC), empresas que compõem o conjunto de novos agentes, para atender à demanda populacional, que não somente operários das obras, mas um novo perfil de migrante: empresários, engenheiros, comerciantes, industriários, burocratas, funcionários públicos, etc.

Além disso, temos o aumento recorrente da violência nos bairros, e aqueles atingidos diretamente pelas obras de Santo Antônio, da ponte e dos viadutos. A falta de planejamento local anterior ao início das obras se reflete nessas questões.

Com isso, a transformação da paisagem se torna acelerada, assim como a transformação das relações sociais, e a determinação de novas normas territoriais. A figura 41 a seguir demonstra essa transformação da paisagem e o tipo característico de construção civil adquirido em função desses processos:

Figura 41: Construção de novos prédios em Porto Velho.

Descrição: Em sentido horário, a primeira fotografia mostra uma área com propensão à concentração de prédios na região central da capital, a segunda mostra a visão dos prédios (antigos e novos em construção, este em maioria) a partir da margem direita do rio Madeira, na BR-319 sentido Humaitá-AM, a terceira mostra a

¹⁰⁵ Cf. ANEXO A - Publicações em Jornais Eletrônicos e Impressos – Publicação 5.

construção de um hotel na Av. Imigrantes, também extensão da BR-319 e ao fundo a construção de um complexo condominial, e, por fim, a quarta fotografia mostra a construção do Centro Político Administrativo (CPA), nova sede do Governo do Estado de Rondônia, na Av. Farquar. Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em janeiro e junho de 2011.

Para a líder da Comissão Pastoral dos Migrantes, Maria Ozânia, os migrantes que chegam a Porto Velho para trabalharem como operários nas obras esperam por mais de três dias, pelo menos, para sua contratação. A líder afirma que Porto Velho não possuía infraestrutura para receber tal contingente populacional “(...) e os impactos são sentidos por toda a população. ‘Na saúde há um descaso grande, pois os meios existentes não suportam a demanda; o trânsito é caótico; o custo de vida é altíssimo’” (sic) ¹⁰⁶.

Dessa forma, observamos que a estrutura governamental e territorial de Rondônia não possui ainda capacidade técnica e social para receber tantos projetos em tão curto prazo, o que, sem um planejamento eficiente do território, já tem acarretado a intensificação dos problemas sociais que já existiam uma vez que isso se explica pelas tensões sociais que também são decorrentes.

Sobre isso, Milton Santos (2009, p. 112) explica que

(...) No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Outro elemento que pode municiar a discussão, ainda sobre a criação de novos conjuntos habitacionais, está relacionado ao “fetiche” gerado, sobretudo pelo setor de construção civil e imobiliário, principalmente quanto à infraestrutura, no surgimento de investimentos em “coisas” modernas.

Há, em Porto Velho, inúmeros condomínios em fase de construção com a ideia do verde, do sustentável, da comodidade e do lazer. Como exemplo disso, temos o Loteamento

¹⁰⁶ Trecho da entrevista concedida por Maria Ozânia da Silva, líder da Comissão Pastoral dos Migrantes, realizada por email pelo Instituto Humanitas Unisinos, publicada em 14 de março de 2011 com o título “Hidrelétrica de Jirau: palco de inadimplência trabalhista”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40843-hidreletrica-de-jirau-palco-de-inadimplencia-trabalhista-entrevista-especial-com-maria-ozania-da-silva->. Acesso em 27 de abril de 2012.

Bosques do Madeira em fase de construção, próximo ao canteiro de obras da hidrelétrica de Santo Antônio, às margens do rio Madeira (figuras 42 e 43):

Figura 42: Cartaz de divulgação da construção do Loteamento Bosques do Madeira na cidade de Porto Velho-RO.

Fonte: <http://www.bosquesdomadeira.com.br/>. Acesso em março/2011.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Figura 43: Localização do Loteamento Bosques do Madeira próximo às futuras instalações da hidrelétrica de Santo Antônio, Porto Velho-RO.

Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Earth 6.0.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Referimo-nos a um complexo condominial que visa atender a determinado segmento de classe, a partir de compras de terras próximas ao símbolo do desenvolvimento econômico e do progresso, mesmo lugar onde famílias foram expropriadas e onde há placas do consórcio de Santo Antônio com os dizeres “Entrada proibida. Propriedade da Santo Antônio Energia” (cf. figura 23). As placas distribuídas pela Vila de Santo Antônio, muito próxima de onde está sendo construído o loteamento Bosques do Madeira, possuem a função de alertar para os riscos que a área possui, sobretudo de alagamentos e desmoronamentos devido à obra da usina.

Entendemos que há sobre esse território numerosos interesses que, na realidade, são velados, escondidos em estratégias de utilização dos recursos existentes. Ao observarmos as imagens, o mesmo condomínio está extremamente próximo do canteiro de obras, local onde serão todas as instalações da hidrelétrica de Santo Antônio.

Paradoxalmente, temos o Bairro Novo, loteamento popular na capital, que está sendo construído à beira da BR-364, distante do centro da cidade, porém também agenciado pelas mesmas imobiliárias responsáveis por condomínios cujos apartamentos muitas vezes não tão luxuosos, custam cerca de R\$1 milhão. A Caixa Econômica Federal também tem promovido vários financiamentos para aqueles que desejam obter uma residência nesse Bairro.

Em se considerando o crescimento vertical e a construção de condomínios fechados um fenômeno comum ao crescimento urbano de uma cidade, aspectos pertencentes a várias cidades médias e grandes brasileiras, a especificidade em Rondônia se relaciona diretamente com a explosão dos condomínios num curto tempo (cerca cinco anos) em função da nova dinâmica estabelecida pelas obras.

O que pode ser tido como modernização do território, implica alguns pontos específicos que podem ser retratados como indicadores da valorização dos espaços (quase sempre acompanhada de grandes especulações imobiliárias), e como uma resignificação do território em função das políticas territoriais:

- a) a revitalização do centro de Porto Velho com a reconstituição das praças públicas e dos prédios históricos e antigos;
- b) reforma da praça da estrada de ferro Madeira-Mamoré e sua otimização enquanto ponto turístico, no estabelecimento de *quiosques* para o turista (seja local ou não). Notemos que essa obra se deu em parceria entre o consórcio Santo Antônio Energia e a Prefeitura de Porto Velho, e do mesmo local é possível enxergar o canteiro de obras da hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira. Cabe ressaltar que, mesmo com as obras de reforma, a Praça da

EFMM encontra-se sucateada, em intenso processo de desgaste, sujeira e má-utilização de seus espaços. Parte do complexo que se tornaria turístico está se deteriorando e comprometido pelo avanço das águas do rio Madeira, após a abertura das comportas da usina de Santo Antônio;

c) as obras e o setor da construção civil aquecido com o surgimento de novos e modernos prédios, tanto comerciais quanto (e principalmente) habitacionais. O surgimento do “bairro novo” também constitui um indicador, com conjuntos de habitação em lugares mais distantes dos centros comerciais da cidade, e com propagandas relacionadas;

d) o Aeroporto Internacional Jorge Teixeira, de Porto Velho, possui duas esteiras e está em fase de ampliação da pista de pouso.

Esses projetos estruturantes findam exercendo a função de agentes modernizadores do território, uma vez que novos equipamentos urbanos passam a surgir levando-nos a pensar conforme Moraes (2008, p. 97) nos diz:

(...) [O conceito de modernização], central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno (...).

Logo, o PAC se torna constituinte de uma política territorial em que a iniciativa privada se une com a quantidade financeira de dinheiro investido, a convocação de mão-de-obra, local e externa, e todo o conjunto de ações e materializações no território, o que caracteriza o novo e importante momento pelo qual passa o estado de Rondônia. Contudo, Santos (1997) diz que

Nas condições atuais, o que estamos assistindo é a política feita pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas. (...) A grande empresa se instala e chega com suas normas. E todas elas são extremamente rígidas. Essas normas rígidas da empresa são duplicadas porque as técnicas também são normas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento. Cada técnica envolve normas, regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novos tipos de norma, incluindo as normas políticas da empresa que são suas formas de relacionamento com outras empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade. Como ela é reconhecida como salvadora do lugar (...) há uma docilidade oficial e às

vezes pública em relação aos comportamentos desta empresa. Tudo isso sem contar que a sua presença muda o esquema de emprego, muda as relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, e também o orçamento público. Ele é alterado com a presença da empresa, que traz uma subversão à grande empresa, exigindo do poder público estadual e municipal que reequilibre as rubricas orçamentárias para, em primeiro lugar, servir à empresa. Então, 10 ou 20 grandes empresas que se instalam no Estado constituem um processo de desequilíbrio que fica vinculado também à possibilidade do gasto social (...). Quando se impõe uma técnica, cria-se a obrigação de trazer outras, sem as quais aquela não funciona bem. E como as empresas do Século XX, vagabundas que são não no sentido moral, mas vagabundas por não poderem ficar permanentes em lugar nenhum, no sentido de serem turistas, trabalham com a arma da chantagem frente ao Governo (chantagem que exercem para se instalarem) deste modo, o chamado poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. Na medida em que aceitamos esse nexos das grandes empresas, estamos instalando a semente da ingovernabilidade; este é um fenômeno que no Brasil, atinge uma dimensão ainda não medida.

Trata-se de uma realidade existente, e o que se leva em consideração, a princípio, são os conflitos de interesses envolvidos no interior das relações capitalistas.

Isso na realidade de Rondônia se torna claro, uma vez que, a exemplo, na implantação de uma hidrelétrica, principalmente no porte do complexo hidrelétrico do Madeira, os interesses e os conflitos se tornam evidentes, com a existência de problemas internos entre trabalhadores das usinas, inchaço urbano e impactos dos mais diversos no espaço.

Na sociedade civil, nesse caso em Rondônia, essa passagem supracitada mostra-se verdadeira até o ponto onde o capital organiza as massas para a mão-de-obra que alimentará os projetos implantados, e, em contrapartida, não há a defesa dos interesses desses que podem ser considerados os mais fracos.

Na leitura de Konder (1986, p. 34), ocorre que

O mercado capitalista vive em permanente expansão, o capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros. E as leis do mercado vão dominando a sociedade inteira: todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço. A força de trabalho do ser humano – é claro – não podia deixar de ser arrastada nessa onda; ela também se transforma em mercadoria e seu preço passa a sofrer as pressões e flutuações do mercado.

Dentro da perspectiva da mercadorização das coisas, o grande capital adentra o território criando o seu próprio ao reconfigurar aquele, incorporando em sua lógica os sujeitos nas suas diversas escalas e os agentes que possuem um papel fundamental na reprodução do capital, tais como os grandes bancos aliados às grandes corporações (figura 44).

Figura 44: Bancos envolvidos em investimentos nas obras em Rondônia. Fotografado por Luciana Riça Mourão Borges, em junho 2011.

São criados projetos, gerados os seus lucros através da mão-de-obra de assalariados, sempre criando a ilusão de que há emprego e novas oportunidades. A relação capitalista que envolve os projetos territoriais constitui uma intensa exploração do homem sobre o próprio homem, uma relação de expropriação de populações de seus lugares, de uma dinâmica baseada no consumo cada vez mais intenso e na produção de lucro cada vez maior.

Na construção das hidrelétricas isso é amplamente verificado, uma vez que milhares de trabalhadores, ao fazer paralisações e greves por melhores condições de trabalho, são simplesmente demitidos, e há, assim, a contratação pelos consórcios de novos operários. Seus direitos trabalhistas não são conquistados, além de, por muitos serem migrantes, não terem sequer a condição de voltar para suas respectivas casas (SEVÁ FILHO, GARZON e NÓBREGA, 2011, p. 62-63).

Conforme Luiz Novoa, professor da Universidade Federal de Rondônia, houve negligência pelas construtoras das usinas do Madeira. Ao se referir à rebelião dos operários de Jirau, ocorrida no primeiro semestre de 2011, explica que o ritmo e as condições trabalhistas não condizem com o cronograma estabelecido pelos consórcios de forma arbitrária, segundo ele. Ao tratarem, os consórcios, de determinadas normas e regras como meras formalidades para conseguirem as licitações para construírem, não levaram em conta que no exercício da construção, os prazos e os custos extremamente baixos inseridos nos projetos são irreais¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Trecho da entrevista concedida pelo Prof. Ms. Luis Fernando Novoa Garzón, professor da Universidade

A falta de um ordenamento do território na cidade de Porto Velho, que fosse executado a partir da grande demanda e do recebimento de tantas obras e migrantes, provocou um amplo tumulto com obras em numerosos lugares, e também com o incremento considerável da frota de veículos que, por sua vez, provocou o aumento do número de acidentes e mortes.

Quadro 17: Dados de população, frota de veículos e número de acidentes em Rondônia entre 2003 e 2009

Dados de trânsito/Ano*	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População de Rondônia	1.455.907	1.562.085	1.534.594	1.562.417	1.453.756	1.493.566	1.503.928
Frota** de veículos em Rondônia	237.141	268.414	297.234	329.232	371.445	432.249	491.853
Frota** de veículos em Porto Velho	61.714	69.141	76.840	86.039	97.319	114.232	135.430
Acidentes com vítimas (RO)	3.144	4.341	4.704	4.599	7.984	9.941	12.252
Vítimas fatais (RO)	190	358	327	313	364	472	418
Vítimas não-fatais (RO)	4.146	6.074	6.446	6.668	11.519	14.546	18.299
Atropelamento (RO)	407	474	513	483	665	865	1.078

* Dados fornecidos pelo presidente da Fecomércio-RO, Silvío Persivo Cunha, durante trabalho de campo em Rondônia em 2011.

** Frota circulante.

Fonte: IML (Instituto Médico Legal), DEDT (Delegacia Especializado em Delitos de Trânsito), PRF (Polícia Rodoviária Federal); PM (Polícia Militar); Detran-RO; Denatran-RO; IBGE.

Organizado por Luciana Riça Mourão Borges.

Luiz Novoa continua com seu raciocínio quando diz que em Porto Velho a administração pública se tornou uma aliada das empresas nas esferas municipal e estadual

Federal de Rondônia, ao Instituto Humanitas Unisinos por telefone e publicada no dia 06 de abril de 2011 com o título “**Jirau e Santo Antônio: um canteiro de revoltas**”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42116-jirau-e-santo-antonio-um-canteiro-de-revoltas-entrevista-especial-com-luis-fernando-novoa-garzon>. Acesso em 27 de abril de 2012.

recebendo contrapartidas, principalmente as de compensações sociais. As intensas manifestações sociais dos operários das usinas se caracterizam como uma “explosão” de insatisfações. Não houve preparação das localidades para receber tantas pessoas e tantas mudanças e Porto Velho não foi equipada com infraestrutura, tais como “(...) serviços urbanos, saúde, educação, transporte, e moradia para comportar o aumento populacional. Faltou ainda informação e diálogo franco com as comunidades afetadas”. Assim, os conflitos ocorrem pela falta de planejamento local visando a canalização dos recursos e das próprias obras para o desenvolvimento local, diálogo e “(...) sem qualquer disposição de estabelecer pontes de entendimento e de reciprocidade (...) [no lugar]. A resposta é uma explosão social, uma ruptura territorial, por conta da arrogância empresarial e da cumplicidade governamental. (...) o que a população que está em Rondônia receberia do Brasil não foi garantido, não foi detalhado e não foi acordado devidamente”. Conforme o professor, houve um acordo entre as elites políticas locais, as do Governo Federal e as empresas concessionárias obrigando uma rapidez para a construção das obras, “(...) fazendo com que os recursos começassem a circular nas esferas econômicas e políticas, nas contratações, subcontratações, e contribuições eleitorais”¹⁰⁸. O governo estadual também se tornou um parceiro forte nas contrapartidas para as instalações das obras.

4.3. A NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS LIÇÕES DE RONDÔNIA

Ao expor elementos argumentados daquilo que classificamos como nova configuração territorial de Rondônia é possível observar através dos números o quanto a Rondônia do início do séc. XXI tem sido modificada em relação à de anteriormente a esse marco temporal, ou mesmo àquela dos programas de colonização.

Observamos que nesse processo numerosos interesses de classe são expressos em todos os setores da economia, nos mais amplos campos da produção, da circulação, do consumo, da troca capitalista. De forma mediada pelo Estado, são providas infraestruturas e bens públicos, o que permite essa dinâmica interescolar do capital (HARVEY, 2006).

Conforme pudemos identificar em outros processos semelhantes, outras grandes obras na Amazônia, outras políticas territoriais, as intervenções governamentais e empresariais que ocorrem atualmente estão tendo consequências muito significativas. Conforme ocorreu com a construção da usina de Samuel, houve falta de diálogo entre as esferas governamentais e as

¹⁰⁸ Idem.

populações locais, do mesmo modo que a UHE se tornou insuficiente de provimento de energia para Rondônia com o passar do tempo. Os impactos ambientais foram maiores que os reais benefícios locais, uma vez que ela, sozinha, não supre a necessidade energética (FEARNSIDE, 2004). O mesmo se pode prever para as usinas do Madeira, que, proporcionalmente, seus impactos têm sido da mesma forma.

Para Ari Ott, “É tudo grandioso, grandiloquente, menos para nós moradores da região”. No início de 2012 também houve interdição da BR-364 no trecho de entrada na cidade de Porto Velho. O igarapé Bate-Estacas teve uma parte de sua tubulação rompida, com a destruição de parte de um trecho da rodovia, o que caracteriza um planejamento inadequado, característico da maioria dos projetos executados na região, e também um efeito das barragens do Madeira, uma vez que o igarapé é um afluente desse rio. “Os grandes projetos realizados em Rondônia, de modo geral, fracassaram. A Estrada de Ferro Madeira Mamoré, concluída no início do século XX como símbolo da modernidade, hoje é apenas memória mal conservada”, assim como os demais em que não se guardou a memória e o próprio Banco Mundial reconheceu a nocividade dos programas de colonização¹⁰⁹.

Conforme Becker (1990, p. 105-107), a experiência rondoniense mostra os efeitos de se permitir, de forma ordenada, induzida, obrigada, coexistir diversos sujeitos e agentes (do indígena ao grande empresário dono de mineradora) em meio ao iminente conflito. Da mesma forma se demonstra como se é criado um estado da federação construído por tantos migrantes. E, diferentemente do que Becker propõe, o que se observa não é uma luta por usos alternativos das florestas e dos recursos naturais em geral, embora isso ocorra em locais, comunidades isoladas, mas uma luta potencializada localmente para o uso extremamente predatório e esgotante desses mesmos recursos, em que se somam os naturais aos humanos.

Concordamos com a ideia de que uma nova-velha política se instala. Martins (1991, p. 76) ilustra essa questão com um exemplo referente ao período dos programas de colonização, mas que cabe ao contexto atual, em que

(...) A Amazônia é hoje uma das regiões mais tensas do país exatamente porque nela estão se acumulando tensões geradas em outras áreas, ao mesmo tempo que a reprodução deliberada e exacerbada da estrutura fundiária concentracionista (...) faz dela uma região de desespero.

¹⁰⁹ Trecho da entrevista realizada com o Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott, professor da Universidade Federal de Rondônia, pelo Instituto Humanitas Unisinos concedida por email, publicada em 21 de março de 2012 com o título “**Complexo hidrelétrico do rio Madeira: A energia gerada pelas usinas não se destina à região**”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott/507555-complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-entrevista-especial-com-ari-miguel-teixeira-ott>. Acesso em 28 de abril de 2012.

O Governo Federal, aliciado e alicerçado no grande capital empresarial assenta em localidades já pouco estruturadas a responsabilidade do provimento de soluções para o progresso do país. Não se trata mais de uma fronteira a ser desbravada, mas de uma fronteira econômica onde se reaplicam as mesmas políticas com a feição de algo moderno. São sugados todos os recursos (naturais e humanos) do lugar para o provimento, nesse caso, da energia necessária para abastecer outras regiões mais produtivas, elemento necessário, por sua vez, para garantir a circulação dos produtos, sobretudo para a exportação. Para tanto, Martins (2009, p. 80) nos revela ainda que

As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é *social*, mas a apropriação dos resultados da produção é *privada*. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades, e não uniformidades da mesma realidade econômica e social (grifos do autor).

Santos e Silveira (2011, p. 295) se referem a essas questões dizendo que

(...) as maiores empresas passam a desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia. Mediante a colaboração ou a omissão do Estado, acabam por se tornar parte e juízes em conflitos de interesse com empresas menos poderosas, não mais necessitando buscar acordo com os outros níveis empresariais, pois sua hegemonia impõe uma acomodação forçada.

Mediante o cenário exposto, entendemos que fica, assim, incumbido à administração pública local o comprometimento de catalisar os novos investimentos para a qualidade de vida da população e do ambiente local, aproveitando o momento de oportunidades para o real provimento do desenvolvimento em longo prazo da sociedade local.

O problema de uma empresa administrar uma obra, seus estudos de viabilidade e todos os seus impactos, contando com o dinheiro do Governo e com a atenção de órgãos institucionais (como o Ministério Público) apenas quando são acionados, está em tudo o que significam essas questões. Antes de existir um conjunto de empresas construindo uma obra (desde o processo de licitação, estudos, etc., até sua conclusão, operação e manutenção), o Governo deve ter aquela área planejada, algo que raramente se concretiza.

A partir disso, a obra tem início e, na ausência do planejamento, do ordenamento do território, a desestruturação se estabelece em função e decorrência das novas regras do

conjunto de empresas ali estabelecido. A participação do Governo torna-se mínima e somente quando solicitada, quando os conflitos e os problemas decorrentes se tornam difíceis de administração pelas empresas responsáveis pela obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, sugerimos que Rondônia passa por uma nova configuração territorial. Contudo, esclarecemos que consiste num processo longe de estar consolidado, frente aos acontecimentos diários dentro e fora da cidade de Porto Velho, numa dialética multiescalar. Essa tensão entre escalas ora suscitada refere-se ao que implicam essas obras em termos locais, regionais, nacionais e globais.

Em termos locais, há os impactos nas populações moradoras dos lugares onde as obras se encontram. Populações que são beneficiadas ou expulsas, populações que chegam para morar naquele espaço ou que ali permanecem, mas transferem seu modo de vida à adaptação das novas normas estabelecidas por um conjunto de empresas capitalistas mediadas pelo Estado.

O impacto regional implica na constituição de redes que ressignificam o território. Redes novas ou reutilizadas e reformadas. São redes técnicas, sobretudo de circulação e de energia, mas atuam em conjunto com uma rede política e econômica de trânsito de capital financeiro. São redes de bancos e de empresas que se beneficiam direta ou indiretamente, além de setores da economia (agrário, comercial ou industrial) que se potencializam com esses novos espaços.

Em âmbito federal, nacional, existe a instalação e execução de um poder institucional muito forte assim como a integração de uma malha econômica bem mais ampla, dadas as justificativas de demandas nacionais para se criar um complexo energético de tamanha intensidade. Isso também traz consigo um conjunto de novas vias e, consequentemente, novas redes técnicas. Para a esfera nacional, são impactos positivos do ponto de vista econômico, dentro de vários outros aspectos. Para as corporações privadas ligadas ao Estado, criam-se novas oportunidades de lucro e do sucesso na execução das obras, a qualquer custo, preferencialmente o mais baixo.

Existe uma tensão entre essas escalas porque esses fenômenos constituem uma dialética. O impacto local, embora pareça menor, certamente é o mais significativo, porque são populações, bairros, vilas ou cidades inteiras que se desestruturam, como nos casos de Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, Santo Antônio, Cai N'Água, Triângulo e Baixada União, além de muitos outros moradores na área de influência (direta e indireta) das hidrelétricas, a exemplo.

Num outro aspecto de nosso objeto de estudo, entendemos que não é apenas de uma única nova configuração territorial a que nos referimos no decorrer dessa pesquisa, mas de um processo, conforme mencionado anteriormente, que existe ainda em formação, em que coexistem dinâmicas resultantes na configuração do território, que por sua vez se torna maleável, fluido. Isso significa que, por ser um processo em acontecimento, em construção, a configuração territorial que traçamos hoje não levará mais tanto tempo (como de um ciclo – Polonoroeste – a outro – PAC – com um intervalo de mais de 20 anos) devido à fluidez e à rapidez dos processos atuais.

Certamente teremos um processo consolidado nos próximos anos após a finalização das obras. Um cenário que podemos suscitar pode incluir o estabelecimento de grupos empresariais no ramo das engenharias e da construção civil, criando-se uma rede industrial no eixo urbano principal de Rondônia, em conjunto com uma rede agroindustrial já existente nesse mesmo eixo. Um novo período de recessão pode ser possível, mas no território já haverá estruturas técnicas, objetos fixos, e instituições do capitalismo que poderão definir qual a atividade que renderá maior lucro.

Não afirmamos, porém, que essa seja a melhor solução para as dificuldades econômicas e políticas rondonienses, pois, dentro de uma visão dialética, a população oprimida continuará, dentro de uma lógica capitalista, sofrendo expropriação, expulsões, conflitos com grandes empresários, assim como já ocorre no campo, uma vez que camponeses são expulsos de suas terras para darem lugar às grandes extensões sojeiras, que subsidiam a demanda da agroindústria.

Assim, nos engajamos num estudo de uma realidade espaço-temporal específica de um período, para projetar uma configuração territorial de um momento breve na escala do espaço e do tempo da inserção das políticas territoriais em Rondônia, com a ousadia de criar essa definição. Mas não há a pretensão de afirmar isso como sendo a única realidade, estática no espaço e no tempo, visto que essa realidade se modifica a cada dia com cada migrante novo que chega, com cada nova empresa contratada pelos consórcios para repararem um dano não previsto nos relatórios de impacto. Pretendemos realizar um diagnóstico de um processo em andamento.

Em podendo mencionar algumas conclusões a que chegamos com essa pesquisa, temos as seguintes:

- O discurso utilizado para a ocupação da Amazônia e utilização de recursos naturais e recursos humanos para tal finalidade (o dos projetos de colonização das décadas de 1970 e

1980) não é de todo diferente do que ora se utiliza para a implantação dos programas governamentais e das políticas territoriais.

- Consideramos o Estado moderno amplamente aberto às determinações econômicas mundiais e cada vez mais com a inserção de corporações privadas no seu âmbito, o que não implica na modernização da prática de reprodução do capital com atividades econômicas em grande escala. Ou seja, embora tenha ocorrido uma mudança dentro do Estado, essa mesma estrutura tem sido utilizada para o fortalecimento daquilo que já existia em projeto anteriormente, e que naquela época foi materializado em projetos de ocupação e migração, e hoje se refaz com projetos de infraestrutura modernizados e potencializados. Mais uma vez referimo-nos ao discurso estatal. Em essência, o Estado permanece executando, pelo menos na Amazônia, a mesma forma de ocupação, de projeção de integração do território e utilização de seus recursos naturais e sociais, mas agora por braços empresariais.

- As políticas governamentais não têm o comprometimento com a sociedade local para a concretização de seu desenvolvimento. São programas que visam o crescimento econômico, mas subjugam amplamente a sociedade menos ou nada abastada, que “serve” como mão-de-obra. Esses programas e projetos beneficiam amplamente o setor da indústria e do comércio em âmbito corporativista e patronal.

Com isso, transitamos do território federal de Rondônia composto por colonos das diversas regiões brasileiras e por grandes empresários dispostos a enriquecerem no grande Eldorado, até o estado rondoniense composto por obras de grande porte, com diversificados migrantes com o intuito de também de explorar esse novo Eldorado.

Verificamos que após uma intensa política governamental de colonização e inserção do grande capital internacional no território até o final da década de 1980 há um momento aparente de letargia econômica e política, mas que constitui um período que irá determinar e consolidar a base territorial configurada para os projetos seguintes (como o PAC).

Esse contexto constitui a ocasião do estabelecimento de uma política ambiental com uma aparente eficiência, mas que, paradoxalmente e dialeticamente, irá ter responsabilidade sobre as únicas manchas de florestas que existem atualmente, como sobre o avanço das atividades produtivas da agropecuária e sua indústria.

Em seguida, observamos que os programas que se estabelecem a partir de meados da década de 1990 até o atual PAC (desde 2007) são repetições de projetos que já existiam, bem como continuções de ideologias governamentais que, embora se aparentem modernizadas,

permanecem com uma prática e um discurso desde governos estadistas das décadas de 1940 e 1950. Logo, as rodovias traçadas há 50 anos passam a ser concretizadas, juntamente com os planos energéticos e as hidrelétricas projetadas desde a década de 1970. Mas, antes mesmo dos governos estadistas de 1940 e 1950, vemos que a integração do território continua a ser o “carro-chefe” governamental, desde visões de Marechal Rondon, quando da criação das linhas telegráficas e da abertura oficial para as terras desconhecidas da Amazônia.

A realidade da primeira década do século XXI na Amazônia se mostra repleta desses megaempreendimentos, agora sem os obstáculos do desconhecido, as barreiras intransponíveis das áreas intransitáveis, e do impossível. Toda e qualquer obra projetada está em fase de construção ou mesmo de conclusão num contexto em que mesmo a Lei se torna instrumento frágil, diante da possibilidade de barrá-las.

Na cidade, estruturas sociais e culturais inteiras são ressignificadas, modificadas. No campo, há uma intensa modificação da lógica das relações sociais, onde a função social da terra se transforma em função econômica do capital. Na floresta, não se respeitam a cultura e os limites oficiais dos territórios (tais como os indígenas).

Pudemos verificar ao finalizar nosso estudo que há a oportunidade da discussão de todas essas várias questões atreladas ao momento em que o país “vive” de grandes obras de infraestrutura e da intensa participação de empresas, sobretudo multinacionais nesse processo. Entendemos que as atuais obras são responsáveis pela exclusão de várias populações, entre elas populações tradicionais, camponesas, indígenas e quilombolas.

Essas mesmas obras constituem estratégias do Estado e das empresas, para fomentar a contínua reprodução do capital, com o aquecimento da economia, as exportações, as trocas, a circulação, a expansão, a instalação dessas empresas em territórios “pouco desenvolvidos”.

Da mesma forma que, com isso, setores tais como do agronegócio, do comércio e da indústria são potencializados e dinamizados, beneficiando-se ativamente em detrimento de demais, como as populações supracitadas.

Assim entendemos que as intervenções estatais e empresariais no território redefinem relações sociais, estabelecem novas normas e novas lógicas, sobretudo comerciais, e sobrepujando os lugares que ora pertenciam a essas populações.

No pós-2010, ainda terá a continuidade do PAC-2, com as mesmas obras, a mesma lógica e as mesmas ações. A partir do que analisamos aqui, veremos que efeitos mais consistentes dessas intervenções surgirão, o que caberá a continuidade do estudo do tema aqui proposto.

Nesse sentido, abre-se aqui o precedente para afirmar que, devido à continuidade das obras após a finalização de nosso estudo, ainda haverá o que se investigar e que nossa contribuição ocorre na promoção de um conjunto de dados e informações que se somam aos necessários estudos futuros durante e após as obras, na análise do contexto, ou da configuração territorial que terá Rondônia quando sua nova fronteira do progresso estiver inicialmente consolidada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. **Trabalho de Campo: Uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** In: BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, SÃO PAULO, nº 84, p. 7-24, 2006.

BARROS, A. C. *et. al.* Os custos ambientais do programa Avança Brasil. In: KOHLHEPP, G. *et alli.* **Amazônia: Avança o Brasil?** Cadernos Adenauer II, nº. 4. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, setembro de 2001.

BASA, Banco da Amazônia SA. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia: Impactos e oportunidades. **Revista Contexto Amazônico.** Ano 2, n. 13., jan. 2009. Disponível em www.bancoamazonia.com.br. Acesso em 20 de junho de 2012.

BASA, Banco da Amazônia. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010.** Estado de Rondônia, 2010.

BARTHOLO JR, R. S; BURSZTYN, M. **Amazônia Sustentável: estratégia de desenvolvimento - Rondônia 2020.** Brasília: IBAMA, 1999.

BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia:** a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 2, 2001.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território.** Brasília: UNB, 1990.

BORGES, C. J. **PROFESSORES LEIGOS EM RONDÔNIA: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP.** Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, 2011. Disponível em http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2_011/borges_cj_dr_arafcl.pdf. Acesso em 13 de junho de 2012.

BORGES, L. R. M. **Hidrovia do Madeira:** Análise da Dinâmica Socioambiental no Distrito de Mutum-Paraná. Relatório de PIBIC. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial, 1988.

BRASIL, Governo Federal. **Ações Federais: 1995-2002**. Rondônia. s/d, 24 p. Disponível em <http://www.abrasil.gov.br/estados/>. Acesso em 10 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 1º Balanço do PAC. Janeiro a abril de 2007d. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 7º Balanço do PAC – Janeiro a abril de 2009. Maio de 2009b. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 10º Balanço do PAC. Maio de 2010c. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 11 de junho de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Balanço de 4 anos do PAC. Dezembro de 2010b. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Material para a imprensa. s/d. Disponível em http://www.info.planalto.gov.br/download/pdf/PAC_internet.pdf. Acesso em 20 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. 22 de janeiro de 2007a. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf. Acesso em 20 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Romper barreiras e superar limites. Investimento em infra-estrutura. 23 de janeiro de 2007b. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_pac_infra-estrutura.pdf. Acesso em 20 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento: Rondônia**. 8º balanço. Maio a agosto de 2009a. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/esta-duais/rondonia-1>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento: Rondônia**. Balanço de 4 anos – 2007-2010. Dezembro de 2010a. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2**. Relatório 4 – Transportes. Disponível em http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/pac2_relatorio_4.pdf. Acesso em 22 de maio de 2012.

BRASIL. **Lei Federal nº. 11.653 de 7 de Abril de 2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Lei/L11653.htm. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASIL. **Medida Provisória Nº. 2166 de 24 de agosto de 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm. Acesso em 05 de junho de 2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 – Plano 2010. **Relatório Executivo**. Rio de Janeiro: MME – Eletrobras, dezembro de 1987.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento**. Processo de Elaboração. Abril de 2007c.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: Balanço de 3 anos**. Brasília, Março de 2010. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 11 de junho de 2012.

BRASIL, Programa Avança Brasil. **Avaliação dos Programas: Desenvolvimento da Infra-Estrutura Portuária**. 2002. Disponível em http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/113/prog113.htm. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL, Senado Federal. **O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003.

CAVALCANTE, M. M. de A.; SANTOS, L. J. C. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. *Confins [Online]*. 15 | 2012. Posto online em 23 de junho de 2012. Disponível em <http://confins.revues.org/7758>. Acesso em 27 de junho de 2012.

CAVALCANTE, M. M. de A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G. da C.; LOBATO, L. C. H. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil). *Confins [Online]*. 11 | 2011. Posto online em 27 de março de 2011. Disponível em <http://confins.revues.org/6924>. Acesso em 27 de junho de 2012.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Transformações Territoriais no Alto Rio Madeira: Hidrelétricas, Tecnificação e (Re)Organização**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

COSTA, W. M. da; BECKER, B. K.; ALVES, D. S. (orgs.). **Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera na Amazônia**. São Paulo: EDUSP, 2007. 178p.

COY, M. Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica. Organização do Espaço, Conflitos de Interesses e Programas de Planejamento Dentro de uma Região de “Fronteira”: O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. & BECKER, B. (orgs.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris ORSTON, 1988.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

DEYON, P. O desenvolvimento territorial: contexto histórico. **França**. Março de 2001.

DHESCA BRASIL, Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente – Plataforma Dhesca Brasil. **Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira**. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, abril de 2011. Disponível em [ht](http://www.dhesca.org.br/)

[tp://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf). Acesso em 24 de maio de 2012.

DIAS, L. C. O sentido da rede: nota para discussão. *In: Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

DOMINGUES, C. M. A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do Noroeste. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH: Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, 2010. ISBN 978-85-60979-08-0. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonA_NPUHCesarMachado.pdf. Acesso em 10 de julho de 2012.

ELETROBRAS. **Plano Decenal: Plano de expansão do sistema elétrico 2011-2020**. Rio de Janeiro: Eletrobras, 2010b.

ELETROBRAS. **Plano de Expansão do Sistema Elétrico da Eletrobras Distribuição Rondônia**. Versão prévia em formato Word. Porto Velho: Eletronorte, 2010c.

ELETROBRAS. **Sumário Executivo: Plano de expansão do sistema elétrico 2011-2020**. Rio de Janeiro: Eletrobras, 2010a.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In: SACHS, W. (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 59-83.

FAUSTO, R. **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: O Capital e a Lógica de Hegel**. Discurso. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 20, p. 41-77, 1993. Disponível em http://www.fflch.usp.br/df/site/publicacoes/discurso/pdf/D20_Dialectica_marxista_Dialectica_hegeliana.pdf. Acesso em 15 de julho de 2012.

FEARNSIDE, P. M. **A Hidrelétrica de Samuel: Lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia**. Tradução. 2004. Disponível em http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/SAMUEL-EM-3-port-2.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

FEARNSIDE, P. M.; FERREIRA, G. de L. Roads in Rondonia: Highway construction and the farce of unprotected reserves in Brazil's Amazonian forest. **Environmental Conservation**, 11(4): 358-360, 1985.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, R. C. **A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003**. IPEA – Texto para discussão nº. 726. Brasília, 2000.

GOMES, A. D. A luta pela terra na Amazônia: análises da atuação da liga dos camponeses pobres no estado de Rondônia. *In*: BORRERO, A. M. V.; MIGUEL, V. V. R. (orgs). **Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.

GOTTMAN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

GRESPLAN, J. **A dialética do avesso**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 14, p. 26-47, 2002.

GUTBERLET, J. **Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica**. São Paulo: Revista Estudos Avançados – USP, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46_a13.pdf. Acesso em 27 de junho 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRSCH, J. ¿QUÉ SIGNIFICA ESTADO? REFLEXIONES ACERCA DE LA TEORÍA DEL ESTADO CAPITALISTA. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 165-175, jun. 2005.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Sociologia Brasileira, v. 11., 1979.

IANNI, O. **Dialética e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

IBAMA. **Parecer Técnico Nº. 014/2007**. Brasília, 2007

INFRAERO, Assessoria de Imprensa. **Fluxo de passageiros em Porto Velho cresce 32% em 2009**. 22 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/iempreza/noticias/3776-2201-fluxo-de-passageiros-em-porto-velho-cresce-32-em-2009-.html>. Acesso em 21 de maio de 2012.

INFRAERO, Aeroporto Internacional de Porto Velho. **Histórico**. s/d. Disponível em <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/rondonia/aeroporto-internacional-porto-velho/historico.html>. Acesso em 21 de maio de 2012.

KOHLHEPP, G. A Amazônia frente a um novo desafio: o desenvolvimento sustentável e o programa Avança Brasil. *In*: KOHLHEPP, G. *et. alli*. **Amazônia: Avança o Brasil?** Cadernos Adenauer II, nº. 4. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, setembro de 2001.

KOHLHEPP, G. Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira. IEA/USP São Paulo. *In*: **Revista Estudos Avançados**, Vol. 16, N 45, Maio/Agosto 2002.

KONDER, L. **O que é dialética**. 15ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.

LEÃO, A. C. de SÁ; AZANHA, G.; & MARETTO, L. C. Diagnóstico Final e Avaliação de Impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-WauWau. *In: Estudo Socioeconômico Sobre as Terras e Povos Indígenas Situados na Área de Influência dos Empreendimentos do Rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antonio)*. Brasília, 2004.

LISBOA, M.; BARROS, J. N. **Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira**. Relatório de Missão realizada ao Estado de Rondônia entre os dias 15 e 19 de novembro de 2007. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DHESCA, abril de 2008. Disponível em http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/143_Viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos%20humanos%20ambientais%20no%20complexo%20madeira.pdf. Acesso em 24 de maio de 2012.

LOW-BEER, J. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO HISTÓRICA (1950 a 1997). **Espaço & Geografia**, Vol.5, N. 2 (2002), 65-100.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. de S. Migrações e tensões sociais na Amazônia. *In: Expropriação e Violência: A questão política no campo*. 3 ed., p. 61-84. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS JUNIOR, C. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 2001.

MEIER, G. M.; BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MEIRELLES, E. PAC, um Plano para Acabar com as Comunidades. *In: Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Edição de Novembro de 2009. Disponível em <http://www.esplar.org.br/download/Contra%20Corrente2.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2012.

MELLO, N. A. de. As iniciativas sociais e desenvolvimento sustentável na Amazônia. *In: GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 16, pp. 87-109, 2004.

MELLO, N. A. de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, N. A. de.; THÉRY, H. A Armadura do Espaço Amazônico: eixos e zoneamentos. *In: ALCEU*, v.1, n.2, pg. 181-214, jan/jul 2001. Disponível em http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n2_Mello%20e%20Thery.pdf. Acesso em 31 de março de 2012.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. Belém: **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo, Geografia e Meio ambiente**. Tese de Livre Docência. DG/FFLCH/USP, 2000.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4ª. edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R., **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

NAHUM, J. S. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. Tese de doutorado. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2006.

NUNES, D. D. **Hidrovia do Madeira: (re)configuração espacial, integração e meio ambiente**. Belém, 2004, 358 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar Para Não Entregar: Políticas públicas e Amazônia**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. Série Educando.

OTT, A. M. T. **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o Planaflo em Rondônia**. Tese de doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2002.

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano II, No 5, 1999b.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia: A trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PEREIRA, M. F. V. **O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento**. Revista INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 63-69, Set. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a07v8n13.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2012.

PIBEX, Programa Institucional de Bolsas de Extensão. **Projeto de Pesquisa e Extensão: “Desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no município de Porto Velho”**. Ano 2009. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2010. Disponível em http://www.cienciassociais.unir.br/menus_arquivos/257_desestrutacao_social_e_ambiental_das_comunidades_ribeirinhas_urbanas_e_rurais_no_municipio_de_porto_velho.pdf. Acesso em 24 de maio de 2012.

PINHEIRO, J. do A.; SILVA, J. L. G. da. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: abandono e destruição do patrimônio histórico e cultural. In: **Anais do XIV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, X Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação, IV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica Júnior**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2010. Disponível em http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0068_0090_01.pdf. Acesso em 16 de julho de 2012.

PINTO, E. P. **Território Federal do Guaporé: Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil**. Rio de Janeiro: VIAMAM, 2003.

PRADO JR., C. **Notas introdutórias à lógica dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

RAVENA, N.; TEIXEIRA, E. F. Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos. Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC), Instituto de

Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). **Revista Ponto de Vista**, nº. 10, outubro de 2010. Disponível em [http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto de vista 01outubro2010.pdf](http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20vista%2010outubro2010.pdf). Acesso em 14 de julho de 2012.

RONDÔNIA. **Decreto Nº. 3782 de 14 de junho de 1988**. Define a política de ordenamento ambiental para a ocupação racional das terras rurais do Estado de Rondônia, segundo o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia e dá outras providências. In: RONDÔNIA. PLANAFLORO. Cartilha. Rondônia: Seção de Arquivos da Biblioteca do PLANAFLORO da Secretaria do Estado de Rondônia, 1990.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº. 41 de 22 de dezembro de 1981**. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=135>. Acesso em 13 de junho de 2012.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº. 233, de 06 de junho de 2000**. Disponível em http://www.mp.ro.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=caecf7a6-7b37-4e21-a96b-5992b38248c6&groupId=41601. Acesso em 05 de junho de 2012.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº. 312 de 06 de maio de 2005**. Disponível em http://www.sedam.ro.gov.br/images/stories/lic_propriedade_rural/DLFE-66.pdf. Acesso em 05 de junho de 2012.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº. 308 de 09 de novembro de 2004**. Disponível em <http://www.rondonoticias.com.br/?noticia,20137,cassol-destaca-lei-que-beneficia-unio-bandeirante-e-jacinto>. Acesso em 05 de junho de 2012.

RONDÔNIA. **PLANAFLORO**. Cartilha. Rondônia: Seção de Arquivos da Biblioteca do PLANAFLORO da Secretaria do Estado de Rondônia, 1990.

RONDÔNIA, Secretaria do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2002c.

RONDÔNIA, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES). **Relatório Sócio-Econômico de Rondônia. Oportunidades e Desafios**. Arquivo em formato pdf. 03 de junho de 2011.

RONDÔNIA. SEPLAD/PLANAFLORO/PNUD BRA/00/004. **PLANAFLORO: Realizações e Projetos Para Rondônia**. Cartilha. Porto Velho, 2002a, 24 p.

RONDÔNIA. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**. Cartilha. Porto Velho, Rondônia: PLANAFLORO, 2002b.

RONDÔNIA. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia: Um instrumento de Gestão Ambiental a Serviço do Desenvolvimento Sustentável de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2007. Disponível em <http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/acervo-tecnico-zoneamento/cartilha-zeero.html>. Acesso em 05 de junho de 2012.

SAMPAIO JR, P. A. Notas sobre o PAC: Um passo atrás. **Ciclo de Seminários sobre o Programa de Aceleração do Crescimento**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.coreconrj.org.br/ced/artigo_plinio_seminario_pac.pdf. Acesso em 24 de maio de 2012.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 4. ed., 2009.

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. *In: Cadernos do Legislativo*, Belo Horizonte, julho de 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SÁTYRO, P. B. **Surgimento, evolução e divisão do IBAMA**. Monografia. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Curso de Engenharia Florestal, 2008. Disponível em <http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2007II/Pericles%20Bonfim%20Satyro.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2012.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo**. São Paulo: SBPC. 2011. Disponível em http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/codigo_florestal_e_a_ciencia.pdf. Acesso em 12 de julho de 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEVÁ FILHO, A. O.; GARZON, L. F. N; NÓBREGA, R. da S. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e passivo social e ambiental. *In: BORRERO, A. M. V.; MIGUEL, V. V. R. (orgs). Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SILVA, R. G. C. **Avanço dos Espaços da Globalização: a produção da soja em Rondônia**. Porto Velho, 2005, 168 f. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia: Conflitos na produção e uso do território no período de 1970 a 2010**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2010.

SOUZA, M. de (org.). **Caravana da integração Brasil-Peru-Bolívia: a saída para o pacífico**. Série Ideias e Propostas. Porto Velho: CNI/FIERO, 1993.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 77-116.

STEINBERGUER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. *In: STEINBERGUER, Marília (org.) et. alli. Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, p. 29-82.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. da. **História Regional: Rondônia**. 2ª edição. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. *In: ESTUDOS AVANÇADOS* [on-line], vol. 19, no. 53, 2005.

THÉRY, H. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia.** Tese de doutorado. França, Paris: Universidade de Paris I – École Normale Supérieure. Traduzido para o português. 1976.

TOCANTINS, L. LX – O Tratado de Petrópolis. *In: Formação histórica do Acre.* Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Nacional de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979, p. 253-275.

THWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

VALLAUX, C. **El Suelo y el Estado.** Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.

VALVERDE, O. **A organização do espaço na faixa da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1989.

VENTURI, L. A. B. **O papel da técnica no processo de produção científica.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 69-76, 2006.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório.** 1ª. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. v. 1. 239 p.

VIANA, J. P. S. L.; VASCONCELLOS, P. M. C. de; MIGUEL, V. V. R. **Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas.** Porto Velho: EDUFRO, 2011.

VIANA, N. A Constituição das Políticas Públicas. **Revista Plurais (Online)**, v. 1, p. 94-112, 2006.

ZAGALLO, J. G. C.; LISBOA, M. **Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira.** DHESCA BRASIL, Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente – Plataforma Dhesca Brasil. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, abril de 2011. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_dhescas_miss_ao_rio_madeira.pdf. Acesso em 24 de maio de 2012.

SITES CONSULTADOS

<http://www.abrasil.gov.br/>

<http://www.br429.net/>

<http://www.brasil.gov.br/pac/>

<http://cptrondonia.blogspot.com.br/>

<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/>

<http://www.grupocassolenergia.com.br/>

<http://www.ihu.unisinos.br/>

<http://www.infraero.gov.br/>

<http://www.mabnacional.org.br/>

<http://www.santoantonioenergia.com.br/>

<http://www.sedam.ro.gov.br/>

<http://www.seplan.ro.gov.br/>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>

<http://www2.planalto.gov.br/>

<http://www2.transportes.gov.br/>

APÊNDICE

APÊNDICE A

Quadro descritivo da localização da BR-429:

UF	Local de início	Local de fim	Km inicial	Km final	Extensão	Superfície federal
RO	Entr BR-364(a) (Ji-Paraná)	Entr BR-364(b) (Presidente Médici)	0,0	41,0	41,0	Pav
RO	Entr BR-364(b) (Presidente Médici)	Entr RO-135 (p/ Nova Londrina)	41,0	53,0	12,0	Pav
RO	Entr RO-135 (p/ Nova Londrina)	Fim do trecho pavimentado	53,0	76,5	23,5	Pav
RO	Fim do trecho pavimentado	Entr RO-010(a) (p/ Urupá)	76,5	82,5	6,0	Imp
RO	Entr RO-010(a) (p/Urupá)	Entr RO-473 (Alvorada do Oeste)	82,5	93,5	11,0	Imp
RO	Entr RO-473 (Alvorada do Oeste)	Entr RO-010(b) (p/ Nova Brasilândia)	93,5	105,5	12,0	Imp
RO	Entr RO-010(b) (p/ Nova Brasilândia)	Entr RO-481 (São Miguel do Guaporé)	105,5	160,5	55,0	Imp
RO	Entr RO-481 (São Miguel do Guaporé)	Seringueiras	160,5	199,5	39,0	Imp
RO	Seringueiras	Entr RO-377 (São Francisco do Guaporé)	199,5	258,5	59,0	Imp
RO	Entr RO-377 (São Francisco do Guaporé)	Rio São Domingos	258,5	318,5	60,0	Imp
RO	Rio São Domingos	Entr RO-478 (front Brasil/Bolivia) (Costa Marques)	318,5	384,5	66,0	Imp

Fonte: <http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/3-loc-rodo/loc-rodo/br-429/gbr-429.htm>

APÊNDICE B

APÊNDICE C

ANEXOS

ANEXO A

PUBLICAÇÕES EM JORNAIS ELETRÔNICOS E IMPRESSOS

Publicação 1:

11/05/12	Comissão aprova gasoduto Urucu/Porto Velho
<div style="text-align: center;"> <h2 style="margin: 0;">Agência Câmara de Notícias</h2> <p style="margin: 5px 0 0 0;">23/06/2006 18:34</p> <h1 style="margin: 10px 0 0 0;">Comissão aprova gasoduto Urucu/Porto Velho</h1> </div> <p style="margin-top: 20px;">A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou, no último dia 21, o Projeto de Decreto Legislativo 1826/05, da deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), que autoriza a implantação do gasoduto Urucu/Porto Velho nos estados do Amazonas e de Rondônia, e da proposta apensada, o PDC 1827/05, que trata do mesmo assunto.</p> <p>A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o texto, como recomendou o relator Leonardo Monteiro (PT-MG), nos termos de substitutivo aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Ele assegura às comunidades indígenas e ribeirinhas medidas compensatórias por danos ou prejuízos provocados pelo empreendimento. O substitutivo retirou do texto original a especificação dos estudos a serem realizados antes da implantação do gasoduto - como os de impacto ambiental e os de natureza antropológica.</p> <p>Riscos Leonardo Monteiro ressalta que a licença ambiental poderá ser suspensa ou cancelada se for detectado que o gasoduto possa causar riscos ambientais e de saúde. Segundo Monteiro, somente em Rondônia o gasoduto evitará a queima diária de 1,5 milhão de litros de óleo diesel pela usina termelétrica de Porto Velho e a emissão de considerável volume de gases do efeito estufa. "Julgo que estejam cumpridas as exigências legais para a implantação do gasoduto", avalia Monteiro.</p> <p>Tramitação A proposta será analisada pelas comissões de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.</p> <p>Reportagem - Adriana Resende Edição - Sandra Crespo</p> <p style="margin-top: 10px;">(Reprodução autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara')</p> <p style="margin-top: 20px;">Agência Câmara Tel. (61) 3216.1851/3216.1852 Fax. (61) 3216.1856 E-mail: agencia@camara.gov.br SR</p>	
www2.camara.gov.br/agencia/noticias/90596.html 1	

Publicação 2:

11/05/12

Fecomércio cobra construção do gasoduto Urucu-Porto Velho - Energia e Meio Ambiente - Portal Gente...

Fecomércio cobra construção do gasoduto Urucu-Porto Velho

05/07/2011 - 08:34

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia (Fecomércio) vai aproveitar a visita da presidente Dilma Rousseff a Porto Velho (RO), nesta terça-feira (5), para defender a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. A federação alega que a construção do duto é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e sustentável da região Norte.

O gasoduto Urucu-Porto Velho substituirá o uso de óleo diesel por gás natural no processo de produção de energia elétrica, lenha nas padarias, cerâmicas, além de atrair novos investimentos para a região.

O presidente da Fecomércio, Raniery Coelho, apoia a construção do gasoduto e vai colaborar para que a obra seja viabilizada. "O gasoduto Urucu-Porto Velho será um atrativo para que outras empresas se estabeleçam na região, amenizando a queda abrupta dos postos de trabalho ao término das obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Com o término da construção das usinas o Estado pode aproveitar a mão de obra", explicou.

Segundo ele, "entre as vantagens do gasoduto, está o uso de um novo tipo de combustível veicular, menos agressivo ao meio ambiente e ainda a geração de energia no período de seca", ressaltou Coelho.

Entenda o gasoduto

O gasoduto Urucu-Porto Velho permitirá a chegada de gás natural à capital rondoniense e vai possibilitar a diminuição na emissão de poluentes na geração de energia elétrica. O duto terá 523 km ligando a bacia petrolífera de Urucu, no interior do Amazonas, a Porto Velho. O resultado será mais energia elétrica com menos custos e poluentes para os Estados de Rondônia e do Acre.

(Patrícia Vasconcelos e Marilza Rocha - Agência Informe)

Comentários

[Enviar comentário](#)

Comentários Facebook

É autorizada a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, informando a fonte Gente de Opinião.
E-mail: energia@gentedeopinioao.com.br - Fone: (69) 3223-2387
Av. Campos Sales, 3071 (Esquina com Quintino Bocaiuva) - Bairro: Olaria - CEP: 78900-970 - Porto Velho - RO
<http://www.gentedeopinioao.com.br/energiameioambiente/>
Desenvolvimento: Rodrigo Goes & Allison Clinton

Publicação 3:

11/05/12
RONDÔNIA: Raupp defende construção de gasoduto Urucu/Porto Velho para evitar desperdício - Notici...

Sexta-Feira 11 de Maio 17:53:06

Página Inicial
Quem Somos
Fale Conosco
PodCast Ariquesmes 190 - Play para ouvir
0:00
buscar notícia

Início » Notícias » Rondônia » Exibindo Notícia

Categorias

- Ariquesmes
- Artigos
- Brasília
- Brasil
- Capital
- Entretenimento
- Esporte
- Estudos Bíblicos
- Internacional
- Mundo
- Municípios
- Política
- Rondônia

Data: 29/04/2011

RONDÔNIA: Raupp defende construção de gasoduto Urucu/Porto Velho para evitar desperdício

Em pronunciamento nesta terça-feira (19), o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu investimentos em infraestrutura como forma de evitar o desperdício de 15 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano. Segundo o senador, o gás extraído junto com o petróleo é queimado nas plataformas por falta de transporte. Estamos queimando por queimar, sem aplicar na atividade produtiva, cerca de 11% de toda a produção nacional de gás natural, segundo números da Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), quando o ideal, de acordo com padrões internacionais, seria uma perda de, no máximo, quatro por cento - explicou.

Segundo o senador, a situação se deve principalmente à urgência com que o país se lançou à exploração e à produção de petróleo em alto-mar, gerada pelas incertezas do mercado energético mundial. Essa urgência, de acordo com Raupp, teria provocado adiamento da instalação da infraestrutura do escoamento e comercialização do gás natural.

Na situação presente, segundo especialistas do setor, o custo de implantação nas plataformas marítimas da infraestrutura para o escoamento simplesmente não é compensado pelo preço do gás natural no mercado, dada a pequena quantidade de gás produzida em cada plataforma e a incerteza sobre o consumo do gás.

Raupp defendeu uma política ampla para o gás, que contemple o consumo, com a garantia do fornecimento a residências e veículos automotores e a produção, com a possibilidade estocagem e fornecimento a termelétricas, em caso de emergência nos reservatórios das hidrelétricas. Para isso, segundo ele, seria necessário construir plantas de liquefação de gás natural e construir navios que possibilitariam a exportação.

Essas são medidas que implicarão gastos sem dúvida vultosos de infraestrutura, mas que resultarão em economia relevante para o país - defendeu, acrescentando que a ANP tem se esforçado para combater o desperdício.

Audiência com o ministro Edison Lobão

Raupp informou que vários senadores, entre eles Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (PMDB-AM) participaram, às 18h30 de ontem (19/04), de audiência com o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, para tratar dos apagões que vêm ocorrendo na região Norte do Brasil. Na ocasião, o senador defendeu a construção do gasoduto e explicou a respeito dos apagões que ocorreram, nos últimos dias, no estado de Rondônia.

Para ele, especialmente no período da seca, é importante que a geração de energia seja sustentada por meio de usinas termelétricas, que poderiam usar o gás em vez de carvão. Para isso, defendeu a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, que garantiu já ter projeto e licença ambiental aprovados.

Neste sentido, o senador esteve esta semana na Petrobrás, no Rio de Janeiro, quando participou de uma reunião com Maria das Graças Foster, diretora de gás e energia daquela empresa. Reivindiquei mais uma vez a construção do gasoduto Urucu/Porto Velho, disse o senador. A diretora da Petrobras voltou a dizer que o gasoduto é viável, economicamente, frisou Raupp.

FONTE: ASSESSORIA

Tudo conteúdo desta matéria jornalística é de total responsabilidade de seus idealizadores.

www.ariquesmes190.com.br
Copyright © 2008 - 2012 Todos os direitos reservados
Site desenvolvido por TecMarte

www.ariquesmes190.com.br/noticia.php?id=5833

Publicação 4:

05/06/12

Barragem de Santo Antônio causa desbarrancamentos no rio Madeira | Água e energia não são merca...

Barragem de Santo Antônio causa desbarrancamentos no rio Madeira

Publicado em 1ar, 31/01/2012 - 10:22

Do Diário da Amazônia

Até a próxima sexta-feira, a Santo Antônio Energia (SAE), concessionária responsável pela construção da usina hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, deve apresentar um novo estudo sobre o impacto da abertura das comportas da UHE nos desbarrancamentos recentes na margem direita do rio Madeira, que resultou na transferência de 52 famílias para hotéis de Porto Velho no último final de semana.

Segundo o tenente José Marco Betti, diretor de operações da Defesa Civil, o estudo ficou acertado com representantes da SAE, em reunião na última quinta-feira, onde foi estabelecido um prazo de oito dias para a entrega do relatório. De acordo com o tenente-coronel Reinaldo Silva, coordenador Municipal da Defesa Civil, a vistoria realizada nas residências, em decorrência do desbarrancamento acelerado, serviu para avaliar quais as moradias estão em condições precárias e mandar o relatório ao Ministério Público do Estado. Com as informações, o MPE acionará um geólogo.

Citando a recorrência da situação em Porto Velho, o tenente Marco lembrou que há vários anos a cheia 'leva um pedaço de terra'. Porém, o diretor afirma que, por conhecer o rio, ele observa que o comportamento está diferente. "O rio sempre levava, mas agora bate com muita força. A gente não sabe ainda se é por causa da abertura das comportas, mas o estudo vai dizer".

O tenente visitou a área do bairro Triângulo na sexta-feira, junto a uma equipe da defesa civil e disse que, a olho nu, é possível perceber que as comportas estão direcionadas para a margem direita e que "o lado esquerdo está intacto".

Em nota oficial, a Santo Antônio Energia afirma que os estudos sobre os eventuais impactos nas encostas do bairro Triângulo continuam sendo realizados por uma empresa especializada independente, contratada pela concessionária, conforme acordado com o corpo técnico do Ministério Público Estadual e da Defesa Civil de Rondônia.

Desbarrancamentos são recorrentes

Durante os últimos anos, o Diário registrou o histórico de desbarrancamentos em diversas áreas que margeiam o Madeira. Em janeiro de 2009, os moradores do distrito ribeirinho de São Carlos, localizado a 70 quilômetros de Porto Velho, sofreram com desmoronamento de barrancos, a uma intensidade nunca antes vista até então.

Na época, o geólogo Rommel da Silva Sousa, do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), afirmou que o que estava acontecendo fazia parte da dinâmica natural do rio e que o Estado, se tivesse a prática de realizar estudos geológicos, saberia que o processo era normal.

Evitar construir

Como solução ao problema, o geólogo disse que a única atitude a ser tomada na época, seria parar de construir obras para conter o avanço do rio e começar a construir escolas, postos de saúde, igrejas e casas mais afastados da margem, retirando a população da área afetada.

Procurado novamente pelo Diário, o geólogo preferiu não se posicionar a respeito dos acontecimentos no Triângulo, alegando que não foi ao local e não pode avaliar sem base técnica.

Nível da chuva se mantém

De acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), a média de chuva neste mês foi até ontem de 299,8 milímetros. O número ainda está abaixo da média de janeiro de 2011, de 312,4 milímetros, mas com a chuva que ocorreu na tarde de ontem e a que o Sipam prevê para hoje a quantidade deve atingir o mesmo patamar.

Assistência às famílias do baixo Madeira

Com o objetivo de prestar atendimento socioassistencial às famílias de comunidades do Baixo Madeira atingidas pelas chuvas e, consequentemente, pela cheia do rio Madeira, a prefeitura de Porto Velho está atuando, em ação coordenada pela secretaria municipal de Assistência Social (Semas) em parceria com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Departamento de Interior e secretarias de Saúde e Educação.

As equipes multidisciplinares partiram de barco, no último sábado. Denominada como Caravana da Cidadania, a ação, vinculada ao projeto Proteger, leva às comunidades e distritos serviços básicos que para os moradores destas regiões, muitas vezes, é de difícil acesso. São doadas cestas básicas, redes, cortinados e filtros de água durante o projeto. Também fazem parte das ações o cadastramento e atualização no Bolsa Família, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e Benefício de Proteção Continuada (BPC).

A viagem deve durar 10 dias e passará pelos distritos de São Carlos, Calama e Nazaré, assim como suas comunidades, São Miguel, Cujubim, Mutum, Bom Jardim, Ilha dos Mutuns, Cujubinzinho, Itacua, Bom Cerazinho, Brasileira, Terra Caída, Guarani, Curicacas, Boa Hora, Tira Fogo, Pombal, Santa Catarina, Ilha de Itacema, Bom Fim, Laranjal, São José da Praia, Conceição da Galera, Papagaio, Ressaca, Ilha Nova, Firmeza, Terra Firme e Demarcação.

Leia mais:

[Barragem de Santo Antônio provoca inundações e desmoronamentos em Porto Velho](#)

Tema: [Santo Antônio](#)

Por favor, [faça o login](#) para enviar comentários

Warning: MySQL server has gone away query: INSERT INTO watchdog (uid, type, message, variables, severity, link, location, referer, hostname, timestamp) VALUES (0, 'php', '%message in %file on line %line.', 'a:4:{s:6:\"%error\";s:12:\"user warning\";s:8:\"%message\";s:0:\"\";s:5:\"%file\";s:42:\"/home/mabnacional/public_html/includes/cache.inc\";s:5:\"%line\";i:108;}', 3, '', 'http://www.mabnacional.org.br/?warning: MySQL server has gone away query: INSERT INTO watchdog (uid, type, message, variables, severity, link, location, referer, hostname, timestamp) VALUES (0, 'php', '%message in %file on line %line.', 'a:4:{s:6:\"%error\";s:12:\"user warning\";s:8:\"%message\";s:0:\"\";s:5:\"%file\";s:42:\"/home/mabnacional/public_html/includes/cache.inc\";s:5:\"%line\";i:108;}', 3, '', 'http://www.mabnacional.org.br/?

Publicação 5:

DIÁRIO DA AMAZÔNIA PORTO VELHO-RO. QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2011

CAPITAL

EDITOR: VERONILDA LIMA veronilda@diariodaamazonia.com.br

CONSTRUÇÃO.

Feira facilitará negócios imobiliários

O bom momento que Rondônia vivencia nos setores imobiliário e da construção civil reflete em toda a cidade. Construções antigas dão lugar às modernas para atendimento comercial, da mesma as residências ganham novo visual. Para quem quer aproveitar esta fase para investir no setor, está sendo realizada, a partir das 10h de hoje às 22h do próximo sábado, a 6ª Feira de Negócios Imobiliários e da Construção Civil de Rondônia (Fenicon), no Pavilhão de Eventos do Sesi Clube, na avenida Rio de Janeiro, em Porto Velho.

A expectativa da organização é atrair pelo menos três mil visitantes por dia. A área é de cinco mil metros quadrados, e conta com estacionamento grátis, praça de alimentação e espaço cultural. A média de empregos temporários gerados é de 300 diretos.

De acordo com o organizador, Fabiano Martins, a Fenicon conta com quatro imobiliárias conceituadas no mercado, quatro agências bancárias e 86 expositores da indústria tradicionais da construção civil. Durante o evento, o visitante terá oportunidade de adquirir uma casa ou encontrar serviços para reforma e ampliação.

Este ano, a feira ainda tem como atrativo um espaço de entretenimento com som ao vivo e pula-pula para as crianças. A entrada é gratuita. A estimativa é que o volume de negócios movimente cerca de R\$ 20 milhões. (VANESSA QUEIRÓZ)

A EXPECTATIVA DA ORGANIZAÇÃO É ATRAIR PELO MENOS TRÊS MIL VISITANTES POR DIA

ANEXO B

DOCUMENTOS DO PAC¹¹⁰

Documento 1:

Documento 2:

¹¹⁰ Compilado e adaptados dos relatórios do PAC.

Documento 3:

Documento 4:

Documento 5:

<div> <div>Infraestrutura Logística - RO</div> </div>					
EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS					
Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimento Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Hidrovia	Construção de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário de Porto Velho - Cai n'Água	7,5	3,4	Em Obra
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-364/RO - Ponte do Candeias	10,0	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-364/RO - Travessia de Porto Velho - Vias Marginais	88,0	6,5	Em Obra
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-429/RO - Alvorada d'Oeste - Lote 01	36,7	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-429/RO - Alvorada d'Oeste - São Miguel - Lote 02	208,3	13,9	Em Obra
Rodovias	Controle de Velocidade	Controle de Velocidade	0,4	0,2	Em Obra
Rodovias	Estudos e Projetos Contínuos - Rodovias	Estudos e Projetos	18,1	-	Concluído *
Rodovias	Estudos e Projetos Contínuos - Rodovias	Estudos e Projetos	8,9	-	Concluído
Rodovias	Manutenção	Manutenção	55,6	-	Concluído *
Rodovias	Manutenção	Manutenção	137,5	-	Concluído
Rodovias	Sinalização	Sinalização	0,9	-	Concluído *
Rodovias	Sinalização	Sinalização	7,5	-	Concluído
TOTAL			579,3	24,0	-

* Estágio previsto em 31/12/2010

Documento 6:

<div>Infraestrutura Logística - RO</div>
EMPREENDIMENTOS REGIONAIS						
Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimento Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Ferrovia	Estudos e Projetos - Ferrovias	Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Uruaçu - Vilhena)	GO MT RO	34,9	7,1	Em Execução
Rodovias	Balanças	Balanças - Lote 01	BA GO MS MT PB RO	28,9	-	Concluído
Rodovias	Balanças	Balanças - Lote 17	AC MT RO	-	16,7	Em licitação *
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-319/AM - Trecho 2 - Km 656 - Km 877 - Pontes	AM RO	62,0	8,0	Em Obra
Rodovias	Pavimentação	BR-319/AM - Trecho 2 - Subtrecho Km 814/AM - Porto Velho/RO	AM RO	46,6	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-319/RO Construção de Ponte Sobre o Rio Madeira/RO	AM RO	25,5	193,9	Em Obra
TOTAL				197,9	225,7	-

* Estágio previsto em 31/12/2010

Documento 7:

<div>Infraestrutura Energética - RO</div>
EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS					
Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimento Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Combustíveis Renováveis	Biodiesel	Amazonbio	6,8	-	Concluído
Geração de Energia Elétrica	EVTE - EIA - Rima - Aproveitamentos Hidrelétricos	Tabajara	1,1	0,3	Em Execução
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Jirau	5.400,0	4.222,2	Em Obra
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Rondon II	73,3	0,2	Em Obra
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Santo Antônio	6.063,0	8.232,7	Em Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - CO (Vilhena - Samuel)	38,2	162,8	Em Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Ji-Paraná - Vilhena	101,7	-	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Subestação	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (SE Coletora Porto Velho)	147,5	352,5	Em Obra
TOTAL			11.831,5	12.970,8	-

Documento 8:

<div> <div>Infraestrutura Energética - RO</div> </div>						
EMPREENDIMENTOS REGIONAIS						
Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimento Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Geologia e Mineração - CPRM	Gestão da Informação - Estudo	Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas	AM BA CE DF GO MG PA PE PI RJ RN RO RS SP	17,1	22,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Gestão da Informação - Estudo	Implantação da Rede de Litotecas	BA GO MG PA PE PI RJ RO RS SP	14,4	13,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamento da Geodiversidade	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	7,8	5,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Aerogeofísicos	ES MT PR RJ RO RS SC	73,0	92,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geológicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	27,4	33,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	14,4	22,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geoquímicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	4,2	5,0	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Hidrogeológicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	23,2	33,0	Em Execução

Documento 9:

<div> <div>Infraestrutura Energética - RO</div> </div>						
EMPREENDIMENTOS REGIONAIS						
Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimento Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Geologia e Mineração - CPRM	Suporte Laboratorial - Estudo	Lamin - Modernização da Rede de Laboratórios de Apoio	BA CE GO PA PE PI RO RS	2,8	-	Concluído *
Geração de Energia Elétrica	Inventário	Bacia do Rio Aripuanã	AM MT RO	9,6	0,6	Em Execução
Geração de Energia Elétrica	Inventário	Bacia do Rio Juruena	AM MT RO	15,3	-	Concluído
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Parecis	MT RO	62,5	15,0	Em Obra
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Solimões	AC AM RO	2,0	-	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (Circuito 2)	GO MG MT RO SP	-	2.755,1	Em Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (Circuito 1)	GO MG MT RO SP	-	3.354,2	Em Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - CO (Jauru - Vilhena)	MT RO	239,2	-	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - CO III (Rio Branco - Jauru)	AC MT RO	-	629,0	Em Licitação da Obra
TOTAL				512,9	6.978,9	-

* Estágio previsto em 31/12/2010

Documento 10:

Documento 11:

Documento 12:

UHE JIRAU

Casa de Força

DESCRIÇÃO: Construção de UHE com 1.975,3MW médios no rio Madeira

UF: RO **META:** 3.300MW

DATA DE CONCLUSÃO: 31/01/2013

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 5,4 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS 2010: R\$ 4,2 bilhões

EMPREENDEDOR: Consórcio Energia Sustentável do Brasil (SUEZ 50,1%, Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura 9,9%, ELETROSUL 20% e CHESF 20%)

RESULTADOS

- Obras em andamento com 34% realizados, sendo 22% em 2010
- Em andamento a concretagem das estruturas principais e a montagem eletromecânica das turbinas

RESULTADO PREVISTO ATÉ 31/12/2010

- Obras em andamento com 37% previstos, sendo 25% em 2010

PROVIDÊNCIA

- Executar 41% até 30/04/2011

Documento 13:

INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	
Circuito 1
<p>Interligação Porto Velho – Araraquara - Circuito 1</p>	<p>DESCRIÇÃO: Construção das conversoras CA-CC e CC- CA (1ª etapa) e da LT 600 KV SE Colelora Porto Velho - Araraquara II C.1.</p> <p>UF: RO/MT/GO/SP/MG META: 2.375 km</p> <p>DATA DE CONCLUSÃO: 31/07/2012</p> <p>INVESTIMENTO PREVISTO APÓS 2010: R\$ 3,3 bilhões</p> <p>EMPREENDEDOR: Interligação Elétrica do Madeira S.A. (CHESF 24,5%; FURNAS 24,5%; CTEEP 51%)</p>
<p>RESULTADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizadas as audiências públicas no período de 18 a 22/09/2010 ➤ LP emitida pelo Ibama em 29/11/2010 ➤ Lis das Subestações emitidas pelo Ibama em 29/11/2010 	
<p>PROVIDÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Empreendedor protocolar o PBA até 31/12/2010

INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	
Circuito 2
<p>Interligação Porto Velho – Araraquara - Circuito 2</p>	<p>DESCRIÇÃO: Construção das conversoras CA-CC e CC- CA (2ª etapa) e da LT 600 KV SE Colelora Porto Velho - Araraquara II C.2.</p> <p>UF: RO/MT/GO/SP/MG META: 2.375 km</p> <p>DATA DE CONCLUSÃO: 28/04/2013</p> <p>INVESTIMENTO PREVISTO APÓS 2010: R\$ 2,7 bilhões</p> <p>EMPREENDEDOR: Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (ELETROSUL 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 25,5%; ABENGOA 25,5%)</p>
<p>RESULTADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizadas as audiências públicas no período de 18 a 22/09/2010 ➤ LP emitida pelo Ibama em 07/12/2010 	
<p>PROVIDÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Empreendedor protocolar o PBA até 31/12/2010

ANEXO C
CARTILHAS

Documento 1:

Documento 2:

ANEXO D
MATERIAL COLETADO EM CAMPO

Documento 1:

SEMANA DE RONDÔNIA EM SÃO PAULO "ABRINDO FRONTEIRAS, FECHANDO NEGÓCIOS"

1 – Data da realização: 09 a 12 de março de 2010.

2 – Local – FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Av. Paulista

3 – Participantes: FIERO, Governo do Estado, Banco da Amazônia, Usinas do Madeira

4 – Programação:

Dia 09/03 (terça-feira)

08:00 às 09:00 – Recepção aos convidados;

09:00 às 12:00 – Painel de palestras técnicas de 30 minutos com esclarecimento no período da tarde;

PAINEL DE PALESTRAS

Início	Término	Assunto	Palestrante
09:00	09:30	Cadeias Produtivas e Matrizes Energéticas	Deputado Federal/RO – Rubens Moreira Mendes
09:30	10:00	PAC em Rondônia	Diretor de Planejamento do DNIT – Nacional Engº. Miguel de Souza
10:00	10:30	Eixos de Integração	Presidente da FIERO – Engº Denis Roberto Baú
10:30	11:00	FNO e Financiamento a Longo Prazo	Presidente do Banco da Amazônia Abidias José de Souza Jr.
11:00	11:30	Potencialidades de Rondônia	Secretaria Adjunta da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia – Drª Maria Emília da Silva
11:30	12:00	Incentivos Fiscais e Tributários	Secretário de Finanças do Estado de Rondônia – José Genaro de Andrade

12:00 às 13:00 – Cerimônia oficial da Semana de Rondônia em São Paulo com a presença do Governador do Estado de Rondônia – Ivo Narciso Cassol; Presidente da FIESP Dr. Paulo Skaf; Presidente da FIERO – Engº Denis Roberto Baú; Deputado Federal Rubens Moreira Mendes; Secretário de Finanças do Estado – José Genaro de Andrade; Secretário de Desenvolvimento Sócio Econômico do Estado – Marco Antonio Petisco; Secretário Estadual do Planejamento João Carlos Gonçalves Ribeiro e demais autoridades. Pronunciamentos na abertura: Gov. Ivo Cassol, Dr. Paulo Skaf e Engº Denis Roberto Baú.

13:15 às 15:00 – Almoço para 200 (duzentos) convidados;

15:00 – Complemento das informações direto aos interessados em formato de mesa redonda, com SEFIN, SEDES, FIERO, Banco da Amazônia, Camargo Correa, IMMA e CNO.

Dias 09, 10, 11 e 12/03 – Institucional no Espaço FIESP.

5 – Palestrantes e palestras:

- Presidente da FIERO – Denis Roberto Baú – Eixos de Integração

- Presidente do Banco da Amazônia SA – Abidias José de Souza Júnior – FNO e Financiamento a Longo Prazo.

- Secretária Adjunta da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social – Drª Maria Emília da Silva b – Potencialidades de Rondônia

- Secretário de Finanças do Estado de Rondônia – José Genaro de Andrade - Incentivos Fiscais e Tributários.

- Deputado Federal / RO – Rubens Moreira Mendes – Cadeias Produtivas e Matrizes Energéticas.

- Diretor de Planejamento do DNIT Nacional – Engº Miguel de Souza – PAC em Rondônia.

A FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo está formalizando os convites à participação das empresas dos seguintes segmentos: Eletrotécnica; Couro; Calçados: Têxtil; Eletromecânica; Metalurgia; Automação Industrial; Informática; Bebidas (cervejaria); Massas e Biscoitos; Tintas e vernizes; Telecomunicações; Móveis Planejados; EPI; Cerâmica de Revestimento (fazer divulgação da excelente matéria prima existente em Pimenta Bueno e região, com dados comprobatórios, existe uma estrutura já implantada em Pimenta); Conselho empresarial Brasil Peru; Consulado do Peru, etc.

SUZUKI

SCANIA

IVECO

Hertz

Autovema

VENEZIA

Motovema

ANEXO E
DOCUMENTOS DO ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO ECOLÓGICO DE RONDÔNIA¹¹¹

Documento 1:

Primeira aproximação instituída pelo Decreto N°. 3782 de 14 de junho de 1988 Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia instituída pela Lei Complementar N°. 233 de 06 de junho de 2000, revogada pelas Leis Complementares N°. 308 de 09 de novembro de 2004 e N°. 312 de 06 de maio de 2005		
ZONA 1 - Áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais		
SUB ZONA	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
	Zonas de ocupação da terra para diferentes usos, principalmente agropecuários, com graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes subzonas.	Como diretriz geral, deve ser estimulado o desenvolvimento das atividades primárias em áreas já desmatadas ou antropizadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais, especialmente o solo, de uma forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta. Deve-se estimular também o manejo sustentado dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente (matas ciliares e de encostas) e da reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da vegetação secundária (capoeira). Recomenda-se, ainda, a aplicação de políticas públicas compensatórias visando a manutenção dos recursos florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos. As obras de infraestrutura, tais como estradas, deverão estar condicionadas às diretrizes de uso das subzonas.
1.1	São áreas com grande potencial social. Estão dotadas de infraestrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso; concentram as maiores densidades populacionais do Estado; nelas se localizam os assentamentos urbanos mais importantes. Os custos de oportunidade da preservação já se tornaram excessivamente elevados para garantir a conservação. Aptidão agrícola predominantemente boa. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa.	Os projetos de reforma agrária devem ser direcionados para estas áreas. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção e recuperação de, pelo menos, 20% da cobertura vegetal natural desta subzona. Nas áreas convertidas é recomendado o estímulo ao incremento da produtividade agropecuária, baseada em técnicas agrícolas mais modernas, inclusive a irrigação, com incentivos para agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta.
1.2	São áreas com médio potencial social, onde predominam a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação, geralmente, não estão controlados. Aptidão agrícola predominantemente regular. Vulnerabilidade natural a erosão predominantemente baixa a média.	Os processos de ocupação necessitam esforços para a regularização fundiária e controle da exploração florestal e do desmatamento. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção de, pelo menos, 40% da cobertura vegetal natural dessa subzona, com medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes. Os desmatamentos incrementais devem estar condicionados às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso da terra

¹¹¹ Rondônia (2002b).

		<p>pretendido, e em especial no contexto de programas de reforma agrária em processo de implementação.</p> <p>Nas áreas convertidas é recomendado o estímulo ao incremento da produtividade agropecuária, baseada em técnicas agrícolas mais modernas, envolvendo insumos e práticas de manejo, observando as condições da aptidão agrícola desta subzona.</p>
1.3	<p>Áreas com claro predomínio da cobertura vegetal natural, com expressivo potencial florestal, em processo de ocupação agropecuária incipiente, com conversão da cobertura vegetal natural, não controlado. Aptidão agrícola predominantemente restrita. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média.</p>	<p>O ordenamento desta subzona deve priorizar o aproveitamento dos recursos naturais. As atividades agropecuárias existentes podem ser mantidas, mas não estimulada a sua expansão. Os processos de ocupação necessitam de esforços para a regularização fundiária e controle de exploração florestal e do desmatamento. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção de, pelo menos, 70% da cobertura vegetal natural desta subzona, com medidas compensatórias visando a preservação dos recursos florestais remanescentes. Recomenda-se que eventuais desmatamentos incrementais sejam condicionados às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural.</p> <p>Nas áreas convertidas é recomendado a implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamentos e cultivos permanentes de um modo geral.</p>
1.4	<p>Áreas onde a infraestrutura disponível propicia a exploração das terras, apesar das condições naturais que impõem restrições ao desenvolvimento de atividades de conversão da cobertura vegetal natural. Compreendem ecossistemas de relevante interesse para a preservação dos recursos naturais, em especial os hídricos, já que alguns rios desta subzona apresentam expressivo potencial para aproveitamento hidrelétrico com pequenas centrais de produção. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente alta.</p>	<p>Nas áreas já desmatadas recomenda-se a implantação de sistemas de exploração que garantam o controle da erosão, tais como reflorestamento, consórcios agroflorestais e culturas permanentes, de um modo geral. Recomenda-se que eventuais desmatamentos incrementais sejam condicionados à vulnerabilidade à erosão, às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção de, pelo menos, 80% da cobertura vegetal natural desta subzona, com medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes.</p>
<p align="center">ZONA 2 - Áreas de Usos Especiais</p> <p align="center">Áreas de Conservação dos Recursos Naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.</p>		
SUB ZONA	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
2.1	<p>Zonas onde as atividades de conversão das terras florestais são pouco expressivas. O capital natural, sobretudo o florestal, se apresenta ainda em condições satisfatórias de exploração, madeireira e não madeireira. O custo de oportunidade de preservação se mantém entre baixo e médio, com boas possibilidades de conservar o estado natural. O valor das terras florestais pode ser incrementado mediante agregação de valor às existências florestais, através da</p>	<p>O ordenamento destas zonas deve priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural. As atividades agropecuárias existentes podem ser mantidas, sem expansão. As áreas de campos naturais podem ser utilizadas, sob manejo adequado, observando as suas características específicas. De um modo geral, devem ser fomentadas as atividades de manejo florestal e do extrativismo, especialmente pelas comunidades tradicionais, tais como estradas, deverão estar condicionadas às diretrizes de uso das subzonas.</p>

	exploração seletiva de seus produtos. Algumas áreas apresentam alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca em suas diversas modalidades.	
2.2	Apresentam ocupação inexpressiva. Os custos de oportunidade da preservação da floresta natural são baixos, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.	Destinadas à conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentado. O aproveitamento destas áreas deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar. As áreas já convertidas deveriam ser direcionadas para a recuperação. É recomendada também a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado, devido às características específicas de sua biodiversidade, de seus habitats e de sua localização em relação ao corredor ecológico regional.
ZONA 3 - Áreas Institucionais Áreas Institucionais, constituídas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em Lei e instituídas pela União, Estado e municípios.		
SUB ZONA	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
3.1	Áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto.	A utilização dos recursos ambientais deverá seguir os planos e diretrizes específicas das unidades instituídas, tais como Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
3.2	Áreas formadas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto.	Os usos devem se limitar às finalidades das unidades instituídas, tais como Estações Ecológicas, Parques e Reservas Biológicas, Patrimônio Espeleológico, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e outras categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação.
3.2	Áreas formadas pelas Terras Indígenas.	Partes do território nacional de uso limitado por lei, onde o aproveitamento dos recursos naturais somente poderá ser efetuado mediante autorização ou concessão da União.

Documento 2:

DIÁRIO OFICIAL

Estado de Rondônia

ANO XXI PORTO VELHO-RO QUINTA-FEIRA 11 DE NOVEMBRO DE 2004 N°146

www.diof.ro.gov.br
comercial@diof.ro.gov.br

GOVERNADORIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 308, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004.

Adescenta dispositivos ao artigo 7º da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 7º, da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000, que "Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências", passa a vigorar acrescido dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 3º. Passa a pertencer a Zona 1, Subzona 1.3, a área de 2.904,3781 Km² (dois mil, novecentos e quatro quilômetros quadrados, trinta e sete hectômetros quadrados e oitenta e um decâmetros quadrados), equivalente a 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento), da área total do Estado, excluindo-se a correspondente área da Zona 2, Subzona 2.1, caracterizada por duas áreas, con-

Atos do Executivo

forme coordenadas no mapa em anexo, respectivamente, com as seguintes dimensões:

I - área de 2.463,1840 Km² (dois mil, quatrocentos e sessenta e três quilômetros quadrados, dezito hectômetros quadrados e quarenta decâmetros quadrados), com perímetro de 322,9878 Km (trezentos e vinte e dois quilômetros, noventa e oito hectômetros e setenta e oito decâmetros) equivalente a 1,03% (um vírgula zero três por cento), da área total do Estado, onde está contida a área rural do Núcleo Urbano de União Bandeirantes, Município de Porto Velho; e

II - área de 441,1941 Km² (quatrocentos e quarenta e um quilômetros quadrados, dezenove hectômetros quadrados e quarenta e um decâmetros quadrados), com perímetro de 120,2800 Km (cento e vinte quilômetros e vinte e oito hectômetros), equivalente a 0,6% (zero vírgula seis por cento), da área total do Estado, onde está contida a área rural do Núcleo Residencial de Jacinópolis, Município de Nova Mamoré.

§ 4º. O Estado criará uma Unidade de Conservação para compensar a área excluída da Zona 2."

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 9 de novembro de 2004, 116ª da República.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

SUMÁRIO

Governadoria 01

Sec. de Est. do Plan., Coord. Geral e Adm. 14

Secretaria do Estado de Saúde 32

Secretaria de Estado de Educação 32

Sec. de Est. da Seg., Defesa e Cidadania 33

Defensoria Pública 33

Secretaria de Estado de Finanças 33

Sec. de Estado da Agricultura, Produção e Do Desenvolvimento Econômico e Social 33

Sec. de Estado dos Esportes da Cultura e Do Lazer 35

Sec. de Estado do Desenvol. Ambiental 35

Ministério Público 35

Tribunal de Contas 35

Assembleia Legislativa 35

Prefeitura Municipal da Capital 35

Prefeituras Municipais do Interior 35

Cameras Municipais do Interior 35

Institutos Municipais 35

Ineditórias 52

JUSTIÇA FEDERAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

ÁREA DE INCIDÊNCIA DA MEDIDA LIMINAR

Legenda

- Área Incidida
- 90 km ao redor UGO
- Limite da Zona 2

Outros

- Terra
- Reserva Ind. Aricaúba
- Sede dos municípios

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

NÚCLEO DE SENSORAMENTO REMOTO E CLIMATOLOGIA

ÁREA DA LIMINAR 1.740.602,00 ha

UNIDADES ESPECÍFICAS FIGURANDO M. SENSORES DOB FIDELIS

LEGENDA

- ZONA URBANA
- ZONA RURAL URBANA
- ZONA RURAL RURAL
- ZONA RURAL RURAL

Documento 3:

DIÁRIO OFICIAL

Estado de Rondônia

ANO XXII PORTO VELHO-RO TERÇA-FEIRA 16 DE NOVEMBRO DE 2004 Nº0148

www.diof.ro.gov.br
comercial@diof.ro.gov.br

GOVERNADORIA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.
LEI COMPLEMENTAR Nº 308, DE 9 DE
NOVEMBRO DE 2004.

Acrescenta dispositivos ao artigo 7º da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 7º, da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000, que "Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências", passa a vigorar acrescido dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 7º

.....

§ 3º. Passa a pertencer a Zona 1, Subzona 1.3, a área de 2.904,3781 Km² (dois mil, novecentos e quatro quilômetros quadrados, trinta e sete hectômetros quadrados e oitenta e um decâmetros quadrados), equivalente a 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento), da área total do Estado, excluindo-se a correspondente área da Zona 2, Subzona 2.1. caracterizada por duas áreas,

Atos do Executivo

SUMÁRIO

Governadoria.....01

Sec. de Est. do Plan., Coord. Geral e Adm.....04

Secretaria do Estado de Saúde.....05

Secretaria de Estado de Educação.....08

Sec. de Est. da Seg., Defesa e Cidadania.....09

Defensoria Pública.....09

Secretaria de Estado de Finanças.....10

Sec. de Estado da Agricultura, Produção e Do Desenvolvimento Econômico e Social.....10

Sec. de Estado dos Esportes da Cultura e Do Lazer.....11

Sec. de Estado do Desenvol. Ambiental. Ministério Público.....12

Tribunal de Contas.....12

Assembleia Legislativa.....12

Prefeitura Municipal da Capital.....12

Prefeituras Municipais do Interior.....12

Camaras Municipais do Interior.....12

Institutos Municipais.....12

Instituições.....12

conforme coordenadas no mapa em anexo, respectivamente, com as seguintes dimensões:

I – área de 2.463,1840 Km² (dois mil, quatrocentos e sessenta e três quilômetros quadrados, dezoito hectômetros quadrados e quarenta decâmetros quadrados), com perímetro de 322,9878 Km (trezentos e vinte e dois quilômetros, noventa e oito hectômetros e setenta e oito decâmetros) equivalente a 1,03% (um vírgula zero três por cento), da área total do Estado, onde está contida a área rural do Núcleo Urbano de União Bandeirantes, Município de Porto Velho; e

II – área de 441,1941Km² (quatrocentos e quarenta e um quilômetros quadrados, dezenove hectômetros quadrados e quarenta e um decâmetros quadrados), com perímetro de 120,2800 Km (cento e vinte quilômetros e vinte e oito hectômetros), equivalente a 0,6% (zero vírgula seis por cento), da área total do Estado, onde está contida a área rural do Núcleo Residencial de Jacinópolis, Município de Nova Mamoré.

§ 4º. O Estado criará uma Unidade de Conservação para compensar a área excluída da Zona 2."

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 9 de novembro de 2004, 116ª da República.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

LEGENDA

	FAZENDA
	ÁREA AUTODECLARADA
	RIO E LAGUNAS
	TRILHA DE ZONA

UNIÃO BANDEIRANTE

JACINÓPOLIS

NOVA ROTA DE TRANSPORTES DE CARGA DE PORTO VELHO (EXPRESSO PORTO)¹¹²

¹¹² Fonte: <http://www.der.ro.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/TRACADO-EXPRESSO-PORTO.jpg>. Acesso em 15 de junho de 2012.

ANEXO G
PROJETO DA RODOVIA TRANSRONDÔNIA¹¹³

¹¹³ Fonte: <http://www.der.ro.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/TRANSRONDONIA-3-site2.jpg>. Acesso em 12 de julho de 2012.